JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Acorizal 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Colíder 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Diamantino 5
Camara Municipal de Dom Aquino 7
Camara Municipal de São José do Povo 7
Camara Municipal de União do Sul 8
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Prefeitura Municipal de Acorizal 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 14
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 18
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 18
Prefeitura Municipal de Apiacás 20
Prefeitura Municipal de Araguaiana 20
Prefeitura Municipal de Araguainha 20
Prefeitura Municipal de Araputanga 21
Prefeitura Municipal de Aripuanã 22
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 28
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 29
Prefeitura Municipal de Brasnorte 41
Prefeitura Municipal de Cáceres 41
Prefeitura Municipal de Campinápolis 45
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 45
Prefeitura Municipal de Campo Verde 48
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 68
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 71
Prefeitura Municipal de Canarana 72
Prefeitura Municipal de Carlinda 73
Prefeitura Municipal de Castanheira 83
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 84
Prefeitura Municipal de Cláudia 93
Prefeitura Municipal de Colíder 93
Prefeitura Municipal de Colniza 94
Prefeitura Municipal de Comodoro 94
Prefeitura Municipal de Confresa 95
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 135
Prefeitura Municipal de Cuiabá 136
Prefeitura Municipal de Diamantino 136
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 143
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 144
Prefeitura Municipal de General Carneiro 145
Prefeitura Municipal de Indiavaí 147
Prefeitura Municipal de Itanhangá 147
Prefeitura Municipal de Itiquira 155
Prefeitura Municipal de Jaciara 157
Prefeitura Municipal de Jangada 158
Prefeitura Municipal de Juara 158
Prefeitura Municipal de Juruena 159

Prefeitura Municipal de Juscimeira 160
Prefeitura Municipal de Luciara 160
Prefeitura Municipal de Marcelândia 160
Prefeitura Municipal de Matupá 161
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 225
Prefeitura Municipal de Nobres 225
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 231
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 243
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 284
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 284
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 285
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 286
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 287
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 291
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 292
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 293
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 294
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 295
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 297
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 298
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 298
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 300
Prefeitura Municipal de Paranatinga 300
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 303
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 313
Prefeitura Municipal de Poconé 314
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 314
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 320
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 320
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 321
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 335
Prefeitura Municipal de Poxoréu 336
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 336
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 337
Prefeitura Municipal de Rondolândia 337
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 344
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 344
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 345
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 348
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 348
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 349
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 350
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 393
Prefeitura Municipal de São José do Povo 393
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 394
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 394
Prefeitura Municipal de Tabaporã 394
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 408
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 408
Prefeitura Municipal de Torixoréu 412
Prefeitura Municipal de União do Sul 413
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 413
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 414
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 424
Prefeitura Municipal de Vila Rica 428

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PROJETO DE LEI N°007 DE 23 DE JUNHO DE 2021

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS E VEREADORES DA CAMARA MUNICIPAL DE ACORIZAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACORIZAL- MT, Benanci , faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona o seguinte lei:

Art. 1°. Fica concedida Revisão Geral Anual – RGA na remuneração dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Acorizal/MT no percentual de 8,89% com base no INPC/IBGE.

ART. 2°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de junho de 2021, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acorizal – MT, 11 de agosto de 2021

BENANCY LEMES DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 169/2021

"*Dispõe sobre a exoneração do cargo público de Provimento Efetivo o senhor ULISSES ALVES SOUZA, e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Art. 46, da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1.997.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 3105, de 11 de agosto de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Servidor Público Efetivo senhor **ULISSES ALVES SOUZA**, portador do Registro Geral – RG sob nº. 608*****59/SJS-RS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob nº 012.***.***-90, **do cargo público de Contador** da Câmara de Vereadores do Município de Cáceres-MT, a que alude o Anexo I do Cargos de Provimento Efetivo, com Escolaridade de Nível Superior, da Lei Complementar nº. 111 de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, a partir do dia 11 de agosto de 2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 11 de agosto de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 005/2021

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR

JOSÉ ROBERTO ANDRADE SANTOS

A Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e a Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor

JOSÉ ROBERTO ANDRADE SANTOS "Beto Santos" brasileiro, casado, produtor rural que neste ato é contemplado em reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados à comunidade colidense quando de posse do cargo de vereador

na 8ª e 9ª Legislaturas deste Poder Legislativo, pelo pioneirismo de sua

família, nesta comuna, bem como, pela parcela de contribuição no desenvolvimento sócio, político e econômico do município de Colíder,

estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT., em 09 de agosto de 2021.

VER. ANA FLÁVIA RAMIRO RODRIGUES - Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: nº. **002/2021**

Modalidade*:* **Tomada de Preço nº001/2021**

Tipo: **Menor Preço Global**

Objeto:**AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETE CABINE DUPLA, AUTOMÁTICA, TRAÇÃO 4 X 4, 4 PORTAS, MOTOR DIESEL, COR BRANCA**, **FABRICAÇÃO NACIONAL COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO COTRAN**,para atender as necessidades, deste Legislativo Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Confresa-MT, **CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA,** no uso de suas atribuições legais, com base na Lei N. 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista que o processo ocorreu de forma sublime atendendo aos requisitos legais segundo parecer jurídico, **RESOLVE** adjudicar e homologar o Processo Licitatório nº. 002/2021 na modalidade Tomada de Preço nº. 001/2021, como **DESERTA,** uma vez que não compareceu nenhum interessado em participar do referido processo.

Confresa-MT, 11 de agosto de 2021.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº 43/2021 - LUTO 02 (DOIS) DIAS EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO PAI DA SERVIDORA ITAMARA

PORTARIA Nº 43/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA DECLARA LUTO 02 (DOIS) DIAS EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SENHOR AIRTON GOMES PEREIRA, PAI DA SERVIDORA SENHORA ITAMARA PAIS PEREIRA DA SILVA.

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

CONSIDERANDO, o falecimento do Senhor Airton Gomes Pereira, pai da servidora Itamara Pais Pereira da Silva.

CONSIDERANDO, que é com imenso pesar que prestamos nossa solidariedade aos familiares e amigos neste momento de dor.

Art. 1º - Fica determinado luto de dois dias, em virtude do falecimento do Senhor Airton Gomes Pereira.

Parágrafo Único – Durante o luto nos dias 11 e 12 o expediente no Poder Legislativo Municipal será interno.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 11 de Agosto de 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 052/2021

PORTARIA Nº. 052/2021

Designa a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O Presidente da Câmara Municipal de Diamantino – MT, Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos arts. 17 e 25 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos descritos no Ofício nº. 021/2021/UCI, apresentado pelo Auditor Público Interno da Câmara Municipal de Diamantino;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Processo Administrativo com a finalidade de apurar a adequação do reenquadramento concedido à servidora Marli Dias Duartes Coimbra, a partir de maio de 2020, através da Portaria nº. 028/2020.

Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo instituída no artigo anterior:

Aline Simony Stella Paulo Cezar da Cruz Fonseca Lucimara Costa Barros.

Art. 3º - A Comissão deverá apresentar suas conclusões no prazo de 60 (sessenta dias), à partir da publicação desta portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº. 040/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 10 de agosto de 2021.

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal de Diamantino

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 002/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 002/2021

A Câmara Municipal de Diamantino, através de seu Pregoeiro Oficial, Portaria nº. 17/2021, torna público aos interessados, o resultado do Pregão Presencial, cujo objeto trata-se da contratação de empresa especializada para aquisição de um link dedicado de Internet e um Link compartilhado de Internet, que incluem equipamentos e enlaces, por meio de infraestrutura de fibra óptica por 12 (doze) meses, conforme nível de serviço e características técnicas definidas, que serão utilizados para obter redundância e acesso à internet na Câmara Municipal de Diamantino.

Item	Descrição
I	Link dedicado de Internet, com IP fixo e válido, por meio de infraestrutura de fibra óptica, com largura de banda mínima de 50 Mbps
II	Link compartilhado de Internet, por meio de infraestrutura de fibra óptica, com largura de banda mínima de 400 Mbps

Data da realização: 10/08/2021.

Empresa vencedora: MASTER TECNOLOGIA LTDA com valor de R$ 22.092,00 (vinte e dois mil noventa e dois reais), vencedora do item - Link dedicado de Internet, com IP fixo e válido, por meio de infraestrutura de fibra óptica, com largura de banda mínima de 50 Mbps.

O item - Link compartilhado de Internet, por meio de infraestrutura de fibra óptica, com largura de banda mínima de 400 Mbps, foi declarado Fracassado.

Diamantino-MT, 10 de agosto de 2021.

Paulo Cezar da Cruz Fonseca

PREGOEIRO OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 057/2021

Portaria nº. 057/2021

Dispõe sobre regulamentar a escala de trabalho dos Vigias durante o período de 01/09/2021 a 30/09/2021.

RANIELLI PATRICK ARRUDA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Ordinária nº. 1330/2019, em seu artigo 23, define a escala de jornada de trabalho dos vigias da Câmara Municipal de Diamantino.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar a escala de trabalho dos Vigias durante o período de 01 setembro a 30 de setembro de 2021, dos respectivos servidores:

a) Joelson Jonas da Silva – Matricula 104

b) Kassio Faria da Silva – Matricula 130

c) Pedro Xavier Pires – Matricula 99

DIAS SERVIDOR SEMANA ENTRADA INTERVALO INTERVALO SAÍDA

1 PEDRO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

2 KASSIO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

3 PEDRO SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

4 KASSIO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

5 PEDRO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

6 KASSIO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

7 PEDRO TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

8 KASSIO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

9 PEDRO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

10 KASSIO SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

11 PEDRO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

12 KASSIO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

13 PEDRO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

14 KASSIO TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

15 PEDRO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

16 KASSIO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

17 PEDRO SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

18 KASSIO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

19 PEDRO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

20 KASSIO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

21 JOELSON TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

22 PEDRO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

23 JOELSON QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

24 KASSIO SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

25 PEDRO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

26 JOELSON DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

27 KASSIO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

28 PEDRO TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

29 JOELSON QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

30 KASSIO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 11 de Agosto de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal de Diamantino

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 056/2021

Portaria nº. 056/2021

Dispõe sobre regulamentar a escala de trabalho dos Vigias durante o período de 01/08/2021 a 31/08/2021.

RANIELLI PATRICK ARRUDA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Ordinária nº. 1330/2019, em seu artigo 23, define a escala de jornada de trabalho dos vigias da Câmara Municipal de Diamantino.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar a escala de trabalho dos Vigias durante o período de 01 de agosto a 31 de agosto de 2021, dos respectivos servidores:

a) Joelson Jonas da Silva – Matricula 104

b) Kassio Faria da Silva – Matricula 130

c) Pedro Xavier Pires – Matricula 99

DIAS SERVIDOR SEMANA ENTRADA INTERVALO INTERVALO SAÍDA

1 KASSIO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

2 PEDRO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

3 JOELSON TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

4 KASSIO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

5 PEDRO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

6 JOELSON SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

7 KASSIO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

8 PEDRO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

9 JOELSON SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

10 KASSIO TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

11 PEDRO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

12 JOELSON QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

13 KASSIO SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

14 PEDRO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

15 JOELSON DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

16 KASSIO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

17 PEDRO TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

18 JOELSON QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

19 KASSIO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

20 PEDRO SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

21 JOELSON SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

22 KASSIO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

23 PEDRO SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

24 JOELSON TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

25 KASSIO QUARTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

26 PEDRO QUINTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

27 JOELSON SEXTA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

28 KASSIO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

29 PEDRO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

30 JOELSON SEGUNDA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

31 KASSIO TERÇA-FEIRA 18:00 21:00 22:00 06:00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 11 de Agosto de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal de Diamantino

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 058/2021

Portaria nº. 058/2021

Dispõe sobre regulamentar a escala de trabalho dos Vigias durante o período de 01/10/2021 a 31/10/2021.

RANIELLI PATRICK ARRUDA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Ordinária nº. 1330/2019, em seu artigo 23, define a escala de jornada de trabalho dos vigias da Câmara Municipal de Diamantino.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar a escala de trabalho dos Vigias durante o período de 01 outubro a 31 de outubro de 2021, dos respectivos servidores:

a) Joelson Jonas da Silva – Matricula 104

b) Kassio Faria da Silva – Matricula 130

c) Pedro Xavier Pires – Matricula 99

DIAS SERVIDOR SEMANA ENTRADA INTERVALO INTERVALO SAÍDA

1 PEDRO SEXTA 18:00 21:00 22:00 06:00

2 JOELSON SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

3 PEDRO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

4 JOELSON SEGUNDA 18:00 21:00 22:00 06:00

5 PEDRO TERÇA 18:00 21:00 22:00 06:00

6 JOELSON QUARTA 18:00 21:00 22:00 06:00

7 PEDRO QUINTA 18:00 21:00 22:00 06:00

8 JOELSON SEXTA 18:00 21:00 22:00 06:00

9 PEDRO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

10 JOELSON DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

11 PEDRO SEGUNDA 18:00 21:00 22:00 06:00

12 JOELSON TERÇA 18:00 21:00 22:00 06:00

13 PEDRO QUARTA 18:00 21:00 22:00 06:00

14 JOELSON QUINTA 18:00 21:00 22:00 06:00

15 PEDRO SEXTA 18:00 21:00 22:00 06:00

16 KASSIO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

17 JOELSON DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

18 KASSIO SEGUNDA 18:00 21:00 22:00 06:00

19 PEDRO TERÇA 18:00 21:00 22:00 06:00

20 JOELSON QUARTA 18:00 21:00 22:00 06:00

21 KASSIO QUINTA 18:00 21:00 22:00 06:00

22 PEDRO SEXTA 18:00 21:00 22:00 06:00

23 JOELSON SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

24 KASSIO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

25 PEDRO SEGUNDA 18:00 21:00 22:00 06:00

26 JOELSON TERÇA 18:00 21:00 22:00 06:00

27 KASSIO QUARTA 18:00 21:00 22:00 06:00

28 PEDRO QUINTA 18:00 21:00 22:00 06:00

29 JOELSON SEXTA 18:00 21:00 22:00 06:00

30 KASSIO SÁBADO 18:00 21:00 22:00 06:00

31 PEDRO DOMINGO 18:00 21:00 22:00 06:00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 11 de Agosto de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal de Diamantino

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
CARTA CONTRATO 001/2021

CARTA CONTRATO 001/2021

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO, Estado de Mato Grosso, com sede à avenida Pedro Celestino nº 127, CNPJ nº 01.975.051/0001-00, representada pela chefe do Poder Legislativo, vereadora presidente **MARIA DE SOUZA OLIVEIRA**, CPF nº 632.635.991-00 e RG nº 295110 SSP/MT, residente à Rua Luiz Coelho de Campos, Bairro Planaltina, Dom Aquino/MT, Cep. 78830-000, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**

SERPREL ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA, Inscrita no CNPJ nº 05.403.765/0001-96, localizada a avenida Professor Lídio Modesto da Silva nº 90, Jardim Alvorada – Cuiabá MT. Cep. 78048-605, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**,

OBJETO DA CARTA CONTRATO

O objeto da presente contratação é o serviço técnicos especializados em TI com a análise e conversão da base de dados do sistema de gestão de pessoal e folha de pagamento de todo o período constante do banco, para a implantação de novo sistema, com a finalidade de modernização e melhor atendimento das exigências do APLIC/TCE-MT, englobando os serviços de análise das informações de todo o período existente no banco de dados para iayout de banco atualizado, migração dos dados para o novo sistema, implantação do novo sistema, treinamento de um servidor e acompanhamento do funcionamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pelo serviço prestado a CONTRATANTE, pagará a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços a qual será paga após a implantação do sistema em parcela única.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente contrato terá início a partir da assinatura deste e prazo de vinte (20) dias para conclusão da implantação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2001 – Manutenção e encargos com a Câmara municipal

3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕS DA CONTRATANTE.

- Disponibilizar banco de dados do sistema de gestão de folha de pagamento e servidor da casa para receber treinamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕS DA CONTRATADA

Analisar a conversão da base de dados e implantar o sistema de gestão de pessoal e folha de pagamento e treinar servidor responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato pode ser rescindido a qualquer momento por comum acordo, e/ou por interesse público.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Dom Aquino-MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ao presente contrato que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham ter por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Dom Aquino-MT, em 09 de agosto de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

MARIA DE SOUZA OLIVEIRA

Presidente

SERPREL ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA

Contratado

Testemunhas:

01)_____

02)_____

Maria Bernabete P. Araujo Sebastiana Luzia Borges da Costa

CPF. 110.016.741-20 CPF. 387.986.111-00

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N 011/2021

PORTARIA 11/2021 DE 26 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre nomear Comissão para revisão da Lei Orgânica Municipal e dá outras providencias.

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear Comissão para revisão da Lei Orgânica Municipal, com a seguinte composição:

Presidente – **MARCOS ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS**

Vice – Presidente – **NILSON TAVARES CERQUEIRA**

1º Secretário – **NILSON BEZERRA DE LIMA**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 26 de julho de 2021

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

Interessada: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: MARIANGELY MEDEIROS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

CNPJ: 42.501.068/0001-02

Endereço: Avenida Porto Alegre, n° 78 – Bairro Imperatriz – União do Sul/MT.

Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica, cuja finalidade consiste em assessorar a Mesa Diretora e demais Vereadores nas matérias pertinentes a projetos de leis e demais expedientes legislativos, acompanhar as sessões plenárias e elaborar pareceres técnicos junto às Comissões Permanentes da Casa, bem como representar a Câmara Municipal em qualquer Juízo ou Tribunal, pelo período de 17.08.2021 à 17.12.2021.

VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada em cotação de preços, os quais encontram-se abaixo do valor limite de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) estabelecido pelo Decreto Federal nº 9.412/2018 para dispensa de licitação, razão pela qual torna-se possível a aquisição direta deste tipo de serviços, mediante dispensa de licitação embasada no disposto no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Razões da escolha da proponente: Por tratar-se de empresa proponente idônea, em dia com suas condições de habilitação perante a Administração Municipal, desta forma justifica-se a escolha da mesma.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 03/2021.

GABINETE DO PRESIDENTE, União do Sul/MT, 11 de agosto de 2021.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Presidente da Câmara de Vereadores

Gestão 2021/2022

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA AO ATO N.º 263/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Onde se lê:

"Art. 1.º - EXONERAR a senhora Dayane Souza Rodrigues (...) no cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Ver. Bruno Lins Rios ."

Leia-se:

"Art. 1.º - EXONERAR a senhora Dayane Souza Rodrigues (...) do cargo de Coordenador Geral de Gabinete do Ver. Bruno Lins Rios ."

Gabinete da Presidência, 01 de agosto de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA AO ATO N.º 261/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Onde se lê:

"Art. 1.º - EXONERAR o senhor Francislei Leite Dias – CPF 487.161.031-49 do cargo em comissão de Assessor do Gabinete do Ver. Bruno Lins Rios."

Leia-se:

"Art. 1.º - EXONERAR o servidor Francislei Leite Dias – CPF 487.161.031-49 do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete do Vereador Bruno Lins Rios."

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de agosto de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA À PORTARIA Nº 80/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Publicar a presente Errata.

Onde se lê:

"Art. 1º - Reenquadrar, nos termos da lei complementar nº 3.728/2012, art. 54, II, os servidores:

Servidor	Cargo	Classe/Nível
Alinor Alves do Nascimento	Auxiliar Legislativo	D-10
Ana Benedita da Silva Morais	Auxiliar Legislativo	D-10
Carlos Alberto Bulhões	Auxiliar Legislativo	B-10
Conceição Alves da Silva Oliveira	Analista Legislativo	D-10
Jair Germano Gonçalves	Técnico Legislativo	D-10
João Bosco de Farias	Auxiliar Legislativo	D-09
Joana Arruda Marins	Auxiliar Legislativo	D-10
Josaide Nunes Ferreira Leite	Técnico Legislativo	D-10
Lucimar Pinheiro Simões	Auxiliar Legislativo	D-10
Marina Silva Lago	Controlador Interno	A-02
Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira	Analista Legislativo	D-09
Robson Maia	Auxiliar Legislativo	D-10
Selmo Dimas Barros Rosa	Técnico Legislativo	D-10
Tania Mara Resende Matos Silva	Técnico Legislativo	D-10
Zélito Oliveira Ribeiro	Técnico Legislativo	D-07"

Leia-se:

"Art. 1º - Reenquadrar, nos termos da lei complementar nº 3.728/2012, art. 54, II, os servidores:

Servidor	Cargo	Classe/Nível
Alinor Alves do Nascimento	Auxiliar Legislativo	D-10
Ana Benedita da Silva Morais	Auxiliar Legislativo	D-10
Carlos Alberto Bulhões	Auxiliar Legislativo	B-10
Conceição Alves da Silva Oliveira	Analista Legislativo - Perfil: Contador	D-10
João Bosco de Farias	Auxiliar Legislativo	D-09
Joana Arruda Marins	Auxiliar Legislativo	D-10
Josaide Nunes Ferreira Leite	Técnico Legislativo	D-10
Lucimar Pinheiro Simões	Auxiliar Legislativo	D-10
Marina Silva Lago	Analista Legislativo - Perfil: Controlador Interno	A-02
Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira	Analista Legislativo: Perfil: Revisor de Textos	D-09
Zelito Oliveira Ribeiro	Técnico Legislativo	D-07"

Art. 2º - A presente errata à portaria entra em vigor a partir de 01/07/2021.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 11 de agosto de 2021.

Ver. Fábio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES E DIAGNOSTICOS (ADULTO E INFANTIL), PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

MEDIMAGEM RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA

CNPJ sob nº 24.720.898/0001-30

CONTRATADA

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVIERA

PRESIDENTE CISVARC

CONTRATANTE

CUIABÁ, 06 DE AGOSTO DE 2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2020

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 009/2020 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES E DIAGNOSTICOS (ADULTO E INFANTIL), PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

CLINICA DE CONSULTA POPULAR LTDA

CNPJ sob nº 36.760.145/0001-38

CONTRATADA

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVIERA

PRESIDENTE CISVARC

CONTRATANTE

CUIABÁ, 09 DE AGOSTO DE 2021

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

O Secretário Executivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Presidente e sua equipe de apoio, resolve:

Homologar o processo cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DO CONSORCIO.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2021

FORNECEDOR: VALLE COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI.

Cuiabá – MT, 11 de agosto de 2021.

EDIMAR RODRIGUES SIVA

Secretário Executivo do CISVARC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2020

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 010/2020 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES E DIAGNOSTICOS (ADULTO E INFANTIL), PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA/EPP

CNPJ sob nº 26.795.401/0001-79

CONTRATADA

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVIERA

PRESIDENTE CISVARC

CONTRATANTE

CUIABÁ, 09 DE AGOSTO DE 2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2021 EDITAL N° 016/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO representado **por seu Pregoeiro** designado pelo **Portaria nº 135 de 13 de julho de 2021,** no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a **RETIFICAÇÃO do EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 016/2021** para Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO com julgamento MENOR PREÇO POR ITEM** conforme descrito neste edital, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

1. DO OBJETO DO CERTAME:

"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, 01 (UM) VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SUPORTE AVANÇADO DE VIDA, TIPO D PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, LOCALIZADO NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS, Nº

269, BAIRRO ALVORADA, CIDADE DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT." CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS.

2. DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA

2.1 Em atendimento ao disposto no Artigo 21 § 4º. Da Lei 8666/93 fica **REABERTO** o prazo inicialmente estabelecido conforme abaixo:

2.2 O início da sessão pública será **às 13:30h do dia 25 de Agosto de 2021**, na sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP, localizado na Rua Teotônio Vilela Nº 645, salas 2 e 3, Bairro Centro, Peixoto de Azevedo/MT. O **Edital Complementar nº 003/2021** poderá ser adquirido no endereço acima, por e-mail: cisvaledopeixoto@gmail.com e também poderá ser baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.cisvaledopeixoto.com.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07h às 11h e 13h às 17h.

3. DAS RETIFICAÇÃO:

Fica retificado o item 4.3 do anexo I, Termo de referência.

Onde se lia:

4.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como **30 (TRINTA) dias corridos**, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

Passará a ler:

4.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como **02 (DOIS) dias**, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

3. DA RATIFICAÇÃO:

3.1 Ratificam-se todos os demais ITENS e Subitens e anexos constantes do Edital do Pregão Presencial SRP n° 016/2021, de 5 de julho de 2021, permanecendo válidos e inalterados os itens não expressamente modificados por este Instrumento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Peixoto de Azevedo – MT, 11 de agosto de 2021.

Rafael Souza Barros

Secretário Executivo do CISVP

Ato Normativo n° 379/2021

37º TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2021

37º TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, pelo seu Presidente, ratifica a contratação emergencial das empresas: **VITALMEDICA DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 17.252.670/0001-06** no valor de **R$ 5.610,00 (CINCO MIL E SEISCENTOS E DEZ REAIS).**

Tudo com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA AQUISIÇÃO DE 75 AMPOLAS DE HIDROXIDO DE FERRO III - CONCENTRAÇÃO 100MG DE FERRO AMPOLA COM 5ML, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.

Peixoto de Azevedo/MT, 11 de agosto de 2021.

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

26ª AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

26ª AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

INSCRIÇÃO N° 035/2021

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **M. C. CARVALHO MARQUES CLINICA MEDICA - ME com CNPJ nº 17. 825.627/0001-84,** fora julgada **APTA** ao **EDITAL N° 018/2021 DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2021** para os serviços médicos, no segmento de "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA EM ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, GERIDO PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, POR VALOR UNITÁRIO CONFORME TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR O VALOR UNITÁRIO DEFINIDO NA TABELA DE PREÇOS - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA",** do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 10 de agosto de 2021.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Presidente - CPL

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

COVID-19: DECRETO Nº 44/2021

DECRETO Nº 44/2021

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19) A SEREM ADOTADAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, Sr. **Benancy Lemes da Silva**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança pública e epidemiológica no Município por força da aplicação das medidas já estabelecidas;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO o reconhecimento pela Organização Mundial da Saúde de uma pandemia de COVID-19 (Novo Coronavírus);

CONSIDERANDO o monitoramento da evolução da COVID-19 no Município e Estado, a ascensão exponencial da curva de contaminados;

CONSIDERANDO que a situação demanda intensificação dos protocolos de segurança e do urgente emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO a avaliação de risco epidemiológico, e ainda das ameaças e vulnerabilidades locais;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL À POPULAÇÃO EM GERAL

Artigo 1° -Fica decretado que o funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I – De segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 20h00m;

II – Aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m, com exceção a restaurante que terá o funcionamento até as 14h00m;

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências(com exceção os localizados em rodovias), as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 2º Durante a vigência deste decreto fica proibido eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, e a prática de esportes coletivos.

§ 3° As igrejas, templos e congêneres terá o funcionamento das 05h00m e 20h00m respeitado o limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do caput e diante o cumprimento de normas de prevenção ao contágio do novo coronavírus,

Artigo 2º - O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até às 22h00m, inclusive aos domingos.

Parágrafo único: As farmácias e congêneres poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

Artigo 3º - Todos os estabelecimentos em atividade no território do Município de Acorizal

. Devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - Evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - Disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - Controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - Vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,8º;

VIII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - Adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

XI - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Artigo 4º - Fica instituída restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) no Município de Acorizal-MT a partir das 20h00m até às 05h00m.

§ 1º Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§2º A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Artigo 5º - A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

II - Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal;

III - Polícia Militar – PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil – PJC/MT; e

V - Corpo de Bombeiros Militar – CBM/MT.

VI – Outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

Parágrafo único A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL EM GERAL

Artigo 6º - No período de vigência do Decreto funcionarão, exclusivamente, os serviços administrativos internos, ficando suspenso o atendimento ao público no âmbito do Executivo Municipal.

§ 1º – O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social) e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

§ 2º – Na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento será mantido somente o Setor de Tributos para atendimento ao público, devendo o restante do trabalho ser mantido na forma *caput* do artigo.

Artigo 7º - Fica suspenso o prazo de tramitação dos processos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal, durante o prazo de vigência do Decreto.

Artigo 8º - Fica autorizada a manutenção da agenda do Departamento de Licitações e Contratos, visto o caráter essencial dos serviços que serão licitados, permitindo-se a realização de sessões presenciais, as quais deverão obrigatoriamente observar as medidas de biossegurança outrora estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, visando a prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 9º – Fica determinado aos servidores públicos municipais encarregados de realizar a fiscalização dos presentes medidas, a remessa das informações necessárias aos órgãos competentes, para fins de tomada das providências necessárias quanto a formalização de procedimentos visando a responsabilização civil, administrativa e penal, daqueles que descumprirem as determinações contidas no presente decreto.

Artigo 10 - O descumprimento no disposto neste Decreto poderá caracterizar crime por parte do infrator, sujeitando-se às medias penais e processuais penais, a cargo da Polícia Judiciária Civil e Polícia Militar.

Artigo 11 - O descumprimento no disposto neste Decreto poderá ocasionar o cancelamento do Alvará de funcionamento, aplicação de multa, sem

prejuízo das sanções penais previstas nos artigos 268 a 330 do Código Penal

Artigo 12 - As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Artigo 13 - Os termos deste Decreto poderão ser reavaliados a qualquer momento de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Artigo 14 – Ficam convalidadas todas as medidas de biossegurança em vigor, outrora determinadas pelo Município de Acorizal-MT que não conflitem com as determinações constantes no presente instrumento.

Artigo 15 - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Acorizal/MT, 11 de Agosto de 2021.

Benancy Lemes da Silva

Prefeito Municipal

LEI N.° 908/2021

LEI N.° 908/2021

"Fixa novo subsídio dos profissionais da Educação Básica do Município de Acorizal previsto Lei Federal nº 11.738/2008, cumprindo com a Lei do Piso Salarial do Magistério conforme a Lei Federal."

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICÍPAL DE ACORIZAL, SENHOR DONATO CLARO LEITE, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° subsídio dos profissionais da Educação Básica do Município de Acorizal previsto Lei Federal nº 11.738/2008, cumprindo com a Lei do Piso Salarial do Magistério conforme a Lei Federal no anexo I desta lei.

Art. 2º Fica estipulado o valor do piso salarial do magistério dos servidores da educação do município de Acorizal, em conformidade com a Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da Educação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de de 01 de junho de 2021 após sua publicação,

revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Acorizal/MT, 11 de agosto de 2021.

DONATO CLARO LEITE

Presidente da Câmara Municipal de Acorizal

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe		A	B	C	D	E
	Coeficiente	1	1,5	1,7	2,022	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1	R$ 2.886,24	R$ 4.329,36	R$ 4.906,61	R$ 5.835,98	R$ 6.638,35
2	1,04	R$ 3.001,69	R$ 4.502,53	R$ 5.102,87	R$ 6.069,42	R$ 6.903,89
3	1,09	R$ 3.146,00	R$ 4.719,00	R$ 5.348,20	R$ 6.361,22	R$ 7.235,80
4	1,14	R$ 3.290,31	R$ 4.935,47	R$ 5.593,53	R$ 6.653,01	R$ 7.567,72
5	1,19	R$ 3.434,63	R$ 5.151,94	R$ 5.838,86	R$ 6.944,81	R$ 7.899,64
6	1,25	R$ 3.607,80	R$ 5.411,70	R$ 6.133,26	R$ 7.294,97	R$ 8.297,94
7	1,32	R$ 3.809,84	R$ 5.714,76	R$ 6.476,72	R$ 7.703,49	R$ 8.762,62
8	1,41	R$ 4.069,60	R$ 6.104,40	R$ 6.918,32	R$ 8.228,73	R$ 9.360,08
9	1,5	R$ 4.329,36	R$ 6.494,04	R$ 7.359,91	R$ 8.753,97	R$ 9.957,53
10	1,53	R$ 4.415,95	R$ 6.623,92	R$ 7.507,11	R$ 8.929,05	R$ 10.156,68
11	1,56	R$ 4.502,53	R$ 6.753,80	R$ 7.654,31	R$ 9.104,12	R$ 10.355,83
12	1,59	R$ 4.589,12	R$ 6.883,68	R$ 7.801,51	R$ 9.279,20	R$ 10.554,98

ANEXO II

TABELA DA VENCIMENTOS

TABELA DOS PROFESSORES - 25 HORAS SEMANAIS						
Classe		A	B	C	D	E
	Coeficiente	1	1,5	1,7	2,022	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1	R$ 2.405,20	R$ 3.607,80	R$ 4.088,84	R$ 4.863,31	R$ 5.531,96
2	1,04	R$ 2.501,41	R$ 3.752,11	R$ 4.252,39	R$ 5.057,85	R$ 5.753,24
3	1,09	R$ 2.621,67	R$ 3.932,50	R$ 4.456,84	R$ 5.301,01	R$ 6.029,84
4	1,14	R$ 2.741,93	R$ 4.112,89	R$ 4.661,28	R$ 5.544,18	R$ 6.306,43
5	1,19	R$ 2.862,19	R$ 4.293,28	R$ 4.865,72	R$ 5.787,34	R$ 6.583,03
6	1,25	R$ 3.006,50	R$ 4.509,75	R$ 5.111,05	R$ 6.079,14	R$ 6.914,95
7	1,32	R$ 3.174,86	R$ 4.762,30	R$ 5.397,27	R$ 6.419,58	R$ 7.302,19
8	1,41	R$ 3.391,33	R$ 5.087,00	R$ 5.765,26	R$ 6.857,27	R$ 7.800,06
9	1,5	R$ 3.607,80	R$ 5.411,70	R$ 6.133,26	R$ 7.294,97	R$ 8.297,94
10	1,53	R$ 3.679,96	R$ 5.519,93	R$ 6.255,93	R$ 7.440,87	R$ 8.463,90
11	1,56	R$ 3.752,11	R$ 5.628,17	R$ 6.378,59	R$ 7.586,77	R$ 8.629,86

12	**1,59**	R$ 3.824,27	R$ 5.736,40	R$ 6.501,26	R$ 7.732,67	R$ 8.795,82

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
	Coeficiente	**1**	**1,5**	**1,7**	**2,022**
Nível		**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1**	R$ 2.886,24	R$ 4.329,36	R$ 4.906,61	R$ 5.835,98
2	**1,04**	R$ 3.001,69	R$ 4.502,53	R$ 5.102,87	R$ 6.069,42
3	**1,09**	R$ 3.146,00	R$ 4.719,00	R$ 5.348,20	R$ 6.361,22
4	**1,14**	R$ 3.290,31	R$ 4.935,47	R$ 5.593,53	R$ 6.653,01
5	**1,19**	R$ 3.434,63	R$ 5.151,94	R$ 5.838,86	R$ 6.944,81
6	**1,25**	R$ 3.607,80	R$ 5.411,70	R$ 6.133,26	R$ 7.294,97
7	**1,32**	R$ 3.809,84	R$ 5.714,76	R$ 6.476,72	R$ 7.703,49
8	**1,41**	R$ 4.069,60	R$ 6.104,40	R$ 6.918,32	R$ 8.228,73
9	**1,5**	R$ 4.329,36	R$ 6.494,04	R$ 7.359,91	R$ 8.753,97
10	**1,53**	R$ 4.415,95	R$ 6.623,92	R$ 7.507,11	R$ 8.929,05
11	**1,56**	R$ 4.502,53	R$ 6.753,80	R$ 7.654,31	R$ 9.104,12
12	**1,59**	R$ 4.589,12	R$ 6.883,68	R$ 7.801,51	R$ 9.279,20

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS					
Classe		**A**	**B**	**C**	**D**
	Coeficiente	**1**	**1,5**	**1,7**	**2,022**
Nível		**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1**	R$ 2.164,68	R$ 3.247,02	R$ 3.679,96	R$ 4.376,98
2	**1,04**	R$ 2.251,27	R$ 3.376,90	R$ 3.827,15	R$ 4.552,06
3	**1,09**	R$ 2.359,50	R$ 3.539,25	R$ 4.011,15	R$ 4.770,91
4	**1,14**	R$ 2.467,74	R$ 3.701,60	R$ 4.195,15	R$ 4.989,76
5	**1,19**	R$ 2.575,97	R$ 3.863,95	R$ 4.379,15	R$ 5.208,61
6	**1,25**	R$ 2.705,85	R$ 4.058,78	R$ 4.599,95	R$ 5.471,23
7	**1,32**	R$ 2.857,38	R$ 4.286,07	R$ 4.857,54	R$ 5.777,62
8	**1,41**	R$ 3.052,20	R$ 4.578,30	R$ 5.188,74	R$ 6.171,55
9	**1,5**	R$ 3.247,02	R$ 4.870,53	R$ 5.519,93	R$ 6.565,47
10	**1,53**	R$ 3.311,96	R$ 4.967,94	R$ 5.630,33	R$ 6.696,78
11	**1,56**	R$ 3.376,90	R$ 5.065,35	R$ 5.740,73	R$ 6.828,09
12	**1,59**	R$ 3.441,84	R$ 5.162,76	R$ 5.851,13	R$ 6.959,40

ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA DO APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS				
Classe		**A**	**B**	**C**
	Coeficiente	**1**	**1,5**	**1,7**
Nível		**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1**	**R$ 1.837,52**	R$ 2.756,28	R$ 3.123,78
2	**1,04**	R$ 1.911,02	R$ 2.866,53	R$ 3.248,74
3	**1,09**	R$ 2.002,90	R$ 3.004,35	R$ 3.404,92
4	**1,14**	R$ 2.094,77	R$ 3.142,16	R$ 3.561,11
5	**1,19**	R$ 2.186,65	R$ 3.279,97	R$ 3.717,30
6	**1,25**	R$ 2.296,90	R$ 3.445,35	R$ 3.904,73
7	**1,32**	R$ 2.425,53	R$ 3.638,29	R$ 4.123,39
8	**1,41**	R$ 2.590,90	R$ 3.886,35	R$ 4.404,54
9	**1,5**	R$ 2.756,28	R$ 4.134,42	R$ 4.685,68
10	**1,53**	R$ 2.811,41	R$ 4.217,11	R$ 4.779,39
11	**1,56**	R$ 2.866,53	R$ 4.299,80	R$ 4.873,10
12	**1,59**	R$ 2.921,66	R$ 4.382,49	R$ 4.966,82

ANEXO Vi

TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA DO APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO – 30 HORAS SEMANAIS				
Classe		**A**	**B**	**C**
	Coeficiente	**1**	**1,5**	**1,7**
Nível		**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1**	**R$ 1.378,13**	R$ 2.067,20	R$ 2.342,82
2	**1,04**	R$ 1.433,26	R$ 2.149,88	R$ 2.436,53
3	**1,09**	R$ 1.502,16	R$ 2.253,24	R$ 2.553,67

4	**1,14**	R$ 1.571,07	R$ 2.356,60	R$ 2.670,82
5	**1,19**	R$ 1.639,97	R$ 2.459,96	R$ 2.787,96
6	**1,25**	R$ 1.722,66	R$ 2.583,99	R$ 2.928,53
7	**1,32**	R$ 1.819,13	R$ 2.728,70	R$ 3.092,52
8	**1,41**	R$ 1.943,16	R$ 2.914,74	R$ 3.303,38
9	**1,5**	R$ 2.067,20	R$ 3.100,79	R$ 3.514,23
10	**1,53**	R$ 2.108,54	R$ 3.162,81	R$ 3.584,52
11	**1,56**	R$ 2.149,88	R$ 3.224,82	R$ 3.654,80
12	**1,59**	R$ 2.191,23	R$ 3.286,84	R$ 3.725,09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTABILIDADE
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022 A 2025.

Ata de Audiência Pública da Prefeitura Municipal de ÁGUA BOA/MT referente a Apresentação do PPA - PLANO PLURIANUAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2022-2025.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT, PARA APRESENTAÇÃO DO PPA-PLANO PLURIANUAL PARA OS EXERCICIOS 2022-2025. No dia 09 (nove) do mês de agosto de 2021, às 09h, realizada de forma online com amparo nas orientações técnica do Tribunal de Contas do Estado de MT e Decreto Municipal foi transmitido através do link **https://www.youtube.com/channel/UCDEKeTF2tpXbzAjWq...** para transparência a sociedade com exceção aos vereadores e secretários respeitando os protocolos de saúde e distanciamento para evitar a disseminação do COVID-19, no convite da Audiência Pública das peças orçamentárias publicada no diário da AMM MT no dia 26 de Julho e também no portal de transparência do Município disponibilizou endereço eletrônico **(contabilidade@aguaboa.mt.gov.br)** aberto a sociedade para sugestões e questionamentos. Sob a direção da contadora municipal Rayça Alves de Carvalho Peres iniciou a apresentação, cumprimentando todos os participantes e começa explicando que a Audiência Pública é a forma como a Lei Complementar nº101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, no Inciso I, & 1º do artigo 48, garante a transparência e a participação popular nos processos de elaboração dos orçamentos, com a participação, os cidadãos pode identificar quais as áreas de governo que julguem prioritárias para o desenvolvimento e aprimoramento da gestão pública do Município. A base Legal do Plano Plurianual é a Constituição Federal - & 2º do art. 165, Lei nº 4320/64, Lei Complementar nº 101/2000- LRF e Lei Orgânica Municipal. O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de médio prazo, que ordena as ações de governo e tem a vigência de 4 anos, contém objetivos e metas para despesas de capital e outras relativas a programas de caráter continuado (despesas correntes). Através das peças orçamentárias se planeja o PPA 2022-2025 em seguida vem a LDO que orienta e a LOA que destina os recursos. Conforme dispõe o art. 165, da Constituição Federal, a iniciativa das Leis de planos e orçamentos é do Poder Executivo. O PPA compõe –se em programas, previsão dos recursos orçamentários e sua distribuição entre os setores e entre os programas; e diretrizes, objetivos compatíveis com a orientação estratégica da gestão do Poder Executivo. O processo de elaboração do PPA 2022/2025 respeitou as destinações obrigatórias que são: Educação art. 212 da Constituição Federal Aplicação de 25% da receita resultante de Impostos no Ensino, na Saúde Art. 198 da Constituição Federal Aplicação de 15% da receita resultante de Impostos na Saúde e ao Legislativo conforme determina no Art. 29 A da Constituição Federal, com sequência explica a projeção das despesas no Plano Plurianual para os exercícios de 2022-2025 por órgão: **02 Gabinete do Prefeito, 03 Secretaria de Administração e Planejamento, 04 Secretaria de Finanças, 05 Secretaria de Educação, 06 Secretaria de Saúde, 07 Secretaria de Assistência Social, 08 Secretaria de Desenvolvimento, Industria, Comércio e Turismo, 09 Secretaria de Infraestrutura e 10 Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos**, detalhando as ações previstas nas áreas da Saúde, na Educação, Esporte, Cultura e Lazer, na Obras e Cidade, Agricultura e Assistência Social. Depois de explanar várias ações encerra sua fala dizendo que esse é o objetivo da audiência Pública a qual se demostra a transparência das ações do governo municipal, bem como a responsabilidade de cumprir o que determina a legislação, logo após a realização da audiência houve a sugestão da parte do controle interno do Município **10120 IMPLANTAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS** pois na fase de consolidação das propostas não foi observado a Implantação do Corpo de Bombeiros para o Município e **20184 MANUTENÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL** pois a manutenção do aeroporto municipal estava juntamente vinculada a outra ação com manutenção de outros imóveis públicos, ficando dessa forma objetivo e claro, em comum acordo com a Secretaria de Administração e Planejamento do Município foi encerrada a elaboração dessa peça orçamentária que ocorrerá a publicação no portal da transparência do Município e diário da AMM/MT.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 156/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 128/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 030/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: VITALMEDICA DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de bolsas de coleta de sangue para a Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue – UCT da Secretaria de Saúde de Água Boa-MT.

CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	UND FORN	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL
25020	BOLSA PARA COLETA, PROCESSAMENTO E TRANSFUSÃO DE SANGUE DUPLA - COM SISTEMA DE COLETA DE AMOSTRAS - COMPATÍVEL COM FRESENIUS KABI.	UND	400	44,00	17.600,00

Valor Total R$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

DATA: 11 de agosto de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO Nº. 054/2021

TERMO ADITIVO Nº. 002/2021 ao Contrato n°. 054/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e A. T. POMPEU EIRELI, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: – Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro.

ALTERAÇÃO: Em decorrência do AUMENTO no valor dos produtos fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Fica ACRESCIDO ao Contrato o valor de R$ 3.588,00 (Três mil e quinhentos e oitenta e oito reais).

COD	NOME	MARCA	QTD	VALOR CONTRATUAL	ACRÉSCIMO	VALOR DO REEQUILÍBRIO	TOTAL ACRÉSCIMO
15363	CIMENTO 50 KG	CIPLAN	1560	31,10	2,30	33,40	3.588,00

VALOR TOTAL: R$ 3.588,00 (Três mil e quinhentos e oitenta e oito reais).

Água Boa-MT, 10 de agosto de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 155/2021

TERMO ADITIVO Nº. 001/2021 ao Contrato n°. 155/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e MATHIC – DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: – Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro.

ALTERAÇÃO: Fica ACRESCIDO ao Contrato o valor de R$ 41.205,04 (Quarenta e um mil e duzentos e cinco reais e quatro centavos).

NOME	MARCA	QTD	VALOR. CONTRATUTAL	ACRÉSCIMO	VALOR DO REEQULIBRIO	TOTAL
AGUA SANITÁRIA 2 LT	MAGIC LIMP	2666	3,45	1,82	5,27	4.852,12
DESODORIZADOR DE AR 360 ML SPRAY	ULTRA FRESCH	840	7,50	2,02	9,52	1.696,80
SACO DE LIXO 15 LTS - 10X1	FRESCH	700	0,99	4,65	5,64	3.255,00
LEITE EM PÓ 400GR IGUAL OU SUPERIOR AO NINHO	NINHO	200	13,50	2,56	16,06	512,00
COPO DESCARTÁVEL PARA AGUA 200ML - 100X1	CRISTAL COPO	11350	4,05	2,56	6,61	29.056,00
RODO COM ESPUMA	DSR	129	5,80	6,17	11,97	795,93
CESTO DE LIXO COM - CAPACIDADE 100 LTS, MATERIAL: PLÁSTICO	ARQ PLAST	33	65,00	31,43	96,43	2.042,95

VALOR TOTAL: R$ 41.205,04 (Quarenta e um mil e duzentos e cinco reais e quatro centavos).

Água Boa-MT, 10 de agosto de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 155/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 053/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: MATHIC – DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI

OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de produtos de limpeza e de gênero alimentício, para as secretarias municipal.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
4420	AGUA SANITÁRIA 2 LT	FRASCO 1 LT	MAGIC LIMP	2666	3,45	9.197,70

4422	DESODORIZADOR DE AR 360 ML SPRAY	UND	ULTRA FRESCH	840	7,50	6.300,00
4775	SACO DE LIXO 15 LTS - 10X1	PCT 10 UND	FRESCH	700	0,99	693,00
24598	LEITE EM PÓ 400GR IGUAL OU SUPERIOR AO NINHO	LT 400 G	NINHO	200	13,50	2.700,00
24932	COPO DESCARTÁVEL PARA AGUA 200ML - 100X1	PACOTE	CRISTAL COPO	11350	4,05	45.967,50
24980	RODO COM ESPUMA	UND	DSR	129	5,80	748,20
33399	CESTO DE LIXO COM - CAPACIDADE 100 LTS, MATERIAL: PLÁSTICO	UND	ARQ PLAST	33	65,00	2.145,00

Valor Total R$ 67.751,40 (Sessenta e sete mil e setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos).

DATA: 10 de agosto de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GERENCIA DE CONVENIOS
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO: Nº 046/2021

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT

CONVENENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA - CISMA.

OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo o repasse financeiro pelo Município, ao **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia - CISMA**, da transferência de recursos financeiros **ESTADUAIS** recebidos, e que tem como finalidade o cofinanciamento estadual para custeio mensal de 10 (dez) leitos em Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Adulto, temporariamente habilitada junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento exclusivo de pacientes acometidos pela COVID-19, referente à competência **MAIO/2021**, conforme portaria Nº 507/2021/GBSES, de 27 de Julho de 2021.

RECURSOS: R$ 119.248,00 (Cento dezenove mil, duzentos e quarenta e oito reais), e serão repassados ao Conveniado em 01 (uma) parcela, de acordo com a sistemática dos recursos financeiros repassados ao Município, através do Governo Federal, e é oriundo de Recursos Vinculados, Contribuições, Portaria Nº 507/2021 de 26 de Julho de 2021 – Cofinanciamento de Leitos U.T.I. – Adulto, para atendimento exclusivo de pacientes acometidos de CORONAVIRUS - COVID-19.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

Para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio, foram designados os servidores ***Theodoro Carlos Magalhães Pinto*****,** servidor efetivo, registrado sob matricula nº 0548.1, **como Fiscal** e tendo como ***substituto, Josiel Lindenmayr Couto*****,** servidor efetivo,registrado sob matrícula nº 3258.1.

VIGÊNCIA: O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 31 de Dezembro de 2021.

DATA:

Água Boa MT, 11 de Agosto de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 017/2021

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 017/2021

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Água Boa, com sede na Avenida Planalto, 410, Centro, CEP.78635-000, Água Boa - Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 15.023.898/0001-90, neste ato representada pelo prefeito senhor Mariano Kolankiewcz Filho, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº2798934-8 -SESP/MT, e CPF nº 928.476.760-15, residente e domiciliado na Rua 09, nº 855, Centro II, Água Boa – Mato Grosso;

ESTAGIÁRIA: Lara Marianna Pereira Camargo, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade R.G. nº 3083396-5-SSP/MT e inscrição no CPF nº049.104.471-21, residente e domiciliado na Rua B, nº55, Bairro Jardim Tropical, CEP 78635-000, Água Boa Mato Grosso.

As partes acordam entre si, com o presente Termo de Compromisso de Estágio, que se regerá pelas cláusulas a seguir:

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O Objeto do presente contrato, é a prestação de serviços a serem executados pela ora denominada Estagiária, regularmente matriculada no curso de Ensino Médio, da Escola Estadual Antônio Gröhs, localizada nesta cidade de Água Boa-MT.

Cláusula 2ª. Tem como o objetivo este instrumento, fornecer a experiência prática, aperfeiçoar a qualidade técnica e científica da Estagiária, complementado o ensino e aprendizagem escolar e demais itens constantes no Convênio 01/2019, firmado entre a Prefeitura de Água Boa/MT e a Escola Estadual Antônio Gröhs.

DA JORNADA DE TRABALHO

Cláusula 3ª. A ESTAGIÁRIA executará seus trabalhos em um único turno de 06 horas corridas, compreendidas das 12:00 as 18:00 horas diariamente de segunda a sexta-feira, totalizando 30 horas semanais.

DO COMPROMISSO

Cláusula 4ª. A Estagiária se compromete a executar todas as atividades necessárias e requeridas pela Concedente, conforme necessidade e demanda, bem como se dispor a cumprir as tarefas inerentes e compatíveis com a função a qual foi designada previamente e curso escolar frequentado.

Cláusula 5ª. Fica obrigada, o ESTAGIÁRIO, informar ou esclarecer, qualquer impedimento que tenha junto a sua escola a qual estuda, tais como desistência, transferência, mudança de cidade ou outros acontecimentos que impeçam a continuação do cumprimento deste termo de compromisso.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 6ª. A Concedente pagará a Estagiária pela execução de suas atividades, a título de bolsa-estágio, o valor é de R$.724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado que será depositado BANCO Bradesco, Ag 1096, Conta Corrente nº18891-3.

Cláusula 7ª. A bolsa-estágio não se trata de remuneração trabalhista, desse modo, não gera vínculo empregatício e não incide em desconto e contribuição previdenciária.

DO RECESSO ANUAL

Cláusula 8ª. A Estagiária fará jus anualmente ao recesso remunerado de 30 (trinta) dias consecutivos, preferencialmente em período de férias escolares.

DA RESCISÃO

Cláusula 9ª. Poderão as partes, interromper, rescindir de forma direta ou unilateralmente o presente instrumento, devendo, contudo, ser expressamente informado a parte interessada com antecedência.

DO PRAZO

Cláusula 10ª. O presente instrumento terá validade de 12 (doze) meses, a contar na data de 10/08/2021, podendo ao final deste prazo ser prorrogado por igual período por uma única vez.

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 11ª. O Termo de Compromisso de Estágio entrará em vigor, a partir da data de assinatura do presente, respeitando na íntegra a Lei Municipal 1249 de 08 de dezembro de 2014, Decreto Municipal 3213 de 13 de julho de 2018, Lei Federal 11.788/2008 e Convênio n. 001/2021 da Prefeitura de Água Boa-MT-Escola Estadual Antônio Gröhs.

DO FORO

Cláusula 12ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Água Boa, estado de Mato Grosso:

Por estarem assim justos e acertados, firmam o presente termo de compromisso em duas vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Água Boa - Mato Grosso, 10 de agosto de 2021.

LARA MARIANNA PEREIRA CAMARGO

Estagiário

MARIANO KOLANKIEWCZ FILHO

Concedente

GILSON BENOVIT DIVANI SOLER

Testemunha Testemunha

ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 533, DE 29 DE JULHO DE 2021.

""DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETORA DAS ESCOLAS INDÍGENAS - SEMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 054/2011;

R E S O L V E:

Art. 1º – NOMEAR a Srª. **ELIZABETE DE OLIVEIRA BARBOZA**, portadora do RG nº 13.284.404-7 SSP/SP devidamente inscrita no CPF sob nº 086.847.378-22, PROFESSORA/40h, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de **DIRETORA DAS ESCOLAS INDÍGENAS - SEMED**, com FG-55% do Piso do Magistério/40h vigente, a partir de 01 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 261/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 29 DE JULHO DE 2021**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

NUBIA ROSANA REINHER FOSCHIERA

Secretária Municipal de Educação

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 29 de julho de 2021.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GEOOBRAS
1º NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 141/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA

MOTIVO: Para verificar as instalações elétricas da obra, pois foi constatado caixas abertas, apresentando riscos de curto circuito colocando as pessoas que frequenta a escola em riscos.

PROCESSO: 084/2020

LICITAÇÃO: TP: 013/2020

CONTRATO: 141/2020

PRAZO: 5 dias uteis após o recebimento.

Data: 11 de agosto de 2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista–MT, torna público aos interessados o resultado de licitação na modalidade **de TOMADA DE PREÇO N° 001/2021, no tipo menor preço global, para a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE BANHEIRO E REFORMA DE PISO JUNTO A ESCOLA MUNICIPAL BETEL NO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA-MT". Informamos que a licitação foi declarada DESERTA.**

Alto Boa Vista - MT, 09 de Agosto de 2021.

EDGAR FREDERICO DA SILVA Presidente de CPL

GRUPO DE PREGÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A EMPRESA EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº 975 – Vila Real, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ**

PEREIRA MARANHÃO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2743559 emitida pela SSP-GO e inscrito no CPF sob o nº 485.415.161-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPF (MF) sob o nº 04.420.916/0003-13, com sede na RODOVIA DOS IMIGRANTES – S/N – KM 8,6 – CAPELA DO PISSARÃO – CEP 78.132-400 – VARZEA GRANDE/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA, portador (a) da Carteira de Identidade n.º MG-5738021 SSP/MG, CPF/MF n.º 001.481.006-94, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, alteração de preços dos produtos asfálticos devido a reajustes setoriais ocorridos nas distribuidoras, conforme documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65 inciso II-d da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Dez da Ata de Registro de Preço nº 008/2021. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido as altas de preços setoriais ocorridos nas distribuidoras e documentos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O presente aditivo tem por objetivo, REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNIT	% REAJUSTE	PREÇO REAJUSTADO
1	EMULSÃO ASFALTICA DE IMPRIMAÇÃO – EAI	TON	3.462,72	+ 2,20%	3.538,90
2	EMULSÃO ASFALTICA RR-2C	TON	4.275,00	+ 5,69%	4.518,25

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 4.1 – As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 11 de Agosto de 2021.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA

LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

R.G. n° R.G. n°

C.P.F. n° C.P.F. nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 213/2021

PORTARIA 213/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 90 (Noventa dias) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora MARCIA EVANGELISTA JACASEMO, portadora do RG N° 16859600 SSP/MT e do CPF N°004.192.551.33, Titular do Cargo em Contrato de SERVIÇO DE APOIO I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Artigos 107 a 116 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, e no aguarde do deferimento da Pericia Medica do Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 13 de Maio de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE VIDEOCIRURGIA E INSTRUMENTAIS, APARELHO DE LASERTERAPIA E BOMBA DE INFUSÃO E EQUIPO COMPATÍVEL PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS DEPARTAMENTOS, de acordo com o projeto básico e o anexo I. Abertura às **14:30h (Horário de Brasília)** do dia **26/08/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.

mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de agosto de 2021.

Rosana Cardoso dos Santos Costa

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADESÃO Nº 010/2021, A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020 – CAMPO GRANDE - MS

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira e equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos, que o Município de Alto Taquari faz adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020 da PREFEITURA MUNICIPAL DE **CAMPO GRANDE -** MS, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED DIMERIZÁVEL COM TELEGESTÃO**. Sendo consagrada vencedora a empresa: **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI**, registrada sob o **CNPJ: 15.984.883/0001-99**, no valor total de **R$ 650.660,00 (Seiscentos e cinquenta mil e seiscentos e sessenta reais)**. Informações detalhadas com a Pregoeira e equipe de apoio pelo fone (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 11 de Agosto de 2021.

Thaís Regina Bender de Souza – Pregoeira.

LEI Nº 1213/2021

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Suplementar nas dotações do orçamento vigente, por provável excesso de arrecadação".

A **Prefeita Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa da Senhora Marilda Garofolo Sperandio,** usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de crédito Suplementar até o valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) orçamento vigente, LOA 2021, Lei 1176/2020, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64, para atender as dotações orçamentárias das secretarias em razão da insuficiência de saldo orçamentário no exercício de 2021, por provável excesso de arrecadação, conforme abaixo apresentado:

05.013000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

Fr 0142008000 - Atenção Básica Estado

2091 - Manter a Rede de Atenção Básica

319000000 - APLICAÇÃO DIRETA

339000000 - APLICACAO DIRETA 400.000,00

TOTAL GERAL R$ 400.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64; por provável excesso de arrecadação conforme repasses da Lei Complementar 176/2020.

TOTAL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$. 400.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari (MT), 10 de agosto de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 205/2021

"Decreta Situação De Emergência Nas Áreas (Urbana E Rural) Do Município De Alto Taquari/MT, Afetadas Pela Estiagem E Dá Outras Providências".

A Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado do Mato Grosso, Sr.ª MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a irregularidade de precipitação pluviométrica que atinge o município desde o segundo semestre de 2020;

CONSIDERANDO que a estiagem prolongada provoca desequilíbrio hidrológico, causando problemas no abastecimento de água aos munícipes na zona rural e urbana.

CONSIDERANDO que o desabastecimento de água representa um gravame para a saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas extraordinárias por parte do município de Alto Taquari/MT para socorrer às regiões mais afetadas pela seca;

CONSIDERANDO o parecer técnico elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada **Situação de Emergência** no território do Município de Alto Taquari– MT, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – 1.4.1.1.0.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem nas ações de resposta necessárias a minimizar os efeitos causados pela estiagem de água.

Art. 3º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5° da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta à falta de abastecimento de água, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários causados pela

estiagem, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado enquanto perdurar a situação de emergência.

Gabinete da Prefeita, Alto Taquari-MT, 10 de agosto de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA - NOTIFICAÇÃO - 012/2021

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Apiacás – MT, dia 11 de Agosto de 2021

NOTIFICAÇÃO - 012/2021

Á

ARP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ n.º 19.006.021/0001-42

Prezados Senhores;

O Departamento de Engenharia vem por meio deste, NOTIFICAR a Empresa ARP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 19.006.021/0001-42, estabelecida na cidade de Apiacás-MT, na Rua Sabiá, s/n, Bairro União, CEP -78.595.000,

Detentora do CONTRATO N° 038/2020, que tem como objeto a execução da OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO LAGO MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE APIACÁS-MT, CONFORME CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE 875965/2018 MTUR/CAIXA.

De acordo com o parecer recebido da caixa Econômica Federal, a obra "Que estiver com prazo superior a 90 (noventa) dias consecutivos sem evolução financeira, caracteriza se como paralisada e no caso de paralização da execução pelo prazo de 180 dias, a conta corrente específica do instrumento poderá ser bloqueada e, a partir desde momento, caso não haja comprovação da retomada de execução dentro de 180 dias, a CAIXA é obrigada a promover a RESCISÃO DO INSTRUMENTO, caso não se enquadre na exceção do 19 do art. 41 da PI 424/2016 (Alterada pela PI 558/2019).

Sendo assim notificasse a empresa para retomar a obra de acordo com o cronograma de execução, para que seja elaborado um BM (Boletim de Medição) com a máxima urgência.

_____

Jean Garattini Vizzotto

Eng. Civil CREA MT/035714

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 2º AUDIÊNCIA PÚBLICA (PPA 2022/2025)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2º AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022/2025

O Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto no Art. 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 e da Lei Federal nº 10.257, de 10 julho de 2001, e no uso das atribuições que lhe são conferida por lei, **CONVOCA** a população e segmentos organizados do Município de Araguaiana para participar da **2º AUDIÊNCIA PÚBLICA** para elaboração do PPA 2022/2025 a ser realizada no **dia 23 do mês de Agosto de 2021** as 10:00 horas no plenário da Câmara Municipal.

Informamos que o objetivo desta audiência é ouvir as demandas da população do município com a finalidade de elaborarmos o PPA (Plano Plurianual) para o Quadriênio de 2022 a 2025.

Adotando as medidas de segurança em decorrência da COVID-19, o uso da máscara, álcool em gel, será obrigatório aos presentes, a capacidade de participantes no recinto da câmara municipal será limitada de acordo com o Decreto nº 48/2021 que estabelece as medidas restritivas, afim de mantermos o distanciamento social e evitar o contagio.

A participação popular também se dará por meio consulta publica virtual, através do link http://araguaiana.mt.gov.br/plano-plurianual-quadr... e envio de sugestões, pleitos, opiniões, prioridades, ações de governo e demandas sociais, via correio eletrônico planejamento@araguaiana.mt.gov.br a partir do dia **20 de julho 2021 até o dia 27 de agosto de 2021.**

Araguaiana – MT, em 10 de Agosto de 2021.

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Banco Coordenadas: Latitute 16º49'11,18" S; Longitude 53º02'48,02" O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Joílson Coordenadas: Latitute 16º50'01,79" S; Longitude 53º06'36,41" O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Edivaldo Coordenadas: Latitute 16º50'12,60" S; Longitude 53º06'04,31" O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Pecuarista Coordenadas: Latitute 16º45'31,08" S; Longitude 53º12'34,23" O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Matula Coordenadas: Latitute 16º45'55,75" S; Longitude 53º11'34,09" O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Mel Coordenadas: Latitute 16º47'49,52" S; Longitude 53º12'08,19" O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Fanio Coordenadas: Latitute 16º46'30,06'' S; Longitude 53º10'53,18''O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87 torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Ponte da Lagoa Coordenadas: Latitute 16º45'27,71'' S; Longitude 53º07'49,17'' O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda. Garcés Coordenadas: Latitute 16º46'39,26'' S; Longitude 53º09'44,06'' O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha, CNPJ nº 03.947.926/0001-87,torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao projeto de Pavimentação em Concreto Simples na Av Fernando Correia da Costa localizada na sede municipal, perímetro urbano do município de Araguainha/MT.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Coxo Coordenadas: Latitute 16º48'22,81'' S; Longitude 53º01'15,46'' O.

AVISO DE LAC

A Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, CNPJ sob nº. 03.947.926/0001-87, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, localizado na comunidade Fazenda Bressan Coordenadas: Latitute 16º51'35,09'' S; Longitude 52º58'57,71'' O.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 318/2021

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA EQUIPE PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar e nomear a Equipe Pregoeira da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, composta pelos servidores abaixo relacionados:

Pregoeira (o) Titular: ELIANA PAINS DE AMORIM inscrita no CPF nº 849.430.411-91

Equipe de Apoio Titular: MARILIN SILVA DE ALBUQUERQUE inscrita no CPF nº 015.745.571-81

Equipe de Apoio Titular: ADRIANO TELES ELEODORO inscrito no CPF nº 036.193.101-81

Art. 2.º - O pregoeiro substituto deverá substituir o pregoeiro titular nas situações de ausência, devendo consignar em ata as razões da substituição.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, **em especial a Portaria nº 47/2021.**

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos onze (11) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT**, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 318/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade **Pregão** na forma **Eletrônica**, do tipo **menor preço por item**, cujo objeto é o C**ONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO TRANSPORTE ESCOLAR,** em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A realização do certame será no dia 24 de agosto de 2021, às 09h30min (horário de Brasília).

O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.brnos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 11 de agosto de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 318/2021

PORTARIA N.º 318/2021

DESIGNAR AS SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2021, CUJO OBJETO É A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONSULTA DE PREÇO, DENOMIADO TRAZ VALOR, PARA EVENTUAL PRESQUISA DE PEÇAS MECÂNICA, ELÉTRICAS, FILTROS, ACESSÓRIOS, PARA-BRISAS E OUTROS DE PRIMEIRA LINHA E GENUÍNAS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIO, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL, EM

ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear as servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2021 – L. RICARDO DE MAGALHÃES - EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 17.922.286/0001-65.

Art. 2° - Fica nomeado as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizaro objeto requisitado pela Secretaria Municipal, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelas servidoras do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sra. Daffini Mayara Correia Inácio como Fiscal Titular, responsável pelos objetos requisitados da **Secretaria de Administração.**

Sra. **Julicys Milani Carmo** - como Fiscal Suplente, responsável pelos objetos requisitados da **Secretaria de Administração.**

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02/08/2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao dez (10) dia do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT**, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 318/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade **Pregão** na forma **Eletrônica**, do tipo **menor preço por item**, cujo objeto é o **Registro de preços para Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos e na Frota Municipal, em atendimento à demanda das Secretarias Municipais.**

A realização do certame será no dia 26 de agosto de 2021, às 09h30min (horário de Brasília).

O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 11 de agosto de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

GABINETE - DEPTO JURIDICO
COVID-19: ERRATA AO DECRETO MUNICIPAL Nº 090/2021

Onde se Lê:

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES RELIGIOSAS

Art. 6º - Fica autorizada a realização de atividades religiosas em igrejas, templos e congêneres, de forma presencial, de segunda à domingo das 05h às 22h00min, desde que observados os protocolos sanitários voltados ao combate do COVID-19, com limitação de 60% (sessenta por cento) da capacidade do local, bem como:

Leia-se:

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES RELIGIOSAS

Art. 6º - Fica autorizada a realização de atividades religiosas em igrejas, templos e congêneres, de forma presencial, de segunda à domingo das 05h às **23**h00min, desde que observados os protocolos sanitários voltados ao combate do COVID-19, com limitação de 60% (sessenta por cento) da capacidade do local, bem como:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.091/2021.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência no valor de R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no §1º, III e § 3º do artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

05.001.28.846.0004.9002 – Contribuição PASEP

3390.4700 – Obrigações Tributarias e Contributivas – R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundos de excesso de arrecadação por tendência sob a fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1984 de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, na Lei n. º 1985 de 29 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual, promovendo as emendas orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 112/2021 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR**

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA, NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III e § 3º da lei 4320 de 04 de maio de 1964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.021-, na Secretaria de Finanças, Programa 0004 – Operações Especiais - Projeto atividade 9002 – Contribuição Pasep.

Onde, o crédito adicional suplementar vem de encontro a arrecadação superavitária em concretização, sendo no presente um excesso por tendência conforme dispõe o art. 43, § 3º da Lei 4320/64.

Onde, o crédito adicional suplementar solicitado se destina ao cumprimento de obrigação tributária legal atribuída ao Município pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sob a base de cálculo do recolhimento em seu inciso "III, pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas".

Posto que, sendo o excesso pressuposto em ápice de efetivação, encaminhamos o Anexo 10 da Lei 4320/64, o qual detalha a arrecadação para fins de aferição das receitas que envolve o crédito solicitado, sob a fonte de recursos 01.00 – recursos ordinários.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pelo real comportamento da arrecadação, situação que se enquadra nos dispostos da Lei n. º 4320/64 como "excesso de arrecadação por tendência, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de agosto de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 075- ASSECONT

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.092/2021.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

07.002.12.361.0009.2025 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

3390.3100 – Premiações artísticas, desportivas, culturais e cientificas – R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º. O crédito especial aberto no artigo 1º se vincula a fonte de recursos 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação.

Art. 3º. Para cobertura do crédito autorizado no artigo 1º serão utilizados os recursos orçamentários provenientes de anulações nos elementos de despesas, sob fonte de recursos 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação, com a classificação orçamentária

07.002.12.128.0009.2023 – Formação e capacitação de servidores - Fundamental

3390.1400 – Diárias - R$ 3.000,00 (três mil reais);

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 2.000,00 (dois mil reais);

07.002.12.128.0009.2038 – Formação e capacitação de funcionário – Ensino Infantil

3390.1400 – Diárias – R$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 119/2021 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária, em observação ao parágrafo 1º, Inciso III do artigo 43 da Lei 4320, de 04 de maio de 1964.

Onde o crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2021 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Programa Orçamentário 0009 – Ensino para Transformação - Projeto 2025 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Tendo por objetivo o crédito orçamentário solicitado, criar novo elemento de despesas visando subsidiar a ação planejada concernente a realização do projeto de "Prevenção as Queimadas no Município de Aripuanã" a fim de adquirir itens para premiações, conforme projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em anexo a esta propositura.

Sendo a abertura do crédito orçamentário vinculado ao crédito financeiro disponível na agência bancária 01471-0, conta bancária – 13.096-6, sob a fonte de recursos 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pela anulação orçamentária, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 081- ASSECONT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 100/2020

ORIGEM: PREGÃO N.º 072/2020 - ELETRONICO N.º 008/2020

Aos **onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** representado pela Prefeita Municipal**, Srª. SELUIR PEIXER REGHIN** e a empresa **IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ Nº. 08.952.092/0001-11, *Inscrição Estadual Nº. 13.341.554-6, Inscrição Municipal Nº. 14005,* com sede na Rua das Aroeiras, nº. 570 – Bairro: Centro, município de Sinop, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.550-224, Telefone: (066) 3532-2099, e-mail: emersonconfeccoes@hotmail.com, representada por seu proprietário **Sr. EMERSON DE OLIVEIRA COSTA,** portador do RG Nº 15371107 SSP/MT e CPF Nº. 999.090.571-15, resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 100/2020,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o registro de preço para a futura e eventual aquisição de materiais proteção individual, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	VALOR REAJUSTADO
4	684559	MASCARA N -95 PFF2 C/20	WK FLEX	CAIXA	R$ 42,00

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços n.º 100/2020.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA

CNPJ Nº. 08.952.092/0001-11

Emerson de Oliveira Costa

CPF Nº 999.090.571-15

Testemunhas:

Greicieli Batista Garcia Hilariane Hilário da Silva
CPF N.º 033.633.191-69 CPF N.º 038.944.021-30

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.351/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra. **ROSINEIA NEVES BEZERRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2435700-6 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 043.469.969-14, para exercer o Cargo de Carreira de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE – SEDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer***,** a partir do dia 11/08/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de agosto de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **13.351/2021** de nomeação referente ao mês 08/2021, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2021

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 94/2020

Aos **onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** representado pela Prefeita Municipal**, Sr.ª SELUIR PEIXER REGHIN** e a empresa **D. ROSSETTO E ROSSETTO LTDA EPP** inscrita no **CNPJ Nº 20.116.879/0001-49**, Inscrição Estadual Nº. 13.540.356-1, Inscrição Municipal Nº. 4035458987, com sede na Rua 07 de Setembro, nº. 555, Bairro Centro, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000 - Telefone: (066) 3565-1435, e-mail: rossettosupermercado@hotmail.com, representada por sua procuradora **Sra. Rosemari Gutkoski Rossetto**, portadora do RG Nº 08294453 SSP/MT e CPF Nº. 593.236.631-15, resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 24/2021,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste município de Aripuanã-MT.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	VALOR DE REJUSTE SOLICITADO
1	51154	AÇUCAR CRIST. SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DA CANA-DE-ACUCAR (SACCHARUM OFFICINARUM L.) CRISTAL, BRANCO ASPECTO GRANULADO FINO A MEDIO, ISENTO DE MATERIA TERROSA, LIVRE DE UMID. E FRAG. ESTR. ACOND. EM EMBAL. POLIET. TRANS. ORIG. DO FRAB. FARDO 15X02 KG.	UNI	**ITAMARATY**	90,32
14	689345	CARNE BOVINA DE SEGUNDA, CARNE PROVENIENTE DE MACHOS DA ESPECIE BOVINA, SADIOS, ABATIDOS SOB INSPECAO SANITARIA E VETERINARIA CONSTANDO O NUMERO DE INSCRICAO SIF OU SIE E MANIPULADAS EM CONDICOES HIGIENICAS SATISIFATORIAS, SO SERAO ACEITO CARNE DE SEGUNDA DE BOA QUALIDADE, SEM OSSO E/OU PEDACOS DE NERVOS E GORDURAS APARENTES COM COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDAVEL SENDO OS CORTES DE MUSCULO TRASEIRO E ACEM. NAO SERAO ACEITO CARNE COM ODOR. COR E SABOR IMPROPIOS AO PRODUTO E/OU ASPECTO AMOLECIDO. PEGAJOSO, ESVERDEADO E PARDACENTO. EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, ISENTA DE ADITIVOS OU SUBSTANCIA ESTRANHAS QUE SEJAM IMPROPIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS (FISICAS QUIMICAS E ORGANOLEPTICAS) DEVERAO SER ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PRIMARIA CONSTITUIDA DE PLASTICO ATOXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E OU ACAO DE MICROORNISMOS. EM PACOTES DE 5 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM INSPECAO DE PESO, VALIDADE, DO PRODUTO E MARCA/PROCEDENCIA. VALIDADE A VENCER DE NO MINIMO 3 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ENTREGUE NAS UNIDADES ESCOLARES DUAS VEZES AO MES, CONFORME CONTRATO. (ESCOLAS E C.E.I.S).	KG		33,32
15	689346	CARNE BOVINA MOIDA CORTE MUSCULO MOIDO, MAGRO, SEM GORDURA E SEBO, ISENTA DE ADITIVOS OU SUBSTANCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPROPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS (FISICAS QUIMICAS E ORGANOLEPTICAS). SABOR E ODOR	KG		26,46
21	688616	COSTELA BOVINA, SEM OSSO, EM CUBOS DE 60 GRAMAS, COM NO MÁXIMO DE 10% DE GORDURA EXTRA MUSCULAR, EM EMBALAGENS DE NO MÁXIMO 5 KG. RESFRIADA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	KG		28,53
36	688652	MARGARINA VEGETAL PRODUTO INDUSTRIALIZADO PREPARADO PELA HIDROGENACAO DE OLEOS VEGETAIS, LEITE PASTEURIZADO E OUTROS PRODUTOS BATIDA ATE FICAR HOMOGENEA. ENRIQUECIDO DE VITAMINAS NAO ADICIONADAS DE SAL APRESENTACAO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES E DEVERAO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE BOLORES. EMBALAGEM PRIMARIA COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ESPECIFICACAO DOS INGREDIENTES, INFORMACAO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE E INFORMACOES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO, COM TEOR DE LIPIDIO MINIMO 70% EM PORCAO DE 10G,O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. EMBALAGEM CONTENDO 01 KG. IGUAL OU SEMELHANTE A MARCA PRIMOR.	KG	**PRIMOR**	17,50
25	688628	FEIJAO TIPO UM, CARIOQUINHA, NOVO, GRAOS INTEIROS, ASPECTOS BRILHOSO, LISO ISENTO DE MATERIA TERROSA, PEDRAS OU CORPOS ESTRANHOS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, VALIDADE MINIMA DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA M.A. 161 DE 24/07/1987. PACOTE CONTENDO 01 KG	KG	**MASSON**	7,80
26	51135	FUBA DE MILHO, EMBALAGEM DE 500G.COM IDENT.DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALID.E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.E TER REGISTRO NO MINIST.DA AGRICULTURA OU MINIST.DA SAUDE.	UN	**CAMPILAR**	3,22
41	51847	PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A	KG		4,99
42	51446	REPOLHO BRANCO, DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM RES. N.12/78 DA CNNPA.	KG		4,75

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços n.º 24/2021.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

D. ROSSETTO E ROSSETTO LTDA EPP

CNPJ Nº. 20.116.879/0001-49

Rosemari Gutkoski Rossetto

CPF N.º 593.236.631-15

Procuradora

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Greicieli Batista Garcia

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 033.633.191-69

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital n.º 39/2021, levado a efeito às **14h00min** do dia **11/08/2021** teve como resultado: ***LICITAÇÃO DESERTA.*** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 11 de Agosto de 2021.

Andréia Pereira da Silva

Pregoeiro

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4.239/2021.

SÚMULA:

"CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2019, CONFORME LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99, 095 e 096/2014".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando os Memorandos nºs 0525/2021/SEMEC e 048 E 049/SEMUFI/2021, os quais solicitam convocação de classificados no Concurso Público Municipal 001/2019, em razão dos pedidos de exoneração dos Servidores ***Camila Cieslik Persch, Flavia Graziele Oliani Menezes e Edna Carvalho Fenski;***

DECRETA:

ARTIGO 1º Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, classificados no concurso público 01/2019, de acordo com a ordem de classificação do Decreto de homologação nº 3.739/2020, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, na Secretaria Adjunta de Administração desta Prefeitura, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. Os candidatos deverá apresentar os documentos constantes do Anexo II (Checklist);

1.2. O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente Decreto e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ARTIGO 2º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

ANEXO I

Convocado	Cargo
Nayara Pereira da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional – TDE – Conselvan

Convocado	Cargo
Dieli Grassi	Agente Administrativo – Sede
Marcelo Fenski	Fiscal Tributário – Sede

ANEXO II

CHECKLIST

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA NOMEAÇAO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada)				
Seq.	**DOCUMENTO**	**Sim**	**Não**	**OBS**
1	Cópia Cédula de Identidade - RG;			
2	Cópia Certidão de nascimento, casamento, divórcio; No caso de casado, trazer CPF e RG do Cônjuge.			
3	Cópia Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);			
4	Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso;			
5	Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física, emitido pelo site da Receita Federal;			
6	Cartão PIS / PASEP;			
7	Título de Eleitor;			
8	Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato encontra-se quite com a Justiça Eleitoral;			
09	Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);			
10	Certidão negativa fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus;			
11	Certificado de conclusão de Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN para os can-			

	didatos ao cargo de Motorista de Ônibus, de acordo com a Resolução nº. 285/08 de 29 de julho de 2008;			
12	D**uas (02) fotos 3x4 coloridas;**			
13	Certidão de regularidade do Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;			
14	Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a categoria exigida no edital;			
15	Certificado de Reservista (sexo masculino);			
16	Comprovante de escolaridade através de histórico escolar, diploma, ou certificado de conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;			
17	Certificado de formação em informática, conforme exigência do cargo a que concorreu;			
18	Emitir Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta Prefeitura no Setor de Tributos/DAE)			
19	Comprovante de residência no nome do candidato ex. (conta de água, luz, telefone), ou instrumento emitido pelo candidato declarando que reside no endereço constante na conta anexa.			
20	Declaração de acúmulo ou não de cargo público; (Anexo IV)			
21	Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão no qual exercerá a sua função; (Anexo V)			
22	Declaração de bens; (Anexo VII)			
23	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam este edital; (Anexo VI)			
24	Atestado de Saúde, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo; Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município.			
25	Comprovante da conta corrente bancária do Banco do Brasil;			
26	Cópia da carteira de trabalho onde tem a foto e os dados pessoais			
27	CPF Pai/Mãe/Filhos			
28	Endereço de E-mail			
29	Numero de Telefone			
30	Qualificação Cadastral do e-social. http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial			
31	Outros			

Aripuanã, ____ de _____ de 2.021.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Adjunta de Administração

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.089/2021.

SÚMULA:

“AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 44.903,18 (quarenta e quatro mil, novecentos e três reais e dezoito centavos) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

09.001.10.122.0027.1025 – Enfrentamento da emergência COVID 19

3390.3000 – Material de consumo – R$ 44.903,18 (quarenta e quatro mil, novecentos e três reais e dezoito centavos);

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado será utilizado recursos financeiros no valor de R$ 44.903,18 (quarenta e quatro mil, novecentos e três reais e dezoito centavos) - sob a fonte de recursos 03.00 – Recursos de Exercícios Anteriores – Recursos Ordinários, referente a Recursos do Termo de Cooperação Técnico Financeira para COVID 19, saldo remanescente,

Art. 3º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1984 de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual, promovendo as emendas orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 108/2021 que “**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIOES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da lei 4320 de 04 de maio de 1964.

A abertura do crédito adicional visa reforçar o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, no Programa 0027 – Enfrentamento a emergência COVID - Projeto 1025 – Enfrentamento da Emergência COVID 19.

Onde a abertura do crédito orçamentário está vinculado ao crédito financeiro disponível na agência bancária do Banco do Brasil n.º 01471-0, contas bancárias:

1. 32.855-3 – no valor de R$ 13.909,22 (treze mil, novecentos e nove reais e vinte e dois centavos) sob a fonte de recursos 03.00 – Recursos de Exercícios Anteriores – Recursos Ordinários, saldo residual vinculado ao Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº 001/2020;

2. 32.318-7 – no valor de R$ 30.993,96 (trinta mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos), sob a fonte de recursos 03.00 – Recursos de Exercícios Anteriores – Recursos Ordinários, saldo residual vinculado ao Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº 002/2020.

O crédito solicitado visa subsidiar a aquisição de insumos, medicamentos, alimentos, materiais de limpeza e combustível para o Hospital Municipal e demais despesas relacionadas ao transporte de material para análise sorológica de pacientes relacionados a suspeita de COVID 19, conforme plano de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde de n.º 27/2021, anexo.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial referente a recursos próprios para investimento em saúde, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 071- ASSECONT

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 116/2021

AO CONTRATO Nº 016/2021; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA LEVANTAMENTOS, ESTUDOS TOPOGRÁFICOS, GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM UMA ÁREA DE 95.638M² DESTINADA PARA LOTEAMENTO RESIDENCIAL (284 LOTES) QUE COMPREENDE O PROGRAMA MT-PAR, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO; ÊXITO EMPREENDIMENTOS LTDA; ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO 11/08/2021 A 08/11/2021.

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.090/2021.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 81.221,76 (oitenta e um mil, duzentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

06.002.08.122.0027.1026 – Enfrentamento da emergência COVID 19.

3390.3000 –Material de Consumo – R$ 12.921,76 (doze mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

4490.5200 – Equipamentos e material permanente – R$ 68.300,00 (sessenta e oito mil e trezentos reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundos de superávit financeiro, sob a fonte de recursos 03. 29.07400 – Recursos de Exercícios Anteriores - Transferências de recursos para Assistência Social, com expressa destinação a ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1984 de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, na Lei n. º 1985 de 29 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual, promovendo as emendas orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 110/2021 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da lei 4320 de 04 de maio de 1964.

Onde o crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, na Secretaria de Assistência Social, Programa 0027 – Enfrentamento da Emergência COVID - Projeto atividade 1026 – Enfrentamento da Emergência COVID 19.

O crédito adicional especial solicitado visa propiciar a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e insumos de higiene e prevenção da contaminação da COVID 19, destinado ao uso de servidores e para a utilização dos usuários, bem como a aquisição de veículo utilitário tipo passeio para melhor desenvolver os serviços da equipe do CRAS junto a população de forma mais ágil e eficiente.

Ainda, a aquisição do veículo possibilitará a gestão independente dos trabalhos, tanto quanto ao atendimento de demandas que surgirem na execução do plano de trabalho da Secretaria de Assistência Social.

O crédito adicional especial compõe o montante balizado pela "mediana" para a aquisição por meio de certame licitatório de:

Ø 01 (um) veículo tipo passeio, zero km, equipado com motor 1.0 flex 5 marchas, tração dianteira, direção hidráulica, suspensão tipo McPherson, peso 933 kg, tanque de 47 litros, potência 75 cv e 5 passageiros.

Conforme melhor detalhamento constante do Plano de Trabalho 012/2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social anexo.

A abertura do crédito adicional vincula-se ao saldo financeiro, a título de superávit financeiro de exercícios anteriores vinculado a agência 1471-0 do Banco do Brasil, conta bancária 29.125-0, sob a fonte de recursos 03. 29.07400 – Recursos de Exercícios Anteriores - Transferências de recursos para Assistência Social, com expressa destinação a ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado no fechamento do balanço patrimonial referente a recursos de transferência recebidos do Ministério da Saúde vinculado a finalidade especifica, a título de superávit financeiro, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL073- ASSECONT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 312/2021

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 284/2021

CONTRATO Nº: 312/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: SABRINA DA SILVA FERREIRA FAND EIRELI

CNPJ: 27.015.036/0001-03

OBJETO: Contratação de empresa especializada na aquisição de refeição tipo marmitex, para atender a Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos.

VALOR: R$ 84.900,00 (oitenta e quatro mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 11/08/2021 a 31/12/2021**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021
Processo de Licitação: 48/2021 **Data do Processo: 16/07/2021**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 48/2021

b) Licitação nº: 17/2021

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 10/08/2021

e) Data Adjudicação: 05/08/2021

f) Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO

g) Fornecedores Vencedores:

Item	40 Código	LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70 AV AMAZONAS, SN - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: 66 35381132 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	011.002.176	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI, PARA ASSENTAMENTO DE CERAMICA, EMBALAGEM COM 20KG, CONFORME NBR 14.081	UN	100	23,33	2.333,00
2	013.001.060	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20KG	UN	200	42,33	8.466,00
3	011.001.018	ARGAMASSA SC 20KG	UN	200	21,00	4.200,00
4	011.003.101	ARMARIO PLASTICO PERFIL ALUMINIO 36X 45X 10CM	UN	15	164,66	2.469,90
5	099.003.009	ARRUELA BORRACHA	UN	200	0,25	50,00
6	011.001.053	BARRA ROSCADA 3/8	UN	4000	8,00	32.000,00
7	011.003.105	BARRA ROSCAVEL 1"	UN	1000	34,66	34.660,00
8	011.003.103	BARRA ROSCAVEL 1/2	UN	1000	14,00	14.000,00
9	011.001.757	BARRA ROSCAVEL 1/4	UN	1000	5,00	5.000,00
10	011.003.106	BARRA ROSCAVEL 3/4	UN	1000	30,00	30.000,00
11	011.003.104	BARRA ROSCAVEL 3/8	UN	1000	8,33	8.330,00
12	011.001.539	BARRA ROSCAVEL 5/16	UN	110	6,50	715,00
13	011.001.578	BETONEIRA 400 L RB C/ MOTOR 02 CV	UN	5	5.266,66	26.333,30
14	099.001.777	BORRACHA PARA RODO DE ALUMINIO 400MM	UN	15	20,00	300,00
15	013.001.084	BROCA MOTO SERRA 1/2	UN	15	47,33	709,95
16	013.001.085	BROCA MOTO SERRA 3/8	UN	15	44,00	660,00
17	013.001.086	BROCA MOTO SERRA 5/8	UN	15	60,66	909,90
18	011.003.111	BROCA MOTO SERRA 7/16	UN	15	74,66	1.119,90
19	011.003.112	BROCA MOTO SERRA 9/16	UN	15	80,00	1.200,00
20	013.001.282	BROCA VIDEA CONCRETO LONGA 1/4 6,5MM	UN	20	15,00	300,00
21	011.003.119	BUCHA E ARRUELA 1P ELETRODUTO (PA)	UN	200	5,00	1.000,00

22	013.001.106	BUCHA NYLON ANEL S Nº 8	UN	200	0,50	100,00
23	013.001.104	BUCHA NYLON ANEL S Nº 6	UN	200	0,40	80,00
24	011.001.065	BUCHA NYLON N 10	UN	100	0,60	60,00
25	011.001.545	CAPOTE DE BARRO	UN	1000	6,00	6.000,00
26	011.001.129	CAPOTE PARA TELHA 366	UN	100	57,00	5.700,00
27	011.001.131	CASCALHO LAVADO (BRITA)	MT	1000	326,66	326.660,00
28	011.002.215	CASCALHO LAVADO (CONCRETO)	MT	1000	260,00	260.000,00
29	011.001.133	CATALISADOR PARA MASSA PLASTICA 7	UN	30	5,00	150,00
30	013.001.133	CERAMICA PEI 5	MT	500	40,00	20.000,00
31	011.001.135	CERAMICA PEI4	MT	500	35,00	17.500,00
32	011.002.216	CERAMICA REVESTIMENTO 33X57	MT	50	35,00	1.750,00
33	011.003.130	CHAPA DE ACABAMENTO 150 (150X15X18)	UN	20	105,00	2.100,00
34	011.003.131	CHAPA DE EMENDA 40 ESTREITA	UN	20	35,00	700,00
35	011.003.132	CHAPA DE EMENDA 40 LARGA	UN	20	40,00	800,00
36	011.001.137	CIMENTO 50KG	UN	1000	40,00	40.000,00
37	013.001.413	COLA SUPER LIGHT UNIVERSAL 495 GR	UN	20	25,00	500,00
38	011.002.224	CONJ SANIT 2 PC - ACOPLADO (CORES DIVERSAS)	UN	10	376,66	3.766,60
39	011.002.223	CONJ SANIT 2PC - ACOPLADO (BRANCO)	UN	10	376,66	3.766,60
40	011.002.226	CONJ SANIT 4 PC - ACOPLADO (CORES DIVERSAS)	UN	10	616,66	6.166,60
41	011.002.225	CONJU SANIT 3 PC - CORES DIVERSAS	UN	10	426,66	4.266,60
42	011.002.232	CUNHA (PLASTICA) P/ FERRAMENTA	UN	100	3,33	333,00
43	011.001.604	DENTE DE CORRENTE DE MOTO SERRA	UN	100	2,33	233,00
44	011.003.144	ESTICADOR P CORDOALHA 1/2X45CM	UN	20	14,00	280,00
45	011.003.154	FERRO PUA 5/16 8 POL	UN	200	30,00	6.000,00
46	013.001.408	FERRO VERGALHÃO 1/2	UN	200	200,00	40.000,00
47	013.001.406	FERRO VERGALHÃO 1/4	UN	200	60,00	12.000,00
48	013.001.024	FERRO VERGALHÃO 3/8	UN	200	130,00	26.000,00
49	013.001.407	FERRO VERGALHÃO 5.0	UN	200	45,00	9.000,00
50	011.001.563	FERRO VERGALHÃO 5/16	UN	200	90,00	18.000,00
51	011.003.155	FERRO VERGALHÃO 5/8	UN	200	330,00	66.000,00
52	011.003.049	FITA ADESIVA ALUMINIZADA (EMPACOT. 20CM X10CM	MT	100	10,00	1.000,00
53	011.003.051	FITA ADESIVA ALUMINIZADA (EMPACOT. 30CM X10 CM	MT	100	12,00	1.200,00
54	011.003.164	GANCHINHO BUCHA N° 10 (ENCARTELADO)	UN	20	2,80	56,00
55	011.003.169	GRAMPO MADEIRAMENTO (ESTRIBO) 2X3/ 16X30 CM	UN	15	20,00	300,00
56	011.003.173	IMPERMEABILIZANTE 900 ML (NEUTROL OU OUTRO SIMILAR)	UN	20	32,00	640,00
57	013.001.416	JANELA BASCULANTE ALUMINIO 40X40 CM	UN	20	95,00	1.900,00
58	013.001.417	JANELA BASCULANTE ALUMINIO 40X60 CM	UN	20	120,00	2.400,00
59	013.001.422	KIT VARÃO CORTINA 19MM X 3M ALUMINIO BRANCO	UN	10	52,00	520,00
60	013.001.423	KIT VARÃO SIMP 2M CROMADO	UN	10	36,00	360,00
61	011.001.307	MANGOTE 1´ SUCCAO POLEGADA	MT	50	18,00	900,00
62	011.001.638	MANGOTE 2 SUCCAO POLEGADA	UN	50	44,00	2.200,00
63	011.003.195	MASSA CAPO BRANCO 400 GR	UN	50	29,00	1.450,00
64	013.001.430	MASSA RAPIDA 620 G (PREMIUM)	UN	50	30,00	1.500,00

65	013.001.431	MICTORIO BRANCO	UN	20	300,00	6.000,00
66	013.001.432	MIGUELÃO	UN	20	2,00	40,00
67	013.001.433	MOTO SERRA CHAVE COMBINADA	UN	10	15,00	150,00
68	011.003.211	PARAFUSO AUTO BROC LOTUS PLUS METALON	UN	500	0,40	200,00
69	011.003.200	PARAFUSO AUTO BROCANTE 12X1.1/2	UN	500	0,50	250,00
70	011.003.218	PARAFUSO AUTO BROCANTE 12X1.1/2 TELHA DE ZINCO	UN	500	1,50	750,00
71	011.003.201	PARAFUSO AUTO BROCANTE 12X2	UN	500	0,60	300,00
72	011.003.202	PARAFUSO AUTO BROCANTE P/ TELHA 10MM	UN	500	1,50	750,00
73	011.003.212	PARAFUSO CHUMBADOR CBA 1/4X2	UN	500	1,00	500,00
74	011.003.213	PARAFUSO CHUMBADOR CBA 1/4X3	UN	500	1,00	500,00
75	011.001.658	PARAFUSO COM BUCHA N 12	UN	500	1,20	600,00
76	011.003.203	PARAFUSO DRYWALL CPB 3.5X45	UN	5000	0,40	2.000,00
77	011.003.204	PARAFUSO DRYWALL CPB 3.5X6	UN	5000	0,45	2.250,00
78	011.003.214	PARAFUSO FRANCES 1/4 4,5P	UN	500	1,00	500,00
79	011.003.215	PARAFUSO FRANCES 3/8 4 P	UN	500	2,50	1.250,00
80	011.003.216	PARAFUSO FRANCES 5/16 4P	UN	500	1,80	900,00
81	013.001.143	PARAFUSO P TELHA 366	UN	5000	1,00	5.000,00
82	011.003.075	PARAFUSO PARA FORRO (MADEIRA E METALON).	UN	5000	0,30	1.500,00
83	004.001.056	PARAFUSO PHILIPS	UN	500	0,25	125,00
84	011.003.219	PERF. G 6M 15X40 100 40X15 CHAPA 14	UN	200	340,00	68.000,00
85	011.002.029	PERF. G 6M 15X40 75 40X15 CHAPA 14	UN	200	293,28	58.656,00
86	013.001.436	PIA AÇO INOX 120X52 CM	UN	5	250,00	1.250,00
87	013.001.437	PIA AÇO INOX 140X53CM	UN	5	270,00	1.350,00
88	013.001.438	PIA AÇO INOX 150X53CM	UN	5	300,00	1.500,00
89	013.001.439	PIA AÇO INOX 160X53CM	UN	5	325,00	1.625,00
90	013.001.442	PIA SINTETICA FIBRA 150X50CM	UN	5	200,00	1.000,00
91	013.001.443	PIA SINTETICA FIBRA 2,00X56 CM	UN	5	320,00	1.600,00
92	011.001.668	PISTOLA DE AR DIRETO	UN	10	78,00	780,00
93	011.003.059	PLACA COMPRENSADO 4MM	UN	100	75,00	7.500,00
94	011.003.060	PLACA COMPRESSADO 06 MM	UN	100	100,00	10.000,00
95	013.001.452	PLACA COMPRESSADO 15MM	UN	100	200,00	20.000,00
96	011.001.382	PREGO 12X12	KG	50	28,00	1.400,00
97	013.001.457	PREGO 15X15	UN	50	30,00	1.500,00
98	013.001.458	PREGO 15X21	KG	50	30,00	1.500,00
99	011.001.377	PREGO 18X27	KG	50	28,00	1.400,00
100	013.001.459	PREGO 18X30/ 18X36	KG	50	28,00	1.400,00
101	013.001.460	PREGO 19X27 / 19X30 / 19X36	KG	50	28,00	1.400,00
102	013.001.461	PREGO 19X39 / 19X33	KG	50	28,00	1.400,00
103	013.001.462	PREGO 19X42	KG	50	28,00	1.400,00
104	013.001.463	PREGO 20X30 / 20X33	KG	50	28,00	1.400,00
105	013.001.464	PREGO 22X42 / 22X45	KG	50	28,00	1.400,00
106	011.001.375	PREGO 22X48	KG	50	28,00	1.400,00
107	011.001.374	PREGO 24X60	KG	50	28,00	1.400,00

108	013.001.468	PREGO TELHEIRO 18X30 500G	KG	50	30,00	1.500,00
109	004.004.725	PRIMER UNIVERSAL CINZA	UN	15	40,00	600,00
110	013.001.410	RESINA POLIÉSTER 900 ML	UN	15	40,00	600,00
111	013.001.479	RODIZIO GIRATORIO GEL E COM FREIO	UN	50	13,00	650,00
112	013.001.480	RODIZIO GIRATORIO LEVE ZIN C/ PLACA	UN	10	13,00	130,00
113	013.001.481	RODIZIO GIRATORIO LEVE ZINCADO C/ PLACA FREIO	UN	10	20,00	200,00
114	013.001.478	RODIZIO GIRATORIO/BASE PVS GIRATORIO (LEVE)	UN	10	14,00	140,00
115	011.001.680	SAIBRE MOTO SERRA 36 DENTES	UN	10	300,00	3.000,00
116	011.001.681	SAIBRE MOTO SERRA 42 DENTES	UN	10	380,00	3.800,00
117	011.003.225	SAIBRE P/ ROÇADEIRA	UN	20	100,00	2.000,00
118	013.001.490	TAMPA PARA CAIXA D'AGUA 2000L	UN	5	340,00	1.700,00
119	013.001.491	TAMPA PARA CAIXA D'ÁGUA 3000L	UN	5	715,00	3.575,00
120	011.001.690	TAMPA PARA CAIXA DAGUA 1000L	UN	5	120,00	600,00
121	011.001.689	TAMPA PARA CAIXA DGUA 500L	UN	5	60,00	300,00
122	004.004.728	TAMPA PARA TANQUE TODAS AS CORES	UN	5	1,50	7,50
126	013.001.496	TANQUE SINTETICO TRIPLO 1,55X0,56 E 1,45X0,50	UN	5	220,00	1.100,00
127	013.001.497	TANQUE SINTETICO TRIPLO 1,63/1.65X0,57/055	UN	5	418,00	2.090,00
128	013.001.498	TANQUE SINTETICO TRIPLO 1,80X0,63	UN	5	500,00	2.500,00
129	153.002.001	TELA CIRANDA FUBBA 1MX12,5M FIO 32	MT	15	30,00	450,00
130	013.001.499	TELHA / ROMANA / PORTUGUES	UN	5000	2,50	12.500,00
131	013.001.500	TELHA ETERNIT 2,44X0,50	UN	2000	30,00	60.000,00
132	013.001.501	TELHA ETERNIT 2,44X1,10	UN	200	110,00	22.000,00
133	013.001.502	TELHA ETERNIT 3,66X1,10	UN	200	165,00	33.000,00
134	013.001.504	TELHA PAULISTINHA	UN	200	5,00	1.000,00
135	013.001.505	TELHA TRANSPARENTE	UN	50	25,00	1.250,00
136	013.001.518	TUBO QUAD 16X16 - CHAPA 18 (METALOM)	UN	500	65,00	32.500,00
137	013.001.519	TUBO QUAD 20X20 - CHAPA 18 (METALOM)	UN	500	80,00	40.000,00
138	011.003.061	TUBO QUAD 30X20- CHAPA 18 (METALOM)	UN	500	92,00	46.000,00
139	013.001.521	TUBO QUAD GALVANISADO 20X20 (METALON)	UN	500	52,00	26.000,00
140	013.001.520	TUBO QUAD GALVANIZADO 16X16 (METALON)	UN	500	44,00	22.000,00
141	013.001.543	PORTA ALUMINIO BRANCA COM POSTIGO E VIDRO 2,15X0,85	UN	20	1.060,00	21.200,00
142	013.001.544	JANELA SEM GRADE COM VIDRO 150X100	UN	20	500,00	10.000,00
143	013.001.545	CERÂMICA HD 56X56 57X57 60X60	M2	500	45,00	22.500,00
144	011.002.264	TÁBUA DE CAIXARIA 3MX20CMX2ESP	MT	100	28,00	2.800,00
145	011.002.265	TÁBUA DE CAIXARIA 3MX25CMX2ESP	MT	100	36,00	3.600,00
146	011.002.263	TÁBUA DE CAIXARIA 3MX30CMX2ESP	MT	100	40,00	4.000,00
147	013.001.549	GABINETE P/ PIA 1,50 METROS	UN	5	1.000,00	5.000,00
148	013.001.550	GABINETE P/ PIA 1,60 METROS	UN	5	1.050,00	5.250,00
149	013.001.551	GABINETE P/ PIA 1,20 METROS	UN	5	850,00	4.250,00
150	153.002.011	TELA MALHA SOLDADA 4.2 15X15 -2X3M	UN	200	130,00	26.000,00
		Total do Proponente				1.706.713,85

Ficando negociado o valor total de R$ 1.706.713,85 (Um milhão setecentos e seis mil e setecentos e treze reais e oitenta e cinco centavos).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 10 de Agosto de 2021.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2021

PREGÃO PRESENCIAL N. 17/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2021

Pelo presente instrumento O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, S/N, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP/GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME, CNPJ: 05.511.353/0001-70** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Federal 7.892/13, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se a presente ARP nos termos da Lei nº 8.666/93 bem como no Decreto Federal 7.892/13, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA

3.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial 17/2021 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520 e nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.1.1 Os materiais/instrumentos deverão ser entregues de acordo com as especificações e normas em vigor (sujeitas a exames de qualidade) pela licitante vencedora, sendo que o Município poderá também examiná-las durante o recebimento. **O prazo de fornecimento será de até 05 dias após recebimento da NPC (Nota de Pedido de Compra)** sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas neste Termo;

3.1.2. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para entrega do objeto, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa a necessidade de maior prazo, bem como estipular qual seria o prazo adequado e o porquê;

3.1.3. **Todos os custos de entrega e de possíveis devoluções, tais como fretes, embalagens, taxas, etc, correrão por conta exclusiva do fornecedor;**

3.1.4. Os produtos entregues e que não satisfaçam as especificações, serão imediatamente devolvidos e substituídos por outros que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensas da empresa responsável pelo fornecimento.

3.2. O objeto solicitado deverá ser entregue conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso apresente algum objeto fora da validade/fabricação ou com embalagem violada ou com material inferior as especificações apresentadas, deverá ser imediatamente trocado, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.3. Caso seja verificada alguma falha no fornecimento será feito registro formal e informado a CONTRATADA, para que proceda a substituição, no **prazo de 03 (Três) dias corridos**.

3.4. Os objetos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, deverão ser substituídos, no prazo **máximo de até 03 (Três) dias** corridos, a partir da data de comunicação feita pela Unidade Requisitante.

3.5. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades descritas na Nota de Pedido de Compra e deverão estar acondicionados adequadamente.

3.6. Nos preços cotados **deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.**

3.7. Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

3.13. Os produtos deverão ser entregues no Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, sendo que o local de entrega será definido no pedido. Caso não conste a menção do local de entrega, esta ocorrerá no Almoxarife da Prefeitura Municipal (Av. Marco Aurélio Fullin, S/N, Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT)

4. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresas Vencedoras:

NOME: LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70	
CEP: 78678-000	**CIDADE/UF: BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT**
TELEFONE: 66 35381132	**E-MAIL: lp.dossantos@hotmail.com**
REPRESENTANTE LEGAL: LENITA PEREIRA DOS SANTOS FERNANDES	
RG: 2626583	**CPF:** 441.644.241-68
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS	

Item	40 Código	LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70 AV AMAZONAS, SN - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: 66 35381132 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	011.002.176	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI, PARA ASSENTAMENTO DE CERAMICA, EM-BALAGEM COM 20KG, CONFORME NBR 14.081	UN	100	23,33	2.333,00
2	013.001.060	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20KG	UN	200	42,33	8.466,00
3	011.001.018	ARGAMASSA SC 20KG	UN	200	21,00	4.200,00
4	011.003.101	ARMARIO PLASTICO PERFIL ALUMINIO 36X 45X 10CM	UN	15	164,66	2.469,90
5	099.003.009	ARRUELA BORRACHA	UN	200	0,25	50,00
6	011.001.053	BARRA ROSCADA 3/8	UN	4000	8,00	32.000,00
7	011.003.105	BARRA ROSCAVEL 1"	UN	1000	34,66	34.660,00
8	011.003.103	BARRA ROSCAVEL 1/2	UN	1000	14,00	14.000,00
9	011.001.757	BARRA ROSCAVEL 1/4	UN	1000	5,00	5.000,00
10	011.003.106	BARRA ROSCAVEL 3/4	UN	1000	30,00	30.000,00
11	011.003.104	BARRA ROSCAVEL 3/8	UN	1000	8,33	8.330,00
12	011.001.539	BARRA ROSCAVEL 5/16	UN	110	6,50	715,00
13	011.001.578	BETONEIRA 400 L RB C/ MOTOR 02 CV	UN	5	5.266,66	26.333,30
14	099.001.777	BORRACHA PARA RODO DE ALUMINIO 400MM	UN	15	20,00	300,00
15	013.001.084	BROCA MOTO SERRA 1/2	UN	15	47,33	709,95
16	013.001.085	BROCA MOTO SERRA 3/8	UN	15	44,00	660,00
17	013.001.086	BROCA MOTO SERRA 5/8	UN	15	60,66	909,90
18	011.003.111	BROCA MOTO SERRA 7/16	UN	15	74,66	1.119,90
19	011.003.112	BROCA MOTO SERRA 9/16	UN	15	80,00	1.200,00
20	013.001.282	BROCA VIDEA CONCRETO LONGA 1/4 6,5MM	UN	20	15,00	300,00
21	011.003.119	BUCHA E ARRUELA 1P ELETRODUTO (PA)	UN	200	5,00	1.000,00
22	013.001.106	BUCHA NYLON ANEL S Nº 8	UN	200	0,50	100,00
23	013.001.104	BUCHA NYLON ANEL S Nº 6	UN	200	0,40	80,00
24	011.001.065	BUCHA NYLON N 10	UN	100	0,60	60,00
25	011.001.545	CAPOTE DE BARRO	UN	1000	6,00	6.000,00
26	011.001.129	CAPOTE PARA TELHA 366	UN	100	57,00	5.700,00
27	011.001.131	CASCALHO LAVADO (BRITA)	MT	1000	326,66	326.660,00
28	011.002.215	CASCALHO LAVADO (CONCRETO)	MT	1000	260,00	260.000,00
29	011.001.133	CATALISADOR PARA MASSA PLASTICA 7	UN	30	5,00	150,00
30	013.001.133	CERAMICA PEI 5	MT	500	40,00	20.000,00
31	011.001.135	CERAMICA PEI4	MT	500	35,00	17.500,00
32	011.002.216	CERAMICA REVESTIMENTO 33X57	MT	50	35,00	1.750,00
33	011.003.130	CHAPA DE ACABAMENTO 150 (150X15X18)	UN	20	105,00	2.100,00
34	011.003.131	CHAPA DE EMENDA 40 ESTREITA	UN	20	35,00	700,00
35	011.003.132	CHAPA DE EMENDA 40 LARGA	UN	20	40,00	800,00
36	011.001.137	CIMENTO 50KG	UN	1000	40,00	40.000,00
37	013.001.413	COLA SUPER LIGHT UNIVERSAL 495 GR	UN	20	25,00	500,00

38	011.002.224	CONJ SANIT 2 PC - ACOPLADO (CORES DIVERSAS)	UN	10	376,66	3.766,60
39	011.002.223	CONJ SANIT 2PC - ACOPLADO (BRANCO)	UN	10	376,66	3.766,60
40	011.002.226	CONJ SANIT 4 PC - ACOPLADO (CORES DIVERSAS)	UN	10	616,66	6.166,60
41	011.002.225	CONJU SANIT 3 PC - CORES DIVERSAS	UN	10	426,66	4.266,60
42	011.002.232	CUNHA (PLASTICA) P/ FERRAMENTA	UN	100	3,33	333,00
43	011.001.604	DENTE DE CORRENTE DE MOTO SERRA	UN	100	2,33	233,00
44	011.003.144	ESTICADOR P CORDOALHA 1/2X45CM	UN	20	14,00	280,00
45	011.003.154	FERRO PUA 5/16 8 POL	UN	200	30,00	6.000,00
46	013.001.408	FERRO VERGALHÃO 1/2	UN	200	200,00	40.000,00
47	013.001.406	FERRO VERGALHÃO 1/4	UN	200	60,00	12.000,00
48	013.001.024	FERRO VERGALHÃO 3/8	UN	200	130,00	26.000,00
49	013.001.407	FERRO VERGALHÃO 5.0	UN	200	45,00	9.000,00
50	011.001.563	FERRO VERGALHÃO 5/16	UN	200	90,00	18.000,00
51	011.003.155	FERRO VERGALHÃO 5/8	UN	200	330,00	66.000,00
52	011.003.049	FITA ADESIVA ALUMINIZADA (EMPACOT. 20CM X10CM	MT	100	10,00	1.000,00
53	011.003.051	FITA ADESIVA ALUMINIZADA (EMPACOT. 30CM X10 CM	MT	100	12,00	1.200,00
54	011.003.164	GANCHINHO BUCHA N° 10 (ENCARTELADO)	UN	20	2,80	56,00
55	011.003.169	GRAMPO MADEIRAMENTO (ESTRIBO) 2X3/ 16X30 CM	UN	15	20,00	300,00
56	011.003.173	IMPERMEABILIZANTE 900 ML (NEUTROL OU OUTRO SIMILAR)	UN	20	32,00	640,00
57	013.001.416	JANELA BASCULANTE ALUMINIO 40X40 CM	UN	20	95,00	1.900,00
58	013.001.417	JANELA BASCULANTE ALUMINIO 40X60 CM	UN	20	120,00	2.400,00
59	013.001.422	KIT VARÃO CORTINA 19MM X 3M ALUMINIO BRANCO	UN	10	52,00	520,00
60	013.001.423	KIT VARÃO SIMP 2M CROMADO	UN	10	36,00	360,00
61	011.001.307	MANGOTE 1´ SUCCAO POLEGADA	MT	50	18,00	900,00
62	011.001.638	MANGOTE 2 SUCCAO POLEGADA	UN	50	44,00	2.200,00
63	011.003.195	MASSA CAPO BRANCO 400 GR	UN	50	29,00	1.450,00
64	013.001.430	MASSA RAPIDA 620 G (PREMIUM)	UN	50	30,00	1.500,00
65	013.001.431	MICTORIO BRANCO	UN	20	300,00	6.000,00
66	013.001.432	MIGUELÃO	UN	20	2,00	40,00
67	013.001.433	MOTO SERRA CHAVE COMBINADA	UN	10	15,00	150,00
68	011.003.211	PARAFUSO AUTO BROC LOTUS PLUS METALON	UN	500	0,40	200,00
69	011.003.200	PARAFUSO AUTO BROCANTE 12X1.1/2	UN	500	0,50	250,00
70	011.003.218	PARAFUSO AUTO BROCANTE 12X1.1/2 TELHA DE ZINCO	UN	500	1,50	750,00
71	011.003.201	PARAFUSO AUTO BROCANTE 12X2	UN	500	0,60	300,00
72	011.003.202	PARAFUSO AUTO BROCANTE P/ TELHA 10MM	UN	500	1,50	750,00
73	011.003.212	PARAFUSO CHUMBADOR CBA 1/4X2	UN	500	1,00	500,00
74	011.003.213	PARAFUSO CHUMBADOR CBA 1/4X3	UN	500	1,00	500,00
75	011.001.658	PARAFUSO COM BUCHA N 12	UN	500	1,20	600,00
76	011.003.203	PARAFUSO DRYWALL CPB 3.5X45	UN	5000	0,40	2.000,00
77	011.003.204	PARAFUSO DRYWALL CPB 3.5X6	UN	5000	0,45	2.250,00
78	011.003.214	PARAFUSO FRANCES 1/4 4,5P	UN	500	1,00	500,00
79	011.003.215	PARAFUSO FRANCES 3/8 4 P	UN	500	2,50	1.250,00
80	011.003.216	PARAFUSO FRANCES 5/16 4P	UN	500	1,80	900,00

81	013.001.143	PARAFUSO P TELHA 366	UN	5000	1,00	5.000,00
82	011.003.075	PARAFUSO PARA FORRO (MADEIRA E METALON).	UN	5000	0,30	1.500,00
83	004.001.056	PARAFUSO PHILIPS	UN	500	0,25	125,00
84	011.003.219	PERF. G 6M 15X40 100 40X15 CHAPA 14	UN	200	340,00	68.000,00
85	011.002.029	PERF. G 6M 15X40 75 40X15 CHAPA 14	UN	200	293,28	58.656,00
86	013.001.436	PIA AÇO INOX 120X52 CM	UN	5	250,00	1.250,00
87	013.001.437	PIA AÇO INOX 140X53CM	UN	5	270,00	1.350,00
88	013.001.438	PIA AÇO INOX 150X53CM	UN	5	300,00	1.500,00
89	013.001.439	PIA AÇO INOX 160X53CM	UN	5	325,00	1.625,00
90	013.001.442	PIA SINTETICA FIBRA 150X50CM	UN	5	200,00	1.000,00
91	013.001.443	PIA SINTETICA FIBRA 2,00X56 CM	UN	5	320,00	1.600,00
92	011.001.668	PISTOLA DE AR DIRETO	UN	10	78,00	780,00
93	011.003.059	PLACA COMPRENSADO 4MM	UN	100	75,00	7.500,00
94	011.003.060	PLACA COMPRESSADO 06 MM	UN	100	100,00	10.000,00
95	013.001.452	PLACA COMPRESSADO 15MM	UN	100	200,00	20.000,00
96	011.001.382	PREGO 12X12	KG	50	28,00	1.400,00
97	013.001.457	PREGO 15X15	UN	50	30,00	1.500,00
98	013.001.458	PREGO 15X21	KG	50	30,00	1.500,00
99	011.001.377	PREGO 18X27	KG	50	28,00	1.400,00
100	013.001.459	PREGO 18X30/ 18X36	KG	50	28,00	1.400,00
101	013.001.460	PREGO 19X27 / 19X30 / 19X36	KG	50	28,00	1.400,00
102	013.001.461	PREGO 19X39 / 19X33	KG	50	28,00	1.400,00
103	013.001.462	PREGO 19X42	KG	50	28,00	1.400,00
104	013.001.463	PREGO 20X30 / 20X33	KG	50	28,00	1.400,00
105	013.001.464	PREGO 22X42 / 22X45	KG	50	28,00	1.400,00
106	011.001.375	PREGO 22X48	KG	50	28,00	1.400,00
107	011.001.374	PREGO 24X60	KG	50	28,00	1.400,00
108	013.001.468	PREGO TELHEIRO 18X30 500G	KG	50	30,00	1.500,00
109	004.004.725	PRIMER UNIVERSAL CINZA	UN	15	40,00	600,00
110	013.001.410	RESINA POLIÉSTER 900 ML	UN	15	40,00	600,00
111	013.001.479	RODIZIO GIRATORIO GEL E COM FREIO	UN	50	13,00	650,00
112	013.001.480	RODIZIO GIRATORIO LEVE ZIN C/ PLACA	UN	10	13,00	130,00
113	013.001.481	RODIZIO GIRATORIO LEVE ZINCADO C/ PLACA FREIO	UN	10	20,00	200,00
114	013.001.478	RODIZIO GIRATORIO/BASE PVS GIRATORIO (LEVE)	UN	10	14,00	140,00
115	011.001.680	SAIBRE MOTO SERRA 36 DENTES	UN	10	300,00	3.000,00
116	011.001.681	SAIBRE MOTO SERRA 42 DENTES	UN	10	380,00	3.800,00
117	011.003.225	SAIBRE P/ ROÇADEIRA	UN	20	100,00	2.000,00
118	013.001.490	TAMPA PARA CAIXA D'AGUA 2000L	UN	5	340,00	1.700,00
119	013.001.491	TAMPA PARA CAIXA D'ÁGUA 3000L	UN	5	715,00	3.575,00
120	011.001.690	TAMPA PARA CAIXA DAGUA 1000L	UN	5	120,00	600,00
121	011.001.689	TAMPA PARA CAIXA DGUA 500L	UN	5	60,00	300,00
122	004.004.728	TAMPA PARA TANQUE TODAS AS CORES	UN	5	1,50	7,50
126	013.001.496	TANQUE SINTETICO TRIPLO 1,55X0,56 E 1,45X0,50	UN	5	220,00	1.100,00

127	013.001.497	TANQUE SINTETICO TRIPLO 1,63/1.65X0,57/055	UN	5	418,00	2.090,00
128	013.001.498	TANQUE SINTETICO TRIPLO 1,80X0,63	UN	5	500,00	2.500,00
129	153.002.001	TELA CIRANDA FUBBA 1MX12,5M FIO 32	MT	15	30,00	450,00
130	013.001.499	TELHA / ROMANA / PORTUGUES	UN	5000	2,50	12.500,00
131	013.001.500	TELHA ETERNIT 2,44X0,50	UN	2000	30,00	60.000,00
132	013.001.501	TELHA ETERNIT 2,44X1,10	UN	200	110,00	22.000,00
133	013.001.502	TELHA ETERNIT 3,66X1,10	UN	200	165,00	33.000,00
134	013.001.504	TELHA PAULISTINHA	UN	200	5,00	1.000,00
135	013.001.505	TELHA TRANSPARENTE	UN	50	25,00	1.250,00
136	013.001.518	TUBO QUAD 16X16 - CHAPA 18 (METALOM)	UN	500	65,00	32.500,00
137	013.001.519	TUBO QUAD 20X20 - CHAPA 18 (METALOM)	UN	500	80,00	40.000,00
138	011.003.061	TUBO QUAD 30X20- CHAPA 18 (METALOM)	UN	500	92,00	46.000,00
139	013.001.521	TUBO QUAD GALVANISADO 20X20 (METALON)	UN	500	52,00	26.000,00
140	013.001.520	TUBO QUAD GALVANIZADO 16X16 (METALON)	UN	500	44,00	22.000,00
141	013.001.543	PORTA ALUMINIO BRANCA COM POSTIGO E VIDRO 2,15X0,85	UN	20	1.060,00	21.200,00
142	013.001.544	JANELA SEM GRADE COM VIDRO 150X100	UN	20	500,00	10.000,00
143	013.001.545	CERÂMICA HD 56X56 57X57 60X60	M2	500	45,00	22.500,00
144	011.002.264	TÁBUA DE CAIXARIA 3MX20CMX2ESP	MT	100	28,00	2.800,00
145	011.002.265	TÁBUA DE CAIXARIA 3MX25CMX2ESP	MT	100	36,00	3.600,00
146	011.002.263	TÁBUA DE CAIXARIA 3MX30CMX2ESP	MT	100	40,00	4.000,00
147	013.001.549	GABINETE P/ PIA 1,50 METROS	UN	5	1.000,00	5.000,00
148	013.001.550	GABINETE P/ PIA 1,60 METROS	UN	5	1.050,00	5.250,00
149	013.001.551	GABINETE P/ PIA 1,20 METROS	UN	5	850,00	4.250,00
150	153.002.011	TELA MALHA SOLDADA 4.2 15X15 -2X3M	UN	200	130,00	26.000,00
		Total do Proponente				1.706.713,85

Ficando negociado o valor total de R$ 1.706.713,85 (Um milhão setecentos e seis mil e setecentos e treze reais e oitenta e cinco centavos).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2021/2022.

Órgão:	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**	0203
Ficha: Unidade:	Departamento de Administração	69 020302
Elemento Desp:	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.92

Órgão:	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**	0203
Ficha: Unidade:	Departamento de Administração	76 020302
Elemento Desp:	Material de Consumo	3.3.90.30.96

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Entregar os objetos no **prazo de até 05 (dias)** após a solicitação através da NPC – Nota de Pedido de Compra, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas nesta Ata.

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 17/2021, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, **poderá contratar** concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

11.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

13.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 17/2021 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17 – USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Federal nº 7.892/2013, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

17.2. As Contratações por órgãos ou entidades "caronas" **não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, cabendo ao fornecedor adjudicatário da Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

17.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013, art. 22, § 4º, **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 10 de Agosto de 2021

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME

CNPJ: 05.511.353/0001-70

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

MODO DE DISPUTA ABERTO

PROCESSO Nº 33/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00min (Brasília) do dia 24 de Agosto de 2021**, pelo site www.licitanet.com.br , conforme descrito no edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93 e 10.024/19.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEU.

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	
Dias	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários	Das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 **(HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)**
Local	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada à AV. Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT (Sala de Licitações).
e-mail	bjalicitacao@gmail.com
RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET **Retire o Edital acessando a página www.licitanet.com.br**	

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 11 de Agosto de 2021

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

EXTRATO ADESÃO N. 018/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

Extrato a Adesão N. 018/2021

Adesão a Ata de Registro de Preços nº 01/2021, oriundo de Pregão Presencial nº 001/2021, da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/ MT, que tem por objeto a Aquisição de Rolo Compactador Liso com Kit Patas "corrugado" tipo Pé de Carneiro, No valor de R$ 460.000,00 (Quatrocentos e Sessenta Mil Reais).

Autorização: EDELO MARCELO FERRARI, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

DECRETO Nº. 637 DE 04 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a convocação da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, e a **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICIPIO DE CÁCERES/MT,** no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Municipal nº 2.555 de 19 de dezembro de 2016 e a Lei Municipal nº 1.308/1995, alterada pela Lei 2.206/2009, respectivamente e**,**

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social – SUAS – NOBSUAS, aprovada pela Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que no inciso VIII do art. 12 aponta como responsabilidade dos entes, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, realizar, em conjunto com os Conselhos de Assistência Social, as Conferências de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, do CNAS, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social;

CONSIDERANDO que as Conferências de Assistência Social são instâncias deliberativas com a atribuição de avaliar a política de assistência social e definir diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 24.077, de 03 de agosto de 2021;

DECRETAM:

Art. 1º- Fica convocada a XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, a ser realizada nos dias 26 e 27 de agosto de 2021, tendo como tema central "**Assistência Social: Direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".**

Art. 2º - A Conferência será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e Secretária Municipal de Assistência Social e na sua ausência, pelo vice-Presidente do Conselho Municipal ou representante legal.

Art. 3º - O CMAS expedirá mediante Resolução a estrutura e composição da Comissão Organizadora, bem como o Regimento Interno e regulamento que norteará a Conferência.

Art. 4º - As despesas com a realização da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT ocorrerão a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social e de outros recursos municipais, estadual e nacional destinados para este fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de agosto de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita municipal de Cáceres

JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.973, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências. "

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 938.900,00 (novecentos e trinta e oito mil e novecentos reais).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas, pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	122 – Administração Geral
Programa:	1007 – GESTAO DE EXCELENCIA
Proj/Atividade:	**2.092 –** MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.34 Outras Desp. Pessoal dec. Contratos Terceirização	(300) Recursos Ordinários	52.000,00
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(300) Recursos Ordinários	114.000,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	02 – FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL
Proj/Atividade:	**2.117 – MANUT DOS BENEFICIOS EVENTUAIS**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.32 Material, Bem ou Serviço para Dist. Gratuita	(300) Recursos Ordinários	270.000,00
3.3.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção	(300) Recursos Ordinários	6.000,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	1007 – GESTAO DE EXCELENCIA
Proj/Atividade:	**2.094 – MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.34 Outras Desp. Pessoal dec. Contratos Terceirização	(300) Recursos Ordinários	18.000,00
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(300) Recursos Ordinários	15.000,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	02 – FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL
Proj/Atividade:	**2.109 –** SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA - PAIF/SCFV

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(300) Recursos Ordinários	152.000,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	02 – FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcão:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL
Proj/Atividade:	**2.239 – SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.30 Material de Consumo	(300) Recursos Ordinários	20.000,00
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(300) Recursos Ordinários	122.000,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	02 – FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	1007 – GESTAO DE EXCELENCIA
Proj/Atividade:	**1.280 – CONST, AMPLIAÇÃO, ADAPTAÇÃO E REFORMA DE AMBIENTES DE ATENDIMENTOS AO PUBLICO DO SUAS**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
4.4.90.51 Obras e Instalações	(300) Recursos Ordinários	13.900,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	1007 – GESTAO DE EXCELENCIA
Proj/Atividade:	**2.104 – MANUT E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA COZINHA COMUNITARIA**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(300) Recursos Ordinários	156.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 11 de agosto de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SME
ADITIVO Nº 01 - CONTRATO N° 097

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JULHO/2021/SME

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2019

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ELIZETE GARCIA TOLEDO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor(a) Licenciado(a) em Pedagogia, para exercer sua função na Escola Municipal Fazendo Arte.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepcional a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância.*

Considerando a necessidade de continuidade da substituição a professora Rosilene Pinheiro de Oliveira, que está de férias de 13/07 a 12/08/2021.

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 097, como delineado a seguir:

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **13/07/2021**, com termo final alterado para **12/08/2021**, a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2021.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres-MT, 30 de Julho de 2021

_____

Liamara Rodrigues da Silva

_____

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 002 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2021

Edital nº 02/2021 de Retificação do Edital de Convocação de Chamada Pública para Seleção das Entidades Representantes da Sociedade Civil para a Composição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDDPI do Município de Cáceres, Gestão 2021/2023.

A Presidente da Comissão Eleitoral para composição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI, biênio 2021/2023, no uso de sua competência legal que lhe é conferida pela Resolução nº 03 de 22 de julho de 2021, Resolução nº 04 de 27 de julho de 2021, e a Resolução nº 05 de 27 de julho de 2021, que dispõe e torna público o ato do referido Edital nº 01,

RESOLVE:

Art. 01 – Retificar os seguintes itens do Edital nº 01 de Convocação de Chamada Pública para Seleção das Entidades Representantes da Sociedade Civil para a Composição do *Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDDPI* do Município de Cáceres, Gestão 2021/2023.

Considerando a alteração do cronograma da seguinte forma:

Onde-se lê:

CONVOCA AS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS que atuem no Município de Cáceres/MT que postulem, direta ou indiretamente, proteção aos direitos da pessoa idosa, para a Assembleia de eleição das entidades titulares e suplentes junto ao CMDDPI, no biênio 2021/2023, nos termos dos critérios estabelecidos nos seguintes itens:

1.7. A Assembleia Geral para seleção das entidades representante da Sociedade Civil e Segmentos populares para a Gestão 2021-2023 do Conselho Municipal de **Defesa dos Direitos da Pessoa idosa – CMDDPI** será no **dia 13/08/2021 (sexta-feira),** às 15h00min, tendo como local o Auditório da Unidade de Controle Social, anexo com a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Av. Brasil, nº 119, - Jardim Celeste (COC), Município de Cáceres – MT;

Leia-se:

1.7. A Assembleia Geral para seleção das entidades representante da Sociedade Civil e Segmentos populares para a Gestão 2021-2023 do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa idosa – CMDDPI será no **dia 24/08/2021 (terça-feira),** às 15h00min, tendo como local o Auditório da Unidade de Controle Social, anexo com a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Av. Brasil, nº 119, - Jardim Celeste (COC), Município de Cáceres – MT;

Onde-se lê:

3. DA HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES AO PROCESSO DE SELEÇÃO 3.0.1 A habilitação das entidades no processo de seleção será feita de acordo com os requisitos deste regulamento e dentro do seguinte cronograma: 3.0.2 Período de inscrição: da data da publicação **até o dia 09/08/2021 (segunda-feira);** 3.0.3 Horário de inscrição: **das 8:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17hs**; 3.0.4 Local de inscrição: **Unidade de Controle Social**, anexo com a sede da Secretaria de Assistência Social – Av. Brasil, 119 – Bairro: Jardim Celeste – COC – Cáceres; 3.0.5 Período do sorteio/eleição das entidades, **13/08/2018** das 15:00hs às 16:30hs, no Auditório conforme o item 1.7.

Leia-se:

3.0.1 A habilitação das entidades no processo de seleção será feita de acordo com os requisitos deste regulamento e dentro do seguinte cronograma: 3.0.2 Período de inscrição: da data da publicação **até o dia 19/08/2021 (quinta-feira);** 3.0.3 Horário de inscrição: **das 8:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17hs**; 3.0.4 Local de inscrição: **Unidade de Controle Social**, anexo com a sede da Secretaria de Assistência Social – Av. Brasil, 119 – Bairro: Jardim Celeste – COC – Cáceres; 3.0.5 Período do sorteio/eleição das entidades, **24/08/2018** das 15:00hs às 16:30hs, no Auditório conforme o item 1.7.

Cáceres-MT, 11 de julho de 2021.

Zenaide da Silva Castrillon

Presidente da Comissão Eleitoral

Resolução nº 04/2021

DECRETO Nº 641 DE 05 DE AGOSTO DE 2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 24.198, de 04 de agosto de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à servidora **JOCIELY MARIA MENDES–** Enfermeira,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, nos termos da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997, pelo período de 29 de julho de 2021 a 24 de janeiro de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de agosto de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 654 DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 24.379, de 05 de agosto de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à senhora **MICHELE DO ROSARIO BORGES–** Professora Licenciada em Pedagogia**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, nos termos da Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997, pelo período de 28 de julho a 23 de janeiro de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de agosto de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 008/2020

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna público o aditamento na contratação de prestação de serviços:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVICÁCERES.

CONTRATADO: C.T. DA SILVA EIRELI - EPP

CNPJ: 09.204.423/0001-06.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Nº 008/2020, que tem como objeto a prestação de serviços de fotocópias preto e branco, fotocópias coloridas e encadernações, para atender a demanda do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/MT.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR GLOBAL: R$ 2.688,00 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais), pagos mensalmente conforme execução.

PRORROGAÇÃO A PARTIR: 12/08/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Cáceres/MT, 11 de agosto de 2021.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

DECRETO Nº 648 DE 05 DE AGOSTO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 23744, de 02 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a pedido, o senhor **LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA**,do cargo em Comissão de Coordenador de Recursos Humanos da **Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de agosto de 2021.**

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de agosto de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal Interina de Saúde

DECRETO Nº658, DE 11/08/2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.916/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$23.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 12 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

869 08.244.1009.2239.0000 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 23.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 12 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

864 08.244.1009.2239.0000 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -23.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 11 DE AGOSTO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 540 DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 18619, de 17 de junho de 2021;

RESOLVE:

Art.1º *Designar os servidores ora indicados, ambos lotados*, na Secretária de Infraestrutura e Logística, como responsáveis pela fiscalização e execução do contrato Administrativo, conforme abaixo.

Titular: Neviton Trindade Jesus Dos Santos

Suplente: Suely Maria De Oliveira

Fiscal da Execução da Obra: Arquiteta e Urbanista Lumena Besson Bissi e Engenheiro Eletricista Bruno Renostro.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
071/2021	**NS CONSTRUTORA EIRELI**	O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para Revitalização e Reforma da Infraestrutura da Praça Municipal Major João Carlos, no município de Cáceres – MT, localizada à Rua Padre Casemiro, Centro Histórico de Cáceres, com área total de 3.469, 26m², no município de Cáceres-MT.	28/06/2021	07 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Infraestrutura e Logística e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de agosto de 2021.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 61/2021

A Diretoria Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar a Pedido** o Sr. **Orisvaldo José da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 372.411.412-53 e RG nº 3225065-7 SSP/MT do cargo de **Gerente Administrativo,** sob Portaria do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2021.

Cáceres-MT, 11 de agosto de 2021

ORISVALDO JOSÉ DA SILVA *GERENTE ADMINISTRATIVO-SSAAP*

MARIA APARECIDA N. DOS SANTOS SILVA *DIRETORA EXECUTIVA - SSAAP*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 342 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. **NADIA SILVA ROSA,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o vencimento da vigência do Processo Seletivo Simplificado 001/2019 e o prazo de contrato executado da servidora.

RESOLVE:

I - Exonerar a Sr. Nadia Silva Rosa que exercia o cargo de Contrato temporário de Psicóloga, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria de nº 8.404 de 12 de agosto de 2019.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 11 de agosto de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

II RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE 077/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL do Pregão Eletrônico nº 077/2021**, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustíveis para atender aos veículos do município, nas cidades de Tangará da Serra, Barra do Bugres, Comodoro, Cáceres, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Rondonópolis, Jaciara, Cuiabá (região central), Várzea Grande, Sinop e Nobres,** que teria sua abertura em **11 de agosto as 09h05min. (horário de Brasília - DF),** teve sua data de abertura **PRORROGADA** para o dia **13 de agosto as 09h05min. (horário de Brasília-DF).**

As demais disposições permanecem sem alterações.

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes... e **bllcompras.com**

Campo Novo do Parecis, 11 de agosto de 2021.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PP 021/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP 021/2021

ABERTURA: 25 de agosto de 2021.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 25 de agosto às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de leitura em campo de hidrômetros, com fornecimento de equipamentos, bem como processamento e a emissão em tempo real/simultânea de contas de água, emissão e entrega de aviso de débito, cortes/suspensões e religações de fornecimento de água, além do registro de ocorrências no local de leitura, visita técnica com apresentação de contas de repasse

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de agosto de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PP 022/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP 022/2021

ABERTURA: 26 de agosto de 2021.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 26 de agosto às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mobiliário para atender as novas instalações do Paço Municipal Euclides Horst

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de agosto de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PE 083/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 12 de agosto de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 01 de setembro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 01 de setembro de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 01 de setembro de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de agosto de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

VIGÉSIMO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, nº.66NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME,inscrita no CNPJ sob n° 09.438.242/0001-36, estabelecida na Rua Guajuvira n° 516, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor LUIZ DOS SANTOS, portador do RG n.º 1216035-0 SJ/MT.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a inclusão de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente que também passarão a suportar as despesas decorrentes do Contrato de prestação de serviço nº 001, de 09 de janeiro de 2017, conforme as disposições do § 8° do art. 67 da Lei 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.302.0010.20092.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.02.00000

Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 733, DE 06DE AGOSTO DE 2021.

* REPUBLICADO PARA CORREÇÃO*

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2021.

INSTITUIR, a partir desta data, a **COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2021,** destinado ao planejamento, organização, seleção, julgamento e demais atos necessários à realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal, na Rede Pública Municipal de Ensino no âmbito do município de Campo Novo do Parecis, em caráter temporário.

2.A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021 terá a seguinte composição:

I – Presidente: Cássia Silva Matiolevitcz CPF: 018.914.391-62;

II – Secretária: Márcia Teresinha Binsfeld Furlan CPF: 563.455.269-91;

III – Membro: Maria Edilene Mateus Nascimento CPF: 886.467.853-00;

IV – Membro: Valéria Miquilin da Silva CPF: 719.364.241-34;

V – Suplente: Letícia Zawaski Demenighi CPF: 017.842.960-07.

PORTARIA Nº 745, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR **ARISTOTELES NUNES DE ANDRADE** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL,** VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AVISO DE REVOGAÇÃO PE 078/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 078/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **REVOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 078/2021, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de limpeza, copa e cozinha**.

Motiva-se a **REVOGAÇÃO** para adequações ao processo.

Campo Novo do Parecis, 11 de agosto de 2021.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 07/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA E. F. SCHNEIDER CORREA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, CNPJ 24.772.287/0001-36, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Mato Grosso, 66 NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito **RAFAEL MACHADO**, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 5060425773 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, bairro Jardim Alvorada, nesta cidade.

CONTRATADA: E. F. SCHNEIDER CORREA, pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ nº 14.319.458/0001-12 estabelecida na Rod BR 364, KM 876, s/n, QD 995, LT A3, Área Industrial, na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, CEP 78.360-000, neste ato, representada pelo proprietário **Sr. EWERTON FELIPE SCHNEIDER CORREA,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 20278144 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 047.962.871-83, residente e domiciliado nesta cidade.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a inclusão na Cláusula Terceira – Valor do Contrato e Preços: **A porcentagem do valor da obra a ser utilizada para fins de retenção do INSS e ISSQN será o percentual de 40% (quarenta por cento), de acordo com a planilha de BDI SERVIÇOS informada pela Secretaria de Infraestrutura, através do memorando nº 292/2021.**

Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL PE 082/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 12 de agosto de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 31 de agosto de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 31 de agosto de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 31 de agosto de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de alimento nutricional em pó para uso oral ou enteral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e demandas judiciais.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 – 5100 - 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de agosto de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PE 081/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 12 de agosto de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 30 de agosto de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 30 de agosto de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 30 de agosto de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível diesel comum, para atender a usina de asfalto.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de agosto de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 234, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.164/2020 e Lei Nº 2.140/2020 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
002	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO		
129.0002.20164	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO		
4490000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	30.100,00
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**		
002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
15.451.0005.20128	09		
4490000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	800,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.306.0007.20062	MERENDA ESCOLAR		
3390000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	15.000,00
	TOTALAL	R$	45.900,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o cancelamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste decreto onera o limite estabelecido no inc. I do art. 5º da Lei Orçamentária nº 2.164/2020.

04	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
002	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO		
04.129.0002.20164	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO		
3390000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	30.100,00
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**		
002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
15.452.0005.20043	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E CAPELA MORTUÁRIA		
4490000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	800,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0007.20065	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA - EF		
3390000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	15.000,00
	TOTALAL	R$	45.900,00

Art. 3º**.** As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.140, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021– LDO, e a Lei Municipal nº 2.164 de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 9 de agosto de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 932, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 932, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR JAIRON BARBOSA CAVALCANTE, PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar Muni-

cipal Nº 124*/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários*, Edital de Convocação Nº 033, de 09 de Junho de 2021, e Edital de Homologação do Concurso Público Municipal Nº. 001/2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear em estágio probatório, a partir de 09 de Agosto de 2021, o senhor **JAIRON BARBOSA CAVALCANTE**, portador da cédula de identidade Nº 22042148 SSP/MT, para exercer o cargo de **Técnico em Enfermagem**, conforme Concurso Público nº. 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019.

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas no ANEXO III da Lei Complementar Municipal Nº 124*/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários* dos Servidores, e regido pela Lei Municipal Nº *152/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais*.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JAIRON BARBOSA CAVALCANTE Técnico em Enfermagem

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JC COMÉRCIO DE TECNOLOGIA EIRELI - ME, CNPJ Nº 36.190.664/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO – PREGÃO Nº 101/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/08/2021 À 11/08/2022

LOTE 08 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 07)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7.1	SERVIDOR RACK POWEREDGE R540 PROCESSADOR XEON BRONZE COM 16GB DE MEMÓRIA E 2 HDS DE 2 TB HOT PLUG INTEL XEON BRONZE 3204 1.9G, 6C/6T, 9.6GT/S, 8.25M CACHE, NO TURBO, NO HT (85W) DDR4-2133. WINDOWS SERVER 2012 R2, STANDARD ED, COM INSTALAÇÃO DE FABRICA, SEM MIDIA, 2 SOCKETS, 2 VMS, SEM CALS 16GB RDIMM, , DUAL RANK, X8 DATA WIDTH, BCC 2TB, 7.2K, RPM, SATA, 6GBPS, 3.5IN HOT-PLUG HARD DRIVE 3YR BASIC HARDWARE WARRANTY REPAIR: 5X10 HW-ONLY, 5X10 NBD ON-SITE. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR AS MARCAS: DELL, HP, IBM. (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	01 UND	HP	R$ 34. 900,00	R$ 34. 900,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 34.900,00 (TRINTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS).					

LOTE 50 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 49)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
49.1	NOTEBOOK INTEL CORE I5, 08 GB, 1 TB. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: PROCESSADOR COM NO MÍNIMO INTEL CORE I5 OU AMD A10 OU SIMILAR; 1 (UM) DISCO RÍGIDO DE 1TB VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 5.400 RPM; MEMÓRIA RAM DE 08 (OITO) GIGABYTES, DO TIPO SDRAM DDR4 2.133 MHZ OU SUPERIOR; TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEN, SUPORTAR RESOLUÇÃO 1.600 X 900 PIXELS; TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2; MOUSE TOUCHPAD COM 02 (DOIS) BOTÕES INTEGRADOS; MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11A/B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS); BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO ION DE LÍTION COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) CÉLULAS; FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL COM O ITEM; POSSUIR INTERFACES USB 2.0 E 3.0, 01 (UMA) HDMI OU DISPLAY PORT, LEITOR DE CARTÃO; WEBCAM, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: ACER, DELL, SAMSUNG.	21 UND	ACER WINDOWS 10 PROFISSONAL	R$ 5. 794,00	R$ 121. 674,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 121.674,00 (CENTO E VINTE E UM MIL SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 156.574,00 (CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, homologado em 29 de Julho de 2021, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de for-

ma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 18.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 18.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 12 de Agosto de 2021.

Cargo: **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL II - ARTES**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
494261	THAYSSA CONTI DE ALMEIDA CONCA	23/01/1991	68,0	1

Cargo: **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL II - LÍNGUA INGLESA**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
494306	BRUNA CRISTINA DE SOUZA COELHO	17/03/1996	55,0	1

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, homologado em 07 de Janeiro de 2020, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 21.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 21.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 12 de Julho de 2021.

Cargo: **ENFERMEIRO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
436614	ANA JULIA WEGNER FELIX	20/12/1994	60,0	9
434325	MAYRA ZUNTA	11/09/1989	60,0	10

Cargo: **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL I**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
437618	EDVÂNIA ALVES RODRIGUES SAMPAIO	25/09/1977	60,5	51
434073	LÉLIA LOYZE RIBEIRO RUEDA	17/03/1979	60,5	52
435289	GILCILEY MARTINS DE SOUZA	14/06/1979	60,0	53

Cargo: **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL II - HISTÓRIA**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
436561	KERLLY DO NASCIMENTO BONFIM	05/05/1983	68,0	3

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 23.5 do Edital de Abertura.

II - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária pa-

ra o provimento do cargo, conforme dispõe o item 23.7 do Edital de Abertura.

III - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 23.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 12 de Agosto de 2021.

Cargo: **FISCAL**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
410028	EDUARDO CRISTIANO OSS DE ALMEIDA	30/07/1981	54,5	9

Cargo: **PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
423282	MONICA CRISTINA PEREIRA	25/09/1983	135,5	9
401199	ELIETE JULIANO GONÇALVES DE CIRQUEIRA	10/06/1977	133,0	10

Cargo: **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA URBANA**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
423210	DÉBORA FERNANDES FONTES	05/04/1990	143,0	9

Cargo: **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA URBANA**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
410789	ADRIANE PARMEZIANI LIMBERGER	18/11/1997	55,5	21

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS 2021 - 092 A 099

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 092/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ESEQUIAS AMPOSTULOS DE EVANGELIO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA – TRANSPORTE ESCOLAR.

VALOR: R$ 2.495,53 (DOIS MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E TRES CENTAVOS) MENSAIS

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 27 DE JULHO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 27 DE JULHO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 093/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARCELO CORREIA DE MAGALHAES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE DENTISTA.

VALOR: R$ 5.921,58 (CINCO MIL E NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 03 DE AGOSTO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 03 DE AGOSTO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 094/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: TERESA DE FATIMA TALINI

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.537,83 (DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE AGOSTO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 02 DE NOVEMBRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 095/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GLEYS RODRIGUES ROSA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.921,58 (CINCO MIL E NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 03 DE AGOSTO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 03 DE AGOSTO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 096/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: TAMARA ARIANA TELLINE

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE FARMACÊUTICA.

VALOR: R$ 5.921,58 (CINCO MIL E NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE AGOSTO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 09 DE AGOSTO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 097/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: RODRIGO MADUREIRA DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.649,58 (MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE AGOSTO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 09 DE AGOSTO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 098/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: DARLENE ALMEIDA DOS SANTOS REIS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.628,57 (MIL E SEISCENTOS E VINTE E OITO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 10 DE AGOSTO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 099/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GABRIEL JOSE SCARTON

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.649,58 (MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE AGOSTO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 11 DE AGOSTO DE 2022.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 933, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 933, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

EXONERA O SENHOR RAFAEL DUARTE MODESTO DO CARGO DE DIRETOR DE TOPOGRAFIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 02 de Agosto do corrente ano, o senhor **RAFAEL DUARTE MODESTO**, matrícula 7529, portador da cédula de identidade nº MG - 17.894.366 PCMG/MG, do cargo De **Diretor de Topografia da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Agosto de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 934, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 934, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR ROBERTO OLIVEIRA LOPES PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LOURENÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 02 de Agosto do corrente ano, o senhor **ROBERTO OLIVEIRA LOPES,** portador da cédula de identidade nº 0833611-3 SSP/MT, para exercer o cargo de **Coordenador Pedagógico da Escola Municipal São Lourenço da Secretaria Municipal de Educação.**

ARTIGO 2º - Fica a ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo Regimento Escolar das Escolas Municipais.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Agosto de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SIMONI PEREIRA BORGES

Secretária Municipal de Educação

ROBERTO OLIVEIRA LOPES

Coordenador Pedagógico da Escola Municipal São Lourenço

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: PRENCON INCORPORADORA E IMOBILIARIA EIRELI

Objeto: Serviços de compactação de solo, terraplanagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, construção de calçadas, meio-fios, sarjetas, bocas-de-lobo, rampas de acesso, e sinalização horizontal e vertical na avenida beija-flor, bairro São Miguel.

Valor: R$ 1.126.015,25 (um milhão cento e cinte e seis mil quinze reais e vinte e cinco centavos).

Vigência do Contrato: 10 de agosto de 2021 à 08 de dezembro de 2021.

Vigência da obra: 120 dias a partir da ordem de início.

Data de Assinatura: 09 de agosto de 2021.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 935, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 935, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA A SENHORA ELISETE ZIMPEL PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CENTRO EDUCACIONAL AMERECILDA CONCEIÇÃO FERNANDES REZENDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 02 de Agosto do corrente ano, a senhora **ELISETE ZIMPEL**, portadora da cédula de identidade nº 3253284-9 SSP/MT, para exercer o cargo de **Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional Amerecilda Conceição Fernandes Rezende da Secretaria Municipal de Educação**.

ARTIGO 2º - Fica a ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo Regimento Escolar das Escolas Municipais.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Agosto de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SIMONI PEREIRA BORGES

Secretária Municipal de Educação

ELISETE ZIMPEL

Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional Amerecilda Conceição Fernandes Rezende

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 936, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 936, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA A SENHORA LUCIENE SILVA LIMA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CENTRO EDUCACIONAL PAULO FREIRE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 02 de Agosto do corrente ano, a senhora **LUCIENE SILVA LIMA**, portadora da cédula de identidade nº 878500-7 SSP/MT, para exercer o cargo de **Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação**.

ARTIGO 2º - Fica a ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo Regimento Escolar das Escolas Municipais.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Agosto de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SIMONI PEREIRA BORGES

Secretária Municipal de Educação

LUCIENE SILVA LIMA

Coordenadora Pedagógica Do Centro Educacional Paulo Freire

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 099/2020

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): A. G. DE ARAÚJO EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.566.598/0001-05, com sede na Rua Salim Nadaf (Lot Embauval), n. 1.076, Bairro Centro Norte, Várzea Grande MT, CEP 78.110-390, neste ato representado por seu titular **Alexandre Gonçalves de Araújo**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 1617498-4 SESP-MT, inscrito no CPF sob n. 040.154.841-42, residente e domiciliado em Várzea Grande MT, na Rua Benedito Monteiro, n. 88, Bairro Centro-Norte.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 286/2021 – expedido pela Secretaria de Finanças deste Município e encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não vem cumprindo suas obrigações previstas em contrato, referente à obra da reforma da Rodoviária Municipal.

Assim, CONSIDERANDO as informações prestadas pela fiscal da obra Bianca Harumi Yamaguti Garcia, no ofício n. 223/2021;

CONSIDERANDO que vossa empresa foi notificada para não efetuar subempreita, e, apesar de solicitar prazo de 15 dias úteis para regularizar a situação, a fiscal fixou prazo de 10 dias úteis;

CONSIDERANDO que vossa empresa foi notificada para instalar o diário de obras, e, a despeito de ter se comprometido a implantá-lo, até o momento não o fez;

CONSIDERANDO ser obrigação da empresa prevista na cláusula 17.1 “c” do contrato, manter o Município informado sobre o andamento da obra, bem como preencher e assinar o respectivo diário;

CONSIDERANDO a proibição expressa na cláusula 19.2 em realizar subempreitada;

CONSIDERANDO por fim, estar constatado o descumprimento de várias cláusulas contratuais e incorrendo em vários dispositivos da Lei de Licitações e contratos (Lei 8.666/93) que constituem motivo para rescisão contratual, tais como o art. 78, incisos I a III, dentre outros;

Diante do exposto e o constante no oficio nº 286/2021, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **10 (dez) dias, regularize as questões acima levantadas, na forma e prazo assinalados.**

O não cumprimento dessas obrigações no prazo estipulado, poderá acarretar ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8. 666/93, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultada a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 11 de agosto de 2021.

Fabricio Tsuji Ishiki

Procurador Municipal

OAB/MT 13.218-B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 085/2020

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): A. G. DE ARAÚJO EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.566.598/0001-05, com sede na Rua Salim Nadaf (Lot Embauval), n. 1.076, Bairro Centro Norte, Várzea Grande MT, CEP 78.110-390, neste ato representado por seu titular **Alexandre Gonçalves de Araújo**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. 1617498-4 SESP-MT, inscrito no CPF sob n. 040.154.841-42, residente e domiciliado em Várzea Grande MT, na Rua Benedito Monteiro, n. 88, Bairro Centro-Norte.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 285/2021 – expedido pela Secretaria de Finanças deste Município e encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não apresentou a baixa da CNO da obra objeto do contrato 085/2020 (reforma e ampliação doe Centro Cultural), descumprindo as obrigações assumidas ao vencer a licitação.

Referida obra foi concluída, e recebida em maio de 2020; porém desde então a baixa do CNO está pendente, inclusive obrigando prorrogações do contrato para aguardar tal providência.

Diante do exposto e o constante no oficio nº 285/2021, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **10 (dez) dias, regularize a providência que lhe compete – apresentar a baixa do CNO da obra do contrato em referência.**

O não cumprimento dessas obrigações no prazo estipulado, poderá acarretar ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8. 666/93, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultada a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 11 de agosto de 2021.

Fabricio Tsuji Ishiki

Procurador Municipal

OAB/MT 13.218-B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 937, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 937, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA A SENHORA JUCINEIDE ABADIA FERNANDES SOUSA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PARAISO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 03 de Agosto do corrente ano, a senhora **JUCINEIDE ABADIA FERNANDES SOUSA**, portadora da cédula de identidade nº 651063 SSP/MT, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal Paraiso da Secretaria Municipal de Educação**.

ARTIGO 2º - Fica a ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo Regimento Escolar das Escolas Municipais.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Agosto de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SIMONI PEREIRA BORGES

Secretária Municipal de Educação

JUCINEIDE ABADIA FERNANDES SOUSA

Diretora da Escola Municipal Paraiso

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 938, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 938, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA O(A) SENHOR(A) DARLENE ALMEIDA DOS SANTOS REIS, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOS TERMOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL POR PRAZO INDETERMINADO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal, e nos termos da Emenda Constitucional 51/2006, Lei Federal nº 11. 350 de outubro de 2006, Lei Federal Nº 13.595 de janeiro de 2018, Lei Municipal Nº 1335 de 30 de novembro de 2007 e a Lei Municipal N° 2467 de 11 de julho de 2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Determinar que o(a) senhor(a) **DARLENE ALMEIDA DOS SANTOS REIS**, portador(a) do CPF sob o nº 020.309.152-38, para que, nos termos do Contrato Administrativo por Tempo Indeterminado N.º 098/2021, exerça as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde na Unidade de Saúde Olímpia Macarini, da Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º - Fica o(a) ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas na Lei Complementar Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Municipais de Campo Verde.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 10 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DARLENE ALMEIDA DOS SANTOS REIS

Agente Comunitário de Saúde

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Hunanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 939, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 939, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

EXONERA O SENHOR LUCAS DUARTE MORAES DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 16 de Agosto do corrente ano, o senhor **LUCAS DUARTE MORAES**, matrícula 6106, portador da cédula de identidade nº 23693070 SSP/MT, do cargo de **Chefe de Setor de Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 10 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 940, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 940, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

CONCEDE AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, AO SERVIDOR MUNICIPAL LUCAS DUARTE MORAES PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder afastamento, sem remuneração, a partir de 16 de Agosto do corrente ano, ao servidor municipal **LUCAS DUARTE MORAES**, matrícula 6106, portador da cédula de identidade N.º 23693070 SSP/MT, exercendo o cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, pelo período de dois anos, conforme dispõe o 111 da Lei Municipal nº 152/1992, por motivo de interesse particular.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 10 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 941, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 941, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB - FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a imperiosa necessidade de regulamentar o funcionamento do referido Conselho;

Considerando a necessidade de proceder à nomeação dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural;

Considerando o que estabelece a Lei Municipal nº. 2.684/2021 de 05 de maio de 2021;

Considerando o que estabelece a Lei Municipal nº. 1.918/2021 de 27 de setembro de 2013 e suas alterações na Lei Municipal nº 2.659/2021, de 11 de março de 2021.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal Do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo citados por um mandato de dois anos, conforme legislação.

I. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

a) Titular Presidente: **FABIANO COSTA TERUEL**, portador do RG nº, SSP/MT, CPF n 420.820.481.87, Endereço: Condomínio Buritis, Campo Verde – Fone: (66) 99657-9750, e-mail: fabianoagseguramos@hotmail.com

b) Suplente: **JAIRO JOSÉ FREITAS DE OLIVEIRA,** portador do RG nº 2083437471 SSP/MT, CPF: 005.737.070.22, Endereço: Avenida B, Quadra 13 Bairro: Jardim América– Fone: (66) 996754007, e-mail: jairo.campoverde@hotmail.com

II. REPRESENTANTES DO GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE:

a) Titular: **ALEXANDRE LOPES**, portador do RG nº 90639-9 SSP/MT, CPF n° 631.576.751-68 Endereço: Rua Recife nº 1702, Bairro: Centro – Fone: 3419-1244, e-mail: gabinete@campoverde.mt.gov.br

b) Suplente: **CARLOS ROBERTO NÓBREGA,** portador do RG nº 350.415 SSP/MS, CPF: 518.335.141.49, Endereço: Praça dos 03 poderes, Bairro: Centro – Fone: (66) 999958-1804, e-mail: chefegab@campoverde.mt.gov.br

III. REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

a) Titular: **CLEBERSON RODRIGUES GONÇALVEZ DE OLIVEIRA,** portador do RG nº 12039055 SJ/MT CPF: 843.922.901.15, Endereço: Rua Guarapuava nº 431, Bairro: Jardim Campo Verde II – Fone: (66) 99635-3003, e-mail: clebinho_judo@hotmail.com

b) Suplente: **FRANCISCO SILVIO PEREIRA CRUZ**, portador do RG nº 0900633-8 SSP/MT, CPF: 592.947.951.87, Endereço: Rua tesouro n° 751 Fone: (66) 98148-6685, e-mail: silvioevento@hotmail.com

IV. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

a) Titular: **FLÁVIO GESSER MATTEI,** portador do RG nº 4748860-5 SSP/MT, CPF: 679.891.019-04, Endereço: Avenida Artemir Pires nº 323, Bairro: Jardim Campo - Fone: (66) 99656-0846, e-mail: agricultura@campoverde.mt.gov.br

b) Suplente: **EDSON PEREIRA RIBEIRO,** portador do RG nº 1363776-2 SSP/MT, CPF: 915.355.061.72, Endereço: Rua Tocantins nº 271, Bairro: São Lourenço – Fone: (66) 99904-7646, e-mail: edinho.ribeiro@hotmail.com

V. REPRESENTANTES DO SINDICATO RURAL DE CAMPO VERDE:

a) Titular: **ANTONIO CARLOS MANCINI JUNIOR,** portador do RG nº 3. 955.043-1 SSP/PR, CPF: 958.408.269-87, Endereço: Av. Belo Horizonte nº 851 Bairro: Centro – Fone: (66) 99969-5766, e-mail: obras@campoverde.mt.gov.br

b) Suplente: **GLADIR TOMAZELLI,** portador do RG nº 28.084.713 SSP/MT, CPF: 411.328.230.72 Endereço: Rodovia BR 070KM- 372 Sitio Águia dourada. **agrosol@agrosolagricola.com.br**

VI. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

a) Titular: **CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES,** portador do RG nº 1053865-8 SJ/MT, CPF: 69652163104, Endereço: Rua Sargento Balcacar Quadra 30, lote 13, Bairro: Greenvile – Fone: (66) 99901-2404, e-mail: claudilei.borges@hotmail.com

b) Suplente: **MAZEN ADIB NAFI,** portadora do RG nº 09523227 SSP/MT, CPF: 840.360.011.72, Endereço: São Salvador nº 250, Bairro: Centro – Fone: (65) 99670 3759, e-mail: patrimoniocampoverde@gmail.com

VII. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE FINANÇAS:

a) Titular: **RONAN FREIRE,** portador do RG nº 2470.801 SSP/GO, CPF: 45137129100, Endereço: Avenida Florianópolis nº 968, Bairro: Jardim Cidade Verde – Fone: (66) 99935-1671, e-mail: ronanfreire@hotmail.com

b) Suplente: **SUZANNE PANERAI SCHMIDT** portadora do RG nº 2554893-0 SSP/MT, CPF: 045.376.091.09, Endereço: Rua Chapada dos Guimarães, nº 273, Bairro: Belvedere – Fone: (66) 992274396, e-mail: suzannepschmidt@hotmail.com

VIII. REPRESENTANTES DOS AVICULTORES:

a) Titular: **CLODOALDO GOMES LIMA,** portador do RG nº 945718 SSP/MT, CPF: 63034948115, Endereço: Rua Maceió, 1218 Bairro: Centro – Fone: (66) 99969-5744, e-mail: obras@campoverde.mt.gov.br

b) Suplente: **PAULO LEONARDELLI,** portador do RG nº 02970321 SSP/SC, CPF: 824.524.409.06, Endereço: Chácara Santa Madalena, Ponte Alta /Campo Verde – Fone: (66) 999013589, e-mail: paulopasqual@gmail.com

IX. REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAMPO VERDE:

a) Titular: **ARSÊNIO CESAR P. BORDIM,** portador do RG nº 6036237961 SSP/RS, CPF: 464.712.860-15, Endereço: Rua Rio de Janeiro S/N, Bairro: Campo Real II – Fone:99933-5671, e-mail: obras@campoverde.mt.gov.br

b) Suplente: **MARCOS RAFEL WIESENHUTTER,** portador do RG nº 72745175 SSP/RS, CPF: 047.914.639.00, Endereço: Rua Xingu,271 Bairro: Chácara das Uvas – Fone: (66) 99985-8548

X. REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO:

a) Titular: **EDSON DE CAMPO RIBEIRO JUNIOR,** portador do RG nº 5.349.658 SSP/MT, CPF: 021.039.049.23, Endereço: Rua recife 432, Bairro: Centro – Fone: (66) 98128-7772.

b) Suplente: **THIAGO CADORE**, portador do RG nº 11.060.875 SSP/MT, CPF: 957.446.221.87, Endereço: Fazenda Bonanza- Agrovila João Ponce de Arruda. – Telefone: (66) 99667-3311, e-mail: tiago.cadore@hotmail.com.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 11 dias do mês de Agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2710, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.628/2020) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 12.565.836,99 (doze milhões quinhentos e sessenta e cinco mil oitocentos e trinta e seis mil reais e noventa e nove centavos), na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0013 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental

Ação: 10147 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS ESTADUAIS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0.1.22.055000	12.565.836,99
TOTAL DA AÇÃO			12.565.836,99

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, dispostos no inciso II do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº. 2.312, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº. 2.631, de 09 de dezembro de 2020 (Plano Plurianual – PPA), o elemento de despesa e fonte de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº. 2.607, de 04 de agosto de 2020, alterada pela Lei nº. 2.630, de 09 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), o elemento de despesa e fonte de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI N°. 2709, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE APORTE FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE – ASAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica destinado aporte financeiro no valor de R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para a Associação Social Amigos da Solidariedade - ASAS, a fim de subsidiar a manutenção dos Leitos Clínicos voltados para o atendimento dos pacientes no âmbito da emergência da Pandemia (Covid-19), nos termos da portaria nº. 245, de 24 de março de 2020 do Ministério da Saúde e Secretaria de Atenção Especializada à Saúde e Portaria nº. 138/2021 da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, bem como Decreto Estadual nº. 851 de 10 de março de 2021.

Parágrafo Único - Os valores de que tratam o *caput* do presente artigo deverão ser utilizados para a manutenção Leitos Clínicos voltados para o atendimento dos pacientes no âmbito da emergência da Pandemia (Covid-19) no âmbito municipal, referentes às competências dos meses de abril e maio do exercício de 2021, sendo o referido aporte transferido em parcela única 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) que será custeada por repasses federais e estaduais subsidiariamente com recursos

municipais devidamente discriminados em suas respectivas prestações de contas.

Art. 2º - O aporte financeiro objeto da presente Lei será transferido para a Associação Social Amigos da Solidariedade - ASAS mediante elaboração de Termo Aditivo ao Convênio nº. 019/2014, atualmente vigente.

Art. 3º - A Associação Social Amigos da Solidariedade – ASAS, deverá prestar contas à Prefeitura Municipal dos recursos de que trata esta lei, com cópia à Câmara Municipal, oportunidade em que comprovará a utilização dos repasses mediante provas idôneas, como notas fiscais e relatórios fotográficos, no prazo de 30 (trinta) dias após a utilização dos recursos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI N°. 2708, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE APORTE FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE – ASAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica destinado aporte financeiro no valor de R$ 3.534.246,00 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e duzentos e quarenta e seis reais) para a Associação Social Amigos da Solidariedade - ASAS, a fim de subsidiar a manutenção das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos 15 (quinze) leitos voltados para o atendimento dos pacientes no âmbito da emergência da Pandemia (Covid-19), nos termos das Portarias GM/MS nº. 947, de 11 de maio de 2021 e GM/MS nº. 431, de 11 de março de 2021 ambas do Ministério da Saúde e Portaria nº. 249/2020 da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Parágrafo Único - Os valores de que tratam o *caput* do presente artigo deverão ser utilizados para a manutenção e funcionamento das unidades de terapia intensiva e enfermarias Covid-19, no âmbito municipal, referentes às competências dos meses de julho, agosto e setembro do exercício de 2021, sendo o referido aporte transferido em três parcelas mensais de R$ 1.178.082,00 (um milhão cento e setenta e oito mil e oitenta e dois reais) que serão custeadas por repasses federais, subsidiariamente com recursos estaduais e municipais devidamente discriminados em suas respectivas prestações de contas.

Art. 2º - O aporte financeiro objeto da presente Lei será transferido para a Associação Social Amigos da Solidariedade - ASAS mediante elaboração de Termo Aditivo ao Convênio nº. 019/2014, atualmente vigente.

Art. 3º - A Associação Social Amigos da Solidariedade – ASAS, deverá prestar contas à Prefeitura Municipal dos recursos de que trata esta lei, com cópia à Câmara Municipal, oportunidade em que comprovará a utilização dos repasses mediante provas idôneas, como notas fiscais e relatórios fotográficos, no prazo de 30 (trinta) dias após a utilização dos recursos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2707, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2628/2020) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 458. 082,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil e oitenta e dois reais), **na seguinte classificação orçamentária:**

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0062 - Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20189 - COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0.3.02.000000	458.082,00
TOTAL DA AÇÃO			458.082,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, dispostos no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº. 2.312, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº. 2.631, de 09 de dezembro de 2020 (Plano Plurianual – PPA), o elemento de despesa e fonte de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº. 2.607, de 04 de agosto de 2020, alterada pela Lei nº. 2.630, de 09 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), o elemento de despesa e fonte de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2706, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI N°. 019 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do inciso I do artigo 1º da Lei Municipal nº. 019 de 14 de novembro de 1989, que passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º- (...)

I - 5.400,00m (cinco mil e quatrocentos metros quadrados), da Quadra 19-A do Loteamento Campo Real, sendo 3.600,00m² (três mil e seiscentos metros quadrados), área onde se encontram construídos os dois prédios da Escola WALDEMON MORAES COELHO, e os demais 1.800,00m² (um mil e oitocentos metros quadrados), destinados à construção, pelo donatário, de uma praça de esportes para a referida Escola. Conforme memorial descritivo em anexo, que faz parte integrante desta Lei, para todos os fins. "

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Verde, 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2705, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº. 2532, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei Municipal nº. 2532 de 19 de dezembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte disposição:

"**Art. 1º** - Fica o Município de Campo Verde autorizado a celebrar Termo de Fomento, por meio de transferência de recursos entre a Administração Pública e a Associação Campoverdense de Artes Marciais, no valor de R$ 128.024,00 (cento e vinte e oito mil e vinte e quatro reais), que serão destinados a custear as despesas com equipamentos e materiais esportivos, restando presente o interesse público em virtude da associação atender em seus projetos centenas de crianças, adolescentes e jovens no município."

Art. 2º - Fica alterada a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº. 2532, de 19 de dezembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte disposição:

"**Art 2º** - Para cobrir as despesas decorrentes desta Lei serão utilizados recursos provenientes da devolução do duodécimo da Câmara Municipal de Campo Verde no ano de 2019 e recursos próprios do Poder Executivo".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2704, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.628/2020) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 23. 332,67 (vinte e três mil trezentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cultura, Lazer e Esporte

Função: 27 - Desporto e lazer

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0012 - Modernização e Gerenciamento da Secretaria Cultura, Lazer e Esporte

Ação: 20094 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0.1.00.000000	23.332,67
TOTAL DA AÇÃO			23.332,67

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial de que dispõe o artigo 1º desta lei, serão utilizados recursos dispostos no inciso III do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, conforme a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cultura, Lazer e Esporte

Função: 13 - Cultura

Subfunção 392 - Difusão Cultural

Programa: 0016 - Apoio e Incentivo as Atividades Culturais

Ação: 20154 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA E ORQUESTRA JOVEM

		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
1531	3.3.90. 36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0.1.00. 000000	23.332,67
TOTAL DA AÇÃO				23.332,67

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº. 2.312, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº. 2.631, de 09 de dezembro de 2020 (Plano Plurianual – PPA), o elemento de despesa e fonte de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº. 2.607, de 04 de agosto de 2020, alterada pela Lei nº. 2.630, de 09 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), o elemento de despesa e fonte de recurso nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2703, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.628/2020) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.234,32 (três mil duzentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 004 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0047- Gestão da Política de Ação Social

Ação: 20137 - APOIO E TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
4.4.90.52. 00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0.3.27. 007000	3.234,32
TOTAL DA AÇÃO			3.234,32

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial de que dispõe o artigo 1º desta lei, serão utilizados recursos dispostos no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/1964.

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº. 2312, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº. 2.631, de 09 de dezembro de 2020 (Plano Plurianual – PPA), o elemento de despesa e fonte de recursos, nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº. 2.607, de 04 de agosto de 2020, alterada pela Lei nº. 2.630, de 09 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), o elemento de despesas e fonte de recursos nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2702, DE 06 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2628/2020) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 624. 850,28 (seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0062 - Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20189 - COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	3.1.002.000000	624.850,28
TOTAL DA AÇÃO			624.850,28

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial de que dispõe o artigo 1° desta lei, serão utilizados recursos dispostos no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº. 2.312, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº. 2.631, de 09 de dezembro de 2020 (Plano Plurianual – PPA), o elemento de despesa e fonte de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº. 2.607, de 04 de agosto de 2020, alterada pela Lei nº. 2.630, de 09 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), o elemento de despesa e fonte de recurso nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2701, DE 06 DE AGOSTO DE 2021.

"**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 2.076, DE 23 DE ABRIL DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o inciso V do artigo 38, da Lei n°. 2.076 de 23 de abril de 2015, que passará a ter a seguinte redação:

"V – Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando no exercício da sua função, escalas de sobreaviso ou plantões".

Art. 2º - Fica alterado o *caput* artigo 41 da Lei nº. 2.076/2015, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 41 - Os Conselhos Tutelares funcionarão de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 18h, com a presença de no mínimo três membros/conselheiros, que deverão registrar suas entradas e saídas ao trabalho no relógio ponto digital e, na falta deste, de maneira manual em cartão ou livro ponto, ambos vistados pelo Presidente do Conselho Tutelar".

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 114/2020

NOTIFICADO: MD COMERCIO E EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA.

CNPJ: 14.234.142/0001-28

NOVA SANTA HELENA - MT.

1.Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela **não entrega** dos itens constante(s) na(s) Nad (s**) 6256**, conforme prazo de entrega estipulado no Edital.

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO/ SITUAÇÃO*	VALOR	ITEM PENDENTE
6256	114/2020	**saude/farm**	24/jun - aberto	1141,00	700 ampolas cimetidina mg/ml

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços Nº 324/2020. FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 11 de agosto de 2021.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE
EDITAL DE TERMO DE INICIO DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 008/ 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA MUNICÍPIO – CAMPO VERDE – MT

EDITAL DE TERMO DE INICIO DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 008/ 2021

O Órgão da Administração Tributária Municipal, nos termos do artigo 52, inciso IV da Lei Complementar nº 045/2014 – Código Tributário Municipal, **INTIMA** o [s] sujeito [s] passivo [s] abaixo relacionado [s], a comparecer [em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da Secretaria Municipal da Fazenda deste município para tomar ciência do [s] Termo [s] de Início de Procedimento Fiscal a seguir identificado [s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo/ Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Processo Administrativo**
COTTON CLASS SERVIÇOS DE COLHEITA EIRELI	32.669.960/ 0001-35	282/2021

Data de afixação: 12/08/2021

Data de desafixação: 27/08/2021

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 101/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 101/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO, onde sagraram-se vencedoras as empresas: CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA – ME, CNPJ nº 12.467.040/0001-27, com o total de R$ 553.936,20 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos); OLMI INFORMÁTICA LTDA – EPP, CNPJ nº 00.789.321/0001-17, com R$ 319.816,00 (trezentos e dezenove mil, oitocentos e dezesseis reais); LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP, CNPJ nº 22.328.534/0001-84, com R$ 301.053,25 (trezentos e um mil, cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos); STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ nº 08.710.871/ 0001-00, com R$ 629.192,96 (seiscentos e vinte e nove mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos); e JC COMÉRCIO DE TECNOLOGIA EIRELI - ME, CNPJ nº 36.190.664/0001-08, com R$ 156.574,00 (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais). Os lotes 05, 06, 11, 15, 16, 17 e 37 resultaram em fracassados. Campo Verde, 11 de agosto de 2021. Hélida Hübner – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA – ME, CNPJ Nº 12.467.040/0001-27,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO – PREGÃO Nº 101/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/08/2021 À 11/08/2022

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	GABINETE PRETO COM FONTE ATX 450W 24 PINOS 80 PLUS BRONZE. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GABINETE: (TORRE ATX COM 2 BAIAS DE 5,25" EXTERNAS - 2 BAIAS DE 3,5" INTERNA PARA HD; GABINETE COM TAMPAS LATERAIS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM PARAFUSOS DE ROSCAS - ACEITA PLACAS COM ATÉ 7 SLOTS - ACEITA 1 COOLER TRASEIRO DE 80 X 80 OU 90 X 90 MM OU 120X120 MM - MATERIAL: AÇO - PAINEL FRONTAL: - 1 BOTÃO DE LIGA E DESLIGA - PORTAS USB, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO E ENTRADA PARA MICROFONE, ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA AÇO 0,5MM). FONTE: ATX DE 450W REAL 24 PINOS 80 PLUS BRONZE, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: CORSAIR, EVGA, GIGABYTE (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	93 UND	GABINETE AEROCOOL V3X-WINDOWS – FONTE GIGABYTE	R$ 748,00	R$ 69. 564,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 69.564,00 (SESSENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS).					

LOTE 02 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 01)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.1	GABINETE PRETO COM FONTE ATX 450W 24 PINOS 80 PLUS BRONZE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GABINETE: (TORRE ATX COM 2 BAIAS DE 5,25" EXTERNAS - 2 BAIAS DE 3,5" INTERNA PARA HD; GABINETE COM TAMPAS LATERAIS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM PARAFUSOS DE ROSCAS - ACEITA PLACAS COM ATÉ 7 SLOTS - ACEITA 1 COOLER TRASEIRO DE 80 X 80 OU 90 X 90 MM OU 120X120 MM - MATERIAL: AÇO - PAINEL FRONTAL: - 1 BOTÃO DE LIGA E DESLIGA - PORTAS USB, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO E ENTRADA PARA MICROFONE, ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA AÇO 0,5MM). FONTE: ATX DE 450W REAL 24 PINOS 80 PLUS BRONZE, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: CORSAIR, EVGA, GIGABYTE (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	30 UND	GABINETE AEROCOOL V3X-WINDOWS – FONTE GIGABYTE	R$ 748,00	R$ 22. 440,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 22.440,00 (VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	CABO DE REDE CAT.6E, 4 PARES, 100% COBRE, CX C/ 305 METROS, DESCRIÇÃO: CABO PARA SISTEMAS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO PARA TRÁFEGO DE VOZ, DADOS E IMAGENS, SEGUNDO REQUISITOS DA NORMA ANSI/TIA/EIA-568ª, INCLUINDO O ADENDO 6 (CATEGORIA 6E), PARA CABEAMENTO HORIZONTAL OU SECUNDÁRIO ENTRE OS PAINÉIS DE DISTRIBUIÇÃO (PATCH PANEL) E OS CONECTORES NAS ÁREAS DE TRABALHO. – CABO DE PARES TRANÇADOS COMPOSTOS DE CONDUTORES SÓLIDOS DE COBRE NU, 24 AWG, ISOLADOS EM COMPOSTO ESPECIAL. CAPA EXTERNA EM PVC NÃO PROPAGANTE À CHAMA, COM MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA, NAS OPÇÕES CM E CMR. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: - 4 PARES DE FIO – COMPRIMENTO DO FIO: 305 METROS – CATEGORIA 6E. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: AMP, FURUKAWA, SOHOPLUS. (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	66 UND	SOHOPLUS	R$ 989,00	R$ 65. 274,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 65.274,00 (SESSENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	FONTE ALIMENTAÇÃO POE PARA CÂMERA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA. *COMPATÍVEL COM CÂMERA AXIS *ENTRADA 100~240V, *FREQUÊNCIA DE 50-60HZ *SAÍDA: 48V, 1.5 A A FONTE DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM A CÂMERA DE SEGURANÇA MODELO AXIS.	146 UND	VOLT	R$ 173,00	R$ 25.258,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 25.258,00 (VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS).					

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
13	TESTADOR CABO RJ45 E RJ11, - VERIFICA SE OS CABOS ESTÃO CONECTADOS DE FORMA CORRETA - TESTA A POLARIZAÇÃO DAS VIAS - BOTÃO DE POSIÇÃO (LIGADO, DESLIGADO) -ALIMENTAÇÃO: BATERIA 9VCC - PARA CABOS COM CONECTORES RJ-11 E RJ-45 - TESTA CONTINUIDADE 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 E G (TERRA) - VERIFICA CONEXÃO TROCADA, CURTO ABERTO E CRUZADO.	16 UND	DEX	R$ 64,00	R$ 1.024,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.024,00 (UM MIL E VINTE E QUATRO REAIS).					

LOTE 21

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	ABRAÇADEIRA AJUSTÁVEL BAP 3 1200MM C/ PARAFUSO	95 UND	IMP	R$ 17,50	R$ 1.662,50
21	ABRAÇADEIRA BAP3	83 UND	IMP	R$ 24,00	R$ 1.992,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.654,50 (TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	MOUSE ÓPTICO COM SCROLL LOCK PS2	80 UND	MULTILASER MO31	R$ 35,00	R$ 2.800,00
25	TECLADO MULTIMÍDIA PRETO ABNT2 PS2	82 UND	MAXPRINT PS2	R$ 62,00	R$ 5.084,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.884,00 (SETE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).					

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	NVR 32 CANAIS IP DE ATE 4K DE RESOLUÇÃO SEM HARD DISK	12 UND	INTELBRAS NVD 7132	R$ 5.615,00	R$ 67.380,00
ESPECIFICAÇÕES: SISTEMA PROCESSADOR PRINCIPAL MICROPROCESSADOR DUAL CORE DE ALTO DESEMPENHO SISTEMA OPERACIONAL LINUX® EMBARCADO ENTRADA DE VÍDEO SUPORTE PARA CÂMERAS IP 32 PROTOCOLOS SUPORTADOS INTELBRAS-1¹ E ONVIF PERFIL S SUPORTE A FLUXOS DE VIDEO SIMULTÂNEOS (STREAMS) DE UMA MESMA CÂMERA 3 SUPORTE À CÂMERAS DE OUTRAS MARCAS¹ ONVIF PERFIL S, ÁUDIO ENTRADA PARA ÁUDIO 1 CANAL, RCA SAÍDA PARA ÁUDIO 1 CANAL, RCA ¹ 32 COMPRESSÃO DE ÁUDIO SUPORTADO G.711 E AAC. VISUALIZAÇÃO SAÍDAS DE VÍDEO 1 HDMI E 1 VGA RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR HDMI 1 3.840 × 2. 160, 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720 RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR HDMI 2 NÃO POSSUI RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR VGA 1 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720 RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR VGA 2 NÃO POSSUI COMPRIMENTO MÁXIMO INDICADO PARA CABO HDMI/VGA 5 METROS / 10 METROS QUANTIDADE DE CANAIS EXIBIDOS NA TELA 1, 4, 8, 9, 16, 25 E 32 CANAIS RESOLUÇÕES SUPORTADAS NA VISUALIZAÇÃO 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF CANAIS EM VISUALIZAÇÃO SIMULTÂNEA EM STREAM PRINCIPAL² 8 MP (4K) - 1 CANAL 6 MP - 1 CANAL 5 MP - 1 CANAL 4 MP - 2 CANAIS 3 MP - 3 CANAIS 2 MP (FULL HD/1080P) - 4 CANAIS 1,3 MP - 4 CANAIS 720 P - 10 CANAIS MÁSCARA DE PRIVACIDADE ATÉ 4 POR CANAL ZOOM DIGITAL SIM CONTROLE DE CONTAS DE USUÁRIO COM PERMISSÕES DE ACESSO AO SISTEMA SIM SUPORTE À PLANIFICAÇÃO (CÂMERAS FISHEYE) NÃO POSSUI QUANTIDADE DE PLANIFICAÇÕES SIMULTÂNEAS NÃO POSSUI GRAVAÇÃO SISTEMA DE COMPRESSÃO DOS ARQUIVOS H.265/H.264/H.264H/H.264B/MJPEG RESOLUÇÕES DE GRAVAÇÃO SUPORTADAS 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF TAXA DE FRAMES SUPORTADA PARA GRAVAÇÃO POR RESOLUÇÃO 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF TODOS EM ATÉ 30 FPS TAXA DE BIT RATE SUPORTADA PARA GRAVAÇÃO 180 MBPS. A SOMA DO BIT RATE CONFIGURADA NAS CÂMERAS NÃO DEVE ULTRAPASSAR ESTE VALOR (RECOMENDAMOS UTILIZAR ATÉ 160 MBPS PARA O STREAM PRINCIPAL E MAIS 20 MBPS PARA O STREAM EXTRA). EVENTOS/CONFIGURAÇÕES PARA GRAVAÇÃO DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO, PERDA DE VÍDEO. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: INTELBRAS, AXIS, BOSCH.				
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 67.380,00 (SESSENTA E SETE MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS).					

LOTE 25 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 24)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26.1	NVR 32 CANAIS IP DE ATE 4K DE RESOLUÇÃO SEM HARD DISK	03 UND	INTELBRAS NVD 7132	R$ 5.615,00	R$ 16.845,00

ESPECIFICAÇÕES: SISTEMA PROCESSADOR PRINCIPAL MICROPROCESSADOR DUAL CORE DE ALTO DESEMPENHO SISTEMA OPERACIONAL LINUX® EMBARCADO ENTRADA DE VIDEO SUPORTE PARA CÂMERAS IP 32 PROTOCOLOS SUPORTADOS INTELBRAS-1¹ E ONVIF PERFIL S SUPORTE A FLUXOS DE VIDEO SIMULTÂNEOS (STREAMS) DE UMA MESMA CÂMERA 3 SUPORTE À CÂMERAS DE OUTRAS MARCAS¹ ONVIF PERFIL S, ÁUDIO ENTRADA PARA ÁUDIO 1 CANAL, RCA SAÍDA PARA ÁUDIO 1 CANAL, RCA ¹ 32 COMPRESSÃO DE ÁUDIO SUPORTADO G.711 E AAC. VISUALIZAÇÃO SAÍDAS DE VÍDEO 1 HDMI E 1 VGA RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR HDMI 1 3.840 × 2. 160, 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720 RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR HDMI 2 NÃO POSSUI RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR VGA 1 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720 RESOLUÇÕES SUPORTADAS NO MONITOR VGA 2 NÃO POSSUI COMPRIMENTO MÁXIMO INDICADO PARA CABO HDMI/VGA 5 METROS / 10 METROS QUANTIDADE DE CANAIS EXIBIDOS NA TELA 1, 4, 8, 9, 16, 25 E 32 CANAIS RESOLUÇÕES SUPORTADAS NA VISUALIZAÇÃO 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF CANAIS EM VISUALIZAÇÃO SIMULTÂNEA EM STREAM PRINCIPAL² 8 MP (4K) - 1 CANAL 6 MP - 1 CANAL 5 MP - 1 CANAL 4 MP - 2 CANAIS 3 MP - 3 CANAIS 2 MP (FULL HD/1080P) - 4 CANAIS 1,3 MP - 4 CANAIS 720 P - 10 CANAIS MÁSCARA DE PRIVACIDADE ATÉ 4 POR CANAL ZOOM DIGITAL SIM CONTROLE DE CONTAS DE USUÁRIO COM PERMISSÕES DE ACESSO AO SISTEMA SIM SUPORTE À PLANIFICAÇÃO (CÂMERAS FISHEYE) NÃO POSSUI QUANTIDADE DE PLANIFICAÇÕES SIMULTÂNEAS NÃO POSSUI GRAVAÇÃO SISTEMA DE COMPRESSÃO DOS ARQUIVOS H.265/H.264/H.264H/H.264B/MJPEG RESOLUÇÕES DE GRAVAÇÃO SUPORTADAS 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/ 1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF TAXA DE FRAMES SUPORTADA PARA GRAVAÇÃO POR RESOLUÇÃO 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(FULL HD/1080P), 1MP(HD/720P), D1, CIF TODOS EM ATÉ 30 FPS TAXA DE BIT RATE SUPORTADA PARA GRAVAÇÃO 180 MBPS. A SOMA DO BIT RATE CONFIGURADA NAS CÂMERAS NÃO DEVE ULTRAPASSAR ESTE VALOR (RECOMENDAMOS UTILIZAR ATÉ 160 MBPS PARA O STREAM PRINCIPAL E MAIS 20 MBPS PARA O STREAM EXTRA). EVENTOS/CONFIGURAÇÕES PARA GRAVAÇÃO DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO, PERDA DE VÍDEO. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: INTELBRAS, AXIS, BOSCH.
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.845,00 (DEZESSEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	FONTE POE 24V DE NO MINIMO 1 AMPERE. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS:INTELBRAS, UBIQUITI, VOLT.	50 UND	VOLT	R$ 84,00	R$ 4. 200,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS).					

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
29	FONTE POE 48V DE NO MINIMO 1 AMPERE. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: INTELBRAS, UBIQUITI,VOLT.	50 UND	VOLT	R$ 98,00	R$ 4. 900,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS).					

LOTE 30

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
30	CAMERA IP POE 2MP FULL HD BULLET LENTE 3.6MM. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: INTELBRAS, AXIS, BOSCH.	90 UND	INTELBRAS – 1230B	R$ 489,33	R$ 44. 039,70
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 44.039,70 (QUARENTA E QUATRO MIL, TRINTA E NOVE REAIS E SETENTA CENTAVOS).					

LOTE 31

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31	MINIRACK DE PAREDE 12U. DIMENSÕES EXTERNAS: ALTURA: (60CM) LARGURA (54CM) PROFUNDIDADE (60CM), PESO: 14KG. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: INTELBRAS, CENTRAL NETWORK, REDRACK.	10 UND	INTELBRAS	R$ 699,00	R$ 6. 990,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.990,00 (SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 35

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
35	MESA CONTROLADORA HIBRIDA IP. DISPLAY LCD 7.5, ALIMENTAÇÃO 12VDC 1000. MA, ENTRADA PARA CONECTOR RJ 45. PESO: 2.5K. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: INTELBRAS, AXIS, BOSCH.	01 UND	INTELBRAS VTN2000	R$ 4. 197,20	R$ 4. 197,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.197,20 (QUATRO MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS).					

LOTE 39

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
39	PLACA DE VIDEO PCI-E, 4GB, GDDR6, 128 VITS, INTERFACE: PCI EXPRESS X16 3.0 |– CLOCK: 1650MHZ	–CUDA CORES: 896. MEMÓRIA: TAMANHO DA MEMÓRIA: 4GB; INTERFACE DE MEMÓRIA: 128-BIT; TIPO DE MEMÓRIA: GDDR6. DEVE CONTER PORTAS: -1 X HDMI 1 X DVI-D	RECURSOS: -REFRIGERADOR COM VENTILADOR CONTEÚDO DA EMBALAGEM: -PLACA PCI E X16; - CABO DE ALIMENTAÇÃO; -MANUAL DO USUARIO; CD SOFTWARE. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR AS MARCAS EVFA, ASUS, GIGABYTE, MSI (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	15 UND	MSI 1650 4GB	R$ 3. 079,33	R$ 46. 189,95
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 46.189,95 (QUARENTA E SEIS MIL, CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).					

LOTE 40

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
40	CABO DVI 1.5 METROS, TERMINAL DVI-D NAS DUAS PONTAS	30 UND	VINIK	R$ 49,00	R$ 1.470,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.470,00 (UM MIL QUATROCENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 41

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

41	MONITOR PARA MICROCOMPUTADOR, TELA DE 21,5 POLEGADAS, LED, FULL HD, 1080P, ENTRADAS HDMI E VGA. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR AS MARCAS ACER, SAMSUNG, HP (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	118 UND	ACER V226HKL	R$ 1.049,00	R$ 123.782,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 123.782,00 (CENTO E VINTE E TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS).					

LOTE 42 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 41)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
41.1	MONITOR PARA MICROCOMPUTADOR, TELA DE 21,5 POLEGADAS, LED, FULL HD, 1080P, ENTRADAS HDMI E VGA. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR AS MARCAS ACER, SAMSUNG, HP (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	36 UND	ACER V226HKL	R$ 1.049,00	R$ 37.764,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 37.764,00 (TRINTA E SETE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS).					

LOTE 45

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
46	ROTULADOR ELETRÔNICO 12X8 – IMPRIME AUTOMATICAMENTE DATA&HORA- IMPRIME EM ATÉ 2 LINHAS- IMPRIME VERTICAL- VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO DE 8 CARACTERES- 54 VARIAÇÕES DE FONTES EM 6 TAMANHOS E 9 ESTILOS (NORMAL, NEGRITO, CONTORNO, SOMBRA, ITÁLICO, ITÁLICO SUBLINHADO, NEGRITO ITÁLICO, SHADOW ITALIC, VERTICAL)- 6 ESTILOS DE MOLDURAS- 71 SÍMBOLOS- RESOLUÇÃO DE 230 DPI- VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 7,5 MM/SEG- ALTURA MÁXIMA DE IMPRESSÃO 7 MM- IMPRESSÃO ATÉ 9 MULTI-CÓPIAS- SUPER PORTÁTIL, FUNCIONA COM 4 PILHAS ALCALINAS “AAA”.	03 UND	BROTHER PT80	R$ 359,97	R$ 1.079,91
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.079,91 (UM MIL, SETENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 553.936,20 (QUINHENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: OLMI INFORMÁTICA LTDA – EPP, CNPJ Nº 00.789.321/0001-17

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO – PREGÃO Nº 101/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/08/2021 À 11/08/2022

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	ANTENA BRIDGE CPE (NANO BEAM 19 DBI), DEVENDO CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR ATHEROS MIPS 74KC 560MHZ, MEMÓRIA 64 MB DDR2 E 8 MB FLASH, INTERFACE DE REDE 10/100 BASE-TX CAT 5 RJ45, COM APROVAÇÕES SEM FIO: FCC, IC, CE. FREQUÊNCIA 5.8GHZ PADRÃO 802.11 A/N OFDM (FREQUÊNCIA DE 5.170 A 5.875MHZ) COM POLARIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, COM GANHO DE 19DBI, AJUSTÁVEL DE FREQUÊNCIA DE CANAIS ENTRE 5/8/10/20/30/40 MHZ, COM THROUGHPUT DE 150+BPS TCP/IP, CONFORMIDADE COM A ROHS. DIMENSÃO: 189 X 189 X 125 MM ACESSÓRIOS INCLUSO NA EMBALAGEM: RÁDIO; ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM E ALÇA DE METAL; FONTE POE ADPATER (24V, 0.5ª) COM CABO POWER, MANUAL. PRODUTO HOMOLOGADO PELA ANATEL.	32 UND	UBIQUITI/ NANO BEAM	R$ 1.008,75	R$ 32.280,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 32.280,00 (TRINTA E DOIS MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS).					

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	FONE DE OUVIDO COM MICROFONE (HEADSET) ESPECIFICAÇÕES: - CONECTOR: 2 X P2 ESTÉREO, QUALIDADE EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS: CORSAR, HYPERX, PHILIPS (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	165 UND	PHILIPS/ SHM1900	R$ 241,00	R$ 39.765,00
23	CÂMERA USB WEBCAM, ESPECIFICAÇÕES: - RESOLUÇÃO 720P MICROFONE EMBUTIDO	78 UND	KOLKE/ KEC-455	R$ 218,00	R$ 17.004,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 56.769,00 (CINQUENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	HARD DISK 12 TERABYTE 24/7 - CAPACIDADE: HD 12 TB - INTERFACE: SATA 6GB / S - FATOR DE FORMA: 3,5 POLEGADAS - VELOCIDADE DO DISCO: 7200 RPM - CACHE: 256MB - DIMENSÕES: 147 X 101,6 MM **QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS:** SEAGATE, WESTER DIGITAL.	15 UND	SEAGATE/ ST12000NE008	R$ 4.993,00	R$ 74.895,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 74.895,00 (SETENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS).					

LOTE 27 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 26)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27.1	HARD DISK 12 TERABYTE 24/7 - CAPACIDADE: HD 12 TB - INTERFACE: SATA 6GB / S - FATOR DE FORMA: 3,5 POLEGADAS - VELOCIDADE DO DISCO: 7200 RPM - CACHE: 256MB - DIMENSÕES: 147 X 101,6 MM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: SEAGATE, WESTER DIGITAL.	05 UND	SEAGATE/ ST12000NE008	R$ 4.993,00	R$ 24.965,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 24.965,00 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS).					

LOTE 36

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
36	SWITCH POE 150W DE POTENCIA 16 PORTAS 10/100/1000MBPS. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: UBIQUITI, INTELBRAS, TP LINK.	02 UND	UBIQUITI/ ES-16-150W	R$ 3.729,50	R$ 7.459,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.459,00 (SETE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 46

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
47	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW) TECNOLOGIA LCD/RESOLUÇÃO MÍNIMA 1024X768/ENTRADA VGA A FULL HD/LUMINOSIDADE MÍNIMA DE 2500 LUMENS/CONECTIVIDADE ENTRADA/SAÍDA RGB 15 PINOS E HDMI/GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: ACER, EPSON, BENQ. (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	20 UND	ACER/ X1223H	R$ 4. 748,00	R$ 94. 960,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 94.960,00 (NOVENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).					

LOTE 47 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 46)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
47.1	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW) TECNOLOGIA LCD/RESOLUÇÃO MÍNIMA 1024X768/ENTRADA VGA A FULL HD/LUMINOSIDADE MÍNIMA DE 2500 LUMENS/CONECTIVIDADE ENTRADA/SAÍDA RGB 15 PINOS E HDMI/GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: ACER, EPSON, BENQ. (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	06 UND	ACER/ X1223H	R$ 4. 748,00	R$ 28. 488,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 28.488,00 (VINTE E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 319.816,00 (TREZENTOS E DEZENOVE MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP, CNPJ Nº 22.328.534/0001-84

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO – PREGÃO Nº 101/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/08/2021 À 11/08/2022

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	ROTEADOR WIRELESS N 300MBPS , ROTEADOR N 300 MBPS. WDS (WIRELESS BRIDGE). ESPECIFICAÇÕES: - FAIXA DE FREQUÊNCIA: 2.4 GHZ; - VELOCIDADE DE REDE WIRELESS: ATÉ 300 MBPS – TIPO DE ANTENA: 2 ANTENAS FIXAS OMNIDIRECIONAL; - SEGURANÇA: 64/128 BIT WEP, WPA-PSK, WPA2-PSK, WPS. CONTROLE DE ACESSO, CONTENDO 1 PORTA WAN 10/100, 4 PORTAS LAN. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: TP-LINK, INTELBRAS, D-LINK. (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	109 UND	TP-LINK TL-WR840N	R$ 139,81	R$ 15. 239,29
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.239,29 (QUINZE MIL, DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).					

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	SCANNER DE MESA VELOCIDADE MÍNIMA DE 40 PPM (A4, COR, 200/300 DPI), DIGITALIZAR VÁRIAS ESPESSURAS DE PAPÉIS (27 A 413 G / ?), ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF), SENSOR ULTRASSÔNICO DE DETECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO MÚLTIPLA X 1, SENSOR DE DETECÇÃO DE PAPEL **PROCESSAMENTO DE VÍDEO INTERNO:** 65.536 NÍVEIS (16 BITS), INTERFACE: USB 2.0 **MODOS DE DIGITALIZAÇÃO:** SIMPLEX / DUPLEX, COR / ESCALA DE CINZA / MONOCROMÁTICO. DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA 300 X 170 X 163 MM (11,81 X 6,69 X 6,42 POLEGADAS) COMPATÍVEL COM OS SEGUINTES SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS® 10 (32 BITS / 64 BITS), WINDOWS® 8 / 8.1 (32 BITS / 64 BITS), WINDOWS® 7 (32 BITS / 64 BITS), WINDOWS VISTA® (32 BITS / 64 BITS) (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS) **SOFTWARE / DRIVERS MÍNIMOS INCLUSOS:** PAPERSTREAM IP (TWAIN / TWAIN X64 / ISIS), PAINEL DE OPERAÇÃO DE SOFTWARE, GUIA DE RECUPERAÇÃO DE ERROS, PAPERSTREAM CAPTURE, SCANS-	15 UND	FUJITSU FI-7140	R$ 4. 384,60	R$ 65. 769,00

	NAP MANAGER PARA FI SERIES, SCAN PARA MICROSOFT SHAREPOINT, ABBYY FINEREADER PARA SCANSNAP, SCANNER CENTRAL AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO. DEVE VIR INCLUSO: ALIMENTADOR ADF, CABO AC, ADAPTADOR CA, CABO USB, DVD-ROM DE CONFIGURAÇÃO.				
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 65.769,00 (SESSENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 10 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 09)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8.1	SCANNER DE MESA VELOCIDADE MÍNIMA DE 40 PPM (A4, COR, 200/300 DPI), DIGITALIZAR VÁRIAS ESPESSURAS DE PAPÉIS (27 A 413 G / ?), ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF), SENSOR ULTRASSÔNICO DE DETECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO MÚLTIPLA X 1, SENSOR DE DETECÇÃO DE PAPEL PROCESSAMENTO DE VÍDEO INTERNO: 65.536 NÍVEIS (16 BITS), INTERFACE: USB 2.0 MODOS DE DIGITALIZAÇÃO: SIMPLEX / DUPLEX, COR / ESCALA DE CINZA / MONOCROMÁTICO. DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA 300 X 170 X 163 MM (11,81 X 6,69 X 6,42 POLEGADAS) COMPATÍVEL COM OS SEGUINTES SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS® 10 (32 BITS / 64 BITS), WINDOWS® 8 / 8.1 (32 BITS / 64 BITS), WINDOWS® 7 (32 BITS / 64 BITS), WINDOWS VISTA® (32 BITS / 64 BITS) (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS), WINDOWS SERVER® 2008 R2 (64 BITS) **SOFTWARE / DRIVERS MÍNIMOS INCLUSOS:** PAPERSTREAM IP (TWAIN / TWAIN X64 / ISIS), PAINEL DE OPERAÇÃO DE SOFTWARE, GUIA DE RECUPERAÇÃO DE ERROS, PAPERSTREAM CAPTURE, SCANSNAP MANAGER PARA FI SERIES, SCAN PARA MICROSOFT SHAREPOINT, ABBYY FINEREADER PARA SCANSNAP, SCANNER CENTRAL AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO. DEVE VIR INCLUSO: ALIMENTADOR ADF, CABO AC, ADAPTADOR CA, CABO USB, DVD-ROM DE CONFIGURAÇÃO.	05 UND	FUJITSU FI-7140	R$ 4. 384,60	R$ 21. 923,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 21.923,00 (VINTE E UM MIL, NOVECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS).					

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	SWITCH GERENCIÁVEL, 24 PORTAS, 10/100/1000	10 UND	TP-LINK TL-SG3428	R$ 1.749,00	17.490,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 17.490,00 (DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
18	SWITCH GERENCIÁVEL, 48 PORTAS, 10/100/1000	09 UND	TP-LINK TL-SG34542	R$ 3.944,44	R$ 35.499,96
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 35.499,96 (TRINTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).					

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	TABLET TELA MÍNIMA 10P ESPECIFICAÇÕES: PROCESSADOR COM VELOCIDADES SUPERIOR À 2.0GHZ, ARMAZENAMENTO INTERNO DE 64GB, MEMÓRIA DE 3GB. CONECTIVIDADE: WIFI, CHIP (3G OU SUPERIOR) MARCAS QUALIDADE OU EQUIVALENTE: LENOVO, SAMSUNG, BLACKVIEW	10 UND	SAMSUNG SM-T505NZAQZTO	R$ 1. 914,00	R$ 19. 140,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 19.140,00 (DEZENOVE MIL, CENTO E QUARENTA REAIS).					

LOTE 33

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
33	CAMERA IP POE FULL HD COM ZOOM MOTORIZADA,IR 40M, IP67. **QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS:** INTELBRAS, AXIS, BOSCH.	25 UND	INTELBRAS VIP 3240 Z G2	R$ 1. 391,16	R$ 34. 779,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 34.779,00 (TRINTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 34

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
34	CAMERA IP POE COM RESULUÇÃO 4K DE 8MP BULLET, SENSOR 1/2" LENTE 2.8MM IP67, IR 40M. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: INTELBRAS, AXIS, BOSCH.	10 UND	INTELBRAS VIP 5850B	R$ 2. 290,00	R$ 22. 900,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 22.900,00 (VINTE E DOIS MIL E NOVECENTOS REAIS).					

LOTE 43

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
42	CENTRAL PABX HÍBRIDA DIGITAL PARA 2 TRONCOS (LINHAS) E 8 RAMAIS TDM. (COM EXPANSÃO PARA 08 TRONCOS E 32 RAMAIS TDM) COMPATÍVEL COM TERMINAL INTELIGENTE INTELBRAS IMPACTA 40.	11 UND	INTELBRAS 4450000	R$ 2. 289,00	R$ 25. 179,00
43	BLOCO TERMINAL ENGATE RÁPIDO 10 PARES BARGOA M10	83 UND	CDCOM M10-B	R$ 49,00	R$ 4. 067,00
44	BASTIDOR PARA BLOCO M10	63 UND	CLARINOX 5501	R$ 19,00	R$ 1. 197,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 30.443,00 (TRINTA MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS).					

LOTE 44

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

45	SUPORTE VERTICAL DE MESA PARA MONITOR, COM REGULAGEM DE ALTURA.	95 UND	MULTIVISAO MT SLIM	R$ 220,00	R$ 20.900,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 20.900,00 (VINTE MIL E NOVECENTOS REAIS).					

LOTE 48

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
48	TELA DE PROJEÇÃO = TIPO TRIPÉ/ÁREA VISUAL MÍNIMA DE 1,80X1,80M/TECIDO MATTE WHITE (BRANCO OPACO) /GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	25 UND	SUMAY TTQS100	R$ 678,80	R$ 16. 970,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.970,00 (DEZESSEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 301.053,25 (TREZENTOS E UM MIL, CINQUENTA E TRÊS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ Nº 08.710.871/0001-00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO – PREGÃO Nº 101/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/08/2021 À 11/08/2022

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	SERVIDOR RACK POWEREDGE R540 PROCESSADOR XEON BRONZE COM 16GB DE MEMÓRIA E 2 HDS DE 2 TB HOT PLUG INTEL XEON BRONZE 3204 1.9G, 6C/6T, 9.6GT/S, 8.25M CACHE, NO TURBO, NO HT (85W) DDR4-2133 WINDOWS SERVER 2012 R2, STANDARD ED, COM INSTALAÇÃO DE FÁBRICA, SEM MÍDIA, 2 SOCKETS, 2 VMS, SEM CALS 16GB RDIMM, , DUAL RANK, X8 DATA WIDTH, BCC 2TB, 7.2K, RPM, SATA, 6GBPS, 3.5IN HOT-PLUG HARD DRIVE 3YR BASIC HARDWARE WARRANTY REPAIR: 5X10 HW-ONLY, 5X10 NBD ONSITE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR AS MARCAS: DELL, HP, IBM. (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	06 UND	HP	R$ 34. 900,00	R$ 209. 400,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 209.400,00 (DUZENTOS E NOVE MIL E QUATROCENTOA REAIS).					

LOTE 32

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
32	ROTEADOR DE NO MINIMO 10 PORTAS GIGABIT. PROCESSADOR: IPQ-8064, ARQUITETURA: ARM 32-BIT, CORES: 2, CLOCK:1.4 GHZ,MEMÓRIA RAM: 1GB. **QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS:** UBIQUITI, INTELBRAS, CISCO, HAUWEI.	05 UND	UBIQUITI	R$ 2. 210,00	R$ 11. 050,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.050,00 (ONZE MIL E CINQUENTA REAIS).					

LOTE 38

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
38	NOBREAK SENOIDAL 2.200 VA, COM BATERIAS INCLUSA, BIVOLT. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR AS MARCAS: INTELBRAS, APC, SMS. **(COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).**	21 UND	SMS	R$ 2. 633,76	R$ 55. 308,96
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 55.308,96 (CINQUENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).					

LOTE 49

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
49	NOTEBOOK INTEL CORE I5, 08 GB, 1 TB. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: PROCESSADOR COM NO MÍNIMO INTEL CORE I5 OU AMD A10 OU SIMILAR; 1 (UM) DISCO RÍGIDO DE 1TB VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 5.400 RPM; MEMÓRIA RAM DE 08 (OITO) GIGABYTES, DO TIPO SDRAM DDR4 2.133 MHZ OU SUPERIOR; TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEN, SUPORTAR RESOLUÇÃO 1.600 X 900 PIXELS; TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2; MOUSE TOUCHPAD COM 02 (DOIS) BOTÕES INTEGRADOS; MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11A/B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS); BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO ION DE LÍTION COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) CÉLULAS; FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL COM O ITEM; POSSUIR INTERFACES USB 2. 0 E 3.0, 01 (UMA) HDMI OU DISPLAY PORT, LEITOR DE CARTÃO; WEBCAM, COM QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: ACER, DELL, SAMSUNG (COM LAUDO ATESTANDO QUALIDADE).	61 UND	ACER WINDOWS 10 PROFISSIONAL	R$ 5. 794,00	R$ 353. 434,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 353.434,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 629.192,96 (SEISCENTOS E VINTE E NOVE MIL, CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: https://novo.campoverde.mt.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

MEDICAMENTOS DE AZ LTDA

CNPJ: 09.676.256/0001-98

RUA: OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1132, 1ºANDAR SALA 102, CENTRO

Francisco Beltrão - PR

Contato: (46)3523-5454

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 2255 /2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 25.06.2021 (item 107)

AF nº 1640 /2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 11.05.2021 (item 182)

AF nº 2212 /2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 22.06.2021 (item 182)

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 11 de agosto de 2021.

CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

EDITAL Nº. 40, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº. 1/2016, PARA SUPRIMENTO DE VAGA DO CARGO DE FARMACÊUTICO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº.*22, de 13 de março de 2017;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal e no artigo 8º, inciso IV da Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020;*

CONSIDERANDO a prorrogação da vigência do concurso regido pelo Edital 1/2016 até o dia 3/9/2021, através do Decreto Municipal n114, de 9 de julho de 2020, conforme preceituado no artigo 10 da *Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020;*

CONSIDERANDO finalmente a solicitação reportada no Memorando nº. 77/SMSCJ/GS;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
FARMACÊUTICO	RICARDO HIROSHI DA CUNHA KANACILO	7º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma jun-

ta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 01/2016.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de agosto de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

JETHAMED COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP

RUA: PAULA FREITAS, Nº 33,

FRANCISCO BELTRÃO-PR

Contato: (46) 35249142

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 1646/2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 11/05/2021 *(falta o item 180)*

AF nº 2254/2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 25/06/2021 *(falta o item 180)*

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 11 de agosto de 2021.

CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

EXTRATO DO CONTRATO N° 92/2021

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: O presente termo tem por objeto o credenciamento através de inexigibilidade de licitação de prestação serviços de endoscopia.

Item	Código Betha	Código TCE/MT	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário de referência / mediana R$
02	16-08-0403	TCEMT0000229	**EXAME DE ENDOSCOPIO DIGESTIVA** **O exame de endoscopia** é um exame capaz de analisar a mucosa do esôfago, estômago e duodeno(primeira parte do intestino delgado) é feita através de um tubo flexível (conhecido por endoscópio) que possui um chip responsável por capturar as imagens do sistema digestivo através de uma câmera.	Serviço	100	R$ 350,00

Observações: Caso haja mais de um credenciado para os itens, o mesmo será dividido/rateado entre todos credenciados VIGÊNCIA: 02/08/2021 até 02/08/2022.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 12/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI Prefeito Municipal / CREDENCIANTE, **LEINER E COURI SOCIEDADE SIMPLES LTDA**, CNPJ Nº **20.205.478.0001-65** CREDENCIADO.

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANNA LTDA-EPP

CNPJ: 78.688.660/0001-02

RUA: SANTA CATARINA Nº 769, SALA 01

CASCAVEL-PR

Contato: (45) 3224-7070

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 560 /2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 19.02.2021

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 11 de agosto de 2021.

CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI-ME

CNPJ: 27.718.661/0001-03

RUA: AV RIO DE JANEIRO, Nº 309, Quadra 2U

Senador Canedo- GO

Contato: (62) 30973404

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 576 /2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 19.02.2021

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 11 de agosto de 2021.

CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

PORTARIA Nº. 250, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FARMACÊUTICO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO** a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal e no artigo 8º, inciso IV da Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020;*

***CONSIDERANDO a prorrogação da vigência do concurso regido pelo Edital 1/2016 até o dia 3/9/2021, através do Decreto Municipal nº. 114, de 9 de julho de 2020, conforme preceituado no artigo 10 da** Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020;*

***CONSIDERANDO** a vacância do cargo previsto no artigo 1º, resultante da exoneração, materializada através da Portaria nº. 162, de 15 de abril de 2021;*

***CONSIDERANDO** as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** que a sexta candidata convocada através do edital 35, de 8 de agosto de 2021 não tomou posse no cargo;*

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº.40, de 10 de agosto de 2021 e do edital do certame nº 1/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o sétimo candidato na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 1/2016, **RICARDO HIROSHI DA CUNHA KANACILO** ao cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de agosto de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

RUA: RUA MINAS GERAIS, Nº 370, BAIRRO ALVORADA.

FRANCISCO BELTRÃO-PR

Contato: (46) 2601-0889

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 2308 /2021- Pregão Eletrônico nº. 59/2020. De 08/07/2021

Item 73 e 178 (falta 450 CPR); 2 (falta 11 TBS)

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 11 de agosto de 2021.

CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

RH/GABINETE
PORTARIA N. 412/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA N. 412/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sra. **MISLEIA ALMEIDA MALTA,** matrícula n.1811, ocupante do cargo de Copeira/Faxineira, lotada na Secretaria de Administração, planejamento e finanças.

PERÍODO AQUISITIVO DE LICENÇA PRÊMIO
06/02/2016 Á 05/02/2021
PERÍODO DO GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
01/09/2021 Á 30/11/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

De Brasília–DF para Canabrava do Norte - MT, em 11 de agosto de 2021

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1125/2021, DE 06 DE AGOSTO DE 2021.

LEI Nº 1125/2021, DE 06 DE AGOSTO DE 2021.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 1065/2020 LOA DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2021, por Excesso de arrecadação, no valor de **R$ 239.853,59 (Duzentos e Trinta mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos)**, para a seguinte programação orçamentária:

Código Reduzido		Novo
Órgão	02	Sec. Gabinete do Prefeito.
Unidade	001	Gabinete do Prefeito
Função	04	Administração
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0051	Apoio Administrativo
Projeto Atividade	2143	Manutenção – Gabinete do Prefeito II
Elemento Despesa	3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil
Fonte de Recursos	100	Recursos Ordinários
Detalhamento	00000	Sem Detalhamento de Fontes de Recursos
Valor R$	20.000,00	Vinte mil reais

Código Reduzido		Novo
Órgão	03	Sec. Mun. Admin. Planej. E Finanças
Unidade	001	Gabinete do Secretário
Função	04	Administração
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0051	Apoio Administrativo
Projeto Atividade	2144	Convenio Contribuição - Iluminação Publica 2021
Elemento Despesa	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	100	Recursos Ordinários
Detalhamento	00000	Sem Detalhamento de Fontes de Recursos
Valor R$	219.853,59	Duzentos e dezenove mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos.

Art. 2°. Para cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior será utilizado o valor de **R$ 239.853,59 (Duzentos e Trinta mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos),** tendo como recursos excesso de arrecadação por fonte de destinação de recursos **Ordinários,** Conforme metodologia do quadro demonstrativo **anexo de contabilização,** nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 748/2017, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2021, Lei nº 1000/2020 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1065/2020, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 06 de Agosto de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 123/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 123/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT** E A EMPRESA **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade Nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 03.250.803/0001-92, Inscrição estadual nº 13.188.906-0, estabelecida na Rua Professor João Felix, nº 635, Sala 05 e 07, Bairro Lixeira, Cep 78008-435, Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor **SR. ANDREITE SPADA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 143.4280-4 SSP/MT e CPF nº 992.663.001-44**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3,29, referente ao processo de licitatório na modalidade **pregão presencial nº 037/2020.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 30/12/2021,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2020, e ainda por necessidade de atender os pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, não causando prejuízo aos cofres públicos, onde justificamos a presente prorrogação, visando garantir à população o devido atendimento na saúde (Lei nº 8.080/90).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000 no orçamento anual de 2021 e seguintes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 123/2020** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana, 29 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

CONTRATANTE

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME

ANDREITE SPADA

CONTRATADA

LÉDIO DA SILVA SANTOS

Portaria nº 163/2021

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049-2021

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP ‘‘

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual *aquisição* de produtos farmacológicos (ABCFARMA) para atendimento e entrega diária e fracionada (por unidade) de acordo com as Receitas Médicas para o atendimento das necessidades do DSEI XINGU conforme termo de Compromisso nº 190/2020 firmado com a SES – Secretaria de Estado de Saúde** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **25/08/2021 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 11 de agosto de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2021

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público Pregão Presencial nº 045/2021, menor preço por Item foram declarados vencedores as empresas; **LAUDECIR SCHWARTZ-ME., M. DAL BOSCO-ME., S. A. TURRA SERVIÇOS EIRELI-ME.,** conforme ata da sessão.

Canarana -MT, 11 de Agosto de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

AVISO ABERTURA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 007-2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, comunica aos interessados que a Sessão Pública de **Abertura do Envelope nº 02** contendo a Proposta de Preços das empresas **HABILITADAS** na **Tomada de Preços Nº 007/2021**, cujo objeto é a Contratação de empresa para **serviços de recuperação de pavimento asfáltico de vias urbanas da sede do município de Canarana – MT, sem o fornecimento de materiais,** conforme planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, projetos arquitetônicos e especificações técnicas, será realizada **no dia 18 de agosto de 2021 (quarta-feira), às 15h30min (Brasília)**, na Sala de licitações. Diante do tempo da realização da sessão de abertura dos envelopes de habilitação (09/07/2021), será analisada pela CPL durante a sessão a regularidade fiscal e trabalhista das **empresas habilitadas** caso conste alguma certidão vencida, conforme consta no edital, **inciso 6.8.2, alíneas "C à G"**.

Canarana - MT, 11 de Agosto de 2021.

_____

KARINA DOS SANTOS Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2021

PROCESSO: 120/2021

PREGÃO PRESENCIAL: 045/2021

DATA: 11/08/2021

VIGÊNCIA: 11/08/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras e Agricultura.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual ***contratação de empresa para aluguel de bens móveis (caminhões e máquinas)*, com operador e/ou motorista e demais despesas por conta do locador**, conforme especificações deste edital.

FORNECEDORES VENCEDORES:

LAUDECIR SCHWARTZ-ME., - VENCEDOR DOS ITENS; 001, 002, 003, 004, 005, 007.

VALOR TOTAL: R$ 4.234.080,00 (Quatro milhões duzentos e trinta e quatro mil e oitenta reais).

M. DAL BOSCO-ME., - VENCEDOR DO ITEM; 006.

VALOR TOTAL: R$ 243.000,00 (Duzentos e quarenta e três mil reais).

S. A. TURRA SERVIÇOS EIRELI-ME - VENCEDOR DO ITEM; 008.

VALOR TOTAL: R$ 405.000,00 (Quatrocentos e cinco mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PROCURADORIA JURIDICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Depois de apresentada solicitação de informações pela Empresa Empório Construtora Comércio e Serviço LTDA, vencedora do processo licitatório denominado Pregão Eletrônico n°. 004/2021 em razão de respostas dúvidas quanto ao Kit Lubrificação com qual deverá estar equipado o veículo a ser fornecido para o cumprimento da obrigação a que está adstrita, restou-se proferido o seguinte *decisum:*

"Ante ao exposto, decido no sentido de que deverá ser entregue ao Município de Carlinda/MT, o veículo descrito no objeto do certame, devidamente equipado com todos os itens necessários para o seu funcionamento no processo de abastecimento e lubrificação, no prazo legalmente previsto, sem qualquer acréscimo financeiro, sob pena de aplicação de possíveis penalidades a Licitante que se sagrou vencedora no certame".

Ato contínuo, mencionada pessoa jurídica manifestou sua discordância para com os termos da decisão e apresentou o seguinte requerimento:

"Por fim, com fulcro no art. 57, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993, solicitamos a prorrogação do prazo de entrega, por 15 (quinze) dias, contados da resposta dessa nobre Administração Pública, sendo que ficamos aguardando vosso posicionamento, para que possamos finalizar a execução do objeto, a qual se encontra paralisada (art. 79, § 5º, da Lei nº 8.666/1993), aguardando vosso retorno, haja vista que, conforme já explanado em nossa manifestação anterior, a partir do momento em que o caminhão sair da sede da fabricante do comboio, não será mais possível instalar os equipamentos em questão".

Diante disso, e na ânsia de impedir a ocorrência de debates demasiados sobre o tema, salientamos que o arrazoado em nada altera a posição já adotada pelo Poder Executivo Municipal, que ratifica a decisão já adotada e determina que esta Empresa, indefere a dilação de prazo e determinada a realização da entrega do bem licitado, devidamente equipado e no prazo anteriormente concedido, sob pena de aplicação de possíveis penalidades a Licitante que se sagrou vencedora no certame.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Carlinda/MT, 10 de agosto de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº 00219/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CNPJ: 01617905000178

Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro

Telefone 06635252000

rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00219/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de CARLINDA, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01256/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2021, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 111.676,05 (cento e onze mil seiscentos e setenta e seis reais e cinco centavos) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

06.001.08.244.0005.2013.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.592,10
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	7.004,59
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	1.120,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	4.000,00
06.001.08.244.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	9.845,99
Sub-Total:	**28.562,68**

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	18.049,43
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	30,00
Sub-Total:	**18.079,43**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.122.0028.2061.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	15.500,25
08.001.10.122.0028.2061.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	189,64
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	4.599,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0323000000-Transferências de Convênios - Saúde	4.301,61
08.001.10.301.0025.1025.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0347000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	21.130,15
08.001.10.304.0025.2038.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	19.313,29
Sub-Total:	**65.033,94**
Total Parcial Suplementado:	**111.676,05**

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito aberto no Artigo anterior, serao utilizados os recursos provenientes de Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercicio Anterior em conformidade com o § 1º, Inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CNPJ: 01617905000178
Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro
Telefone 06635252000
rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00219/2021

Art. 3 - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

CARLINDA, 01, Julho de 2021

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO
Prefeita

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1.284/2021

LEI MUNICIPAL Nº 1.284/2021

***SÚMULA*: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU, E EU, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, autorizado a realizar o repasse financeiro adicional o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS-CISRAT tendo por finalidade viabilizar o funcionamento dos serviços de saúde relativos aos atendimentos ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio de diagnóstico e terapêutico de natureza especializada à comunidade da região do município.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, autorizado a efetuar por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde o repasse de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, contadas a partir do mês de agosto de 2021, para viabilizar o cumprimento dos objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS - CISRAT, em relação aos habitantes do município.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de agosto de 2021

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Referente ao Processo Seletivo Simplificado 003/2020, para o cargo de professor por tempo determinado com base na Lei Municipal nº 1.261/2021, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, com data de inicio da vigência 01/07/2021 e termino 22/12/2021, são eles:

Contrato 21/2021 – Vanessa Biazoto Vorte – Classe B 20h

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 479 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **FABRICIA BARBOSA DA SILVA** matricula nº 4536 cargo de Professora na data 11 de Agosto de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 08 de Agosto de 2021 ao dia 12 de Agosto de 2021 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 478 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **DEBORAH JACQUES LODI RIBEIRO** matricula nº 4182, cargo de Ouvidora Municipal Geral, na data 11 de Agosto de 2021, lotada no Gabinete da Prefeita, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 09 de Agosto de 2021 ao dia 10 de Agosto de 2021, totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto nº 01/2021

DECRETO Nº 00221/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CNPJ: 01617905000178

Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro

Telefone 06635252000

rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00221/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de CARLINDA, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01257/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2021, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

05.001-GABINETE DA SEFIN

Anul. Total ou Parcial de Dotação

05.001.15.451.0019.1006.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		98.200,00
05.001.28.843.0020.2011.3.3.9.0.91.00.00.00 SENTENCAS JUDICIAIS		
0100000000-Recursos Ordinários		1.800,00
	Sub-Total:	**100.000,00**

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0002.2021.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		15.550,00
07.001.12.361.0018.1014.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.490,00
07.001.12.365.0019.1017.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		74.200,00
	Sub-Total:	**91.240,00**

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0024.2030.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0119000000-Transferências do FUNDEB 40%		3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**

07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

07.005.27.812.0019.1021.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		13.758,13
	Sub-Total:	**13.758,13**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.122.0028.2061.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		700,00
08.001.10.122.0028.2061.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		8.499,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		251.928,42
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.250,00
08.001.10.302.0011.2042.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		5.539,45
	Sub-Total:	**267.916,87**

09.001-GABINETE DA SEMOSP

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CNPJ: 01617905000178
Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro
Telefone 06635252000
rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00221/2021

09.001.15.451.0019.1029.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		370,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.7.1.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0100000000-Recursos Ordinários		45.400,00
	Sub-Total:	**45.770,00**

10.001-GABINETE DA SEMAPICMAT

10.001.20.608.0018.1032.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		8.315,00
	Sub-Total:	**8.315,00**
	Total Parcial Suplementado:	**530.000,00**

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito aberto no Artigo anterior, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, provenientes de anulacoes das seguintes Dotacoes Orcamentarias.

04.001-GABINETE DA SEMAD

Anul. Total ou Parcial de Dotação

04.001.04.122.0008.2009.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0100000000-Recursos Ordinários		50.000,00
04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		15.000,00
04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TIC	
0100000000-Recursos Ordinários		15.000,00
	Sub-Total:	**80.000,00**

04.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOSTO - DAE

04.002.17.512.0014.2060.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		1.521,58
04.002.17.512.0014.2060.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**11.521,58**

05.001-GABINETE DA SEFIN

05.001.04.123.0006.2012.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0100000000-Recursos Ordinários		20.000,00
05.001.04.123.0006.2012.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
05.001.04.123.0006.2012.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
05.001.04.123.0006.2012.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TIC	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
05.001.04.123.0018.1008.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**43.000,00**

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.241.0005.1011.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê		10.000,00
06.001.08.241.0019.1010.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.000,00
06.001.08.241.0019.1010.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0121000000-Transferências de Convênios - Assistência Social		1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CNPJ: 01617905000178
Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro
Telefone 06635252000
rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00221/2021

06.001.08.241.0019.1010.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		10.000,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0143000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		15.000,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		6.000,00
	Sub-Total:	**44.000,00**

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0002.2021.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		15.550,00
07.001.12.365.0019.1017.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0122000000-Transferências de Convênios - Educação		1.000,00
07.001.12.365.0019.1017.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		1.000,00
07.001.12.365.0019.1017.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.000,00
07.001.12.365.0019.1017.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0122000000-Transferências de Convênios - Educação		1.000,00
07.001.12.365.0019.1017.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		1.000,00
07.001.12.365.0019.1017.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.000,00
	Sub-Total:	**21.550,00**

07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA

07.004.13.392.0004.1018.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
07.004.13.392.0019.1019.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
07.004.13.392.0019.1019.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
	Sub-Total:	**18.000,00**

07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

07.005.27.812.0003.2033.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0100000000-Recursos Ordinários		50.000,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
	Sub-Total:	**52.000,00**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0019.1024.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		109.928,42

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CNPJ: 01617905000178
Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro
Telefone 06635252000
rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00221/2021

08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	150.000,00
Sub-Total:	**259.928,42**
Total Parcial Reduzido:	**530.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

CARLINDA, 01, Julho de 2021

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO
Prefeita

Emissão: 10/08/2021 16:17:05

Page 4 de 4
Homologado

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT,

devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225. 171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADA: BIDDEN COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 36.181.473/0001-80, estabelecida na Rua Capitão João Zaleski nº 1763, bairro Lindoia, no município de Curitiba/PR, CEP 81.010-080, sendo representada pela Sra. MABEL ANDRUSIEVICZ, portador do RG nº. 4074221-2 SESP/PR e CPF Nº. 727.028.189-00.

CONSIDERANDO o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021;

CONSIDERANDO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 056/2021;

CONSIDERANDO a Requisição de Compra nº 3496/2021, de 23 de julho de 2021.

CONSIDERANDO a Cláusula Quinta, da entrega e dos prazos, itens 5.1 e 5.2, a seguir transcritos:

"5.1. A entrega do produto deverá ser feita no local indicado na solicitação pela Secretaria competente, no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis,** contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

5.2. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA."

CONSIDERANDO a Cláusula Sexta, das Obrigações, item 6.2, subitem 6. 2.2 a seguir transcrito:

"6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

RESOLVE

NOTIFICAR: A empresa **BIDDEN COMERCIAL LTDA** para que no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação desta, atenda aos requisitos da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2021, quanto ao fornecimento dos produtos, conforme requisições supramencionadas.

Caso não seja atendida a notificação em questão, proceda a Procuradoria Jurídica Municipal à instauração de Processo Administrativo em face de a NOTIFICADA, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e serão tomadas as providências conforme Seção II, das Sanções Administrativas da Lei n.º 8.666/93.

Carlinda/MT, em 11 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 00220/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CNPJ: 01617905000178

Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro

Telefone 06635252000

rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00220/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de CARLINDA, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01256/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2021, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 119.237,07 (cento e dezenove mil duzentos e trinta e sete reais e sete centavos) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

09.001-GABINETE DA SEMOSP

Superávit Financeiro

09.001.15.451.0019.1029.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui	16.875,00
09.001.15.452.0013.2044.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0300080000-Apoio financeiro prestado pela Uniao aos entes federativos que recebem do FPM (	1.197,00
09.001.26.782.0013.1030.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0300080000-Apoio financeiro prestado pela Uniao aos entes federativos que recebem do FPM (	25.900,00
09.001.26.782.0013.1030.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui	19.563,38
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui	51.227,01
Sub-Total:	**114.762,39**

10.001-GABINETE DA SEMAPICMAT

10.001.20.608.0001.2047.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui	4.474,68
Sub-Total:	**4.474,68**
Total Parcial Suplementado:	**119.237,07**

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito aberto no Artigo anterior, serao utilizados os recursos provenientes de Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercicio Anterior em conformidade com o § 1º, Inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

CARLINDA, 01, Julho de 2021

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO
Prefeita

Emissão: 10/08/2021 15:57:39

Page 1 de 1
Homologado

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 139/2021

PORTARIA Nº 139/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO DE SERVIDOR COMO MEDIDA CAUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA n.º 002, de 05 julho de 2021;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA n.º 004 de 06 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO o Ofício n.º 138/CTC/2021 de 11 de agosto de 2021, do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO o Ofício n.º 026/2021 CMDCA de 11 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento da Conselheira Tutelar **MARINALVA GOMES DE SOUSA SANTOS** do exercício de suas funções, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia 14 de agosto de 2021, sem prejuízo da remuneração, nos termos do artigo 14, da Resolução CMDCA n.º 002/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de Agosto de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N° 43/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PP N° 43/2021

A Pregoeira torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2021**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM",** objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AERÓBICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE AMADOR, PERTENCENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO.** Declarando DESERTO o certame, face a ausência total de interessados.

Castanheira – MT, 11 de agosto de 2021.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

Portaria n° 189/2021

PORTARIA N.º 012/2021

PORTARIA N.º 012/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidora **Sra. Luciana Marques Silva**."

A Secretária Municipal de Administração de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC 47/2005, c/c art. Art. 83-A, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei n.º 482 de 28 de junho de 2005, com redação alterada pela Lei Nº 527 de 28 de agosto de 2006, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Castanheira/MT; Lei Complementar nº 734 de 01/11/2013, que dispõe sobre o Plano de cargos, carreira e subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Município de Castanheira/MT, e dá outras providencias, e Lei Municipal nº 860 de 10/03/2020, que dispõe sobre a revisão geral anual e reajustes dos vencimentos e subsídios dos Profissionais da Educação Básica do município de Castanheira a teor Art. 37, X, da Constituição Federal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidora Sra. **Luciana Marques Silva**, brasileira, portadora do RG n.º 0709555-4 SEJUSP/MT e inscrita no CPF n.º 483.649.161-49, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, com carga horária de 30 horas semanais, Classe "C", Nível "11", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n° 06.02.009, contando com 34 (trinta e quatro) anos, 04 (quatro) meses e 12 (doze) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, calculado com base na remuneração do cargo efetivo e com direito a paridade,** conforme processo administrativo do CASTPREV nº. **2021.04.00008P**, a partir da data de 10/08/2021, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **10 de agosto de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Castanheira/MT, 11 de agosto de 2021.

SONIA APARECIDA PEREIRA

Secretária Municipal de Administração

Homologo:

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 48/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 48/2021

A Pregoeira torna público que fará licitação do **PREGÃO PRESENCIAL N°48/2021,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COLETOR DE LIXO, COVEIRO, PEDREIRO, MOTORISTA E AUXILIAR DE MECÂNICO, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM E DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 25/08/2021 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 11 de agosto de 2021.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°189/2021

PORTARIA Nº. 011/2021

PORTARIA Nº. 011/2021

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Luciana Marques Silva** servidora pública efetiva deste município."

A Secretária Municipal de Administração, do município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. Luciana Marques Silva**, portadora do RG n. 0709555-4

SEJUSP/MT e inscrita no CPF n.º 483.649.161-49, Efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, com carga horária de 30 horas semanais, Classe "C", Nível "11", lotada na Secretaria Municipal de Educação, o equivalente a: **1.359 (hum mil e trezentos e cinquenta e nove) dias líquidos**, correspondentes a **03 (três) anos, 08 (oito) meses e 24 (vinte e quatro) dias** de tempo de contribuição, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição sob nº **14024080.1.00114/19-2**expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **04 de agosto de 2021**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Castanheira/MT, 11 de agosto de 2021.

SONIA APARECIDA PEREIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
ERRATA ATO 072 A

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos **ATOS n.º 072/2021**, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021"

Leia-se:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021"

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 073/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021"

Leia-se:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021"

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 074/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021"

Leia-se:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021"

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 075/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021"

Leia-se:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021"

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 076/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021"

Leia-se:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021"

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 077/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021"

Leia-se:

“Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021”

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 078/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

“Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021”

Leia-se:

“Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021”

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

ERRATA

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.665

Errata aos ATOS n.º 079/2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.665, de 10/02/2021, em decorrência de erro de digitação.

- No artigo 1º, ***onde se Lê***:

“Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 04 de janeiro de 2021”

Leia-se:

“Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimaraes-MT, 25 de janeiro de 2021”

Chapada dos Guimarães, em 11 de agosto de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
AUTO DE INFRAÇÃO 01 A 16

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO	**Nº. _____001_____/___2021___**

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: Pedro MELLO Damasceno			
Endereço: Rua Julio Muller Quadra 040 lote 007			
Bairro: Lot Oficial	CEP: 78195000	Cidade: Chapada dos Guimarães	UF: MT
CPF/CNPJ: 023,166,671-39		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Endereço: RUA JULIO MUELLER QUADRA 040 LOTE 007	
Bairro: LOTEAMENTO OFICIAL	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°___001__/___2021__publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	**ARTIGO**	**INCISO**	**PENALIDADE**
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$268,79 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto / 2019

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO	**Nº. _____002_____/___2021___**

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: Jorciara de Almeida Santiago

Endereço: Rua Sirio Libaneza 60			
Bairro: popular	CEP: 78000-00	Cidade: Cuiaba	UF: MT
CPF/CNPJ: 001,925,381-87		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Endereço: Rua Penn Gomes 190 Quadra 036 LOTE 011	
Bairro: Lot Oficial Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____002_/____2021_publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$468,87 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto / 2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO	**Nº. _____003_____/___2021____**

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: Geraldo de Souza Macedo			
Endereço: Rua Dom Orlando CHAVES 776			
Bairro: Cristo Rei	CEP: 78118-000	Cidade: Varzea Grande	UF: MT
CPF/CNPJ: 339.988.091-04		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Endereço: Rua 06 Quadra 036 LOTE 021	
Bairro: Lot Oficial Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°___003__/__2021_publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$161,68 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO	**Nº. _____004_____/___2021____**

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: Roberto Tabelin
Endereço:

Rua 22 SN			
Bairro: FLORADA DA SERRA	CEP: 78195-000	Cidade: Chapada dos Guimarães	UF: MT
CPF/CNPJ: 00.000.000		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Endereço:
Rua NECO SIQUEIRA Quadra 036 LOTE 001

Bairro:
LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT

Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____004_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$258,69 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____005_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: SINODO MT IGREJA E DE C. LUTERANA NO BRASIL			
Endereço: Rua 07 SN QUADRA 47 LOTE 03			
Bairro: BOM CLIMA	CEP: 78195-000	Cidade: Chapada dos Guimarães	UF: MT
CPF/CNPJ: 02.529.353/0001-09		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 06 Quadra 037 LOTE 002

Bairro:
Bom clima Chapada dos Guimarães MT

Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____005_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$230,39 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____006_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: SINODO MT IGREJA E DE C. LUTERANA NO BRASIL
Endereço: Rua 07 SN QUADRA 47 LOTE 03

Bairro: BOM CLIMA	CEP: 78195-000	Cidade: Chapada dos Guimarães	UF: MT
CPF/CNPJ: 02.529.353/0001-09		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 06 Quadra 037 LOTE 001

Bairro:
Bom clima Chapada dos Guimarães MT

Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____006_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$230,39 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____007_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: SINODO MT IGREJA E DE C. LUTERANA NO BRASIL			
Endereço: Rua 07 SN QUADRA 47 LOTE 03			
Bairro: BOM CLIMA	CEP: 78195-000	Cidade: Chapada dos Guimarães	UF: MT
CPF/CNPJ: 02.529.353/0001-09		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 06 Quadra 037 LOTE 003

Bairro:
Bom clima Chapada dos Guimarães MT

Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____007_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$199,67 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____008_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: SERGIO REZENDE DE SOUZA			
Endereço: Rua TIRADENTES 296			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:

CENTRO	78195-000	Chapada dos Guimarães	MT
CPF/CNPJ: 299.929.151-53		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua BECO 10A QUADRA 064 LOTE 001

Bairro:
Bom clima Chapada dos Guimarães MT

Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____008_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$215,03 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____009_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: VANIA ROBERTA DE OLIVEIRA SANCHES E OUTRAS			
Endereço: Rua CORONEL OTILES MOREIRA 93			
Bairro: BOM CLIMA	CEP: 78043-368	Cidade: CUIABA	UF: MT
CPF/CNPJ: 991.764.241.20		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 06 QUADRA 037 LOTE 008

Bairro:
Bom clima Chapada dos Guimarães MT

Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____009_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$199,67 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/ agosto / 2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____010_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: ANADIR LUIZA DE SOUZA SILVA			
Endereço: Rua TIRADENTES 1360			
Bairro: BOM CLIMA	CEP: 78043-368	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT

CPF/CNPJ: 174.860.331-00	Telefone:

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 06 QUADRA 037 LOTE 003

Bairro: Bom clima Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____010_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$245,75 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO	Nº. _____011_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: MARIA LUZENI MOREIRA CRISPIM E OUTROS			
Endereço: Rua JOÃO SEVERIANO DA FONSECA 295			
Bairro: ARAES	CEP: 78005-600	Cidade: CUIABA	UF: MT
CPF/CNPJ: 415.548.251-72		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 08 QUADRA 039 LOTE 008

Bairro: LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____011_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$161,68 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/agosto/2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO	Nº. _____012_____/___2021___

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: MARIA LUZENI MOREIRA CRISPIM E OUTROS			
Endereço: Rua JOÃO SEVERIANO DA FONSECA 295			
Bairro: ARAES	CEP: 78005-600	Cidade: CUIABA	UF: MT
CPF/CNPJ: 415.548.251-72		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Ende reço: Rua 08 QUADRA 039 LOTE 009			
Bairro: LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO		
PENALIDADES APLICADAS			
Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____012_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:			
INFRAÇÃO	**ARTIGO**	**INCISO**	**PENALIDADE**
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$161,68 R$81,24
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES			
DETERMINAÇÕES			
Informamos ao autuado: **O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.**			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez Chapada dos Guimarães,10/ agosto / 2021			
AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____013_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:			
Nome/Razão Social: FERNANDO HENRIQUE MORALES PERRONI			
Endereço: Rua HOMERO MOUZER 400			
Bairro: BOM CLIMA	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ: 835.011.341-34	Telefone:		

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Ende reço: Rua 08 QUADRA 039 LOTE 0010			
Bairro: LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO		
PENALIDADES APLICADAS			
Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____013_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:			
INFRAÇÃO	**ARTIGO**	**INCISO**	**PENALIDADE**
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$323,36 R$81,24
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES			
DETERMINAÇÕES			
Informamos ao autuado: **O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.**			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez Chapada dos Guimarães,10/ agosto / 2021			
AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____014_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:			
Nome/Razão Social: LYDIO MAGALHÃES BANDEIRA DE MELLO			
Endereço: Rua BEL ARMANDO ALBUQUERQUE DE CAMPOS SN			
Bairro:LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ: 001.736.491-49	Telefone:		

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO
Ende reço: Rua 08 QUADRA 039 LOTE 007

Bairro: LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____014_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$161,68 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/ agosto/ 2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____015_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: LYDIO MAGALHÃES BANDEIRA DE MELLO			
Endereço: Rua BEL ARMANDO ALBUQUERQUE DE CAMPOS SN			
Bairro:LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ: 001.736.491-49		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 08 QUADRA 039 LOTE 006

Bairro: LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____015_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021ado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:

INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$161,68 R$81,24

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

DETERMINAÇÕES

Informamos ao autuado:
O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
Chapada dos Guimarães,10/ agosto / 2021

AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. _____016_____/___2021____

DADOS DO AUTUADO:

Nome/Razão Social: MARIA ALTINA DUARTE GOMES E OUTROS			
Endereço: Rua 08 QUADRA 027 LOTE 005			
Bairro LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ: 514.513.441-04		Telefone:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO

Ende reço:
Rua 08 QUADRA 027 LOTE 005

Bairro: LOT.OFICIAL Chapada dos Guimarães MT	Atividade:TERRENO BALDIO

PENALIDADES APLICADAS

Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação n°____016_/__2021___publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20 de fevereiro de 2021, não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:			
INFRAÇÃO	**ARTIGO**	**INCISO**	**PENALIDADE**
Descumprimento Decreto Municipal nº021/2018 Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.1 0,01 UPF p/m² Lei Complementar nº032/2007 Anexo IX item 4.4 0.67 UPF p/m³	1º		Multa R$759,00 R$323,36 R$81,24
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES			
DETERMINAÇÕES			
Informamos ao autuado: **O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Auto de Infração.**			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez Chapada dos Guimarães,10/ agosto / 2021			
AUTO DE INFRAÇÃO VIA EDITAL			

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SECRETARIA DOS CONSELHOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021/CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia/MT, Sr. Isaias Cavalcante da Silva, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) e pela Lei Municipal nº 567 de 20 de Maio de 2015, vem, pelo presente, **CONVOCAR** a Suplente do Conselho Tutelar, Sr.ª **MEIRE FERREIRA DE AQUINO** a se apresentar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, no prazo de 03 (três) dias, a partir de sua publicação, manifestando seu interesse em exercer a função de Conselheira Tutelar, devido à vacância no quadro de composição dos membros do Conselho Tutelar de Cláudia/MT.

A não manifestação no prazo acima estipulado gerará a exclusão do suplente faltoso.

Cláudia/MT, 11 de agosto de 2021.

_____

ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021 – SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 027/2021, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e Implementos Agrícolas e de Jardinagem para atender as demandas de diversas secretarias do município de Colider/MT**. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	ITENS	VL. TOTAL (R$)
COLOMBO & COLOMBO LTDA	02 e 04	367.997,00

Colider/MT, 11 de agosto de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao **Pregão Eletrônico nº 047/2021**, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, carnes, hortifrutigranjeiros, materiais de limpeza e utensílios, para a manutenção das diversas secretarias do município de Colider/MT**.Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VL. TOTAL (R$)
AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME	015, 017, 170, 186, 193, 241, 316, 317, 318, 319, 320, 328, 348 e 429	101.152,53
BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	144, 161, 296 e 297	6.221,00
CATHARINA BASSANEZI LOSS & CIA LTDA EPP	001, 023, 024, 025, 026, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 038, 042, 044, 045, 052, 053, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 069, 080, 086, 093, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 151, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172, 174, 177, 178, 179, 181, 182, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 270,271, 272, 273, 274, 275, 276, 284, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 298, 303, 308, 309, 314, 325, 326, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 347, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 366, 367, 368, 369, 370, 381, 383, 388, 391, 392, 393, 394, 395, 405, 410, 411, 412, 413, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 432, 433, 434, 438, 439, 440, 441 e 449	582.671,00
CF COMÉRCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME	002, 148, 401, 404, 407, 408 e 409	91.756,80
COMERCIAL LUAR EIRELI EPP	005, 010, 013, 014, 040, 050, 051, 068, 082, 084, 092, 094, 096, 106, 107, 113, 132, 149, 176, 183, 185, 233, 315, 358, 360, 364, 372, 373, 375, 386, 425 e 426	143.811,03
CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP	003, 041, 087, 180, 331, 349, 352, 371, 380, 396, 397, 398 e 450	53.616,65
IVAN DIAS LINS ME	004, 006, 007, 008, 012, 016, 019, 020, 021, 027, 035, 047, 048, 049, 055, 072, 074, 076, 109, 111, 116, 118, 122, 124, 143, 147, 152, 155, 157, 173, 184, 187, 190, 191, 192, 194, 195, 210, 211, 220, 221, 230, 235, 236, 239, 242, 254, 259, 268, 302, 306, 307, 312, 313, 362, 363, 365, 377, 385, 387, 406, 421, 422, 424, 445 e 446	534.236,64
J. ASSIS & CIA LTDA ME	011, 034, 037, 043, 046, 081, 083, 088, 091, 104, 105, 108, 110, 114, 115, 117, 120, 121, 123, 125, 140, 145, 156, 175, 205, 206, 207, 208, 209, 214, 215, 216, 217, 218, 231, 238, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 252, 269, 277, 278, 280, 288, 299, 304, 321, 323, 324, 359,	239.691,20

	361, 374, 376, 379, 389, 399, 414, 428, 430, 431, 444, 447 e 448	
J. F. A. KOCH & CIA LTDA EPP	085, 119, 126, 129, 131, 133, 134, 150, 168, 188, 198, 267, 279, 281, 285, 286, 287, 310, 311, 322, 345 e 400	150. 378,57
LAÉRCIO BATISTA DA SILVA ME	009, 022, 036, 070, 071, 073, 075, 077, 078, 079, 212, 213, 237, 240, 256, 261, 263, 264 e 265	275. 292,38
MARIA CONSUELO SOARES DA MATA ME	300	3. 500,00
SJ COMÉRCIO DE UTILIDADES - EIRELI EPP	039	1. 140,70
T A - INDÚSTRIA E FACCAO DE ARTIGOS PARA O VESTUÁRIO LTDA ME	301	19. 374,30
TREVO DISTRIBUIDORA E INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA ME	234, 343, 344 e 346	89. 365,80
TRIOL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA EPP	018, 146, 402 e 427	50. 039,16
ZOOM COMERCIAL EIRELI EPP	196, 339, 340, 341, 342 e 437	26. 766,81

Colider/MT, 11 de agosto de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2557/2021

A Prefeitura Municipal de Colniza – MT, torna público que não houve licitante habilitado/classificado na sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021, realizada no dia 06/08/2021, às 09:00h. horário de Brasília, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PREMIOS (MOTOS) PARA CAMPANHA IPTU PREMIADO- EXERCÍCIO 2021, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 906/2021,** portanto, a Licitação foi declarada **FRACASSADA**, por motivos de que a proposta de preços das licitantes participantes do certame não satisfez os requisitos de admissibilidade para administração pública, haja visto, que os valores propostos estavam acima do valor orçado

Colniza - MT, 11 de agosto de 2021.

Marcilene dos Santos

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 118/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 118/2021 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2021

DATA: 03/08/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. DE ANDRADE KELM SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2021, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA A SEREM PRESTADOS AOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGORANDO DE 04/08/2021 A 04/02/2022.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 119/2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 119/2021 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2019 E ADITIVO 238/2019, 121/2020

DATA: 04/08/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: REFRIPLEX REFRIGERAÇÃO LTDA-ME

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 006/2019, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E REFRIGERAÇÃO, PELO PERÍODO DE 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/08/2021 À 05/06/2022.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 120/2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 120/2021 AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SEGURO Nº 045/2019 E ADITIVO Nº 066/2020 E 078/2021

DATA: 09/08/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A

OBJETO: SUPRESSÃO DOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS, QUE CONSTAM NO CONTRATO Nº **045/2019**, SENDO:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
06	SEGURO P/ ONIBUS ESCOLAR VW15.190 PLACA OBC-3122 ANO 2012	R$ 4. 100,00	**R$ 3. 540,78**
07	SEGURO P/ ONIBUS ESCOLAR VW 15.190 PLACA OAY-0388 ANO 2013	R$ 4. 100,00	**R$ 3. 515,78**
08	SEGURO P/ MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR MBLO812 PLACA NPL6941 ANO2010	R$ 3. 339,00	**R$ 2. 926,80**
09	SEGURO P/ MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR MBLO812 PLACA NPL6951 ANO2010	R$ 3. 339,00	**R$ 2. 926,80**
11	SEGURO P/ MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR MBLO812 PLACA NUG1397 ANO2010	R$ 3. 340,00	**R$ 2. 927,56**
18	SEGURO P/ ONIBUS ESCOLAR VW 15.190 PLACA OBC3222 ANO 2012	R$ 4. 600,00	**R$ 3. 963,25**
19	SEGURO P/ MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR MBLO812 PLACA NPL4411 ANO2010	R$ 3. 300,00	**R$ 2. 896,50**
20	SEGURO P/ MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR MBLO812 PLACA NPL4401 ANO2010	R$ 3. 300,00	**R$ 2. 896,50**
22	SEGURO P/ ÔNIBUS ESCOLAR VW 15.190 PLACA NUA2364 ANO 2011	R$ 4. 000,00	**R$ 3. 464,91**
26	SEGURO P/ ÔNIBUS ESCOLAR VW 15.190 PLACA QBB5870 ANO 2014	R$ 1. 300,00	**R$ 1. 230,06**
VALOR TOTAL			**R$ 4. 429,06**

EXTRATO DE ADITIVO Nº 121/2021

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 121/2021, AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SEGURO Nº 046/2019 E ADITIVOS Nº 146/2019, 031/2020, 067/2020, 002/2021, 080/2021 E 086/2021

DATA: 09/08/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: SUPRESSÃO DO ITEM ABAIXO RELACIONADO, QUE CONSTAM NO CONTRATO Nº **046/2019**, SENDO:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
39	SEGURO P/ CAMINHÃO MB 2423K 6X4 PLACA BCI2423 ANO 1999	**R$ 1. 149,93**	**R$ 1. 149,93**
VALOR TOTAL			**R$ 1. 149,93**

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2021

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021, no uso de suas atribuições e visando o principio da publicidade, **retifica** o Edital Complementar nº005/2021;

RESOLVE:

I – Divulgar ordem de classificados **CORRIGIDA** dos Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021, no cargo de Agente Comunitários de Saúde para a Micro área 25 – Cristo Rei:

ACS - Micro Área - 25 - ESF Cristo Rei

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
01	161	IVONE PAIM CHIMENES LESEUX	10 pontos	**Classificado**
02	86	LUCIMAR TEIXEIRA DA SILVA	05 pontos	**Classificado**
03	70	NILMA SERPA FERREIRA	05 pontos	**Classificado**
04	183	TAISSA MARTINS RIBEIRO SOUZA	05 pontos	**Classificado**
05	105	PABLO GABRIEL FERREIRA SILVA	05 pontos	**Classificado**
06	147	LAUANY SOARES DA SILVA	05 pontos	**Classificado**
07	181	TAMIRES ARAUJO DA COSTA	----	**Desclassificados**
08	7	RENATHA MOREIRA CASTRO	----	**Desclassificados**
09	28	JANISLEI MIRANDA ALCEBIADES BEZERRA	----	**Desclassificados**
10	30	LAILTON DA SILVA SOUZA	----	**Desclassificados**
11	39	JONAS BORGES DA SILVA	----	**Desclassificados**
12	44	IZABELA APARECIDA BARBOSA	----	**Desclassificados**
13	52	CLAUDIO MESSIAS DE SALES	----	**Desclassificados**
14	103	SILVANE DOS SANTOS	----	**Desclassificados**
15	132	MARCILENE ANICETO	----	**Desclassificados**
16	173	ANA LETÍCIA DOS SANTOS	----	**Desclassificados**
17	179	EMERSON GUERO	----	**Desclassificados**
18	199	ELAINE DOS SANTOS OLIVEIRA	----	**Desclassificados**

II- Estabelece o prazo de 02 dias sendo eles 11 e 12 de agosto de 2021 para interposição de recursos referente a este Edital.

III – Divulgar alteração do cronograma Processo Seletivo SimplificadoNº002/2021

DATA	EVENTO
11 e 12/08	Recursos referente ao Edital complementar nº06/2021
12/08/2021	Analise dos recursos e Publicação
13/08/2021	Divulgação do resultado final para homologação

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Secretária Municipal de Saúde de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

ELAINE MACHADO DA SILVA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 191/2021

Aos 11 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 160/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 09/08/2021,** cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

k) O objeto licitatório deverá ser entregue no prazo de **10 dias úteis** após a solicitação, junto a Secretaria do Poder Executivo de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 11 de agosto de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: 12.889.035/0001-02

ENDEREÇO: RUA DR. JOÃO CARUSO, Nº 2115, BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL.

CIDADE: ERECHIM-RS CEP: 99.706-250

TELEFONE: (54) 3522-4273 EMAIL: licitacao07@inovamed-rs.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: JHONATAN BONI

CPF: 016.789.820-59

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 132-5 C/C: 16.1027-9

ITENS: 03, 07, 14, 16, 26 e 27.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. BETHA	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	306863-3	1917	3000	CPR	CARBAMAZEPINA 200 MG	TEUTO	R$ 0,20	R$ 600,00
07	306723-8	1877	19000	CPR	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG	TEUTO	R$ 0,08	R$ 1.520,00
14	320180-5	133125137	8500	ML	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	TEUTO	R$ 0,07	R$ 595,00
16	351115-4	133125139	750	CPR	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 10 MG	CELLERA PAMELOR	R$ 0,79	R$ 592,50
26	307055-7	1972	3250	CPR	DIAZEPAN 10 MG COMPRIMIDO	SANTISA SANTIAZEPAM	R$ 0,07	R$ 227,50
27	314123-3	1971	3040	CPR	DIAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO	SANTISA SANTIAZEPAM	R$ 0,06	R$ 182,40
						VALOR TOTAL	**R$ 3.717,40**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.:06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2152 – AÇÕES SAÚDE MENTAL COVID 19 (PORT. 2516/2020)

COD. RED.: 2035 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n° 205/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA CPF.: 469.648.601-00	GILVANIA OLIVEIRA BARBOSA CPF.: 004.790.451-86	EDNA SOARES DA COSTA CPF.: 916.367.281-20

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico** nº **040/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

_____

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Representante Legal: Jhonatan Boni

CPF: 016.789.820-59

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°170/2021
PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N°047/2021

TERMO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°170/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N°047/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS –SRP –

TIPO DE JULGMAMENTO: Menor Taxa Administrativa

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados a suspensão do presente certame, para a necessidade de adequação (retificação) do Termo de Referência e Edital, comunica A **SUSPENSÃO *SINE DIE*** da , realização da sessão pública e a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº170/2021**, **Pregão ELETRONICO – SRP N°047/2021**, que tem por **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO E CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E VIÁRIAS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.**

CONFRESA-MT, 11 de AGOSTO de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA N° 126/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
1º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2021

Processo Licitatório nº 024/2021 Pregão Eletrônico nº 004/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 e a empresa **TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI** inscrita no CNPJ: 29.858.443/0001-08, com sede na **Av. Ayrton Senna Bairro: Centro Cidade: Confresa CEP: 78.652-000**, neste ato representado pelo Representante Legal: **Rodrigo Antônio Ferrari** inscrito no CPF: 007.523.381-96, pactuam nos termos da legislação vigente, 1º Termo de Realinhamento de Preços, conforme cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1. O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 058/2021, originada pelo PregãoEletrônico nº 004/2021, conforme requerido pela empresa **TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI.**

Cláusula Segunda – Do Realinhamento

2.1. Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 058/2021, ficam alterados os itens: 2, 20, 32, 34, 37,40, 41, 49, 91, 124 e 140, Cláusula Sétima, realinhado o preço conforme tabela a seguir:

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT. (SALDO)	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR UNITÁRIO APÓS REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
2	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 "IN NATURA" - VALIDADE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA - GRÃOS DE TAMANHOS E FORMAS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS (1 KG)	KG	2.530	R$ 6,64	R$ 7,80
20	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM-CRACKER, DE TEXTURA CROCANTE, COM ODOR, SABOR E COR CARACTERÍSTICOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE DE DUPLA FACE, CONTENDO 400 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	2.810	R$ 4,30	R$ 5,08
32	AMIDO DE MILHO (TIPO MAIZENA) EMBALAGEM EM 500 GRAMAS, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DATA DE FABRICAÇÃO	PCT	312	R$ 4,75	R$ 4,84
34	MARGARINA VEGETAL, TIPO DELICIA OU SIMILAR LIPÍDIO 65%, COM SAL, EMBALAGEM DE 1KG, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UND	1.149	R$ 10,01	R$ 11,30
37	SUCO EM PÓ VÁRIOS SABORES 250G GRAMAS COM CAPACIDADE PARA FAZER 10 LITROS DE SUCO.	PCT	495	R$ 4,99	R$ 5,98
40	LEITE INTEGRAL: SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E COM MENOS DE 5,5G DE GORDURA SATURADA EM 100G DO PRODUTO, COR, AROMA E ODOR CARACTERÍSTICO, NÃO RANÇOSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO TIPO LONGO VIDA, CONTENDO 1 L, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	LT	13.056	R$ 5,20	R$ 5,75
41	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE: LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO VITAMINADO SEM LACTOSE, EMBALAGEM 400 GRAMAS. VALIDADE 12 (DOZE) MESES NA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	38	R$ 13,39	R$ 13,70
49	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE: LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO VITAMINADO SEM LACTOSE, EMBALAGEM 400 GRAMAS. VALIDADE 12 (DOZE) MESES NA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	286	R$ 19,08	R$ 21,02
91	BISCOITO SALGADO TIPO PIT STOP PCT APROXIMADAMENTE 160 GR	PCT	887	R$ 4,10	R$ 4,52
124	FUBA DE MILHO - FARINHA DE MILHO EM FLOCOS, TIPO FLOCAO, PRÉ-COZIDA E ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, DE COR AMARELA, COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE E FERMENTACAO, ISENTO DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	PCT	405	R$ 2,59	R$ 3,27
140	MARGARINA VEGETAL, TIPO DELÍCIA OU SIMILAR LIPÍDIO 65%, COM SAL, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	FR	130	R$ 6,20	R$ 6,66
			TOTAL	**R$ 123.684,29**	**R$ 139.266,39**

Cláusula Terceira – Do Fundamento Legal

3.1. O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal nos artigos 05º, 40°, 55º e 65º, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quarta – Da Ratificação das Cláusulas

4.1. Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preço nº 058/2020, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo de Realinhamento de preço como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

Cláusula Quinta – Da Justificativa

5.1. Justifica este realinhamento de preços o pedido encaminhado pela Empresa, acompanhado de nota fiscal, demonstrando o aumento significativo dos produtos.

E por estarem justas e acordadas, este instrumento segue assinado em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos legais e de direito.

Confresa/MT, em 11 de Agosto de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI

CNPJ: 29.858.443/0001-08

Representante Legal: Rodrigo Antônio Ferrari

CPF: 007.523.381-96

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 206/2021 ADM DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

	FISCAL	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	
EDUCAÇÃO	NICEIA GONÇALVES DE MELO FRANCO	ALEANDRA PEREIRA	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	-
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	JUNIOR MACIEL LINS	-	-	-
OBRAS	IRENE GUEDES DA SILVA	WALTER RAMOS TELES	-	-
FINANÇAS	MARCIEL RIBEIRO MENDES	LEANDRO PIRES CARDOSO	-	-
SAÚDE	ATENÇÃOBASICA/GESTÃO/VISA/ CARLOS LOYSE ALVES LUZ	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	ELAINE DA SILVA	-
GABINETE	LUCIA HELENA DE O. GONSALVES	JANAINA GALDINO DA SILVA	-	-
ADMINISTRAÇAO	FERNANDA FRANCISCA DOS SANTOS MACHADO	-	-	-
CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	-	-	-
PLANEJAMENTO	THIAGO JORGE LIMA	-	-	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	DENILSON ALVES FARIAS	-	GILMAR BARBARECO	PAEFI
	MARIA DE JESUS BARBOSA SETUBA	LORENA C.S. SILVA	-	CRAS- SCFV
	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	ARILEIA ALVES PINHEIRO	-	CONSELHO TUTELAR
	ISMENYA MEIRE DA S. ALVES	DOMINGAS REGES DE LIMA	-	ORDINÁRIO - COFINANCIAMENTO – IGD SUAS

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	**189/2021**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	GEFTANY CALISTO SILVA	**03.536.156/0002-60**	**R$ 124.951,48**
OBJETO	PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA E VASILHAMES (CILINDROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		

VIGÊNCIA	12 MESES – 11/08/2021 A 11/08/2022.

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 11 de Agosto de 2021.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 189/2021

Aos 11 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio nº 215 Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 92/2021** na modalidade **Pregão Presencial nº 037/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 10/08/2021**, cujo objetivo é a eventual e futuro **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA E VASILHAMES (CILINDROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a eventual e futuro **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA E VASILHAMES (CILINDROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto deste processo licitatório deverá ser executado de **imediato** após a entrega da Autorização de Fornecimento, junto as Secretarias do Poder Executivo de Confresa-MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 11 de agosto de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **GEFTANY CALISTO SILVA**

CNPJ: 03.536.156/0002-60 FONE/FAX: (66) 98421-0978

END.: RUA CASTELO BRANCO, 22, CENTRO, CONFRESA- MT CEP: 78652-000.

EMAIL: geftany@grupobege.com.br

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL, AG: 1843-0 C/C: 32.700-0

REPRESENTANTE LEGAL: GEFTANY CALISTO SILVA

CPF: 347.871.001-49

ITENS: 01, 02, 03 E 04.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	COD. SISTEMA	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO ITEM	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	145822-1	12722	UND	874	**CARGAS DE GÁS DE COZINHA (GLP)** COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO (GÁS DE COZINHA) UNIDADE DE FORNECIMENTO BOTIJÕES DE **13 KGS**, RETORNÁVEL, APLICAÇÃO EM FOGÕES DOMÉSTICOS.	R$ 114,58	R$ 100.142,92

02	12202-5	13209	UND	5	**BOTIJÃO DE GÁS (VASILHAME), VASILHAME P-13KG,** BOTIJÃO DE GÁS (GLP OU GÁS DE COZINHA) CONFORME ABNT NBR 8460. CARGA DE 13 KG LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP OU GÁS DE COZINHA), COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 47 DE 24/03/1999 DA ANP E ABNT NBR 14024.	R$ 167,25	R$ 836,25
03	0006794	133122808	UND	54	**BOTIJAO PARA GAS - CARGA DE GÁS GLP ACONDICIONADO EM CILINDRO P45** RETORNÁVEL COM CONTROLE DE SEGURANÇA TESTADO, APROVADO E LACRADO PARA GARANTIA DE PESO CERTO E QUALIDADE.	R$ 405,08	R$ 21. 874,32
04	56353-6	133122813	UND	3	**BOTIJAO PARA GAS (CILINDRO) - ACO, GLP, 45 KG ESPECIFICAÇÃO DO VASILHAME.** BOTIJÃO DE GÁS (GLP OU GÁS DE COZINHA) CONFORME ABNT NBR 8460. CARGA DE 45 KG LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP OU GÁS DE COZINHA), COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 47 DE 24/03/1999 DA ANP E ABNT NBR 14024.	R$ 699,33	R$ 2. 097,99
VALOR TOTAL: 124.951,48							

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIVI.: 2.078– MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM IGD-PBF

CÓD RED: 1739 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0029 – RECURSO FEDERAL

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIVI.: 2.075 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PAEFI

CÓD RED: 1721– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 00029– RECURSO ORDINÁRIO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIVI.: 2.117 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA COFINANCIAMENTO

CÓD RED: 1758 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0043 – RECURSO ESTADUAL

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIVI.: 2.071 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓD RED: 1697 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 000 – RECURSO ORDINÁRIO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 11 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PROJ. ATIVI.: 2.012 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SEC DE PLANEJAMENTO

CÓD RED: 2002

FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

UNIDADE: 01 – GABINETE DO SECRETARIO
PROJ. ATIVI.: 2.038 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM DIFUSÃO CULTURAL
CÓD RED: 1946 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
UNIDADE: 02 - URBANISMO
PROJ. ATIVI.: 2.052 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO
CÓD RED: 1238 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 01 – GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJ. ATIVI.: 2007 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SEC. ADM.
CÓD RED: 40 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 02 - GABINETE
UNIDADE: 01 - GABINETE
PROJ. ATIVI.: 2004 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
CÓD RED: 15 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 07 - VISA
PROJ. ATIVI.: 2.025 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DST/AIDS
CÓD RED: 1063 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE: 0046 – TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.0
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 07-VISA
PROJ. ATIVI.: 2026 –MANUTENÇÕES E ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL
CÓD RED: 1082– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
FONTE: 0046
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 07-VISA
PROJ. ATIVI.: 20228 –MANUTENÇÕES E ENCARGOS COM VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CÓD RED: 1098– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
FONTE: 0002
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA
PROJ. ATIVI.: 2014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UBS
CÓD RED: 596 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
FONTE: 0042
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.147– AÇÕES DE MONITORAMENTO DO COVID-19 (PORTARIA 2358/2020)

CÓD RED: 2026– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0042

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UBS

CÓD RED: 597– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECEBIMENTO DO SISTEMA ÚNICO – SUS - ESTADO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03 – GESTÃO EM SAÚDE

PROJ. ATIVI.: 2029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE

CÓD RED: 507 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0002 – RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJ. ATIVI.: 2050 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA

CÓD RED: 1619 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

UNIDADE: 04 – ENSINO FUNDAMENTAL

PROJ. ATIVI.: 2.042 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓD RED: 276 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FONTE: 0001 – RECURSOS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE: 01 - SECRETARIA DE FINANÇAS

PROJ. ATIVI.: 2030 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANÇAS

CÓD RED: 111– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECIFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, os fornecedores e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal nº 206/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL	FISCAL SUPLENTE	GESTOR	
EDUCAÇÃO	NICEIA GONÇALVES DE MELO FRANCO	ALEANDRA PEREIRA	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	-
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	JUNIOR MACIEL LINS	-	-	-
OBRAS	IRENE GUEDES DA SILVA	WALTER RAMOS TELES	-	-
FINANÇAS	MARCIEL RIBEIRO MENDES	LEANDRO PIRES CARDOSO	-	-
SAÚDE	ATENÇÃOBASICA/GESTÃO/VISA/ CARLOS LOYSE ALVES LUZ	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	ELAINE DA SILVA	-
GABINETE	LUCIA HELENA DE O. GONSALVES	JANAINA GALDINO DA SILVA	-	-
ADMINISTRAÇAO	FERNANDA FRANCISCA DOS SANTOS MACHADO	-	-	-
CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	-	-	-

PLANEJAMENTO	THIAGO JORGE LIMA	-	-	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	DENILSON ALVES FARIAS	-	GILMAR BARBARECO	PAEFI
	MARIA DE JESUS BARBOSA SETUBA	LORENA C.S. SILVA	-	CRAS- SCFV
	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	ARILEIA ALVES PINHEIRO	-	CONSELHO TUTELAR
	ISMENYA MEIRE DA S. ALVES	DOMINGAS REGES DE LIMA	-	ORDINÁRIO - COFINANCIAMENTO – IGD SUAS

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** Nº **037/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa – MT, 11 de Agosto de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

GEFTANY CALISTO SILVA

CNPJ: 03.536.156/0002-60

Representante Legal: GEFTANY CALISTO SILVA

CPF: 347.871.001-49

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 192/2021

Aos 11 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 160/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 09/08/2021,** cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

k) O objeto licitatório deverá ser entregue no prazo de **10 dias úteis** após a solicitação, junto a Secretaria do Poder Executivo de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 11 de agosto de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 28.418.133/0001-00

ENDEREÇO: AV. DAS LARANJEIRAS, QD 45, LT 006E, BAIRRO PARQUE PRIMAVERA, GALPAO 3.

CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA-GO CEP: 74.913-122

TELEFONE: (62) 3416-8300 / (62) 9968-09284

EMAIL: licitacao01@medvittadist.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: **CÁSSIO MARTINS DE FREITAS CPF: 032.868.041-93 E RG: 5040142 SPTC/GO** DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 4148-3 C/C: 23.807-4

ITENS: 22 e 25.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. BETHA	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	11039-6	3119427	2500	AMP	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52 MG/ML AMPOLA DE 1 ML	UNIÃO QUIMICA	R$ 7,15	R$ 17.875,00
25	318171-5	133125147	8000	AMP	DECANOATO DE HALOPERIDOL 5MG/ML AMPOLA DE 1 ML	UNIÃO QUIMICA	R$ 1,61	R$ 12.880,00
						VALOR TOTAL	**R$ 30.755,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.:06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2152 – AÇÕES SAÚDE MENTAL COVID 19 (PORT. 2516/2020)

COD. RED.: 2035 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n° 205/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA CPF.: 469.648.601-00	GILVANIA OLIVEIRA BARBOSA CPF.: 004.790.451-86	EDNA SOARES DA COSTA CPF.: 916.367.281-20

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico** nº **040/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Representante Legal: Cássio Martins de Freitas CPF: 032.868.041-93

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 190/2021

Aos 11 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado,

médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 160/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 09/08/2021,** cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

k) O objeto licitatório deverá ser entregue no prazo de **10 dias úteis** após a solicitação, junto a Secretaria do Poder Executivo de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 11 de agosto de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 03.652.030/0001-70

ENDEREÇO: RODOVIA BR 480, Nº 795.

CIDADE: BARÃO DE COTEGIPE-RS CEP: 99740-000

TELEFONE: (54) 3523-2700 EMAIL: eletronico@centermedi.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: JOÃO RICARDO RAZZIA GIACOMEL

CPF: 839.620.850-68

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 0132-5 C/C: 12871-6.

ITENS: 04, 06, 10, 18 e 29

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. BETHA	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	337129-8	1918	2500	CPR	CARBAMAZEPINA 400 MG	TEUTO	R$ 0,52	R$ 1.300,00
06	314101-2	133125134	100	FR	CLONAZEPAM 2,5MG/ML FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	R$ 1,60	R$ 160,00
10	306825-0	33120644	2200	CPR	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	CRISTALIA	R$ 0,27	R$ 594,00
18	00012636	133125141	700	CPR	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75 MG	RAMBAXY	R$ 0,79	R$ 553,00
29	337202-2	133125142	750	CPR	LEVODOPA 250 MG + CARBIDOPA 25 MG COMPRIMIDO	TEUTO	R$ 1,10	R$ 825,00
						VALOR TOTAL	**R$ 3.432,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.:06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2152 – AÇÕES SAÚDE MENTAL COVID 19 (PORT. 2516/2020)

COD. RED.: 2035 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n° 205/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA CPF.: 469.648.601-00	GILVANIA OLIVEIRA BARBOSA CPF.: 004.790.451-86	EDNA SOARES DA COSTA CPF.: 916.367.281-20

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico** nº **040/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Representante Legal: João Ricardo Razzia Giacomel

CPF: 839.620.850-68

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 184/2021 PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N° 049/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 184/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N° 049/2021

A Prefeitura de Confresa-MT, através da Pregoeira e equipe de apoio, torna público para todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICO - N° 049/2021 - do tipo Menor Preço Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos, no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, no **www.bnc.org.br,**no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com e de segunda à sexta-feira no telefone **(66) 3564-1818, RAMAL 31, citando o n° do edital em questão.**

OBJETO: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E CAEC – CENTRO DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO DO COVID19 NO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT.

DAS PROPOSTAS:

***DO RECEBIMENTO**: Inicia dia **13/08/2021 AS 08hs30min.**

***DO ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO**: Dia **24/08/2021 AS 08hs30min.**

***ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia **24/08/2021 AS 09hs00min.**

***INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: DIA **24/08/2021 AS 09hs30min**

Endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**,

OBS: HORARIO OFICIAL DE BRASÍLIA.

Confresa-MT, 11 de AGOSTO de 2021.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 0126/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 205/2021 ADM DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATAS FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA CPF.: 469.648.601-00	GILVANIA OLIVEIRA BARBOSA CPF.: 004.790.451-86	EDNA SOARES DA COSTA CPF.: 916.367.281-20

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	190/191/192/193/194/2021	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	R$ 3.432,00

CONTRATADA	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	R$ 3.717,40
CONTRATADA	MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	28.418.133/0001-00	R$ 30.755,00
CONTRATADA	MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	09.676.256/0001-98	R$ 33.625,00
CONTRATADA	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI	06.065.614/0001-38	R$ 3.750,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 11/08/2021 A 11/08/2022.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 11 de Agosto de 2021.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 194/2021

Aos 11 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 160/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 09/08/2021,** cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

k) O objeto licitatório deverá ser entregue no prazo de **10 dias úteis** após a solicitação, junto a Secretaria do Poder Executivo de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 11 de agosto de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**

CNPJ: 06.065.614/0001-38

ENDEREÇO: RUA C – 159, Nº 674, QD. 297, LT. 20.

CIDADE: GOIÂNIA-GO CEP: 74.255-140

TELEFONE: (62) 3928-8989 (62) 9998-06363

EMAIL: licitacao01@supermedica.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: AGNALDO DO CARMO CHAGAS

CPF:895.030.901-72 E RG:3628359 DGPC/GO DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 4148-3 C/C: 41.297-X. ITEM: 02.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. BETHA	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	338088-2	3119501	12500	CPR	ACIDO VALPROICO 250MG (DEPAKENE)	BIOLAB	R$ 0,30	R$ 3.750,00
						VALOR TOTAL	**R$ 3.750,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.:06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2152 – AÇÕES SAÚDE MENTAL COVID 19 (PORT. 2516/2020)

COD. RED.: 2035 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n° 205/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA CPF.: 469.648.601-00	GILVANIA OLIVEIRA BARBOSA CPF.: 004.790.451-86	EDNA SOARES DA COSTA CPF.: 916.367.281-20

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico** nº **040/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 06.065.614/0001-38

Representante Legal: Agnaldo do Carmo Chagas

CPF:895.030.901-72

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 193/2021

Aos 11 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Um, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 160/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 040/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 09/08/2021,** cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

k) O objeto licitatório deverá ser entregue no prazo de **10 dias úteis** após a solicitação, junto a Secretaria do Poder Executivo de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 11 de agosto de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI**

CNPJ: 09.676.256/0001-98

ENDEREÇO: RUA OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, N° 1132, 1 ANDAR, BAIRRO CENTRO.

CIDADE: FRANCISCO BELTRÃO-PR CEP: 85601-030

TELEFONE: (46) 3523-5454 EMAIL: az.medicamentos@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: SIRLEI FÁTIMA FOLLADOR

RG: 13.961.473-9 SESP/PR E CPF: 465.988.800-25

DADOS BANCARIOS: Banco do Brasil - 001 Ag: 0615-5 C/C: 35144-X

ITENS: 01, 05, 08, 09, 11, 13, 15, 19, 23 e 24.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. BETHA	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	340900-7	1858	23000	CPR	ACIDO VALPROICO 500MG (DEPAKENE OU EQUIVALENTE)	BIOLAB	R$ 0,63	R$ 14.490,00
05	311064-8	1389	3000	CPR	CARBONATO DE LITIO 300 MG	HIPOLABOR	R$ 0,63	R$ 1.890,00
08	340392-0	1878	9000	CPR	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 75 MG	EMS	R$ 0,42	R$ 3.780,00
09	337632-0	133125135	3000	CPR	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 4MG	BAGO	R$ 0,96	R$ 2.880,00
11	316189-7	33120649	400	CPR	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG	EMS	R$ 0,95	R$ 380,00
13	315884-5	1956	3000	CPR	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTALIA	R$ 0,31	R$ 930,00
15	335151-3	133125138	750	CPR	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	EUROFARMA	R$ 0,42	R$ 315,00
19	319663-1	133125142	2800	CPR	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	CRISTALIA	R$ 0,15	R$ 420,00
23	318168-5	2029	19000	CPR	DECANOATO DE HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	R$ 0,35	R$ 6.650,00
24	318167-7	133125146	9000	CPR	DECANOATO DE HALOPERIDOL 1MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	R$ 0,21	R$ 1.890,00
						VALOR TOTAL	**R$ 33.625,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.:06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2152 – AÇÕES SAÚDE MENTAL COVID 19 (PORT. 2516/2020)

COD. RED.: 2035 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n° 205/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA CPF.: 469.648.601-00	GILVANIA OLIVEIRA BARBOSA CPF.: 004.790.451-86	EDNA SOARES DA COSTA CPF.: 916.367.281-20

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico** nº **040/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

CNPJ: 09.676.256/0001-98

REPRESENTANTE LEGAL: SIRLEI FÁTIMA FOLLADOR

CPF: 465.988.800-25

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 189/2021 PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N° 042/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 189/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N° 042/2021

A Prefeitura de Confresa-MT, através da Pregoeira e equipe de apoio, torna público para todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICO - N° 042/2021 - do tipo Menor Preço Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos, no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, no **www.bnc.org.br,**no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com e de segunda à sexta-feira no telefone **(66) 3564-1818, RAMAL 31, citando o n° do edital em questão.**

OBJETO: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL (ÁREA DE NUTRIÇÃO), LABORATÓRIO MUNICIPAL E PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.

DAS PROPOSTAS:

***DO RECEBIMENTO**: Inicia dia **17/08/2021 AS 08hs30min.**

***DO ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO**: Dia **25/08/2021 AS 08hs30min.**

***ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia **25/08/2021 AS 09hs00min.**

***INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: DIA **25/08/2021 AS 09hs30min**

Endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**,

OBS: HORARIO OFICIAL DE BRASÍLIA.

Confresa-MT, 11 de AGOSTO de 2021.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 0126/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO NO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 058/2020.

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.775, Páginas 153 e 154, do dia 21 de Julho de 2021.

ONDE LÊ-SE: OBJETO DO ADITIVO: - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 MESES, INICIANDO NO DIA 16 DE JULHO DE 2021 E ENCERRANDO –SE EM 16 DE JULHO DE 2022.

–O VALOR MENSAL É DE R$ 10.120,36 (DEZ MIL, CENTO E VINTE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), JÁ CORRIGIDO PELO ÍNDICE IGP-M, ASSIM O VALOR DO CONTRATO PASSA A SER MAJORADO EM R$ 121.444,32 (CENTO E VINTE UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 12 MESES - 16/07/2021 à 16/07/2022.

DATA: CONFRESA, 16 DE JULHO DE 2021.

LER-SE:OBJETO DO ADITIVO: - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS **1 MÊS**, INICIANDO NO DIA 16 DE JULHO DE 2021 E ENCERRANDO –SE EM **16 DE AGOSTO DE 2021.**

– O VALOR MENSAL É DE **R$ 10.120,36 (DEZ MIL, CENTO E VINTE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)**, JÁ CORRIGIDO PELO ÍNDICE IGP-M.

VIGÊNCIA: **1 MÊS - 16/07/2021 à 16/08/2021.**

DATA: CONFRESA, **30 DE JULHO DE 2021.**

Confresa-MT, 10 de Agosto de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ORDEM DE SERVIÇO 009A/2020

3º Termo Aditivo

Contrato:	054-2020	Pro. Licitatório:	117/2020
Objeto:	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares		
Contratante:	Prefeitura Municipal de Confresa		
Contratada:	BRA ENGENHARIA EIRELI-ME		

A Secretaria Municipal de Planejamento, no uso das atribuições, perante autorização do Prefeito Municipal de Confresa-MT, Senhor **Rônio Condão Barros Milhomem**, expede a presente ordem de serviço à empresa **BRA ENGENHARIA EIRELI-ME**, doravante denominada de **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ com o nº 18.916.465/0001-52, representada neste ato por **Bruno Rodrigues Albuquerque**, para que a mesma inicie a execução dos serviços acrescidos ao contrato 054/2020, através do 3º Termo Aditivo, conforme contrato, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas. Assim sendo, a Contratada tem o dever de executar os serviços dentro do

novo cronograma estabelecido, a contar da data de recebimento deste documento.

_____

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

_____

Adalberto de A. B. Pagiolli

Engenheiro Civil

Secretaria de Planejamento

_____

Bruno Rodrigues Albuquerque

Representante Legal

Contratada

Data de Emissão: 05 / 08 / 2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 058/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N°165/2019

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 119/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS **11 MESES**, INICIANDO NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2021 E ENCERRANDO –SE EM 15 DE JULHO DE 2022. O VALOR MENSAL É DE **R$ 10.120,36 (DEZ MIL, CENTO E VINTE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS),** ASSIM O VALOR DO CONTRATO PASSA A SER MAJORADO EM **R$ 111.323,96 (CENTO E ONZE MIL E TREZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).**

VIGÊNCIA: 11 MESES - 16/08/2021 À 15/07/2022.

DATA: CONFRESA, 11 DE AGOSTO DE 2021.

PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

CONTRATADA: A J ASSIS FERREIRA SOLUÇÕES EMPRESARIAL INSCRITA NO CNPJ N° 31.422.683/0001-07.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°176/2021
PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N°048/2021

TERMO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°176/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N°048/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -SRP

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que Considerando o oficio **nº094/2021** da Controladoria Interna do Munícipio, onde solicita a suspensão do presente certame, para a necessidade de adequação (retificação) do Termo de Referência e Edital, comunica A **SUSPENSÃO *SINE DIE da*** realização da sessão pública e a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº176/2021**, **Pregão ELETRONICO – SRP N°048/2021**, que tem por **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, SUPORTE TECNICO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ÁREA DE GESTÃO EM SAUDE PÚBLICA MUNICIPAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.**

CONFRESA-MT, 11 de AGOSTO de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA N° 126/2021.

FINANÇAS/CONTABILIDADE
DECRETO 119-2021

DECRETO Nº 000119/21 de 26 de Julho de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 001019/21 de 12 de Julho de 2021.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 3.374.869,51 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
03.01.04.122.0159.2.007-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.879,76
03.01.04.122.0159.2.007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	41.762,14
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01.04.123.0115.2.030-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	5.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.042-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
05.04.12.361.0127.2.042-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	290,00
05.04.12.361.0127.1.169-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	2.369.084,09
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.029-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	70.000,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.022-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	31.000,00
06.06.10.302.0136.2.111-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	41.000,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.029-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	161.567,33
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.020-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	39.000,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.028-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	1.100,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.022-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	11.792,00
06.06.10.302.0136.2.019-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	3.076,29
06.06.10.302.0136.2.022-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	5.252,00
06.06.10.302.0136.2.111-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	4.000,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.028-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	200,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	4.000,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.019-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.614,60
06.06.10.302.0136.2.019-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	29.120,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.024,04

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.019-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.623,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.107-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.800,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	25,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	42,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	2.875,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.029-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	41.000,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.113-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	37.683,14
07.07 - FUNDO MUN DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CONFRESA	
07.07.04.122.0141.2.129-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
07.03.25.752.0158.1.120-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	13.541,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.113-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	98.000,00
07.02 - URBANISMO	
07.02.15.451.0140.2.052-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	9.500,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.113-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	372,00
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
07.03.25.752.0158.1.120-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	125,90
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.113-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	125,70
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
07.03.25.752.0158.1.120-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	16.922,21
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.113-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	6.240,00
07.02 - URBANISMO	
07.02.15.451.0140.2.052-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	51.205,00
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01.20.605.0121.2.050-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.795,00
08.01.20.605.0121.2.050-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
08.01.20.605.0121.2.050-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	6.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.05.08.244.0124.2.071-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.811,11
09.09 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
09.09.08.244.0124.2.121-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	70,00
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.05.08.244.0124.2.071-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	7.975,00
09.09 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
09.09.08.244.0124.2.122-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.05.08.244.0124.2.117-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	2.200,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
10.01.13.392.0132.2.038-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	22.040,00
10.01.13.392.0132.2.038-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	2.892,20

HudsonR

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
10.01.13.392.0132.2.038-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	1.200,00
10.01.13.392.0132.2.038-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	2.400,00
10.01.13.392.0132.2.038-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	2.600,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01.04.122.0126.2.012-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	87.842,00
11.01.04.122.0126.2.012-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	5.902,00
11.01.04.122.0126.2.012-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	10.000,00
11.01.04.122.0126.2.012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01.04.122.0114.1.007-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.258,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
03.01.04.122.0159.2.084-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	2.200,00
03.01.04.122.0159.2.084-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.200,00
03.01.04.122.0159.2.084-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	1.880,00
03.01.04.122.0159.1.012-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.475,00
03.01.04.122.0159.2.084-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.574,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.042-3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENCAS JUDICIAIS	14.670,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	26.857,00
05.11 - FUNDEB	
05.11.12.361.0149.1.146-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	5.510,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.134-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.157,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	54.862,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.237-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	52.450,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	19.900,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.194-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.099,00
05.04.12.361.0127.1.134-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	9.260,00
05.04.12.361.0127.1.194-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.315,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	72.915,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.134-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.157,00
05.04.12.361.0127.1.194-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.630,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	50.900,00
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
05.10.27.813.0131.2.128-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	9.840,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.042-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	18.488,00
05.04.12.361.0127.1.192-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	11.575,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	27.341,00

HudsonR

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.102-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	610,00
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
05.10.27.813.0131.2.128-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	5.240,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	3.460,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.237-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	52.450,00
05.08 - MERENDA ESCOLAR	
05.08.12.365.0130.2.127-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	3.670,00
05.08.12.361.0130.2.048-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	3.670,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.102-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	3.307,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	20.720,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.042-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI	47.030,00
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
05.10.27.813.0131.2.128-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.620,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.140-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	15.359,00
05.04.12.361.0127.1.054-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	79.160,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.920,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.194-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.480,00
05.04.12.361.0127.1.134-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.720,00
05.04.12.361.0127.1.064-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31.340,00
05.04.12.361.0127.1.193-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.925,00
05.04.12.361.0127.1.134-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.770,00
05.04.12.361.0127.1.135-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.770,00
05.04.12.361.0127.1.193-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.925,00
05.04.12.361.0127.1.135-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.099,00
05.04.12.361.0127.1.134-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.770,00
05.04.12.361.0127.1.063-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.690,00
05.08 - MERENDA ESCOLAR	
05.08.12.365.0130.2.127-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.670,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.135-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.920,00
05.08 - MERENDA ESCOLAR	
05.08.12.361.0130.2.048-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.670,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.194-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.140,00
05.04.12.361.0127.1.064-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.250,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.076,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.193-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.140,00
05.04.12.361.0127.1.064-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.550,00
05.03 - TRANSPORTE ESCOLAR	
05.03.12.361.0153.2.047-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.920,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.1.064-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	109.000,00
05.04.12.361.0127.1.133-4.4.90.61.00.00.00.00 - AQUISICAO DE IMOVEIS	16.280,00
05.06 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
05.06.12.361.0151.2.057-4.4.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.410,00

HudsonR

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
05.04.12.361.0127.2.042-4.4.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.885,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.536,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.101-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.202,00
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.670,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.536,00
06.06.10.302.0136.2.020-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.670,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.101-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.570,00
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.610,00
06.04.10.301.0134.2.101-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	1.570,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	8.925,00
06.06.10.302.0136.2.020-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	5.820,00
06.06.10.302.0136.2.023-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	8.925,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	6.312,64
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	7.850,00
06.04.10.301.0134.2.101-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	2.126,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.020-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	1.620,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	4.190,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	5.240,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	1.040,00
06.04.10.301.0134.2.101-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	1.570,00
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.02.10.301.0134.2.105-3.1.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.520,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.101-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	3.696,00
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	2.257,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	6.126,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.100-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	2.610,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.020-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES FATRONAIS	2.200,00
06.06.10.302.0136.2.018-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PU	26.870,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	10.799,00
06.04.10.301.0134.2.101-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	4.710,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	2.315,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.100-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	5.020,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.157,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.028-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	2.080,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	2.315,00

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.020-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.570,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.040,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.364,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	9.193,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.157,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.942,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	2.079,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	3.770,00
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.990,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.019-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.570,00
06.06.10.302.0136.2.022-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.157,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.014-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	6.280,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.354,00
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1.040,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	5.030,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.110-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL	7.330,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	8.924,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.101-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.722,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.108-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.610,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.100-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.004,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.107-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.204,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	19.133,00
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.024,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	9.665,00
06.06.10.302.0136.2.020-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.016,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	20.537,00
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	19.120,00
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.125,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.999,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	5.556,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	8.920,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.022-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	5.774,00

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	11.385,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.021-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	6.191,00
06.06.10.302.0136.2.020-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.444,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	14.410,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.020-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.099,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	15.830,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.107-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.040,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.014-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	64.120,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	7.398,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.040,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	21.455,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.022-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.691,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.110-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	27.653,42
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.107-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	37.137,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	11.041,00
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.190,00
06.04.10.301.0134.2.014-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.240,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.936,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.110-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.292,00
06.04.10.301.0134.2.101-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	4.746,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.107-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	6.369,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.100-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	5.786,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.028-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	6.814,00
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	1.040,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.2.029-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	19.020,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	40.015,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	7.418,00
06.06.10.302.0136.2.024-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	12.821,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	9.722,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	4.630,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS	13.419,00

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.02.10.301.0134.2.105-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 5.770,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.022-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 38.150,00
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.02.10.301.0134.2.105-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 3.660,00
06.07 - VISA
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 11.634,00
06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.02.10.301.0134.2.105-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 1.942,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.021-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 2.745,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.015-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 7.502,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.020-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 4.360,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.015-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 1.570,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.019-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 30.821,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.014-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 13.200,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.022-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 3.674,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 5.092,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 18.630,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 6.294,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.110-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FIS 19.629,00
06.04.10.301.0134.2.101-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 2.173,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE
06.03.10.301.0133.2.107-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 6.186,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.100-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 6.460,00
06.07 - VISA
06.07.10.305.0137.2.028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 16.416,00
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 16.045,00
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 1.483,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 20.581,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 6.538,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE
06.03.10.301.0133.1.195-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 1.200,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 21.118,00
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 4.630,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 9.817,00
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 26.904,00
06.04.10.301.0134.2.016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 1.040,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.022-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 2.300,00

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.07 - VISA
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 95.807,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 100.000,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 2.701,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.015-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 17.840,00
06.04.10.301.0134.2.014-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 97.155,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 9.866,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.1.165-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 6.464,00
06.04.10.301.0134.2.110-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 65.769,00
06.07 - VISA
06.07.10.305.0137.2.028-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 1.924,00
06.07.10.305.0137.2.026-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 3.399,00
06.07.10.305.0137.2.025-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 1.399,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.017-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 6.200,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.2.111-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 1.399,00
06.06.10.302.0136.2.023-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 2.350,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
06.05.10.303.0135.2.027-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNI 4.020,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE
06.03.10.301.0133.2.029-3.3.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES 11.156,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.1.022-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 1.870,00
06.04.10.301.0134.1.020-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 5.240,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE
06.03.10.301.0133.2.029-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 910,00
06.03.10.301.0133.1.197-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 3.670,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
06.06.10.302.0136.1.035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 1.570,00
06.06.10.302.0136.1.026-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 1.250,00
06.06.10.302.0136.1.024-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 1.570,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.1.037-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES 40.247,00
06.04.10.301.0134.2.101-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.152,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE
06.03.10.301.0133.2.108-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.080,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.100-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.762,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE
06.03.10.301.0133.2.029-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.051,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.017-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.260,00
06.07 - VISA
06.07.10.305.0137.2.025-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.040,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA
06.04.10.301.0134.2.017-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.570,00
06.07 - VISA
06.07.10.305.0137.1.231-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 14.715,00
06.07.10.305.0137.1.201-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 21.889,00
06.07.10.305.0137.1.039-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 14.778,00
06.07.10.305.0137.1.033-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.787,00

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.111-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.401,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.1.195-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.569,00
06.03.10.301.0133.1.190-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.515,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.920,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.1.190-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.570,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.917,00
06.07 - VISA	
06.07.10.305.0137.1.231-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.574,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.836,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.720,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.023-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.574,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.016-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.040,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.1.190-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.620,00
06.03.10.301.0133.1.189-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.809,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.022-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.229,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	51.230,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.021-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.376,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.015-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.440,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.2.020-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.101,00
06.06.10.302.0136.1.203-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.993,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.014-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.720,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.1.203-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.905,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.014-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.720,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.1.202-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.187,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.014-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.040,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
06.06.10.302.0136.1.202-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.240,00
06.06.10.302.0136.1.200-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.998,00
06.06.10.302.0136.1.199-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.912,00
06.06.10.302.0136.1.166-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59.217,00
06.06.10.302.0136.1.031-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	39.127,00
06.06.10.302.0136.1.028-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.660,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
06.05.10.303.0135.2.027-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.550,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.1.165-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.300,00
06.04.10.301.0134.1.164-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.130,00

HudsonR

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.110-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.865,00
06.04.10.301.0134.1.164-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.040,00
06.04.10.301.0134.2.110-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.620,00
06.04.10.301.0134.1.023-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	56.812,00
06.04.10.301.0134.2.101-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.575,00
06.04.10.301.0134.1.023-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIFAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.570,00
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
06.03.10.301.0133.1.021-4.4.90.61.00.00.00.00 - AQUISICAO DE IMOVEIS	5.870,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
06.04.10.301.0134.2.017-4.4.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.576,00
06.04.10.301.0134.2.014-4.4.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.490,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.063-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	150.000,00
07.04.26.451.0141.2.063-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	22.017,10
07.04.26.451.0141.2.063-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.243,00
07.05 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAES	
07.05.17.512.0146.1.078-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	57.649,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
07.04.26.451.0141.2.063-4.4.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.006,00
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01.20.605.0121.2.050-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	51.594,35

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Julho de 2021

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
Prefeito Municipal

HudsonR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
LEI N.º 1.148/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Especial no Orçamento Vigente no valor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo do Município de **Cotriguaçu**, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Vigente para o Exercício Financeiro de 2021, aprovado pela Lei Municipal n.º 1. 129, de 15 de dezembro de 2020, no valor de R$ 89.000,00(oitenta e nove mil reais), nas seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão:	04	Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária:	001	Divisão Administrativa
Função: 04	04	Administração
Sub Função:	122	Administração Geral
Programa:	0010	Programa de Gestão Manutenção do Município
Projeto/Atividade:	2.061	Gestão Manutenção da Administração
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa:	31.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 2.000,00
TOTAL:..... R$ 2.000,00		

Órgão:	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	001	Divisão de Educação Fundamental e Especial
Função: 04	12	Educação
Sub Função:	122	Administração Geral
Programa:	0010	Programa de Gestão Manutenção do Município
Projeto/Atividade:	2.066	Gestão Manutenção da Educação e Cultura
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa:	31.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 14.600,00
TOTAL:.....R$ 14.600,00		

Órgão:	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	011	Programa e Incentivos a Atividades Culturais
Função: 04	13	Cultura
Sub Função:	392	Difusão Cultural
Programa:	0002	Educação para Todos
Projeto/Atividade:	2.051	Realização de Eventos Culturais
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa:	33.90.14.00	Diárias Civil..... ...R$ 500,00
Elemento Despesa:	33.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção..... ...R$ 500,00
Elemento Despesa:	33.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros PF..... R$ 6.600,00
Elemento Despesa:	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros PJ..... R$ 20.000,00
Elemento Despesa:	44.90.52.00	Equipamento e Material permanente..... R$ 25.000,00
TOTAL.....R$ 52.600,00		

Órgão:	07	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	002	Fundo Municipal de Saúde
Função: 04	10	Saúde
Sub Função:	122	Administração Geral
Programa:	0010	Programa de Gestão Manutenção do Município
Projeto/Atividade:	2.067	Gestão Manutenção da Saúde e Saneamento Básico
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa:	31.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 2.000,00
TOTAL..... R$ 2.000,00		

Órgão:	14	Secretaria Municipal de Cidade
Unidade Orçamentária:	001	Divisão da Secretaria de Cidade
Função: 04	15	Urbanismo
Sub Função:	122	Administração Geral
Programa:	0010	Programa de Gestão Manutenção do Município
Projeto/Atividade:	2.102	Gestão e Manutenção das Atividades da Cidade
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações..... R$ 10.000,00
Fonte de Recursos	0024	Recursos Convênios
Elemento Despesa:	44.90.51.00	Obras e Instalações..... R$ 10.000,00
TOTAL.....R$ 20.000,00		

TOTAL GERAL.....R$ 89.000,00

Art. 2.º Para cobertura do Crédito Especial descrito no art. 1.º, da presente Lei, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar os recursos descritos no art. 43, § 1.º, Inciso **III**, da Lei Federal n.º 4.320/64 - ANULAÇÃO PARCIAL - das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 89.000,00(oitenta e nove mil reais):

Órgão:	04	Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária:	001	Divisão Administrativa
Função: 04	04	Administração
Sub Função:	122	Administração Geral
Programa:	0010	Programa de Gestão Manutenção do Município
Projeto/Atividade:	2.061	Gestão Manutenção da Administração
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa:	33.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 2.000,00
TOTAL:..... R$ 2.000,00		

Órgão:	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	001	Divisão de Educação Fundamental e Especial
Função: 04	12	Educação
Sub Função:	122	Administração Geral
Programa:	0010	Programa de Gestão Manutenção do Município
Projeto/Atividade:	2.066	Gestão Manutenção da Educação e Cultura
Fonte de Recursos	1000	Recursos Próprios
Elemento Despesa:	33.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 19.000,00
Elemento Despesa:	33.90.32.00	Material, bem ou Serv. de Distrib. Gratuita.. R$ 18.000,00
Elemento Despesa:	44.90.61.00	Aquisição de Imóvel..... R$ 30.000,00
TOTAL:.....R$ 67.000,00		

Órgão:	14	Secretaria Municipal de Cidade
Unidade Orçamentária:	001	Divisão da Secretaria de Cidade
Função: 04	15	Urbanismo
Sub Função:	451	Infra Estrutura Urbana
Programa:	0008	Mobilização Urbana e Saneamento Básico
Projeto/Atividade:	1.018	Pavimentação de Novas Vias Urbanas
Fonte de Recursos	0024	Recursos Vinculados
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações..... R$ 20.000,00
TOTAL.....R$ 20.000,00		

TOTAL GERAL.....R$ 89.000,00

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão da despesa que trata a presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Fede-

ral n.º **101**, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para o exercício financeiro de 2021.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 11 de agosto de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 027/2021 PROCESSO 102/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO nº 027/2021 através da plataforma **COMPRASBR https://comprasbr.com.br/**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis. O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá a **partir do dia 12/08/2021 às 09:00 horas, até o dia 24 de agosto de 2021 às 10:00 horas (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 24 de agosto de 2021 às 10:15 horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br** e **https://comprasbr.com.br/**. Cotriguaçu-MT, 11 de agosto de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 033/2021/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088.479/2020

O município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Gestão - SMGE, neste ato representado pela pregoeira designada na Portaria nº 231/2021 torna público, a quem possa interessar a prorrogação da sessão da abertura do Pregão Eletrônico nº 033/2021/PMC tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE 12 (DOZE) MESES DE USO DE SOFTWARES DA AUTODESK ARCHITECTURE, ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION NEW SINGLE USER SUB ELD, NA OPÇÃO DA ESCOLHA PELO PACOTE COMPLETO O “COLLECTION 2021” OU PELA ESCOLHA NA AQUISIÇÃO INDIVIDUAL POR PRODUTO ESPECÍFICO DA AUTODESK DE ACORDO COM A DEMANDA E ESPECIFICIDADE DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE CUIABÁ, para readequações no edital. Informamos que será prorrogada a abertura para o dia **25 de agosto de 2021** ás 16:00 (Horário de Brasília).

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá no site http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/ e https://www.licitacoes-e.com.br/.

Cuiabá , 11 de agosto de 2021.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 002/2021/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO

ASECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE n° 230/2021, divulgada no Diário Oficial de Contas no dia 29 de março de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DE HABILITAÇÃO** referente à **CONCORRÊNCIA Nº. 002/2021/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**, processo administrativo nº 070.916/2020, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE RUAS E AVENIDAS DE DIVERSOS BAIRROS, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ. LOTES: LOTE 1: SÃO FRANCISCO E JARDIM PASSAREDO; LOTE 2: RESIDENCIAL COXIPÓ; LOTE 3: OSMAR CABRAL; LOTE 4: NOVO TEMPO; LOTE 5: NOVO MILENIO; LOTE 6: NOVO HORIZONTE; LOTE 7: JARDIM MOSSORÓ; LOTE 8: LAGOA AZUL; LOTE 9: CENTRO AMÉRICA E LOTE 10: AMPERCO.**

LICITANTES	HABILITADAS PARA OS LOTES	INABILITADAS PARA OS LOTES
A.I. FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI-EPP	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08 e 10	-
BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	04, 09 e 10	-
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA	01, 02, 03, 04, 06 e 10	-
GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO CONSULTORIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	01, 02 e 09	-
GUAXE CONSTRUTORA LTDA	01, 02 e 05	-
LEÃO MARCONDES CONSTRUÇÕES LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA	02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10	-
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, **09** e 10	-
MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA EPP	02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09	-
TERRAPLANAGEM CENTRO OESTE LTDA	01, 02 e 05	-
UNIDAS CONSTRUTORA LTDA	03, 04, 05, 06, 07, 08 e 10	-
IBIZA CONSTRUTORA LTDA	-	01, 02, 05, 07, 08, 09 e 10
TERTEC CONSTRUÇÕES EIRELI	-	06 e 09
WELLOX CONSTRUTORA LTDA	-	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10

Desde já, fica assegurado a todos os interessados, a aplicabilidade dos termos dos artigos 109, inciso I, alínea “a” e 110, ambos da Lei de Licitações.

Cuiabá, 11 de agosto de 2021.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO INCORRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEPARTAMENTO DE CONSELHOS
ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021 TIPO “CREDENCIAMENTO”

ERRATA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021 TIPO “CREDENCIAMENTO”

Onde se lê:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021 TIPO “CREDENCIAMENTO” OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS, PESSOA FÍSICA, PARA FUNÇÃO DE VISITADORES E SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO.

DIAMANTINO/2021

Leia – se:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021 TIPO “CREDENCIAMENTO” OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS, PESSOA FÍSICA, PARA FUNÇÃO DE VISITADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO.

DIAMANTINO/2021

GILSON DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXA DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2021

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXA DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2021

Manoel Loureiro Neto, Prefeito do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 462/2021, de 06 de julho de 2021**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXA DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2021**, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
341	ADEILDES OLIVEIRA DE ALMEIDA	RG 23332328 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
91	ADRIELE SOARES CORREA	RG 16657780 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
162	ALANA TAINE DA SILVA BARROS	RG 2378068-1 SSP-MT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
397	ALESSANDRA DE SENA ROTEIAS	RG 0736195-5 SSP MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
254	ALESSANDRA KAREN DE ALMEIDA	RG 2320089-8 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
115	ALEXANDRA DE ARAÚJO	RG 958497 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
246	ALINE RIBEIRO DE SOUZA	RG 27891321 SSPMT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
190	AMABILLI SANDY DOS SANTOS PIRES	RG 2992019-1 SSP MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA RURAL - E.M. MARIA EUZEBIA FERREIRA	INDEFERIDO
238	ANA CRISTINA BARROS DA SILVA	RG 2994895-9 Secretaria de Estado MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
376	ANA MARCIA DE OLIVEIRA SOUZA	RG 0792053800 ssp BA	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
178	ANA MARIA DA SILVA SANTANA	RG 848276 SSP MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
364	ANA PAULA DE MACEDO MELQUIADES	RG 27017346 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
259	ANA ROSA SANTOS BISPO	RG 17467055 Estado de mato gross MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - - ZONA RURAL - EM MARIA EUZEBIA FERREIRA	INDEFERIDO
83	ANDRIZELI REGIS GONÇALVES	RG 22879676 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
261	ANGELA MARA BRUGNAGO AYALA	RG 1073546-1 Ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
261	ANGELA MARA BRUGNAGO AYALA	RG 1073546-1 Ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
313	ANICELLY ARRUDA DE PAULA SILVA	RG 22434291 SSP MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
404	ANNA BEATRIZ REBELO BARATA	RG 7648261 SSP PA	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
76	ANTONIO CESAR DE MEDEIROS SOUZA	RG 16594428 ssp MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
300	BIANCA LACHMAN	RG 2242009-6 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
339	CACILDA JANUÁRIA PADILHA	RG 16026896 SSP MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	CANCELADO
8	CAMILA BARROS DA SILV	RG 24911675 Sspmmt MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	INDEFERIDO
291	CAMILLA VIEIRA GONÇALVES	RG MG 19748287 POLICIA CIVIL DO EST MG	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
296	CARINA APARECIDA LOPES CAMARGO	RG 19034961 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
245	CARLOS ROITILA MONTEIRO ALMEIDA	RG 246056596 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
114	CAROLINA DE MELLO BATISTA	RG 22590811 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
64	CELINA DA SILVA	RG 12638986 SSP MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA RURAL - E.M. DECIO FURIGO	INDEFERIDO
145	CILENE SANTANA DA SILVA	RG 23781190 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO

168	CINELE DE LARA AZEVEDO	RG 18317820 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
324	CINTIA MARIA MOREIRA	RG 26986710 SSP/MT MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
203	CRISTIANO CARDOSO VIEIRA JUNIOR	RG 23200847 SSP MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	INDEFERIDO
249	CYANE SILVA ANUNCIAÇAO LOURENÇO	RG 20927231 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
347	CYNTIA RAQUEL MOREIRA DA SILVA	RG 21068453 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
134	DAIANE REIS SANTOS	RG 1936521_7 Ssp MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
84	DANIELE DOS SANTOS ALMEIDA	RG 27614530 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
90	DANIELLI CRISTINA ADVERSI DA SILVA	RG 15642143 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
185	DELENIR CONCEIÇÃO QUEIROZ	RG 1297709-8 SSP/MT MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
28	DIANA PALMER OJEDA DOS SANTOS	RG 1175816-3 Ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA RURAL - E.M. MARIA EUZEBIA FERREIRA	DEFERIDO
128	DIOGO CEZAR ARAÚJO SANTO	RG 3094402-3 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
234	DIONE MARIA BATISTA DA SILVA	RG 24839965 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
49	DIVANEIDE MACEDO SILVA	RG 002049953 ssp RN	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
102	DOMINGOS ARAUJO DOS SANTOS NETO	RG 796344 SSP RO	037 - MOTORISTA EDUCACIONAL - NÃO PROFISSIONALIZADO - LINHA ZONA URBANA	DEFERIDO
218	ELAINE KAROLINE DA SILVA	RG 2795694-6 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
140	ELAINE SANTOS ROCHA	RG 27936775 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
299	ELISÂNGELA MOREIRA ARAÚJO	RG 7713432 Sds PE	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
101	ELSA SILVA DO CARMO	RG 12266469 SJ MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
96	ELUANA ALVES DOS SANTOS	RG 25199400 SSP/MT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
42	ELVIRA ROSA GASPAR COSTA	RG 14112850 ssp MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
359	EMANUELA DO NASCIMENTO FERREIRA	RG 18410332 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
184	EMILY JULIANA DOS SANTOS PIRES	RG 29955424 Militar MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - - ZONA RURAL - EM MARIA EUZEBIA FERREIRA	INDEFERIDO
230	ERIKA MENDES DA SILVA	RG 2315555 SSP MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
86	ETELVINO JOAO SANTANA	RG 1258537-8 ssp/mt MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
100	EVA APARECIDA DA SILVA	RG 2018419-0 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
319	EVA CRISTINA MOREIRA	RG 14233665 ssp/mt MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	DEFERIDO
38	EVELIN REGINA OLIVEIRA DA SILVA	RG 28112180 SSP/MT MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - - ZONA RURAL - EM MARIA EUZEBIA FERREIRA	CANCELADO
302	EVILIN CAMILA GONÇALVES DE ARRUDA	RG 30124360 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	DEFERIDO
200	FAGNER CONCEIÇÃO DA SILVA	RG 1206430-0 SSP MT	037 - MOTORISTA EDUCACIONAL - NÃO PROFISSIONALIZADO - LINHA ZONA URBANA	INDEFERIDO
122	FLÁVIA ESTEVÃO DA SILVA MALHEIROS	RG 19089589 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
87	FRANCISCO CARDOZO SANTANA	RG 23783770 Ssp MT	037 - MOTORISTA EDUCACIONAL - NÃO PROFISSIONALIZADO - LINHA ZONA URBANA	INDEFERIDO
287	GABRIELA CRISTINA PIMENTEL DE AQUINO	RG 22325700 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
248	GABRIELA NASCIMENTO DA SILVA	RG 22197850 ssp/mt MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
222	GABRIELA RIBEIRO DE SOUZA	RG 2789129-1 SSP/MT MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
308	GABRIELY MENDES BONFIM	RG 30956404 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
77	GEISIANY RODRIGUES NASCIMENTO	RG 22250000 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
356	GERTRUDES MENDES CONCEIÇÃO	RG 928106 SSP MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
157	GESSICA LAIANE DOS SANTOS NASCIMENTO	RG 2598883-2 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
79	GILSINHA SANTOS DE OLIVEIRA	RG 1183649-0 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
320	GIRLAINE RODRIGUES DE MATOS SANTANA	RG 09279350 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
243	GIRLEY MARTINS SILVA	RG 14052202 SSP MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
243	GIRLEY MARTINS SILVA	RG 14052202 SSP MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
237	GISELE MENDES DA SILVA	RG 224006352 Ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	CANCELADO
237	GISELE MENDES DA SILVA	RG 224006352 Ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	DEFERIDO
229	GISELLY DE SOUZA ALMEIDA	RG 14221985 Ssp MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO

136	GLEICE MACEDO SANTANA	RG 20592604 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
333	GLEYCIANE ADVERSI	RG 20610530 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
37	GRACIANE FERREIRA DA SILVA	RG 16430263 Ssp/MT MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
268	HYGOR DA CRUZ BUREMA	RG 2187526-0 SSP MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
163	IARA KLOSTER	RG 104708145 paraná PR	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
144	IASMIN LOPES DA SILVA SANTANA	RG 23059966 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
195	ILZELEYSER DA SILVA REZENDE	RG 14732017 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
350	INGRID MILLENA NASCIMENTO SILVA	RG 28369491 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
165	ISABELE MENDES BONFIM	RG 23469757 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
155	ISAC TEODORO DE CAMPOS	RG 12993735 SSP MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
215	ISADORA FRANCYNNI SANTANA	RG 26367777 ssp MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	INDEFERIDO
388	IZAEL DA SILVA BANDEIRA	RG 03476995 SSP MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
180	JACIANE DA SILVA MORAIS	RG 24364916 Ssp/mt MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
258	JACQUELINE DE OLIVEIRA SILVA	RG 26340747 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
97	JAINE RODRIGUES DA COSTA	RG 283400051 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
41	JANE MARIA FALCÃO	RG 26269899 sjsp MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA RURAL - E.M. DECIO FURIGO	DEFERIDO
266	JANELMA CARNEIRO MORAIS PEREIRA	RG 0388914920105 Sesp MA	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA RURAL - E.M. MARIA EUZÉBIA FERREIRA	INDEFERIDO
377	JAQUELINE ALMEIDA MACIEL	RG 18412335 Ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
374	JAYANNY PROENÇA SILVA	RG 19815980 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
81	JÉSSICA ADRIANE DE SOUZA	RG 21244740 SSP MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
35	JILMARA RODRIGUES DOS SANTOS	RG 25862839 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
18	JOEL PIRES DA SILVA	RG 13559427 sesp MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
170	JOLIETH CONCEIÇÃO RODRIGUES LEITE	RG 12440329 Ssp MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
263	JORDANE GOMES OLIVEIRA	RG 2836954-8 SESP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
263	JORDANE GOMES OLIVEIRA	RG 2836954-8 SESP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
373	JOSEANE DA SILVA LOPES	RG 14000472000-7 GEJSPC MA	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
105	JULIANNA LETICIA DO CARMO DUARTE	RG 27715426 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
276	JUSCELIA DE JESUS MOLINA	RG 19707118 SSP MT MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
124	KAROLINA PATRÍCIA DE SANTANA	RG 16525418 SSPMT MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
7	KAROLINA RODRIGUES DE MATOS	RG 272256 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
120	KAROLINE FRANÇA DOS SANTOS	RG 2466950-4 SSP/MT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
153	KELVINSON DOUGLAS DOS SANTOS GODOY	RG 2318741-7 SSP MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
68	KETTELI NAYANI DA SILVA SANTANA	RG 21827613 SSP/MT MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
223	KLEBER ARAÚJO DA CRUZ	RG 15978192 SSP/MT MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
372	LAINNE VANESSA ALVES DA SILVA	RG 23782650 ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	DEFERIDO
207	LAÍS KARINI DA SILVA PEREIRA	RG 27778355 SS/MT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
189	LAVINIA GOMES DA COSTA	RG 27791971 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
34	LAYLA GOMES YAMAGUTI	RG 19770022 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
334	LEILA CRISTINA ALVES	RG 14518813 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
392	LESELLY AIANNY DE ROMA BARROS	RG 23466804 Secretaria de Segura MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - - ZONA RURAL - EM CASTRO ALVES	CANCELADO
111	LETICIA APARECIDA OLIVEIRA MARTINS	RG 23781181 ssp MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
244	LETICIA MARA DA SILVA BOABAID REGIS	RG 19283903 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
15	LETICIA RAMOS GOMES DE LIMA	RG 17195969 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
15	LETICIA RAMOS GOMES DE LIMA	RG 17195969 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO

117	LETÍCYA CAMPOS DE ALMEIDA	RG 19419988 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
381	LUANA AVELINA DE SA	RG 23727136 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
381	LUANA AVELINA DE SA	RG 23727136 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
133	LUCIANA PINHEIRO DE SOUZA	RG 11890366 Ussp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
390	LUCIANE BUCIANELLI OLIVEIRA	RG 2090393444 sjs RS	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
289	LUCINETE DO NASCIMENTO COSTA	RG 15641996 ssp MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
40	LUZIA ALQUINA DE LIMA	RG 10467726 SSP MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA RURAL - E.M. CASTRO ALVES	INDEFERIDO
141	MANUELI RODRIGUES DE PAULA	RG 23958766 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
183	MARA LOURDES DALCHIAVON ROCHA	RG 16588975 SESP MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
194	MARCILENE SANTOS LEMOS	RG 0191661333 SSP BA	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	CANCELADO
194	MARCILENE SANTOS LEMOS	RG 0191661333 SSP BA	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
321	MARGARA MARIZA PEREIRA DE BARROS	RG 19795874 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
239	MARIA APARECIDA DOS SANTOS LEITE	RG 09844171 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA RURAL -- E.M MARIA EUZEBIA FERREIRA	DEFERIDO
301	MARIA CASSIA GONÇALVES	RG 09754016 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
304	MARIA CONCEIÇÃO RODRIGUES FONTES	RG 523844 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
247	MARIA IZABEL MONTEIRO ALMEIDA	RG 07415117 ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
282	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO	RG 539935 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
199	MARIANA ROSA BONFIM SILVA	RG 28369076 SSP MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
398	MARIANE DOS SANTOS SALES	RG 21524432 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
401	MARILDETE AGOSTINHA DA SILVA CAMPOS	RG 29948932 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - - ZONA RURAL - EM CASTRO ALVES	INDEFERIDO
6	MARILZA RODRIGUES DA SILVA	RG 18327214 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
366	MARINEI SIMPLICIO DE ARAUJO	RG 881371 ssp MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
405	MARINNE CRISTINA SILVA	RG 19763999 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
349	MARIO HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA	RG 2634342-8 ssp MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
171	MARLY RODRIGUES PEREIRA	RG 15137473 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
269	MARTA DOLORES TAVARES GRANDIZOLLI	RG 13096206 SSP MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
110	MATHEUS SANTOS BRITO	RG 27603288 sesp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
43	MAURICÉLIA RODRIGUES DA SILVA	RG 18327206 Spl MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	DEFERIDO
325	MESSIAS DARIO DE OLIVEIRA MELLO	RG 17301947 ssp MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	INDEFERIDO
174	MIKAELE DOS SANTOS GOMES	RG 23637609 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
204	MIKAELLY ALMEIDA DA SILVA	RG 24933180 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
161	MIRIAM DA SILVA	RG 14267730 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
55	MORGANA TAIURY RIBEIRO	RG 24931489 SSP/MT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
399	NATHALY PADILHA DE MORAES RODRIGUES	RG 18718272 SSPMT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
399	NATHALY PADILHA DE MORAES RODRIGUES	RG 18718272 SSPMT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
399	NATHALY PADILHA DE MORAES RODRIGUES	RG 18718272 SSPMT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
224	NELMA GOMES DA SILVA CAMPOS	RG 18430651 Ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
323	NEMURA DA SILVA MORAES	RG 2225285-1 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	DEFERIDO
403	NERIS BATISTA DA SILVA	RG 1668724-8 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
89	PAMELA CRISTINA LOPES GOMES	RG 24931632 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
166	PATRICIA QUELI ELEBROK	RG 001253040 ssp MS	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	DEFERIDO
103	PAULA DE ALMEIDA	RG 23362448 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA RURAL -- E.M MARIA EUZEBIA FERREIRA	INDEFERIDO
260	PAULO FRANCISCO DA PAZ	RG 1119766 ssp RO	037 - MOTORISTA EDUCACIONAL - NÃO PROFISSIONALIZADO - LINHA ZONA RURAL	DEFERIDO
158	POLIANA APARECIDA DA ROSA	RG 24898198 Público MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	INDEFERIDO
236	POLIANA RODRIGUES DOS SANTOS	RG 22873481 ssp MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA RURAL - EM CASTRO ALVES	DEFERIDO

387	RAFAELA NONATO CARNAUBA	RG 27466485 SECRETARIA DE SEGURA MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - - ZONA RURAL - EM MARIA EUZEBIA FERREIRA	DEFERIDO
192	RAID VERA OLIVEIRA	RG 15582132 ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
188	RAQUEL GARCIA DOS SANTOS	RG 12585394 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
169	REGIANE CORRÊA SOARES DE SOUZA	RG 16366875 Ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
358	REGINA DE OLIVEIRA PINTO	RG 1025198-7 ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
241	ROMILDA DOS SANTOS ROQUE CORDEIRO	RG 20075618 sine MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA RURAL - E.M. MARIA EUZEBIA FERREIRA	INDEFERIDO
250	ROSA CRISTINA DE AMORIM REBELO	RG 4230197 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
212	ROSÂNGELA DE ALMEIDA	RG 2329296-2 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
353	ROSELAINI DA SILVA SANTOS	RG 18810632 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
5	ROSICLER DA SILVA FARIA	RG 23228644 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
317	ROSINÉIA PEREIRA DA COSTA	RG 24583995 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
228	ROSINETH DOS ANJOS MACEDO	RG 30650640 30650640 MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	CANCELADO
228	ROSINETH DOS ANJOS MACEDO	RG 30650640 30650640 MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
82	SANDRA CRISTINA DALCHIAVON	RG 18171338 SSP/Mt MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
14	SILVANI RODRIGUES TEIXEIRA	RG 12477411 Ssp MG	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA	INDEFERIDO
232	SÔNIA LEMES ARAÚJO LIMA	RG 15176665 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
278	STELLA MÁRIS DE OLIVEIRA BRUM	RG 601.625.124.8 SSP. RS	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
253	STEPHANIE ALMEIDA COSTA	RG 30378524 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
306	SUELENE LIMA MARCELINO DA SILVA	RG 15587088 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
216	SUELY DE ALMEIDA	RG 950478 ssp MT	001 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
67	TAINE VANESSA DOS SANTOS PARDINHO	RG 24498335 Ssp MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
294	TALITA LEITE XAVIER FERREIRA DO NASCIMENTO	RG 28369351 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
154	TAMIRYS EMANUELLE BARBOSA DA CUNHA	RG 15303160 ssp MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA RURAL - E.M. CASTRO ALVES	INDEFERIDO
348	TANIA CRISTINA DE JESUS SILVA	RG 19662440 ssp/mt MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA RURAL - E.M. MARIA EUZEBIA FERREIRA	DEFERIDO
9	TAYANE GOMES SANDIM	RG 14423774 Ssp MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
152	THAIS DE SOUZA TEIXEIRA	RG 23736844 SSP MT	007 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA	DEFERIDO
193	TIAGO JOSE DE ARAUJO	RG 24945099 ssp MT	037 - MOTORISTA EDUCACIONAL - NÃO PROFISSIONALIZADO - LINHA ZONA URBANA	DEFERIDO
45	VALÉRIA DE ARAÚJO	RG 16621425 SJSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
80	VANILDE RIBEIRO FERREIRA	RG 18070167 SSP/MT MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
46	VERGINIA MARIA DA SILVA	RG 17845687 Ssp MT	003 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA) - ZONA URBANA	DEFERIDO
318	VILMA DE SOUZA	RG 10301602 SJ MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO
143	VIVIANE ALVES DE OLVEIRA	RG 22396152 ssp MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA - ZONA URBANA	INDEFERIDO
108	WILDIANE SILVA SANTOS	RG 18816738 SSP MT	002 - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ZONA RURAL - E.M. CASTRO ALVES	DEFERIDO
331	YARA PATRINE CARDOSO DE ALMEIDA	RG 21399514 SSP MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	INDEFERIDO
61	ZILMARA DE SOUZA SILVA	RG 1832780-0 ssp MT	006 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA	DEFERIDO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Diamantino/MT, 10 de agosto de 2021.

Manoel Loureiro Neto

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA N° 051/2021

ROSILEI CARRIS MONTINI, Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a cerca dos Art. 60 e 61 da LC 011/2011, e através do Decreto 021/2015.

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER a Srª. Dayane Felix de Souza, Professora, **RG:** 1685932-4 SSP/MT, **CPF:** 027.923.261-66, **Matrícula**: 2983.1, **LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL,** no curso de mestrado na área de educação oferecido pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, Campus Cuiabá. No período de 12 de agosto de 2021 a 12 de agosto de 2022, sem prejuízo da percepção de seus vencimentos.

Art. 2° - Essa portaria entra em **vigor na data da sua publicação**, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino 12 de agosto de 2021.

Rosilei Carris Montini

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA Nº 459/2021 -

ERRATA DA PORTARIA CONJUNTA Nº 459/2021 de 06 de Agosto de 2021

PORTARIA CONJUNTA Nº 459/2021, publicada no Diário Oficial AMM-mt Nº 3.788, DE 09 de Agosto de 2021

Onde lê se:

PORTARIA CONJUNTA Nº. 459, DE 06 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a convocação da **12ª** Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências

Resolvem:

Art. 1º Convocar ordinariamente a **12ª** Conferência Municipal de Assistência Social com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Diamantino/MT.

Art. 2º A**12ª** Conferência Municipal de Assistência Social realizar – se – á na data de 26/08/2021.

Art. 3º A **12ª**Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema: Direito do e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".

Art. 4º O funcionamento da **12ª** Conferência Municipal de Assistência Social será estabelecido em Regulamento próprio.

Art. 5º Para as despesas decorrentes da realização da **12ª** Conferência Municipal de Assistência Social serão utilizados recursos oriundos dos Convênios do Governo Federal e/ou Fundo Municipal da Assistência Social.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Diamantino, 06 de agosto de 2021.

Manoel Loureiro Neto Mylene Wirgues Paese

Prefeito Municipal Presidente do CMAS

Leia se:

PORTARIA CONJUNTA Nº. 459, DE 06 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a convocação da **13ª** Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências

Resolvem:

Art. 1º Convocar ordinariamente a **13ª** Conferência Municipal de Assistência Social com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Diamantino/MT.

Art. 2º A **13ª** Conferência Municipal de Assistência Social realizar – se – á na data de 26/08/2021.

Art. 3º A **13ª** Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema: Direito do e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".

Art. 4º O funcionamento da **13ª** Conferência Municipal de Assistência Social será estabelecido em Regulamento próprio.

Art. 5º Para as despesas decorrentes da realização da **13ª** Conferência Municipal de Assistência Social serão utilizados recursos oriundos dos Convênios do Governo Federal e/ou Fundo Municipal da Assistência Social.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Diamantino, 11 de agosto de 2021.

Manoel Loureiro Neto Mylene Wirgues Paese

Prefeito Municipal Presidente do CMAS

SETOR DE RH

ERRATA DA PORTARIA RH Nº 455/2021 de 05 de Agosto de 2021

PORTARIA RH 455/2021, publicada no Diário Oficial AMM-mt Nº 3.787, DE 06 de Agosto de 2021

Correção:

ONDE SE LÊ:

RESOLVE:

***Art. 1º* -** Nomear para o cargo de **ASSESSOR DE SECRETARIA II,** o Senhor **AGLIUÇO APARECIDO DOS SANTOS,** portador do RG 1643165-0 SEJSP/MT, inscrito no CPF nº 027.669.691-36.

LEIA-SE:

RESOLVE:

***Art. 1º* -** Nomear para o cargo de **ASSISTENTE DE SECRETARIA II,** o Senhor **AGLIUÇO APARECIDO DOS SANTOS,** portador do RG 1643165-0 SEJSP/MT, inscrito no CPF nº 027.669.691-36.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 11 de Agosto de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2021

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente **Processo de Dispensa nº 040/2021**, e autorizo a contratação direta da empresa **MARAISA DIAS FERREIRA NUNES DE ALMEIDA BADINI 00852592175** inscrito sob o **CNPJ – 41.979.286/0001-86**, respectivamente, objetivando a **SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO DE DIRETORES E TÉCNICOS ESCOLARES NO QUE TANGE A INSERÇÃO DE DADOS DE NÚMERO DE MATRÍCULA E RENDIMENTO DO ALUNO NO PROGRAMA EDUCACENSO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO,** no valor de **R$ R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)**. A presente Dispensa de Licita-

ção esta enquadrada no inciso X do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Diamantino-MT, 11 de agosto de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE RH

PORTARIA Nº 464/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, ESTUDOS E PROJETOS,** a Senhora **MAYARA LUIZA RIBEIRO RODRIGUES,** portadora do RG nº 2198807-2 SSP/MT, inscrita no CPF nº 059.334.071.00.

Art. 2º - O subsídio será de conformidade com o valor definido na Lei Municipal nº 56/19.

Art. 3º - A servidora desempenhará suas funções junto a **Secretaria Municipal de Obras**, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 11 de Agosto de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEPARTAMENTO DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO N° 08/2021, DE 06 DE AGOSTO DE 2021

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO N° 08/2021, de 06 de agosto de 2021

Cria a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 240 de 03 de março de 1997, com alterações pela Lei Municipal nº. 681 de 03 de novembro de 2008.

Considerando que Prefeito Municipal de Diamantino Drº. Manoel Loureiro Neto e o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, convocaram conjuntamente, por meio da Portaria nº. 459/2021, de 06 de agosto de 2021, a 13ª. Conferência Municipal de Assistência Social a realizar – se em Diamantino-MT, no período de 26 de agosto de 2021, tendo como Tema Central **"Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades garantir proteção social".**

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes membros: I – Milene Wirgues Paese – Presidente do CMAS – Representante Sec. de Educação;

II – Andréa Querobino da Silva – Representantes da Igreja;

III – Pedro de Almeida Calvo – Representante da Secretaria de Finanças;

IV – Marenice Queiroz de Almeida – Representante da UDAC;

Colaboração: Conselho Municipal de Assistência Social

Deyse Vieira de Barros – Setor de Conselhos

Colaboração: Órgão Gestor Municipal de Assistência Social

Gilson da Silva – Secretário Municipal de Assistência Social

Ana Cristina dos Santos – Assistente Social Órgão Gestor

Fernando Pereira Conci – Órgão Gestor

Laura Dias de Barros Neto – Órgão Gestor

Waltheir dos Santos Nascimento – Órgão Gestor

Genecir Calciolari – Órgão Gestor

Aimme Gomes Pacheco de Sá – Órgão Gestor

Marenice Queiroz da Silva - CRAS

Art. 2º - A Comissão será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, e terá como competência como competência:

I – Preparar e acompanhar a operacionalização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social;

II – Propor e encaminhar para aprovação do Colegiado, materiais relativos a critérios de definição do número de Participantes, Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social; III – Organizar e coordenar a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social; IV – Promover a integração com as Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes à 13ª Conferência Municipal de Assistência Social;

V – Dar suporte técnico - operacional durante o evento; VI – Manter o CMAS de Diamantino/MT informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social;

Art. 3º - Para operacionalização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará também com o apoio dos seguintes Órgãos: I - Secretaria Executiva do CMAS;

II - Unidades da SMAS/Setor Gestão, CRAS e CREAS;

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social;

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Diamantino, 06 de agosto de 2021.

MILENE WIRGUES PAESI

Presidente CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2021

CONTRATADA: AUTO POSTO BORDAS DO LAGO, CNPJ: 28.082.503/0002-53

OBJETO: A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis de forma parcelada, para atender a demanda dasSECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DOM AQUINO - MT, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos**.**

VALOR:R$ 1.103.300,00

DATA DE ASSINATURA: 10/08/2021

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2021

CONTRATADA:AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA, CNPJ: 08.748.599/0001-58

OBJETO: A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NO ESTUDO E ELABORAÇÃO DA PLANTAS DE VALORES GENÉRICOS URBANA E RURAL, E ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO -MT". CONFORME CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

VALOR:R$ **390.000,00**

DATA DE ASSINATURA: 10/08/2021

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021

Órgão: Secretaria de Saúde

Identificação: Pregão nº 018/2021 – Eletrônico

Objeto: *Registro de preços para futura e eventual "aquisição de MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES, DAS UNIDADES DE SAÚDE", de forma parcelada, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos*.

Data: 25/08/2021.

Hora: ÀS **09h30min - (**HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). e através do site www.domaquino.mt.bov.br, no PORTAL LICITANET – Licitações Eletrônicas – ***licitanet.com.br*.** Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 11 de agosto de 2021.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2021

AVISO DE INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2021

A Prefeitura Municipal de Dom Aquino, com sede à Avenida Cuiabá, n.º 143, nesta cidade de Dom Aquino- MT, inscrita no CNPJ n.º 03.347.119/0001-23, através da Comissão de Licitação, torna público a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de software como referência de preço para licitação de peças e serviços para a frota de veículos do município de Dom Aquino - MT", nos termos do Art. 25, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

Contratada: RICARDO DE MAGALHÃES EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.922.286/0001-65, com sede à Rua Américo Salgado, número 398, Área B, Desdobrado da Lixeira, CEP 78.008-415, Cuiabá – MT, neste ato representado pelo proprietário Sr. LUIS RICARDO DE MAGALHÃES portador da Cédula de Identidade nº 20132298 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 027.181.071-89, residente e domiciliado nesta Capital.

FUNDAMENTO LEGAL:ART. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Valor global: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Dom Aquino-MT, 11 de agosto de 2021.

SIRLENE VIEIRA DE JESUS

Presidente da Comissão de Licitação

Homologo e em consonância **adjudico** o resultado proferido pela Comissão Permanente de Licitação, em consonância com a justificativa apresentada e Parecer Jurídico constante nos autos do processo.

Dom Aquino-MT, 11 de agosto de 2021.

.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 054/2021

DATA ASSINATURA: 11 DE AGOSTO DE 2021

CREDOR: ALEXANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA 73663514153

VIGÊNCIA: 10 DE AGOSTO DE 2022.

VALOR REGISTRADO: **R$3.395,45(TRÊS MIL E TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)**

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS VISANDO ATENDER AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 037/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 037/2021

DATA ASSINATURA: 20 DE JULHO DE 2021.

CREDOR: VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA

VIGÊNCIA: 01 DE JUNHO DE 2022.

VALOR: R$ 58.421,23 (CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS.

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA COM TROCA DE PEÇAS, DE 1.000, 1.500, 2.000, 2.500, 3.000, 3.500 E 4.000 HORAS DA MÁQUINA MOTONIVELADORA GD535, CONFORME MANUAL- VAMOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE FELIZ NATAL – MT.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 009/2021

EDITAL DE PUBLICIDADE

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria Municipal nº. 338/2021, torna público que nos precisos termos do Art. 24, inciso IV, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores que realizou o processo licitatório na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2021,** visando à **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT**.

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 338/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2021

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria nº. 338/2021, em cumprimento a ratificação e homologação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 009/2021**, visando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT**.

FAVORECIDA: **AAGUA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 09.237.525/0001-10.**

Valor global estimado: R$ 73.130,95 (setenta e três mil e cento e trinta reais e noventa e cinto centavos).

Prazo para entrega dos materiais: 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da ordem de entrega

Vigência do Contrato: 90 (noventa) dias contados da assinatura do Contrato.

Fundamento Legal: 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Declaração de Dispensa emitida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e ratificada e homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Antônio Dubiella.

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 338/2021

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 055/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 055/2021

DATA ASSINATURA: 11 DE AGOSTO DE 2021

CREDOR: ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS EIRELI EPP

VIGÊNCIA: 10 DE AGOSTO DE 2022.

VALOR REGISTRADO: **R$55.500,21(CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS, VINTE E UM CENTAVOS)**

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS VISANDO ATENDER AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 053/2021

DATA ASSINATURA: 11 DE AGOSTO DE 2021

CREDOR: NILCE QUINALIA QUERINO 01020383178

VIGÊNCIA: 10 DE AGOSTO DE 2022.

VALOR REGISTRADO: **R$2.202,00 (DOIS MIL E DUZENTOS E DOIS REAIS)**

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS VISANDO ATENDER AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 365/2021

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Sra. **ELAINE HEEMANN**, para exercer atribuições de **SECRETÁRIA DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a partir de 09 de agosto de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N° 021/2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 021/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 041/2020

CARTA CONVITE 07/2020

CARTA CONVITE N°: 07/2020

VIGÊNCIA: 04/08/2021 a 04/01/2022

MOTIVO DA ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: BARRACON CONSTRUTORA EIRELI

General Carneiro - MT, 04 de Agosto de 2021.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPPAL

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2021

(PROCESSO Nº 045 /2021)

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de General Carneiro– MT, no Exercício das Atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 065/2021 de 01 de março de 2021, e em consonância pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores Torna-se Público para conhecimento dos Interessados, que fará realizar-se no dia **31 de Agosto de 2021, às 08h00 horas (horário de Brasília)** no Endereço, Avenida Delson Rodrigues, s/ nº. – Centro - General Carneiro– MT - Sede da Prefeitura Municipal, reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, conforme especificado no **Edital de Tomada de Preços nº 07/2021, para Obras e Serviços de Engenharia.** Informamos que a Entrega do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado, no site WWW.generalcarneiro.mt.gov..br e ou através de solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br.

OBJETO LICITAÇÃO: SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA

CONCLUSÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLISPORTIVA NA ALDEIA INDIGENA MERURE NO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.

A comissão permanente de licitação estará à disposição dos interessados

para a prestação de informações no horário de expediente da prefeitura municipal de General Carneiro, pelo telefone (66) 3416-1215/1153 e ou e-mail, cpl@generalcarneiro.mt.gov.br

General Carneiro– MT, 11 de Agosto de 2021.

NELMA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente Comissão de Licitação

ORDEM DE SERVIÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019

ORDEM DE SERVIÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019

EMPRESA: CADTEC 3D TREINAMENTOS, PROJETOS E OBRAS
CNPJ Nº 11.291.278/0001-81

PREZADO SENHOR,

COMUNICAMOS QUE A SUA EMPRESA, CADTEC 3D TREINAMENTOS, PROJETOS E OBRAS, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº. 11.291.278/0001-81 Estabelecida à Av. Presidente Kennedy, nº 2256, Bairro Centro, cidade de Rondonópolis CEP: 78.700-300, Estado de Mato Grosso FOI VENCEDORA, CONFORME PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/2019, Tomada de Preços Nº 02/2019. FICANDO ASSIM AUTORIZADO A PARTIR DESTA DATA (11/08/2021), A RETOMAR AS OBRAS E EXECUTAR O OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

1.1. OBJETO: **SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA ESTRURAÇÃO, DE REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA E AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS NO MUNICÍPIO DE GENERALCARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO COVENIO 853261/2017**

A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE NUMERO 06/2019 FICARA POR CONTA DA EQUIPE TÉCNICA DE ENGENHARIA DA PREFEITURA SRº ENDI MICAELA ENGENHEIRA NOMEADO POR PORTARIA NRº 161/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

General Carneiro MT, 11 de Agosto de 2021.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

3° CONVOCAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 02/2019

3° CONVOCAÇÃO

Contrato 06/2019

Tomada de Preços **n° 02/2019**

A Prefeitura Municipal de General Carneiro através de sua comissão de licitação nomeada através da portaria 065/GP/2021 de, 01 de Março de 2021 no uso de suas atribuições e MEDIANTE a liberação de recursos convenio **853261/2017** na Plataforma mais Brasil, em cumprimento a decisão Judicial do Fórum da Comarca de Barra do Garças-MT resolve convocar a empresa, **CADTEC 3D – TREINAMENTOS PROJETOS E OBRAS** a retomar a obra e dar continuidade aos trabalhos, conforme planilha e cronograma da obra, concedendo-lhe o prazo de até 05(cinco) dias para que a mesma reinicie os trabalhos, haja vista que a partir desta data passa a contar os prazos vigentes conforme contrato 06/2019 que estava paralisada desde a data 19 de janeiro de 2021;

General Carneiro MT, 11 de Agosto de 2021.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

Nelma Aparecida Gomes de Oliveira

Presidente CPL

Departamento de Engenharia Endi Micaela Souza dos Anjos CREA 045413

3° CONVOCAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 02/2019

3° CONVOCAÇÃO

Contrato 06/2019

Tomada de Preços **n° 02/2019**

A Prefeitura Municipal de General Carneiro através de sua comissão de licitação nomeada através da portaria 065/GP/2021 de, 01 de Março de 2021 no uso de suas atribuições e MEDIANTE a liberação de recursos convenio **853261/2017** na Plataforma mais Brasil, em cumprimento a decisão Judicial do Fórum da Comarca de Barra do Garças-MT resolve convocar a empresa, **CADTEC 3D – TREINAMENTOS PROJETOS E OBRAS** a retomar a obra e dar continuidade aos trabalhos, conforme planilha e cronograma da obra, concedendo-lhe o prazo de até 05(cinco) dias para que a mesma reinicie os trabalhos, haja vista que a partir desta data passa a contar os prazos vigentes conforme contrato 06/2019 que estava paralisada desde a data 19 de janeiro de 2021;

General Carneiro MT, 11 de Agosto de 2021.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

Nelma Aparecida Gomes de Oliveira

Presidente CPL

Departamento de Engenharia Endi Micaela Souza dos Anjos CREA 045413

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 029/2021

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 029/2021, cujo Objeto é: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para unidade básica de Saúde**.** Dia: 24/08/2021. Entrega dos Envelopes até às 08:00 horas (horário de Mato Grosso), do dia 24/08/2021. Edital Completo: Afixado no endereço Rua NS do Carmo, s/n, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail acima citado;** Abertura do envelope Nº 01: Às 09:00 horas, do dia 24 de agosto de 2021, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e 7892/2013, subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

A participação neste certame deverá seguir medidas de prevenção contra o convid-19, de acordo com normas internas deste estabelecimento.

Indiavaí – MT. 11 de agosto de 2021.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 308/2021

DATA: 11 de agosto de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jose Wilton dos Santos Silva, inscrito no CPF n° 136.117.544-39, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 060/2021**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **VIDA – CLÍNICA DE REABILITAÇÃO MÉDICA LTD**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.163.273/0001-88, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE DEPENDENTE ALCOÓLICO COM INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Veronica de Souza Cavasin, portadora do CPF n° 050.711.701-83, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 11 de agosto de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 072/2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n° 194/2021 de 22 de junho de 2021, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 072/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ferramentas, equipamentos, EPI'S e materiais para uso em manutenção e pequenos reparos nos prédios e espaços públicos, para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **24 de agosto de 2021, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 11 de agosto de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 060/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: VIDA – CLÍNICA DE REABILITAÇÃO MÉDICA LTDA – ME – CNPJ: 25.163.273/0001-88

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE DEPENDENTE ALCOÓLICO COM INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2021

VIGÊNCIA: 11/02/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 001/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: COSTA URIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ 36.614.555/0001-70

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo o acréscimo de serviços e aditivo de valor, alterando as cláusulas primeira e sexta do Contrato nº 001/2021.

VALOR: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 035/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – ME – CNPJ: 26.237.379/0001-41

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogação do prazo da vigência contratual, alterando o prazo previsto na cláusula Quarta do Contrato nº 035/2021.

VIGÊNCIA: 130 (cento e trinta) dias.

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 017/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ: 02.416.362/0001-93

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro reajustando o valor do caminhão em decorrência do aumento repassado pela fornecedora do veículo e fornecedora do implemento, alterando a cláusula Quinta do Contrato nº 017/2021.

VALOR: R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO ART. 45 DA LRF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ: 07.209.225/0001-00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2022

RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO ART. 45 da LRF

N. CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE	SECRETARIA	DETALHAMENTO DA OBRA	VALOR TOTAL (R$)	VALOR EXECUTADO (R$)	VALOR A EXECUTAR (R$)	SITUAÇÃO DA OBRA	% EXECUTADO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**CONTRATO 035/2020:**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PASSEIO PÚBLICO, E SINALIZAÇÃO NAS AVENIDAS RIO ARINOS E DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIVA NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT" **CONCORRENCIA PUBLICA: 001/2020**	R$ 5.148.165,33	R$ 3.970.820,50	R$ 1.177.344,83	EM ANDAMENTO	76,33%	2023
	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**1° TERMO ADITIVO CONTRATO 035/2020:**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PASSEIO PÚBLICO, E SINALIZAÇÃO NAS AVENIDAS RIO ARINOS E DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIVA NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT" **CONCORRENCIA PUBLICA: 001/2021**	R$ 54.279,96	R$ 0,00	R$ 54.279,96	EM ANDAMENTO	0,00%	2023
	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**CONTRATO 028/2021 : "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 (DOIS) PÓRTICOS DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**	R$ 231.601,41	R$ 7.761,61	R$ 223.839,80	EM ANDAMENTO	3,35%	01/10/2021
	SECRETARIA MUNICPAL DE ADIMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	**CTT 031/2021: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO E COZINHA NA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT**	R$ 377.833,23	R$ 94.147,84	R$ 283.685,39	EM ANDAMENTO	24,92%	19/11/2021
	SECRETARIA MUNICPAL DE ADIMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	**CONTRATO N 033/2021 –** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT"	R$ 384.417,74	R$ 223.225,45	R$ 161.192,29	EM ANDAMENTO	58,07%	19/9/2021
	SECRETARIA MUNICPAL DE ADIMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	**1 TERMO ADITIVO CONTRATO N 033/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT"**	R$ 57.545,32	R$ 21.788,60	R$ 35.756,72	EM ANDAMENTO	37,86%	19/9/2021

	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**CONTRATO 036/2021:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA, PASSEIO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA BRASÍLIA NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"	R$ 1.234.738,81	R$ -	R$ 1.234.738,81	INCIADA	0,00%	6/10/2021
	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**CONTRATO 046/2021:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA, PASSEIO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA MATO GROSSO NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"	1.193.505.29	R$ -	1.193.505.29	INCIADA	0,00%	19/10/2021
	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**CONTRATO 050/2021:**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E CALÇADAS NA AVENIDA MATO GROSSO DO SUL NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".,	R$ 242.527,29	R$ -	R$ 242.527,29	INCIADA	0,00%	19/10/2021
N° 883950/2019	SECRETARIA MUNICICPAL DE TRASPORTES, OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS	**CONTRATO 056/2021;** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT, CONFORME CONVENIO N° 883950/2019 FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DA DEFESAMD, DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE–DPCN"	R$ 668.689,74	R$ 0,00	R$ 668.689,74	INCIADA	0,00%	19/9/2021
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**CONTRATO 057/2021:**Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de base para caixa d'água na Escola Municipal Paulo Freire para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT"	R$ 12.929,84	R$ 0,00	R$ 12.929,84	EM ANDAMENTO	0,00%	29/09/2021
Total Geral			**8.412.728,67**	**4.317.744,00**	**4.094.984,67**		51,32%	

Itanhangá–MT, 31 de julho de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito Municipal

ENG. CIVIL EUGENIO LUCCHESI
Departamento de Engenharia

EUGENIO SYLVIO NETO LUCCHESI DA SILVA:00760191956
Assinado de forma digital por EUGENIO SYLVIO NETO LUCCHESI DA SILVA:00760191956 Dados: 2021.08.05 10:37:41 -04'00'

CONTABILIDADE
RETIFICAÇÃO NA INTEGRA DO DECRETO 111/2021 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT

Retificação da publicação do decreto n° 111/2021 de 4 de Agosto de 2021 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.785 – Pag. 205

Onde se lê:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 00111/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGA, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00556/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 424.680,43 (quatrocentos e vinte e quatro mil seissentos e oitenta reais e quarenta e tres centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

03.001-Gabinete do Secretario

Superávit Financeiro

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		2.280,00
	Sub-Total:	**2.280,00**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		10.800,00
	Sub-Total:	**10.800,00**

05.001-Gabinete do Secretario

05.001.10.301.0019.1080.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		112.460,00
05.001.10.301.0019.2059.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		1.600,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		12.146,69
	Sub-Total:	**126.206,69**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0034.2063.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		19.633,32
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		19.266,63
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		3.606,61
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		7.625,00
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		33.323,06
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		27.604,32
05.002.10.302.0032.2066.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		5.500,00
05.002.10.305.0033.2065.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		9.559,17
05.002.10.305.0033.2065.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		2.007,42
05.002.10.305.0033.2065.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		1.600,00
	Sub-Total:	**129.725,53**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 00111/2021

06.001-Gabinete do Secretario		
06.001.20.608.0023.2128.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		280,00
	Sub-Total:	**280,00**
07.001-Gabinete do Secretario		
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0300000000-Recursos Ordinarios		3.660,93
	Sub-Total:	**3.660,93**
09.001-Gabinete do Secretario		
09.001.15.451.0030.1009.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		392,69
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinarios		74.553,89
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		19.910,92
	Sub-Total:	**94.857,50**
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.26.782.0030.2134.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinarios		4.349,10
	Sub-Total:	**4.349,10**
09.003-Departamento de Agua e Esgoto		
09.003.17.512.0021.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinarios		195,80
	Sub-Total:	**195,80**
04.001-Gabinete do Secretario		
Superávit Financeiro-Rec.Vinc.		
04.001.12.361.0012.2112.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		9.540,84
04.001.12.361.0012.2112.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		14.473,67
04.001.12.361.0012.2112.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		2.898,87
04.001.12.361.0016.2148.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		455,43
04.001.12.361.0016.2148.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		5.473,57
	Sub-Total:	**32.842,38**
05.002-Fundo Municipal de Saude		
05.002.10.301.0034.2063.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		10,45
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0347074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		6.405,00
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		618,26
	Sub-Total:	**7.033,71**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 00111/2021

08.001-Gabinete do Secretario

08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		25,10
	Sub-Total:	**25,10**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.122.0035.2153.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		790,00
08.002.08.244.0027.2072.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		7.009,80
08.002.08.244.0027.2072.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		3.680,00
08.002.08.244.0027.2074.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0329000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		40,00
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		903,89
	Sub-Total:	**12.423,69**
	Total Parcial Suplementado:	**424.680,43**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de

ITANHANGA, 01, Julho de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

Leia-se:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

CNPJ: 07209225000100

Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro

Telefone 06635782500

prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 00111/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGA, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00556/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 444.691,36 (quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

03.001-Gabinete do Secretario

Superávit Financeiro

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		2.280,00
	Sub-Total:	**2.280,00**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		10.800,00
	Sub-Total:	**10.800,00**

05.001-Gabinete do Secretario

05.001.10.301.0019.1080.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		112.460,00
05.001.10.301.0019.2059.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		1.600,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		12.146,69
	Sub-Total:	**126.206,69**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0034.2063.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		19.633,32
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		19.266,63
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		3.606,61
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		7.625,00
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		33.323,06
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		27.604,32
05.002.10.302.0032.2066.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		5.500,00
05.002.10.305.0033.2065.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		9.559,17
05.002.10.305.0033.2065.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		2.007,42
05.002.10.305.0033.2065.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0300077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		1.600,00
	Sub-Total:	**129.725,53**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 00111/2021

06.001-Gabinete do Secretario		
06.001.20.608.0023.2128.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		280,00
	Sub-Total:	**280,00**
07.001-Gabinete do Secretario		
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0300000000-Recursos Ordinarios		3.660,93
	Sub-Total:	**3.660,93**
09.001-Gabinete do Secretario		
09.001.15.451.0030.1009.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		392,69
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinarios		62.036,62
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0337000000-Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/201		20.342,85
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0300000000-Recursos Ordinarios		12.185,35
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		19.910,92
	Sub-Total:	**114.868,43**
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.26.782.0030.2134.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinarios		4.349,10
	Sub-Total:	**4.349,10**
09.003-Departamento de Agua e Esgoto		
09.003.17.512.0021.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinarios		195,80
	Sub-Total:	**195,80**
04.001-Gabinete do Secretario		
Superávit Financeiro-Rec.Vinc.		
04.001.12.361.0012.2112.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		9.540,84
04.001.12.361.0012.2112.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		14.473,67
04.001.12.361.0012.2112.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		2.898,87
04.001.12.361.0016.2148.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		455,43
04.001.12.361.0016.2148.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		5.473,57
	Sub-Total:	**32.842,38**
05.002-Fundo Municipal de Saude		
05.002.10.301.0034.2063.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		10,45

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 00111/2021

05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0347074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		6.405,00
05.002.10.302.0032.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		618,26
	Sub-Total:	**7.033,71**
08.001-Gabinete do Secretario		
08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		25,10
	Sub-Total:	**25,10**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.122.0035.2153.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		790,00
08.002.08.244.0027.2072.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		7.009,80
08.002.08.244.0027.2072.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		3.680,00
08.002.08.244.0027.2074.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0329000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		40,00
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		903,89
	Sub-Total:	**12.423,69**
	Total Parcial Suplementado:	**444.691,36**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de

ITANHANGA, 01, Julho de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243/2021.

Data da vigência: 09/08/2021 a 09/08/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LUCIANA RODRIGUES DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 243/2021 firmado entre as partes de 09/08/2021 a 09/08/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 238/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 238/2021.

Data da vigência: 04/08/2021 a 20/12/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LIGIA THIX DE OLIVEIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 238/2021 firmado entre as partes de 04/08/2021 a 20/12/2021, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **PROFESSOR(A).**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 239/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 239/2021.

Data da vigência: 04/08/2021 a 20/12/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MAURA LIMA PEREIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 239/2021 firmado entre as partes de 04/08/2021 a 20/12/2021, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **PROFESSOR(A).**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227/2021.

Data da vigência: 29/07/2021 a 29/07/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ELCIO MENEZES MARTINS

Objeto: Contrato Administrativo nº 227/2021 firmado entre as partes de 29/07/2021 a 29/07/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **MOTORISTA.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 241/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 241/2021.

Data da vigência: 06/08/2021 a 06/08/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ROBERTA CAMILO DE ASSIS

Objeto: Contrato Administrativo nº 241/2021 firmado entre as partes de 06/08/2021 a 06/08/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 240/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 240/2021.

Data da vigência: 05/08/2021 a 05/08/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): EDNALDO AMARO DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 240/2021 firmado entre as partes de 05/08/2021 a 05/08/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **MOTORISTA.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 242/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 242/2021.

Data da vigência: 09/08/2021 a 09/08/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LIONILDA CARLOTA OURIVES DE REZENDE

Objeto: Contrato Administrativo nº 242/2021 firmado entre as partes de 09/08/2021 a 09/08/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **ARTIFICE DE COPA/COZINHA.**

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL Nº 038, DE 10 DE AGOSTO DE 2021. AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** atendendo o disposto no art. 165, inciso III da Constituição da República (CRFB/1988 e alterações) c/c art. 65, inciso III da Lei Orgânica do Município (LOM) e com o art. 48, Parágrafo único, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), **TORNA PÚBLICO** que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificados, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, por meio de "LIVE" com o objetivo de **ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - LOA** para o exercício **2022**, **através da participação popular**, com ciência das Ações e dos Projetos propostos para a referida Lei e oportunização para propostas aditivas, supressivas, modificativas e/ou substitutivas, Lei esta que estimará a receita e as despesas do Município para mencionado exercício.

A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** será **REALIZADA** no dia **26 de agosto de 2021, quinta-feira, com início às 14h no Plenário da Prefeitura Municipal na Sede do Município,** a qual será realizada por meio virtual, no intuito de evitar aglomeração, em virtude das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (, **no link abaixo relacionado):**

1. https://www.facebook.com/prefeituraitiquira

O presente Edital será afixado em locais de fácil acesso (Repartições Públicas e Privadas abertas ao público) e publicado no Jornal Oficial dos Municípios na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no Portal Espaço do Cidadão – Informações do Fiscalizado, do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT), *site* do Município (www.itiquira.mt.gov.br) e divulgado por Serviço Volante de Propaganda.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 10 de agosto de 2021.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 116/2021.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor Público Municipal do Poder Legislativo de Itiquira-MT (Assessora Parlamentar e Legislativo) e, dá outras providências.

ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA, presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, gestão 2021/2022, no uso das atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora Sra. **Bianca Rodrigues Presotto**, devidamente inscrita no CPF sob o n.º 046.335.941-09, do cargo de **Assessora Parlamentar e Legislativo,** matrícula funcional 412, a partir de 10 de agosto de 2021, a pedido da mesma.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,especialmente a portaria legislativa nº 010/2021.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 10 de agosto de 2021.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira
Presidente
(gestão 2021/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2021 AO CONTRATO N° 009/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADA: SANDRO OLIVEIRA DA MATA – ME;** OBJETO: **PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL até** 14/11/2021**.** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 009/2021; **ASSINATURA**: 22/07/2021.

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: **MUNICÍPIO DE JACIARA-MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.347.135/0001-16, com sede administrativa na Av. Antônio Ferreira Sobrinho, 1075, Centro, Jaciara/MT, neste ato devidamente representado por seu atual Prefeita Municipal **ANDRÉIA WAGNER**, brasileira, casada, contadora, portador do RG sob o nº 970.179 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 632.656.721-15, residente e domiciliado na Rua A–0, Bairro Mirante do Vale, em Jaciara/MT, bem como o Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, **VANDERLEI SILVA DE OLIVEIRA.**

NOTIFICADO: **COOPERFIBRA – ARMAZÉM DE GRÃOS JACIARA, CNPJ 04.476.442/0009-17**, DISTRITO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE JACIARA/MT.

Por este instrumento, o MUNICÍPIO DE JACIARA, através da sua atual Prefeita Municipal ANDRÉIA WAGNER E VANDERLEI SILVA DE OLIVEIRA no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de demais normas correlatas, e

CONSIDERANDO A LEI Nº 1952 DE 2020 A QUAL DISPOS SOBRE A AUTORIZAÇÃO COM ENCARGOS DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL PARA EMPRESA COOPERFIBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

CONSIDERANDO QUE EMPRESA **COOPERFIBRA – ARMAZÉM DE GRÃOS JACIARA, CNPJ 04.476.442/0009-17,** NÃO CUMPRIU AS EXIGÊNCIAS DA LEI DOADORA, ESPECIALMENTE O ARTIGO 3º A LEI Nº 1952/2020;

Art. 3º A Donatário obriga-se, como encargo de doação:

a) Utilizar o terreno doado para ampliar suas instalações, geração de novos empregos e a sua ocupação, devendo iniciar a construção dentro do prazo de **06 (seis) meses,** contados da assinatura da Escritura Pública de doação e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município.

CONSIDERANDO O ARTIGO 4º LEI Nº 1952 DE 08 DE JULHO DE 2020, QUE PREVÊ A REVERSÃO DO IMÓVEL EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES:

Artigo 4º Na Escritura Pública de doação do imóvel constará obrigatoriamente cláusula em que a donatário se obrigue a atender às finalidades e aos prazos referidos nessa, sob pena de reversão automática do objeto doado ao Patrimônio Municipal, independentemente de qualquer indenização.

NOTIFICA

Desta forma, **sobre a reversão para o Município do imóvel doado por força da LEI Nº 952 DE 2020, com área de 23,7466 hectares, localizado dentro da matriculado sob nº R/1577, livro n.° 2E, no Distrito Industrial, no Município de Jaciara/MT.**

Salientamos, ainda, estar à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Jaciara/MT, 04 de agosto de 2021.

VANDERLEI SILVA DE OLIVEIRA

Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 038/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 038/2021**, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA PREVENÇÃO DA COVID 19 E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÃO UTILIZADOS PELAS ESCOLAS E UMEI'S MUNICIPAIS E DEMAIS SETORES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE JACIARA",** onde foram vencedoras as empresas **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA –ME** ao valor global de **R$ 18.750,00** (Dezoito mil setecentos e cinquenta reais),**CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELLI – EPP** ao valor global de **R$ 56.028,00** (Cinquenta e seis mil e vinte oito reais), **MARIA LINO** ao valor global de **R$ 73.470,00** (Setenta três mil, quatrocentos e setenta reais). **Jaciara-MT, 12 de agosto de 2021.**

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 019/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2878-01/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA/MT

A Prefeita Municipal de Jaciara/MT, Srª. ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, referente ao Pregão Presencial nº 038/2021, cujo objeto **"Aquisição de materiais de higiene e limpeza para prevenção da COVID 19 e materiais de construção que serão utilizados pelas Escolas e UMEI'S Municipais e demais setores pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Jaciara",** através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo N° ***2083-01/2021,*** **Pregão Presencial Nº 038/2021;**

CONSIDERANDOo Recurso Administrativo manejada pela empresa **Leide Indústria e Comércio de Confecções Eirelli** encaminhado a esta Prefeitura datado em 05/08/2021 , através do e-mail do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaciara MT, através de seus procuradores, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.309.536/0001-72, localizada a Avenida Miguel Sutil , nº 8388, Bairro Santo Rosa, CEP:78.040-365, Cuiabá – MT. a qual ''argumenta em síntese que o CNAE da empresa recorrida não contemplam o objeto da licitação''

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico **Nº 229/2021**, emitido pela Advogada da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, Dra. Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues – OAB 17.119-B, datado em 09/08/2021;

DECIDE

1. **CONHECER** o recurso interposto pela empresa licitante **, reconhecendo sua tempestividade;** 2. Declarar o Desprovimento do recurso administrativo formulado pela licitante, apresentada pela empresa **Leide Indústria e Comércio de Confecções Eirelli** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.309.536/0001-72; 3. DETERMINAR inalterada a decisão que declarou vencedora a empresa, **Cyan Papelaria e Materiais de Informática Eirelli**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.357.366/0001-20 ;

4. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência**;**

5. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Jaciara/MT, 10 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019 IL 001/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

CONTRATO: **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**

CNJP: 03.725.725/0001-35

OBJETO: Contratação de empresa especializada em ferramenta de busca, consolidação integrada por indexação possibilitando a consolidação, compilação e o versionamento, bem como, versão para deficiente visual dos atos oficiais de efeito externo da Câmara Municipal (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Regimento Interno, Decretos Legislativos e Resoluções

VALOR GLOBAL: R$ 13.462,32 (Treze mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 06/08/2021 à 06/08/2022

FUNDAMENTO: em conformidade com às disposições da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Jaciara-MT, 06 de agosto de 2021.

CLOVES PEREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a Abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Item”, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 UM CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO COM CAPACIDADE DE 15M³, PARA O MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, TERMO DE CONVÊNIO Nº 0560-2020**, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006 e suas a alterações; Decreto nº 3. 555/2000; Decreto Municipal Nº 022/2020, Decreto nº 7.892/2013, Decreto 10.024/2019 e Outras normas e regulamentos inerentes, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Recebimento das Propostas: das 13h00m do dia 10/08/2021 as 08h30 do dia 25/08/2021.

Abertura das Propostas: das 08h31 do dia 25/08/2021 as 09h:00m do dia 25/08/2021.

Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 25/08/2021.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacaojangada@hotmail.com, licitacao@jangada.mt.gov.br ou pelo SITE: http://www.jangadamt.com.br

Observação: Devido a Publicação não ter sido feita a tempo no Diário Oficial da União-DOU e no Diário Oficial do Estado-DOE, fica está prorrogada conforme descrito acima:

Jangada – MT, 10 de Agosto de 2021.

Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 13/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 13/2021

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é o **Aquisição de peças e serviços da concessionaria autorizada para fazer revisão preventiva de 2.000 horas da máquina retro escavadeira Randon Patrimônio 26163, em atendimento a Secretaria Municipal de Cidade**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a Contratada: **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 13.731.784/0001-70, estabelecida na Avenida da Feb, n.º 2233, Ponte Nova, CEP: 78.115-000, no Município de Várzea Grande/MT.

Valor Global: R$ 10.497,00 (dez mil, quatrocentos noventa e sete reais)

Juara - MT 11 de agosto de 2021.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Diretor de Licitações Prefeito do Município

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 014/2021.

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção, peca e prestação serviço no aparelho CM-250 do Laboratório interno do Hospital Municipal de Juara, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: LANBIBRAZ COMERCIO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 73.008.682/0001-52, estabelecida na Av Guido Caloi, n.º 1935 térreo blocos A e B, Jardim São Luís, CEP: 05.802-140, no Município de São Paulo/SP.

Valor Global: R$ 7.155,24 (sete mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 014/2021, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para o termo do objeto supracitado.

Juara/MT, em 11 de agosto de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2021.

Assunto: Aquisição de peças e serviços da concessionaria autorizada para fazer revisão preventiva de 2.000 horas da máquina retro escavadeira Randon Patrimônio 26163, em atendimento a Secretaria Municipal de Cidade.

Interessada: Secretaria Municipal de Transportes.

Contratada: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 13.731.784/0001-70, estabelecida na Avenida da Feb, n.º 2233, Ponte Nova, CEP: 78.115-000, no Município de Várzea Grande/MT.

Valor Global: R$ 10.497,00 (dez mil, quatrocentos noventa e sete reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 013/2021, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para o termo do objeto supracitado.

Juara/MT, em 11 de agosto de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 065/2021 TIPO: ELETRÔNICO

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, a licitação na modalidade de Pregão, do Tipo Eletrônico, apuração pelo Menor Lance ou Oferta por Item, cujo objeto é o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Caminhão Caçamba Basculante Zero KM conforme Termo de Convênio da Plataforma + Brasil nº 901585/2020 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA,** em Atendimento à Secretaria Municipal de Agronegócio Divisão de Agricultura e Abastecimento, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

A realização do Pregão será no dia **26.08.2021 às 09h00m (Horário de Brasília)**, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada na Sede da Prefeitura Municipal de Juara, localizada à Rua Niterói n.º 81N - Centro - Juara/MT, junto à Divisão de Licitação de segunda e sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 (Horário de Brasília) ou pela internet nos endereços: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Para participação no presente certame será permitida somente representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou credenciados pelas empresas interessadas em participar do certame. O credenciamento deverá ser único e exclusivamente por meio do endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Juara-MT, 11 de agosto de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 14/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 14/2021

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção, peca e prestação serviço no aparelho CM-250 do Laboratório interno do Hospital Municipal de Juara, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a Contratada: **LANBIBRAZ COMERCIO LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 73.008.682/0001-52, estabelecida na Av Guido Caloi, n.º 1935 térreo blocos A e B, Jardim São Luís, CEP: 05.802-140, no Município de São Paulo/SP.

Valor Global: R$ 7.155,24 (sete mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)

Juara - MT 11 de agosto de 2021.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Diretor de Licitações Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 173/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 030/2021, Processo Administrativo n° 104/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA NO TELHADO DA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME ANTÔNIO CORTONEZ CROZETTA. Através das Empresas:

COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃP S. H. M. LTDA - CNPJ – 24.705. 881/0001-84

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 24.700,00 (vinte e quatro mil setecentos reais)

Juruena - MT, 11 de agostos 2021

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2021

- **RATIFICO**, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 030/2021, Processo Administrativo n° 104/2021,** para a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA NO TELHADO DA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME ANTÔNIO CORTONEZ CROZETTA, Amparado pela **Lei 8.866/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 11 de agosto de 2021

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 738, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 738, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.

"Altera o prazo contido no art. 1º, do Decreto nº 726, de 23 de julho de 2021, para prorrogação do período de teletrabalho (home office)".

CONSIDERANDO o decreto municipal nº. 729/2021 e o elevado número de casos ativos de covid-19 no âmbito do município de Juscimeira-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, senhor MOISÉS DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, **Decreta**:

Art. 1°. O artigo 1º do Decreto Municipal nº. 726, de 23 de julho de 2021 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica instituído o regime de trabalho remoto especial nas secretarias, procuradoria, controladoria interna e demais unidades administrativas, como medida excepcional e transitória pelo período compreendido entre 26 de julho de 2021 a 20 de agosto de 2021".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Juscimeira-MT, 10 de agosto de 2021.

Moisés dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 050/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Cleunide Marques Da Silva - ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Especializada Em Fornecimento De Gás De Cozinha (GLP), Visando Atender Secretarias Deste Município"

PRAZO: 27/07/2022

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Cleunide Marques Da Silva - ME – CNPJ: 10.762.081/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/ 2021

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 009/2021

TIPO: MENOR PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT, através da Pregoeira, torna público que não houve licitante habilitado/classificado na sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 009/2021 (SRP), realizada no dia 05/08/2021, às 09:00h, horário de Brasília, cujo objeto é a "Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo Zero Km, para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social". A licitação foi declarada FRACASSADA.

Luciara-MT, em 10 de agosto de 2021.

_____

TALITA TEIXEIRA FEITOSA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 25 de agosto de 2021, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Decoração, Montagem, Desmontagem e Manutenção da Decoração Natalina para o evento "Natal de Todos" a ser realizado no Município de Marcelândia/MT.** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 11 de agosto de 2021

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2021

O Sr. Celso Luiz Padovani, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Art. 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a favor da empresa AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software de sistema de nota fiscal eletrônica e malha fiscal, de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em atendimento ao Decreto Federal 10.540/2020, e nota técnica 019/2021 da CNM, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Adm e Finanças, perfazendo o valor total da contratação em **R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).** Tal contratação justifica-se em virtude do Decreto Federal 10.540/2020, e nota técnica 019/2021 da CNM.

Marcelândia/MT, 11 de agosto de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 116/2021 DATA: 09/08/2021

SÚMULA: DESIGNA COMISSÃO DE VISTORIA DE BEM MÓVEL PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O **Sr. Celso Luiz Padovani,** Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando- O Processo Administrativo 052/2021 e o item 15.1 do Pregão Presencial 029/2021;

DECRETA:

Art. 1º - Designa os seguintes servidores, para compor a Comissão de Vistoria do bem móvel especificado no Anexo I, do Edital do Pregão Presencial 029/2021:

I – Jancarlo Rogerio Pavanelli de Lima, Secretaria de obras;

II – Josieli Aparecida Basseto Vieira, Secretaria de Obras;

III – Renato Costa de Sousa, Secretaria de Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único – A referida comissão realizará, exclusivamente, o que se pede no item 15.1, do Edital do Pregão Presencial 029/2021.

Artigo. 2.º - No momento da avaliação, a comissão designada deverá observar se o bem a ser adquirido preenche os requisitos constantes no anexo deste Decreto.

Artigo. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 09 de agosto de 2021.

Celso Luiz Padovani Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3.700, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"REVOGA A REDAÇÃO DO ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 3.337/2020."

MARCOS ICASSATTI PORTE, Prefeito de Matupá em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO, o retorno das aulas presenciais da rede pública no Estado de Mato Grosso;

DECRETA:

Art. 1° Fica revogado o art. 4º do Decreto nº 3.337, de 27 de julho de 2020.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

MARCOS ICASSATTI PORTE

Prefeito de Matupá em Exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 119/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E RUAS DO MUNÍCIPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o detalhamento do Item 06 deste contrato**.**

CONTRATADA: M SIGNOR TRANSPORTES EIRELI

Valor/Global: O valor total estimado para esta contratação é de **R$ 8. 000,00 (Oito mil reais).**

Assinatura: 06/08/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 160/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **LUCIA PALMA TOMBINI TURCATTO** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.11.570.055/0001-53 e Inscrição Estadual n° 13.387.283-1, com sede na Rua 27, nº 97, Bairro Centro, na Cidade de Matupá-MT – CEP 78.525-000, telefone: (66) 3595-2327, neste ato representada pela proprietária **LUCIA PALMA TOMBINI TURCATTO**, portadora do RG nº 1357815-4 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 880.976.501-00, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
364538	BOLO RECHEADOS DIVERSOS SABORES COM RECHEIO E COBERTURA - ALIMENTO COM BOA PROCEDENCIA DE PREPARO QUANTO AOS INGREDIENTES UTILIZADOS COMO SEGUNDO PRIORIZA A LEGISLAÇÃO E COM ADEQUADA SEGURANÇA ALIMENTAR AOS CONSUMIDORES.	QUILO	MARCA PROPRIA	905,0000	39,7900	36.009,95
364533	BOLO SIMPLES, SEM RECHEIO, DIVERSOS SABORES - ALIMENTO COM BOA PROCEDENCIA DE PREPARO QUANTO AOS INGREDIENTESUTILIZADOS COMO SEGUNDO PRIORIZA A LEGISLAÇÃO E COM ADEQUADA SEGURANÇA ALIMENTAR AOS CONSUMIDORES.	QUILO	MARCA PROPRIA	508,0000	23,9000	12.141,20
371961	REFEICAO PREPARADA - DO TIPO SALGADOS PEQUENOS VARIOS SABORES, FRITOS E/OU ASSADOS. ALIMENTO COM BOA PROCEDENCIA DE PREPARO QUANTO AOS INGREDIENTESUTILIZADOS COMO SEGUNDO PRIORIZA A LEGISLAÇÃO E COM ADEQUADA SEGURANÇA ALIMENTAR AOS CONSUMIDORES.	QUILO	MARCA PROPRIA	869,0000	37,1900	32.318,11
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>>						**R$ 80.469,26**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco Brasil Ag. Nº 3931-4 Conta corrente nº 14249-2, em nome de LUCIA PALMA TURCATTO

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring**”;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

LUCIA PALMA TOMBINI TURCATTO

CNPJ sob o nº. 11.570.055/0001-53

LUCIA PALMA TOMBINI TURCATTO

CPF nº 880.976.501-00

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 164/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **CAMBOIM & SANTOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.19.201.021/0001-01 e Inscrição Estadual n° 13.522.739-9, com sede na Avenida Dante Martins de Oliveira, nº 640, Bairro Cidade Nova, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, e-mail: brilhante.gta_gerencia@hotmail.com, telefone: (66) 99955-8981, neste ato representada pela credenciada Srª **ELISABETE APARECIDA MOYSES DOS SANTOS**, portadora do RG nº 0822870-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 312.463.032-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
372802	ALFACE AMERICANO (EMBALAGEM COM MINIMO DE 300 GRAMAS): DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS NAS FOLHAS, COLORAÇÃO VERDE, TAMANHO MEDIO, AS FOLHAS LIMPAS, SEM MARCAS DE PICADAS DE INSETOS, SEM NENHUM DEFEITO QUE POSSA ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. EMBALAGEM PRIMÁRIA: CAIXAS AREJADAS, RETORNÁVEIS.	MACO 1,000 UNIDADE	IN NATURA	377,0000	4,8900	1.843,53
363860	ALFACE - TIPO CRESPA, COM NO MINIMO 300 GRAMAS, FRESCA, COM COR, ODOR E SABOR PROPRIOS,DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINAS E SAS,COM FOLHAS BRILHANTES E SEM PONTOS ESCUROS,BEM DESENVOLVIDA,AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ISENTA DE SUBSTANCIAS TERROSAS E CORPOS ESTRANHOS,LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES,NAO DEVENDO ESTAR GOLPEADAS OU DANIFICADAS.	QUILO	IN NATURA	424,0000	4,4700	1.895,28
361386	APRESUNTADO RESFRIADO - CARNE DEVE SER FIRME E ÚMIDA, MAS NÃO MOLHADA. A GORDURA DEVE SER BRANCA A CASTANHO-CLARA, SEM MANCHAS AMARELAS OU VERDES. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE PLÁSTICO DE POLIETILENO. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE CONTER REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESTAMPADA NO RÓTULO.	QUILO	FORTEZA	313,0000	17,8000	5.571,40
363869	ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, GRAOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,CONTENDO 5 QUILOS	PACOTE 5,000 QUILO	AMELIA	12346,0000	16,9000	208.647,40
363875	BANANA - MACA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA(500X350X265)MM,COM 14 DUZIAS, PESANDO APROXIMADAMENTE 20KGS	QUILO	IN NATURA	1114,0000	4,5000	5.013,00
363877	BANANA - NANICA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. QUILO	QUILO	IN NATURA	1628,0000	3,8500	6.267,80
372475	CEBOLINHA - FRESCA, DE PRIMEIRA, DE TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE UNIDADE EM MAÇO	MACO	IN NATUA	267,0000	4,7500	1.268,25
371965	CHEIRO VERDE IN NATURA (MAÇO USANDO NO MINIMO 300 GRAMAS): FOLHAS VERDES, INTACTAS E SEM DESCOLORAÇÃO, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM SINAL DE MURCHEZ, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, COMPOSTAS DE CEBOLINHA E SALSINHA (EM IGUAIS OU PROXIMAS PROPORÇOES DE PRESENÇA NO MAÇO) E FRESCAS. LIVRES DE TERRA, INSETOS E DOENÇAS, DE RESTOS DE VEGETAIS OU MATERIAIS ESTRANHOS.	MACO 1,000 UNIDADE	IN NATURA	413,0000	4,4500	1.837,85
363991	FEIJAO - CARIOCA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS D E OUTRAS ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, CONTENDO 1KG	PACOTE 1,000 QUILO	JUMA	12789,0000	6,6300	84.791,07
21254	FLOCOS DE ARROZ - APRESENTAR SABOR SUAVE E EXCELENTE CROCÂNCIA	EMBALAGEM 500,000 GRAMA	CAMPILAR	120,0000	3,5700	428,40
363998	FLOCOS DE MILHO - PARA PREPARO DE CUSCUZ DOCE COM COCO, A BASE DE FLOCOS DE MILHO PRE-COZIDO, MARGARINA, LEITE EM PO INTEGRAL, ACUCAR, SAL REFINADO, COCO RALADO DESIDRATADO, MALTODEXTRINA,OBTIDO ATRAVES DE MATERIA-PRIMA SA E LIMPA, ASPECTO CARACTERISTICO, COR AMARELA, ODOR E SABOR PROPRIOS,ISENTO DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E LARVAS,EMBALAGEM PRIMARIA DO PRODUTO DEVERA SER SACO METALIZADO RESISTENTE,EMBALAGEM SECUNDARIA DEVERA SER PLASTICA REFORCADA. EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNIDADE	BONOMILHO	31,0000	4,9400	153,14
363968	FRANGO PROCESSADO - EM PECA,NAO TEMPERADO,COXA-SOBRECOXA,CONTENDO CONGELADO,PESO EM MEDIA 2KG,COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MANCHAS E LARVAS,EMBALADO EM SACO PLASTICO POLIETILENO, TRANSPARENTE ATOXICO,ACONDICIONADO EM EM SACO PLASTICO POLIETILENO, TRANSPARENTE ATOXICO , INSPECIONADO PELO SIF	QUILO	MAROMBI	4050,0000	9,0000	36.450,00
364094	FRANGO SEMI-PROCESSADO - EM PECA, CONGELADO, PEITO COM OSSO, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESO 1 KG.	QUILO	MAROMBI	2413,0000	9,9400	23.985,22
364006	FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO,CONGELADO,SEM PE, SEM CABECA,COM ASPECTO DE COR E CHEIRO PROPRIOS,SEM MAN-	QUILO	10,42	2470,0000	9,9400	24.551,80

	CHAS,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO,COM SELO DO SERVICO DE INSPECAO FEDERAL E ESTADUAL					
364023	LARANJA - PERA,COR AMARELA ESVERDEADA,DE PRIMEIRA,LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SABOR E CHEIRO CITRICOS,TAMANHO GRANDE,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA,BOA QUALIDADE,ACONDICIONADA DE FORMA APROPRIADA	QUILO	IN NATURA	8501,0000	3,5600	30.263,56
364026	LEITE DE COCO - NATURAL, CONCENTRADO, ACUCARADO,OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO,PROCEDENTE DE FRUTOS SAOS E MADUROS,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,COM ASPECTOS DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA 200 ML.	FRASCO 200,000 MILILITRO	IN COCO	337,0000	4,4300	1.492,91
5599	LEITE UHT DESNATADO (EMBALAGEM DE 1 LITRO): PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL (VACA), LIQUIDO, FLUIDO HOMOGENEO, DE COR BRANCA OPACA, ESTERELIZADO COM NO MAXIMO 0,5 % DE GORDURA. EMBALAGEM LONGA VIDA ORIGINAL DE FABRICA TETRA BRINK OU TETRA PAK, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DOS INGREDIENTES. VALIDADE MINIMA DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA 1,000 LITRO	VENCEDOR	313,0000	4,9600	1.552,48
364597	LEITE LONGA VIDA - PROCESSADO POR UHT (ULTRA HIGHT TEMPERATURE), ZERO LACTOSE, FLUIDO HOMOGÊNEO, DE COR BRANCA OPACA, ESTERELIZADO, APRESENTACAO NA FORMA LIQUIDA, EMBALAGEM TETRA PAK, CONTENDO 1LITRO. COM VALIDADE ACIMA DE 90 (NOVENTA) DIAS NA DATA DE ENTREGA. NAO SERA ACEITO PRODUTO COM CARACTERISTICAS ORGANOLEPTICAS ANORMAIS. O PRODUTO DEVERA ATENDER AS LEGISLACOES APLICAVEIS VIGENTES. NA EMBALAGEM DEVERA TER IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, IMPORTADOR OU DISTRIBUIDOR; CARACTERISTICAS DO PRODUTO;	CAIXA 1,000 LITRO	MOLICO	405,0000	6,1600	2.494,80
364037	LEITE LONGA VIDA - UHT INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA COMPOSTO CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS E SATURADAS, GORDURAS TRANS, FIBRA ALIMENTAR, SÓDIO E CÁLCIO, RECIPIENTE HERMETICO EM TIPO TETRA PAK E VALIDADE DE NO MÍNIMO 90 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	UNIDADE	VENCEDOR	14890,0000	4,4700	66.558,30
364039	LIMAO - TAHITY, OTIMA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRMA E INTACTA, ACONDICIONADO EM EM SACO	QUILO	IN NATURA	218,0000	3,0000	654,00
364045	MACA - VERMELHA GRANDE, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	QUILO	IN NATURA	2865,0000	8,5000	24.352,50
370039	MANDIOCA IN NATURA: MANDIOCA - GRAUDA, BOA QUALIDADE, FRESCA,COMPACTA E FIRME, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,SELECIONADA FRESCA, DE OTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	QUILO	IN NATURA	533,0000	6,7400	3.592,42
371817	MASSA PARA LASANHA PRE-COZIDA - COMPOSTA DE FARINHA OU SEMOLA, OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, DE COR AMARELADA, COM SABOR E ODOR CARACTERISTICOS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E CORANTES ARTIFICIAIS, ACONDICIONADA EM SACOS PROPRIOS,TRANSPARENTES	SACO 500,000 GRAMA	LIANE	56,0000	8,1900	458,64
364080	MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA.	QUILO	IN NATURA	3530,0000	3,8900	13.731,70
364412	MISTURA PARA PREPARO DE BEBIDA LACTEA - TIPO FARINHA LACTEA,A BASE DE FARINHA DE TRIGO TORRADA, LEITE (MISTURA LACTEA), COMPOSTO DE FARINHA DE CEREIAS, VITAMINAS, MINERAIS E OUTROS PRODUTOS PERMITIDOS, EM PO,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA - LATA 400 GRAMAS	LATA 400 GRAMA	NESTLE	70,0000	11,9800	838,60
364087	OLEO COMESTIVEL - DE SOJA, OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS. EMBALAGEM DE 900 ML	LATA 900,000 MILILITRO	CONCORDIA	12846,0000	7,9000	101.483,40
364089	OVO - DE GALINHA,BRANCO OU VERMELHO,GRANDE,ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTANCIAS TOXICAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA EM DUZIA, COM O CODIGO DO SIF	DUZIA	SURDI	1578,0000	7,8300	12.355,74
371972	PÃO DE FORMA (EMBALAGEM DE 400 GRAMAS): ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FÓLICO, DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	PACOTE 400,000 GRAMA	NUTRI NATURE	1109,0000	8,7400	9.692,66
364103	POLPA DE FRUTA - CONGELADA, PASTEURIZADA, SEM ACUCAR, SABOR MARACUJA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIA ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXIC O	QUILO	IT POLPA	717,0000	25,4500	18.247,65
364732	POLPA DE FRUTA - CONGELADA, SEM ACUCAR, SABOR ABACAXI, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSICAO,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, EMBALAGEM 100 GR	UNIDADE	IT POLPA	782,0000	3,9900	3.120,18
374454	SALSICHA (QUILOGRAMA) - HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA, FRESCA, C/CONDIMENTOS TRITURADOS, MISTURADOS E COZIDOS, ACONDICIONADOS EM SISTEMA CRY-O-VAC, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE	QUILO	REZENDE	766,0000	9,9900	7.652,34
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>>						**R$ 701.246,02**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco Brasil Ag. Nº 1589-x Conta Corrente nº 26.505-5, em nome de CAMBOIM & SANTOS LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

CAMBOIM & SANTOS LTDA

CNPJ nº. 19.201.021/0001-01

ELISABETE APARECIDA MOYSES DOS SANTOS

CPF nº 312.463.032-72

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 166/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **R C MACCARI - EPP**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. **05.121.635/0001-60** e Inscrição Estadual n° 13.211.266-3, com sede na Avenida Jatobá, nº 89, Bairro Centro, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, CEP 78.520-000, e-mail supermercadomaccari01@hotmail.com, telefone (66) 3552-1259 / (66) 9 9665-9727, neste ato representada pelo Sr. **RUI CLAUDIO MACCARI**, portador do RG nº 590446-3 SSP/MT e do CPF nº 395.173.491-49, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
363850	ABACATE - DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	QUILO	INATURA	232,0000	8,7500	2.030,00
370085	ABACAXI PÉROLA IN NATURA: (PESO ACIMA DE 1 KG CADA) FRESCO, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	QUILO	INATURA	765,0000	4,6500	3.557,25
364293	ABÓBORA CABOTIÃ GRANDE IN NATURA: SELECIONADA FRESCA, SADIA, DE ÓTIMA QUALIDADE, SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	QUILO	INATURA	516,0000	2,8900	1.491,24
363852	ABOBRINHA VERDE - BRASILEIRA, BOA QUALIDADE, E COLORACAO UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADA EM EM SACO PLASTICO.	QUILO	INATURA	635,0000	3,9900	2.533,65
363854	ACELGA - FRESCA, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E COMPACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, ISENTA DE ANORMALIDADES, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES LIVRE DE AGROTOXICO, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA,.	QUILO	INATURA	30,0000	6,2900	188,70

371979	ADOÇANTE À BASE DE STÉVIA (EMBALAGEM DE 80 ML): ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO ? 100% STÉVIA. INGREDIENTES: ÁGUA, EDULCORANTES NATURAIS GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, CONSERVANTES: BENZO ATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO. SEM ASPARTAME, S	FRASCO 80,000 MILILITRO	MARAT?	68,0000	4,2200	286,96
363861	ALHO - BULBO, DE OTIMA QUALIDADE, FRESCO, SEM LESOES DE ORIGEM LIVRE DE RESIDUOS, TAMANHO E COR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,.	QUILO	INATURA	1026,0000	21,4900	22.048,74
364401	BANANA DA TERRA - COMPRIDA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. QUILO	QUILO	INATURA	500,0000	6,0400	3.020,00
363878	BATATA DOCE - ROXA,DE PRIMEIRA, SEM RAMA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA EFIRME,SEM LESOES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS E CORTES,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS,ACONDICIONADA DE MANEIRA ADEQUADA,ADQUIRIDA POR PESO	QUILO	INATURA	516,0000	3,9400	2.033,04
363879	BATATA - INGLESA LISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES FISICAS OU MECANICAS, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA, ACONDICIONADA EM SACOS DE ACONDICIONADAS EM SACO, PESANDO APROXIMADAMENTE KG	QUILO	INATURA	2110,0000	4,4900	9.473,90
364276	BATATA - MONALISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES FISICAS OU MECANICAS, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA, ACONDICIONADA EM SACOS DE ACONDICIONADAS EM SACO, PESANDO APROXIMADAMENTE KG	QUILO	INATURA	1570,0000	4,5900	7.206,30
363890	BETERRABA - OTIMA QUALIDADE,FRESCA, COMPACTA E FIRME,ISENTA DE ENFERMIDADES ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADES,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA.ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS ATOXICO DE GRANDE RESISTENCIA,PESO POR KILO	QUILO	INATURA	1647,0000	4,8500	7.987,95
364409	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO, ACONDICIONADO EM EM PACOTES, 400 G	PACOTE 400,000 GRAMA	ADORALLE	10641,0000	3,7900	40.329,39
363893	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MAIZENA,, COMPOSICAO BASICA BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL,SAL,ACUCAR, OUTRA SUBSTANCIASPERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EM EMBALAGEM FIME BOPP, 400 GR	PACOTE 400,000 GRAMA	ADORALLE	6100,0000	3,7900	23.119,00
364192	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL,SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, PESANDO 400 GRAMAS	PACOTE 400,000 GRAMA	ADORALLE	1074,0000	3,8700	4.156,38
371963	CANELA EM PÓ (EMBALAGEM DE 10 GRAMAS). EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	PACOTE 10,000 GRAMA	MIKA	210,0000	1,7500	367,50
371943	CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA (MIOLO), PECA INTEIRA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO ENTRE 7 E 8KGS	QUILO	FRIALTO	820,0000	39,0900	32.053,80
368881	CARNE BOVINA - TIPO BISTECA, BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIALTO	845,0000	28,9700	24.479,65
364177	CARNE BOVINA - TIPO COSTELA, EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO., CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA., EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO, INSPECIONADA PELO SIF	QUILO	FRIALTO	505,0000	24,7200	12.483,60
363930	CARNE BOVINA - TIPO COXAO DURO, BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO. EM EMBALAGEM PLASTICA HIGIENICA E ADEQUADA	QUILO	FRIALTO	710,0000	34,5100	24.502,10
371941	CARNE BOVINA - TIPO COXAO MOLE, BIFE, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIALTO	1525,0000	34,4700	52.566,75
371942	CARNE BOVINA - TIPO COXAO MOLE, EM KG, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NO MAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA., EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA, PESANDO SEM SUGIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	QUILO	FRIALTO	1124,0000	38,1700	42.903,08
368877	CARNE BOVINA - TIPO FRALDINHA - PRODUTO CRU COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS; LIMPO ISENTO DE TECIDOS INFERIORES COMO: OSSOS, CARTILAGENS, GORDURAS, TENDOES E ETC; RESFRIADO. EMBALADO A VACUO, OU EM FILME PVC OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA E DEMAIS LEGISLACOES PERTINENTES VIGENTES.	QUILO	FRIALTO	680,0000	36,6400	24.915,20
368882	CARNE BOVINA - TIPO LAGARTO, PECA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIALTO	200,0000	36,8400	7.368,00
363929	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA DIANTEIRA SEM OSSO TIPO PALETA OU ACEM EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO., SEM PELANCA, SEM GORDURA, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA., EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA, PESANDO SEM SUGIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	QUILO	FRIALTO	3663,0000	25,5000	93.406,50
363928	CARNE BOVINA - TIPO PALETA, CUBOS, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIALTO	3836,0000	26,3700	101.155,32

371954	CARNE BOVINA - TIPO PALETA DE SEGUNDA SEM OSSO (DIANTEIRA), EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS,, EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, PESANDO ENTRE 1 A 50K, SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	QUILO	FRIALTO	2264,0000	25,0000	56.600,00
368887	CARNE SUINA - TIPO BACON DEFUMADO,EM PECA,ADEQUADA,CONFORME LEGISLACAO,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIGOWEBER	67,0000	18,4800	1.238,16
368886	CARNE SUINA - TIPO COSTELA, EM PECA, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIGOWEBER	1086,0000	20,3700	22.121,82
368884	CARNE SUINA - TIPO PERNIL, EM PECA INTEIRA, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	QUILO	FRIGOWEBER	475,0000	18,4700	8.773,25
363932	CEBOLA - BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E CORTES,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONAMENTO ADEQUADO,EM SACO DE POLIETILENO	QUILO	INATURA	2152,0000	4,4500	9.576,40
363934	CENOURA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA EM SACO PLASTICO ATOXICO,PESO POR QUILO	QUILO	INATURA	2119,0000	5,1000	10.806,90
363950	CHUCHU - DE BOA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAOO UNIFORME,LIVRE DE ENFERMIDADES,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS,ACONDICIONADO EM EM SACO PLASTICO ATOXICO,PESO POR KILO	QUILO	INATURA	1312,0000	3,7000	4.854,40
364155	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, LIVRE DE COM FERMENTACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 1 KG	QUILO	ALVALADE	6983,0000	3,7000	25.837,10
363992	FEIJAO - PRETO, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO. EMBALAGEM DE 1 KG.	QUILO	TIO JAND	1234,0000	7,6300	9.415,42
371955	FIGADO - BOVINO EM BIFE, RESFRIADO, COM ASPECTO PROPRIO,FIRME,NAO PEGAJOSO, ISENTO DE MANCHAS ESVERDEADAS, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO,	QUILO	FRIALTO	1170,0000	17,2000	20.124,00
16387	GENGIBRE IN NATURA : COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, POLPA FIRME E INTACTA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,ISENTO DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL,ISENTA DE FERTILIZANTES SUJIDADES, SEM PARASITAS E LARVAS,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE,ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA.	QUILO	INATURA	113,0000	18,8000	2.124,40
364182	LEITE CONDENSADO - COM BOA QUALIDADE. COMPOSTO DE LEITE, ACUCAR E LACTOSE,DE CONSISTENCIA CREMOSA E TEXTURA HOMOGENA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 395 GRAMAS.	LATA 395,000 GRAMA	VENCEDOR	423,0000	5,4000	2.284,20
371944	LINGUICA - DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL,FIRME,SEM UMIDADE,NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	QUILO	FRIGOWEBER	200,0000	19,8300	3.966,00
368869	LINGUICA - FRESCO, TIPO TOSCANA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL,FIRME,SEM UMIDADE,NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.	QUILO	FRIGOWEBER	784,0000	18,3400	14.378,56
364043	MACA - FUJI, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO,COR E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. QUILO	QUILO	INATURA	3406,0000	7,7700	26.464,62
364282	MACARRÃO - MASSA ALIMENTICIA - TIPO ALETRIA SECA E FRESCA, FORMATO FINO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO COM 500G, COM SELO DA ABIMA	PACOTE 500,000 GRAMA	TODESCHINI	200,0000	4,6500	930,00
364061	MAMAO - FORMOSA, OTIMA QUALIDADE, LIVRE DE CHEIRO E SABOR PROPRIOS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS AUSENCIA DE SUJIDADES, MOFO, SINAIS DE APODRECIMENTO, SEM DANOS FISICOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM APROPRIADO	QUILO	INATURA	605,0000	6,1000	3.690,50
364063	MAMAO - PAPAYA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITOS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	QUILO	INATURA	435,0000	6,5500	2.849,25
364072	MARGARINA VEGETAL - 500 GRAMAS, COM SAL, COMPOSTO DE 60% DE GORDURA E LEITE, PODENDO CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, PODENDO CONTER VITAMINA E,COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ACONDICIONADO EM POTE PLASTICO, EMBALADO EM EMBALAGEM EM ACONDICIONAMENTO APROPRIADO.	FRASCO 500,000 GRAMA	DORIANA	886,0000	6,8900	6.104,54
364070	MARGARINA VEGETAL - POTE 1KG, COM SAL, COMPOSTO DE 60% DE GORDURA E LEITE, PODENDO CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, PODENDO CONTER VITAMINA E ,., COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALAGEM EM ACONDICIONAMENTO APROPRIADO.	QUILO	DORIANA	302,0000	10,0000	3.020,00
364081	MELAO, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME.	QUILO	INATURA	1015,0000	6,1000	6.191,50
364083	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADO EM LATA COM 2 QUILOS, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	LATA 2,000 QUILO	QUERO	96,0000	22,3000	2.140,80
12111	NOZ MOSCADA - INTEIRA, CONSTITUIDA DE AMENDOAS SECAS, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE FERMETACAO, MOFO	UNIDADE	MIKA	35,0000	3,0000	105,00

	E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM EM SACO COM 02 UNIDADES					
371956	PEIXE - TAMBAQUI, INTEIRO, PRODUTO CRU COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS; RESFRIADO. EMBALADO A VACUO, OU EM FILME PVC OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES VIGENTES.	QUILO	FIEHIR	50,0000	17,0000	850,00
374453	PEPINO IN NATURA - COMUM, ÓTIMA QUALIDADE, INTACTO E FIRME, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE	QUILO	INATURA	690,0000	4,7000	3.243,00
364097	PIMENTAO - VERDE, EXTRA DE OTIMA QUALIDADE, GRANDE, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES, ACONDICIONADO EM EM SACO, POR KILO	QUILO	INATURA	301,0000	5,8000	1.745,80
364729	POLPA DE FRUTA - CONGELADA SEM ACUCAR,SABOR ACEROLA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, EMBALAGEM DE 100 GR	UNIDADE	TERRA NOVA	802,0000	2,7300	2.189,46
364120	QUEIJO - TIPO MUSSARELA, EMBALADO EM PLASTICO INVIOLAVEL,SELADO A VACUO	QUILO	COOPERNOVA	505,0000	34,2000	17.271,00
364125	REPOLHO - BRANCO,FRESCO,DE PRIMEIRA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO,OTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO,EM KG	QUILO	INATURA	1650,0000	3,9000	6.435,00
364127	REPOLHO - ROXO, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,PERFURACOE E CORTES.	QUILO	INATURA	192,0000	6,4500	1.238,40
372795	REQUEIJÃO CREMOSO (EMBALAGEM DE 200 GRAMAS): ALIMENTO A QUAL DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRE AS SOLICITAÇÕES LEGAIS PARA ESSE GÊNERO DE PRODUTO SEGUNDO LEGISLAÇÃO. NÃO SERÁ PERMITIDO AMIDO EM SUA COMPOSIÇÃO E DEVERÁ SER ISENTO DE GORDURA TRANS.	POTE 200,000 GRAMA	COOPERNOVA	110,0000	7,2000	792,00
246079	SAL GROSSO (EMBALAGEM 1 KG): EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	PACOTE 1,000 QUILO	ITA	20,0000	2,0000	40,00
364142	TOMATE - MADURO, BOA QUALIDADE,GRAUDA,DE POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESIDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O SEU MANUSEIO, VENDA POR PESO	QUILO	INATURA	2468,0000	6,0600	14.956,08
371821	UVA PASSA - OBTIDA POR PERDA PARCIAL DE AGUA DA FRUTA MADURA,BRANCA, S/CAROCO, CONSISTENCIA PROPRIA, DE CONSISTENCIA PROPRIA EM RAMA, COBERTA DE LEITE CONDENSADO E ACUCAR, AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, PACOTE COM 200GR	PACOTE 200,000 GRAMA	MIKA	60,0000	7,5000	450,00
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>						**R$ 838.471,56**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil Ag. 1589-X Conta corrente nº 28.391-6 em nome de R C MACCARI - EPP

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring**”;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018

Secretaria Municipal de Agricultura	**Rodrigo Barbosa Craidy**	**10194/2021**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	**Bruno Fujii Celestino**	**9027/2021**
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	**Mariza Jeniffer Wachholz**	**10007/2021**
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	**Cleneci de Fátima da Silva Ferreira**	**6400/2017**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

R C MACCARI - EPP

CNPJ nº. 05.121.635/0001-60

RUI CLAUDIO MACCARI

CPF nº 395.173.491-49

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 163/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **PADARIA E CONFEITARIA FLOR DE TRIGO LTDA - ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.862.180/0001-49 e Inscrição Estadual n° 13.539.588-7, com sede na Rua 06, nº 046, Prédio, Bairro Jardim das Flores, na Cidade de Matupá/MT, E-mail: panificadora2015mt@gmail.com, Telefone: (66) 3595-1244 / (65) 9 9952-8849, neste ato representada pela sua Sócia a Srª **ELAINE DE FREITAS**, portadora do CPF sob nº 024.620.459-10 e RG nº 2914952-5 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
364175	PANETONE - SABOR FRUTAS CRISTALIZADAS E UVA PASSA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO,ACUCAR,GORDURA VEGETAL, MANTEIGA,GEMA DE OVO,LEITE EM PO INTEGRAL, EXTRATO DE MALTE,SAL,ESTABILIZANTE MONO, DIGLICERIDEOS DE ACIDOS GRAXOS,AROMATIZANTE, CONTEM GLUTEN E CONSERVADORES PROPINATO DE CALCIO,ACIDO ASCORBICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA E CAIXA. PESO 500 GRAMAS	CAIXA 1 UNIDADE	FLOR DE TRIGO	301,0000	12,9900	3.909,99
371819	PANETONE - SABOR GOTAS DE CHOCOLATE AO LEITE,MANTEIGA DE CACAU, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL, MANTEIGA,GEMA DE OVO,LEITE EM PO INTEGRAL, EXTRATO DE MALTE,SAL,ESTABILIZANTE MONO, DIGLICERIDEOS DE ACIDOS GRAXOS,AROMATIZANTES, CONTEM GLUTEN E CONSERVADORES PROPINATO DE CALCIO,ACIDO SORBICO, ACONDICIONADO EM CAIXA,CONTENDO 750 GRAMAS	CAIXA 1 UNIDADE	FLOR DE TRIGO	123,0000	12,2900	1.511,67
375629	PAO DE HOT-DOG - DO TIPO MINI PAO HOT-DOG, PESANDO 25G A UNIDADE, SUPERFICIE MACIA, LISA, BRILHANTE, COM MIOLO CONSISTENTE E SEDOSO, COM VIDA UTIL DE 5 DIAS, EMBALADO EM SACO PLASTICO. QUILOGRAMA	QUILO	FLOR DE TRIGO	546,0000	15,9900	8.730,54
375628	PAO DOCE - A BASE DE OLEO OU MARGARINA, FERMENTO QUIMICA, FARINHA DE TRIGO, OVOS, ACUCAR, 50 G, COM UNIFORMIDADE NO ASSADO, AROMA E SABOR TIPICO DE PAO DOCE, A CASCA DEVERA SER DOURADA NA PARTE SUPERIOR, COM CREME DE CONFEITEIRO, O MIOLO DEVERA TER TEXTURA MACIA, PODENDO OU NAO TER COCO RALADO. QUILOGRAMA PAO DOCE - A BASE DE OLEO OU MARGARINA, FERMENTO QUIMICA, FARINHA DE TRIGO, OVOS, ACUCAR, 50 G, COM UNIFORMIDADE NO ASSADO, AROMA E SABOR TIPICO DE PAO DOCE, A CASCA DEVERA SER DOURADA NA PARTE SUPERIOR, COM CREME DE CONFEITEIRO, O MIOLO DEVERA TER TEXTURA MACIA, PODENDO OU NAO TER COCO RALADO. QUILOGRAMA	QUILO	FLOR DE TRIGO	20,0000	20,7900	415,80
371939	PAO - DO TIPO HOT-DOG / CACHORRO QUENTE, PAO DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, LEITE, FEERMENTO QUIMICO, ASSADO.	QUILO	FLOR DE TRIGO	1008,0000	15,6500	15.775,20
375630	PAO - TIPO DE QUEIJO SEM RECHEIO, COMPOSICAO: OVOS, POLVILHO, QUEIJO, LEITE, OLEO E SAL. QUILOGRAMA	QUILO	FLOR DE TRIGO	33,0000	26,5500	876,15
364093	PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: 50G FARINHA DE TRIGO,0,8G DE SAL, 0,4G DE REFORCADOR,24ML DE AGUA,0,2G DE ACUCAR, 1,2G DE FERMENTO BIOLOGICO,0,4G DE GORDURA VEGETAL, PESANDO 50 GRAMAS POR UNIDADE,VIDA UTIL 6HORAS, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	QUILO	FLOR DE TRIGO	11618,0000	12,2400	142.204,32
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>>						**R$ 173.423,67**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco Brasil Ag. Nº 3931-4 Conta Corrente nº 18.546-9, em nome de PADARIA E CONFEITARIA FLOR DE TRIGO LTDA - ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring**”;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

PADARIA E CONFEITARIA FLOR DE TRIGO LTDA - ME

CNPJ sob o nº. 19.862.180/0001-49

ELAINE DE FREITAS

CPF sob nº 024.620.459-10

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **COMERCIAL LUAR EIRELLI - EPP**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.02.545.557/0001-33 e Inscrição Estadual n° 13.181.988-7, com sede na Avenida Radialista Edson Luiz da Silva nº 1.037, Bairro Tijucal, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.088-000, e-mail: comercial.luar@hotmail.com, telefone: (65) 3665-5311 / (65) 3665-6663, neste ato representada por sua procuradora a Srª. **ALINE APARECIDA TOMAZ**, portadora do RG nº 1970148-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 032.246.231-28, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
363853	AÇAFRÃO DESIDRATADO, EMBALAGEM MÍNIMA DE 30 GRAMAS, SEM GLÚTEN- PACOTE	PACOTE 30,000 GRAMA	MIKA	253,0000	2,2600	571,78
364190	ACUCAR MASCAVO - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, MASCAVO,COM ASPECTO, COR , CHEIRO PROPRIOS E SABOR DOCE, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, SEM FERMENTACAO, ISENTOS DE LARVAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, ATOXICO. EMBALAGEM COM 800 GRAMAS A 1 QUILO.	PACOTE 1,000 QUILO	DOCE BEM	155,0000	9,4400	1.463,20
363864	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO - OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL,LEITE EM PO, VITAMINADO, COM EXTRATO DE MALTE, ACUCAR, SAL, CACAU, CONSTITUIDO DE EM PO FINO E HOMOGENEO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 3% EM PESO, ACONDICIONADO EM EM LATA APROPRIADA. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS.	LATA 400 GRAMA	MUKY	1460,0000	6,8900	10.059,40
364184	AMENDOIM - CRU, COM CASCA, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ATOXICA. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	415,0000	8,9800	3.726,70
363866	AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO IMPERMEAVEL,FECHADO COM 1KG, REEMBALADO EM APROPRIADO	CAIXA 1,000 QUILO	AMAFIL	343,0000	8,4900	2.912,07
371802	ARROZ - INTEGRAL, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MÁXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 01KG	PACOTE 1,000 QUILO	TIO LINO	125,0000	5,9300	741,25
363872	AVEIA - INTEGRAL, EM FLOCOS, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELAO COM 500G, EMBALADA EM APROPRIADO - 500 GRAMAS	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	110,0000	5,6300	619,30
372791	BALA MASTIGAVEL SORTIDAS (PACOTE NO MINIMO DE 600 GRAMAS A 1 KG): DE DIVERSAS CONSISTENCIAS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, DE BOA QUALIDADE. ISENTO DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E	PACOTE 600,000 GRAMAS	ERLAN	625,0000	6,8000	4.250,00

	SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM COM NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO , PRAZO DE VALIDADE, LOTE. NÚMERO DE REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE. COM VALIDADE MINIMA DE 6 MESES.					
373951	BATATA PROCESSADA EMBALAGEM COM 500 GRAMAS - TIPO PALHA, EMBALADA EM SACO PLASTICO, ESTERILIZADA EM ATMOSFERA, ACONDICIONADA PARA TRANSPORTE EM SACO PLASTICO, HIGIENIZADA, CORTADA EM TIRAS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, FIRME E INTACTA, LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	PACOTE 500,000 GRAMA	KRACTATAS	156,0000	14,0900	2.198,04
364200	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO LEITE,COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, PACOTE 400 GRAMAS	PACOTE 400,000 GRAMA	DALLAS	4408,0000	3,8500	16.970,80
363925	CANELA - EM RAMA, OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAOS E LIMPOS, DE COLORACAO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTO CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, 30 GRAMAS	PACOTE 30,000 GRAMA	MIKA	160,0000	2,2200	355,20
363938	CHA - CAMOMILA, CONSTITUÍDO DE FLORAIS INTEIROS, DE ESPÉCIMES DE VEGETAIS GENUINOS, DESSECADOS, DE COR AMARELA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTÃO, EMBALADO EM CAIXA CONTENDO 10 SACHES (DECRETO 12486 DE 20/10/78)	CAIXA 10,000 UNIDADE	MARATA	412,0000	4,8500	1.998,20
364172	CHOCOLATE - AO LEITE,TIPO BOMBOM, REDONDO,PREPARADO COM CACAU, ACUCAR, LEITE, LICOR DE CACAU.,MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTANCIAS,EMBALAGEM PRIMARIA UNITARIA SOB VEDACAO CONTRA MICROORGANISMOS, ATOXICA. EMBALAGEM SECUNDARIA DE 1 KG.	SACO 1,000 QUILO	NEUGEBAUER	554,0000	36,9900	20.492,46
368893	CHOCOLATE - DO TIPO BOMBOM SORTIDO E EMBALADO EM EMBALAGEM ATOXICA - CAIXA COM NO MINIMO 300GR	UNIDADE	GAROTO	1037,0000	13,1800	13.667,66
364281	COCO RALADO - AMENDOAS DE COCO PURO, UMIDO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MAXIMA DE 4% P/P E LIPIDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS,SUJIDADES E RANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, EMBALADO EM PACOTE 100 GRAMAS	PACOTE 100,000 GRAMA	ADELCOCO	242,0000	3,1300	757,46
371967	COLORAU (COLORIFICO NATURAL A BASE DE URUCUM) (PACOTE DE 500 GRAMAS): ASPECTO FISICO PO, APRESENTACAO INDUSTRIAL, EMBALADO EM SACO DE POLIETILENO, HERMETICAMENTE FECHADO E ROTULADO CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA, DATA DE VALIDADE E SELO DE INSPEÇÃO - PACOTE 500 GRAMAS.	PACOTE	SINHA	586,0000	3,9600	2.320,56
363976	DOCE EM PASTA - POLPA DE GOIABA PROCESSADA, ACUCAR LIQUIDO,ACIDULANTE ACIDO CITRICO,ESTABILIZANTE PECTINA,TIPO PASTA CONSISTENTE,COMPOSTO DE FRUTAS SELECIONADAS,EMBALAGEM DE PLASTICO ARREDONDADA TIPO POTE,LIVRE DE RESIDUOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,COM ASPECTO,COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE PLASTICO,EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO,COM VALIDADE DE 01(UM) ANO. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS.	POTE 400,000 GRAMA	VAL	687,0000	6,4800	4.451,76
364408	DOCE DE LEITE - TIPO CREMOSO, EM PASTA, COMPOSTO DE LEITE E ACUCAR, ACONDICIONADO EM LATA - 400 GRAMAS	UNIDADE	TRIANGULO	677,0000	4,8800	3.303,76
371949	ERVILHA VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, INTEIRA, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADA EM LATA COM 200 GRAMAS, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	LATA 200,000 GRAMA	BONARE	279,0000	2,8900	806,31
363983	EXTRATO DE TOMATE - CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO PRODUTO RESULTANTE DE PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE, SEM SEMENTE, SEM CORATES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTA|{ES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRAPAK 340G	LATA 340,000 GRAMA	BONARE	1625,0000	2,8500	4.631,25
371968	EXTRATO DE TOMATE (EMBALAGEM DE 850 GRAMAS): PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DO TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, SELECIONADOS, SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTAÇÃO. EMBALAGEM INTEGRA, SEM PERFURAÇÕES E COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO.	LATA 850,000 GRAMA	QUERO	3,0000	7,9800	23,94
363987	FARINHA DE MANDIOCA - TORRADA, SECA, FINA, TIPO 1, BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, COM ASPECTO, ODOR,E SABOR PROPRIOS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, TRANSPARENTE CONTENDO 01 KG	QUILO	FAVORITA	11297,0000	4,4700	50.497,59
371984	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OBTIDA DO GRAO DO TRIGO INTEGRAL,QUEBRADO E TORRADO, USADO PARA QUIBE, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 500 GRAMAS.	PACOTE 500,000 GRAMA	DIODORO	1395,0000	4,4500	6.207,75
368749	FAROFA PRONTA DE MANDIOCA SEM PIMENTA (EMBALAGEM DE 500 GRAMAS): EMBALAGEM ALUMINIZADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM.	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	216,0000	6,2000	1.339,20
363994	FERMENTO BIOLOGICO - TIPO GRANULADO SECO INSTANTANEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL,AGENTE DE REIDRATACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. EMBALAGEM COM 10 GRAMAS.	PACOTE 10,000 GRAMA	APTI	290,0000	1,8200	527,80
363996	FERMENTO QUIMICO - TIPO EM PO, COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO, FOSFATO MONOCALCICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. 100 GRAMAS.	LATA 100,000 GRAMA	CAIPIARA	474,0000	2,6000	1.232,40
371971	FUBÁ DE MILHO (1 KG): DE ASPECTO FÍSICO PÓ FINO, OBTIDO PELA MOAGEM DO GRÃO DE MILHO DE 1ª QUALIDADE, DESGERMINADO, DEVENDO SER FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE TERRA E PARASITAS E LIVRE DE FERMENTAÇÃO . PRODUTO DE ASPECTO FINO, AMARELO, LIVRE DE UMIDADE. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2,5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. O PRODUTO DEVE SER FORTIFICADO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO SEGUNDO A RESOLUÇÃO Nº 344 DE 13/12/02. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO	PACOTE 1,000 QUILO	XODO	8829,0000	4,2800	37.788,12

	MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO.					
363999	LOURO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. EMBALAGEM 05 GRAMAS	PACOTE 5,000 GRAMA	BOM GOSTO	267,0000	2,9500	787,65
247359	MACARRÃO COM OVOS PADRE NOSSO 500 G ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FOLICO	PACOTE 500,000 GRAMA	Q'DELICIA	615,0000	3,1000	1.906,50
368894	MACARRÃO ESPAGUETE SEM OVOS (PACOTE 500 GRAMAS): EMBALAGEM RESISTENTE E INTACTA, MACARRÃO DE COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO.	PACOTE 500,000 GRAMA	DALLAS	540,0000	3,7000	1.998,00
364055	MACARRÃO - MASSA ALIMENTICIA, TIPO ESPAGUETE SECA E FRESCA, FORMATO FINO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO COM 500G, COM SELO DA ABIMA	PACOTE 500,000 GRAMA	DALLAS	9599,0000	3,1000	29.756,90
364059	MACARRÃO - MASSA ALIMENTICIA - TIPO SECA E FRESCA, FORMATO PARAFUSO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA SEMOLA, OVOS, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO 500G, COM SELO DA ABIMA	PACOTE 500,000 GRAMA	Q'DELICIA	1451,0000	3,1500	4.570,65
371950	MACARRÃO TIPO PARAFUSO SEM OVOS (PACOTE COM 500 GRAMAS) . .... MASSA ALIMENTICIA - MASSA ALIMENTICIA DE ARROZ, SEM OVOS, SEM GLUTEN, ENRIQUECIDO COM VITAMINA A, ROTULO DEVERA CONTER NO MINIMO NOME, MARCA, INGREDIENTES, DATAS DE FABRICACAO E VALIDADE, LOTE, INFORMACOES NUTRICIONAIS E PRAZO DE VALIDADE COM MINIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.....EMBALAGEM RESISTENTES, INTACTA E BEM VEDADA. MASSA SECA DE SEMOLA COM OVOS, FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FOLICO. ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMARIA RESISTENTE, INTACTA, SEM QUALQUER TIPO DE PERFURAÇÃO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE.	PACOTE 500,000 GRAMA	DALLAS	415,0000	3,7500	1.556,25
364178	MAIONESE - EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEO VEGETAL, COM BO QUALIDADE E RENDIMENTO. SEM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIAS COMESTIVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTENCIA CREMOSA, AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, ACONDICIONADA EM POTES DE 500 GRAMAS.	FRASCO 500,000 GRAMA	ARISCO	505,0000	5,0800	2.565,40
371948	MASSA ALIMENTICIA - MACARRAO DE ARROZ: TIPO PARAFUSO, SEM OVOS, SEM MILHO, SEM GLUTEN, COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERISTICA, PESANDO 500 G.	PACOTE 500,000 GRAMA	URBANO	350,0000	4,3300	1.515,50
364082	MILHO DE CANJICA BRANCA - PACOTE 500 GRAMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE,BENEFICIADO,POLIDO,LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	PACOTE 1,000 QUILO	MIKA	314,0000	4,2000	1.318,80
364154	MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE,POLIDO,LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO FILME BOPP. EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	398,0000	3,6500	1.452,70
364084	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES,GRAOS INTEIROS,IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,ACONDICIONADO EM LATA COM 200 GRAMAS,DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	LATA 200,000 GRAMA	OLE	569,0000	3,7000	2.105,30
371938	MISTURA PARA PREPARO DE BOLO - SABORES DIVERSOS. NAO SERA ACEITO PRODUTO COM CARACTERISTICAS ORGANOLEPTICAS ANORMAIS. O PRODUTO DEVERA ATENDER AS LEGISLACOES APLICAVEIS VIGENTES. A EMBALAGEM DEVERA TER IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, IMPORTADOR OU DISTRIBUIDOR. CARACTERISTICAS DO PRODUTO, QUALIDADE, QUANTIDADE, INFORMACOES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	PACOTE 400,000 GRAMA	APTI	420,0000	4,7500	1.995,00
372792	ÓLEO DE AZEITE DE OLIVA (EMBALAGEM DE 500 ML): OBTIDO DA OLIVA, PORTUGUES, EXTRA VIRGEM, ISENTO DE RANÇO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS. EMBALAGEM INVIOLAVEL E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	VIDRO 500,000 MILILITRO	TERRA DE CAM?ES	73,0000	25,9000	1.890,70
368864	OREGANO - EMBALAGEM 100 GRAMAS, EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO.	PACOTE 100,000 GRAMA	BOM GOSTO	271,0000	7,5000	2.032,50
371977	PIRULITOS SORTIDOS (PACOTE DE 400 A 700 GRAMAS): EMBALAGEM INDIVIDUAL PARA CADA UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. ISENTO DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM COM NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO , PRAZO DE VALIDADE, LOTE. NUMERO DE REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE. COM VALIDADE MINIMA DE 6 MESES.	PACOTE	KISS	691,0000	9,0800	6.274,28
364109	POLVILHO AZEDO (PACOTE 500 GRAMAS): TIPO 1. DE ORIGEM AMILÁCEO MANDIOCA, LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE.	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	315,0000	5,5500	1.748,25
364112	POLVILHO - DOCE, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS - PACOTE 500 GRAMAS	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	242,0000	4,7500	1.149,50
371973	POLVILHO DOCE (PACOTE DE 1 KG): FÉCULA TIPO 1, ORIGEM AMILÁCEO MANDIOCA, LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO E DE MATERIAL RESISTENTE.	QUILO	CAIPIRA	225,0000	6,3500	1.428,75
364405	PO PARA PREPARO DE GELATINA - SABORES DIVERSOS, AÇÚCAR CRISTAL, GELATINA EM PÓ, SAL, ACIDULANTE, AROMATIZANTE, FOSFATO TRICÁLCICO E DIÓXIDO DE SILÍCIO, FERRO E VITAMINAS, EDULCORANTES AR-	UNIDADE	APTI	538,0000	1,2800	688,64

	TIFICIAIS E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM GLÚTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA - 35 GRAMAS					
21961	REFRIGERANTE EM EMBALAGEM DESCARTAVEL DE 2 (DOIS) LTS, DIVERSOS SABORES	GARRAFA 2,000 LITRO	REFREE	1540,0000	4,9000	7.546,00
371974	SAGU (EMBALAGEM DE 500 GRAMAS): PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO E PREPARADO A PARTIR DE OUTROS AMIDOS E FECULAS EM FORMA GRANULADA, ISENTO DE SUJIDADES E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO,TRANSPARENTE E HERMETICAMENTE VEDADO	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	80,0000	6,2500	500,00
371975	SAL REFINADO IODADO (EMBALAGEM DE 1 KG): COM GRANULAÇÃO UNIFORME, CRISTAIS BRANCOS, NO MÍNIMO 95% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MINIMO 10,MG E MÁXIMO 15 MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA. EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO	PACOTE 1,000 QUILO	CRISTAL	11697,0000	1,5300	17.896,41
371976	SUCO CONCENTRADO, SABORES VARIADOS (EMBALADO EM GARRAFA PET 500 ML): COMPOSIÇÃO MÍNIMA: ÁGUA, SUCO DE FRUTA CONCENTRADO E INTEGRAL. PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO, NÃO FERMENTADO E NÃO ALCOÓLICO. NÃO CONTER GLÚTEN E NEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. RENDIMENTO DE PELO MENOS 4,5 LITROS PARA CADA 500 ML DE SUCO. A EMBALAGEM DEVERÁ DECLARAR A MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE, NÚMERO DO REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	FRASCO 500,000 MILILITRO	DA FRUTA	387,0000	6,7500	2.612,25
371953	TEMPERO ALHO E SAL SEM ADIÇÃO DE PIMENTA (300 GRAMAS): DE ÓTIMA QUALIDADE, ISENTO DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM COM NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO , PRAZO DE VALIDADE, LOTE. NÚMERO DE REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE. COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	UNIDADE	DIODORO	275,0000	3,8000	1.045,00
364146	VINAGRE - DE ALCOOL, PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACETICO SIMPLES, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS EMINERAIS ESTRANHOS,LIVRE DE SUJIDADES, LIVRE DE SUJIDADES,MATERIAL TERROSO, MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM 750ML, TAMPAINVIOLAVEL HERMETICAMENTE FECHADO.	FRASCO 750,000 MILILITRO	VITALIA	282,0000	1,9000	535,80
371940	VINAGRE DE MAÇÃ -, RESULTANTE DA FERMENTACAO DA MACA, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS EMINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES,MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM TAMPA INVIOLAVEL,HERMTICAMENTE FECHADO	FRASCO 750,000 MILILITRO	ROSINA	428,0000	4,8500	2.075,80
364147	VINAGRE - DE VINHO, RESULTANTE DA FERMENTACAO ACETICA DO VINHO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES,MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM TAMPA INVIOLAVEL,HERMETICAMENTE FECHADO - 750 ML	FRASCO 750,000 MILILITRO	GALO	282,0000	5,5000	1.551,00
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>>						**R$ 294.417,49**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Bradesco Ag. Nº 2793-6 Conta Corrente nº 1500-8, em nome de COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring**”;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021

Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	**Cleneci de Fátima da Silva Ferreira**	**6400/2017**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

COMERCIAL LUAR EIRELLI - EPP

CNPJ sob o nº. 02.545.557/0001-33

ALINE APARECIDA TOMAZ

CPF nº. 032.246.231-28

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 161/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 06.372.763/0001-40 e Inscrição Estadual n° 13.291.686-0, com sede na Avenida das Flores, nº 334, Quadra 28 Lote 4, Bairro Jardim Cuiabá, na Cidade de Cuiabá-MT, CEP: 78.043-172, Fone: (65) 3028-5500 / (65) 9 9201-8397, e-mail: nutricentercba@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **DOMINGOS ESTEVES IGLESIAS**, portador do RG nº 1499766-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 990.266.861-53, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
375653	ALIMENTO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL - FORMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA E ESPECIALIZADA PARA RECUPERACAO E/OU MANUTENCAO DO ESTADO NUTRICIONAL E DE UM ADEQUADO CONTROLE GLICEMICO,PARA DIABETES TIPO 1 E 2, DIABETES GESTACIONAL E INTOLERANCIA A GLICOSE,FIBRAS: 15,00G/LITRO,AMIDO DE TAPIOCA, OLEO DE GIRASSOL DE ALTO TEOR OLEICO, PROTEINA DO SORO DE LEITE, CASEINATO DE POTASSIO OBTIDO DO LEITE, OLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR DE ERUCICO, AMIDO DE BATATA, FIBRA DE ERVILHA, INULINA, CITRATO DE SODIO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE POTASSIO, CLORETO DE MAGNESIO, VITAMINAS (A, D, E, K, C, B1, B2, NIACINA, B6, ACIDO FOLICO, ACIDO PANTOTENICO, B12, BIOTINA, COLINA, TAURINA E CARNITINA) BITARTARATO DE COLINA, CLORETO DE CALCIO, CARBONATO DE CALCIO,MINERAIS (FERRO, COBRE, ZINCO, CROMO, MOLIBDENIO E IODO), L-CARNITINA, ESPESSANTE GOMA ACACIA, AROMATIZANTE E EDULCORANTE ARTIFICIAL ACESSULFAME DE POTASSIO,ISENTO DE LACTOSE, GLUTEN E COLESTEROL,EM PO,ACONDICIONADO EM LATA,COM DATA DE FABRICACAO, LOTE E VALIDADE	LATA 400 GRAMA	ABBOTT GLUCERNA P? - LATA 400G	130,0000	68,8000	8.944,00
371957	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM PROTEÍNA LÁCTEA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, COM DHA E ARA E PREBIÓTICOS (LATA 800G): INGREDIENTES: PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DE LEITE, MALTODEXTRINA, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA, CANOLA, COCO, GIRASSOL), FIBRAS ALIMENTARES (GALACTOOLIGOSSACARÍDEOS E FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS), FOSFATO TRICÁLCICO, CLORETO DE POTÁSSIO, ÓLEO DE PEIXE, CLORETO DE MAGNÉSIO, CITRATO TRISSÓDICO, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, CARBONATO DE CÁLCIO, CLORETO DE COLINA, VITAMINA C, TAURINA, SULFATO FERROSO, INOSITOL, SULFATO DE ZINCO, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINA, GUANOSINA), VITAMINA E, L-CARNITINA, NIACINA, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA, SULFATO DE COBRE, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA A, VITAMINA B12, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA D, VITAMINA B6; SULFATO DE MANGANÊS, IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, SELENITO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE ÉSTERES DE ÁCIDO CÍTRICO E MONO E DIGLICERÍDEOS.	LATA 800,000 GRAMA	DANONE APTAMIL PEPTI - LATA 800G	122,0000	106,4800	12.990,56
375654	LEITE EM PO - FORMULA INFANTIL - A BASE DE FORMULA DE NUTRIENTES PARA RECEM NASCIDOS PRE-TERMO OU DE ALTO RISCO, COM ISOTONICA, COM ISO OSMOLAR, DE MILHO, SORO DE LEITE, CITRATO DE POTASSIO,ETC. COM PROTEINAS EXTENSAMENTE HIDROLISADA, EMBALAGEM APROPRIADA AO PRODUTO	LATA 400 GRAMA	NESTLE PRE NAN - LATA 400G	120,0000	130,0000	15.600,00
372544	LEITE EM PÓ INTEGRAL (EMBALAGEM DE 400G) : SOLÚVEL, INSTANTÂNEO, FORTIFICADO COM FERRO, VITAMINAS A, C E D. INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, VITAMINAS (C, A, D), E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA.	LATA 400 GRAMA	NESTLE NINHO FASES +1 - LATA 400G	572,0000	13,9500	7.979,40
21229	LEITE EM PO. LT 400 GRS FÓRMULA INFANTIL PARA LACTANTES ACIMA DE 6 MESES, FAVORECENDO AS DEFESAS IMUNOLÓGICAS NO MOMENTO DA INTRODUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR. CARBOIDRATOS: 100% LACTOSE.	LATA 400 GRAMA	NESTLE NESTOGENO 2 - LATA 400G	155,0000	30,0000	4.650,00
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>>>						**R$ 50.163,96**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco Brasil Ag. Nº 4042-8 Conta corrente nº 59.556-X, em nome de NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ nº. 06.372.763/0001-40

DOMINGOS ESTEVES IGLESIAS

CPF sob o nº 990.266.861-53

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 165/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. **19.808.881/0001-08** e Inscrição Estadual n° 13.535.387-4, com sede na Rua Poxoréu, nº 498, Bairro Alvorada, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.048-600, e-mail gramadodistribuidora@hotmail.com, telefone (65) 3358-8517, neste ato representada pela Srª **SILVANA RODRIGUES MOREIRA DA SILVA**, portadora da RG nº 0900.581-1 SSP/MT e do CPF nº 592.948.251-91, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
374448	CHA - ERVA MATE QUEIMADO (EMBALAGEM DE 250 GRAMAS), CONSTITUÍDO DE FOLHA NOVAS, DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A GRANEL, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO APROPRIADA, 250 GRAMAS	PACOTE 250,000 GRAMA	UNIÃO	624,0000	4,1000	2.558,40
373952	MACARRÃO - MASSA ALIMENTICIA - MACARRAO DE SEMOLA GRAVATA, CONTEM SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, E CORANTE NATURAL, SEM OVOS.	PACOTE 500,000 GRAMA	DALLAS	155,0000	4,4800	694,40
364047	MACARRÃO - MASSA ALIMENTICIA, TIPO SECA PARA SOPA, FORMATO AVE-MARIA, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES,PARASITAS,ADMITINDO UMIDADE MAXIMA 13%, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	PACOTE 500,000 GRAMA	DALLAS	454,0000	3,5500	1.611,70
364052	MACARRÃO - MASSA ALIMENTICIA, TIPO SECA PARA SOPA, FORMATO CONCHINHA, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES, PARASITAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA 13%, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO. EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	PACOTE 500,000 GRAMA	DALLAS	415,0000	3,5500	1.473,25
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>						**R$ 6.337,75**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil Ag. 0046-9 Conta corrente nº 44904-0 em nome de GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP

CNPJ nº. 19.808.881/0001-08

SILVANA RODRIGUES MOREIRA DA SILVA

CPF nº 592.948.251-91

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 167/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **SORETTO DO BRASIL LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. **28.055.048/0001-16** e Inscrição Estadual n° 002993491.00-80, com sede na Rua Bela Vista, nº 191, Bairro Alto do Cruzeiro, na Cidade de Canaã/MG, CEP 36.592-000, e-mail cafesoretto.licitacao@gmail.com / cafesoretto@gmail.com / licitacao@cafesoretto.com.br, telefone (31) 3892-1180 / (31 9 9500-8309, neste ato representada pelo Sr. **JOSE MAURICIO GOMES LELIS**, portador do RG nº MG5158647 SSP/MG e do CPF nº 695.552.226-49, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
364280	CAFE - TIPO TRADICIONAL, PACOTE 500 GRAMAS, COM MAXIMO 20,00 POR CENTO EM PESO DE GRAOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E OU ARDIDOS - PVA, ADMITINDO-SE CAFE ROBUSTA CONILON, COM CLASSIFICACAO DE BEBIDA DE DURA A RIO, ISENTO DE GOSTO RIO ZONA,EM PO HOMOGENEO TORRADO E MOIDO,COM CHEIRO, SABOR, APARENCIA CARACTERISTICOS,NOTA MINIMA NAO INFERIOR A 4,5 NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10, COM CERTIFICADO DE PUREZA ABIC,UMIDADE MAXIMA DE 5,00 POR CENTO,EMBALADO A VACUO,RESPEITANDO RESOLUCAO 277/05 DE 23/09/200	PACOTE 500,000 GRAMA	SORETTO SORETTO TRADICIONAL, PACOTE DE 500G	4465,0000	8,8800	39.649,20
TOTAL DO FORNECEDOR >>>>>>						**R$ 39.649,20**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pela Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.5 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.6 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação dos banners com bolhas; cordas de acabamento soltas; ilhões amassados ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

5.7 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.8 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.9 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.10 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços garantindo a durabilidade mínima de 12 meses, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.11 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.12 – Os veículos não saíram na área urbana do Município de Matupá. A empresa contratada se compromete em fazer a aplicação na área territorial de Matupá, haja visto que custo de locomoção dos veículos custaria muito caro;

5.13 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.14 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.15 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.16 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18- Caberá à Licitante Vencedora:

5.18.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.18.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.18.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.19– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.20- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6.15 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.16 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.17 - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

6.18 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.19 - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

6.20 - As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade –Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil Ag. 2044-3 Conta Corrente nº 21448-50 em nome de SORETTO DO BRASIL LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20091 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 - MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0050.20141 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0008.20068 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-BENEFICIOS EVENTUAI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.20066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Bruno Fujii Celestino	9027/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021
Secretaria Municipal de Saúde – CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Regulador	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 034/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de agosto de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

SORETTO DO BRASIL LTDA

CNPJ nº. 28.055.048/0001-16

JOSE MAURICIO GOMES LELIS

CPF nº 695.552.226-49

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA 042/2021

PORTARIA Nº 042 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE POR PROMOÇÃO HORIZONTAL E ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR PROGRESSÃO VERTICAL DA SERVIDORA MARÍLIA PUERARI MARQUES (PROCURADOR LEGISLATIVO), LOTADA NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições.

CONSIDERANDO as normas gerais da Lei Complementar nº 048 de 05 de maio de 2006 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal).

CONSIDERANDO, após análise da Comissão de Avaliação Anual de Desempenho Funcional, a obtenção do **Título de Pós-Graduação lato sensu em Direito Civil e Processual Civil de acordo com o novo CPC –** pela Faculdade UNIBF e 286 horas de cursos de capacitação profissional relacionados com as suas atividades ou na área de Administração Pública, pela servidora MARÍLIA PUERARI MARQUES, expede a seguinte Portaria RESOLVENDO:

ARTIGO 1º – Fica concedido, a requerimento, **elevação de CLASSE por Promoção HORIZONTAL** a Servidora Pública Municipal MARÍLIA PUERARI MARQUES, mat. 30, lotada na Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal, no Cargo de Procurador Legislativo, observado o que lhe é assegurado no Artigo 19 da Lei Complementar 048, de 05/05/2006.

ARTIGO 2º – Eleva-se a Classe por Promoção Horizontal da Servidora Pública Municipal MARÍLIA PUERARI MARQUES, **passando da CLASSE "A" para a CLASSE "C**", percebendo os benefícios constantes da tabela salarial Anexo III da Lei Complementar 048, de 05/05/2006.

ARTIGO 3º. – Fica concedido, a requerimento, **elevação de NÍVEL por progressão VERTICAL** a servidora MARÍLIA PUERARI MARQUES - **passando do Nível 1 para o Nível 2**, observado o que lhe é assegurado nos Artigo 20 e 21 da Lei Complementar 048, de 05/05/2006, e Anexo III.

ARTIGO 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 11 (ONZE) de agosto de 2021 (dois mil e vinte e um).

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

PRESIDENTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATO N° 043/2021

EXTRATO CONTRATO N° 043/2021

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

DATA: 02/08/2021

VIGÊNCIA: 02/08/2021 A 02/08/2022, PODENDO SER PRORROGADO DE ACORDO COM A LEI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE, NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE., ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERENCIA.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: **R$ 34.800,00 (TRINTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS).**

CONTRATADO: **GILBERTO NUNES LUDUGERIO JUNIOR EIRELI**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA COM O CNPJ Nº 38.076.577/0001-50**.**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE.

PRESIDENTE: **DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS**

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PE. 59/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 59/2021. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE REPELENTE ULTRASSÔNICO PARA POMBOS, COM INSTALAÇÃO INCLUSA (NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS),** sendo vencedora a empresa: **NATALINA PEREIRA DE LARA, CNPJ: 34.776.887/0001-26**, o item 1, com o valor de R$ 76.050,00 (setenta e seis mil e cinqüenta reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 76.050,00 (setenta e seis mil e cinqüenta reais). O processo foi **HOMOLOGADO** em **12/08/2021.** JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA - Pregoeiro - Portaria 073/2021. M. D' Oeste, 12/08/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Onde se lê:

A Audiência terá como objetivo o seguinte assunto:

1 – ELABORAÇÃO DO PPA 2022-2025

2 - ELABORAÇÃO DA LOA 2022

Leia-se:

A Audiência terá como objetivo o seguinte assunto:

1 – ELABORAÇÃO DO PPA 2022-2025

NOBRES -MT., 11 de Agosto de 2021

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2021.

ATA DE ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 06/2021, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2021, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. RESOLVE registrar os preços da Empresa: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.016.616/0001-13, estabelecida à Av. da Feb, nº 2255, Bairro: Manga, na cidade de Várzea Grande/MT, CEP. 78.115-806, E-mail: erivaldo.bezerra@grupodomani.com.br, Fone (65) 3388-4400 / (65) 3388-4413, neste ato representada pelo Sr. Erivaldo Bezerra de Araújo, portador do CIRG n.º 1344276 SSP/RN e CPF n.º 837.942.474-34, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual **AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2021, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Eletrônico SRP nº 06/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição/Veículo	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
31481	**ARGO 1.0 -** 4P FLEX 77CV - DADOS TÉCNICOS: **Cilindrada total (cc): 999 potência máxima (cv): 72,0 (G) a 6000 rpm/ 77,0 (E) a 6250 rpm** Torque máximo (kgf.m): **10,4 (G) / 10,9 (E) a 3250 rpm** Altura do solo (mm) : **154,7** Altura do veículo (mm) : **1.503** Capacidade do porta-malas (litros) **300** Comprimento do veículo (mm) : **3.998** Entre-Eixos (mm) **2.521** Largura o veículo (mm) **1.962** Tanque de combustível (litros) 04/08/2021 **48.**	FIAT	UNIDADE	1	R$ 71. 000,00	R$ 71. 000,00
						R$ 71. 000,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3 – A **DOTAÇÃO** da qual será efetuado o pagamento será:

SECRETARIA MUN DE AÇÃO SOCIAL.....400-07.002.08.244.0025.2076.449052000000 4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. O Contrato será fiscalizado pelo servidor Sr. **Micael Miqueias Calisto**, **Sr. Willian de Souza Romero,** nomeado por portaria.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, localizado na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, bairro Jardim Paraná, no município de Nobres - MT, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;**

6.2.1. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.2.2. A licitante deverá ter disponíveis, todos os produtos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.3. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.4. O prazo de Garantia dos veículos, quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses sem limite de Quilometragem.

6.5. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.7. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no **ANEXO** I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. O recebimento do veículo será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pelo Departamento de Compras, conforme a seguir:

7.3. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do veículo com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do veículo e, se for o caso, as irregularidades observadas.

7.4. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do veículo entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

7.5 Se constatada irregularidades no veículo entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

7.6 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

7.7 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

7.8 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.9 Será recusado o veículo que não atenda as especificações constantes da proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA e/ou que não esteja adequado para o uso. Devendo a LICITANTE CONTRATADA substituí-lo imediatamente.

7.10 Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.11. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de os substituir, complementá-los ou devolvê-los.

7.12. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Administração, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.13. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.14. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.15. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.16. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.17. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.6. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP nº 06/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal Solicitante, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais,

bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de agosto 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ n.º 01.016.616/0001-13

Sr. Erivaldo Bezerra de Araújo

CPF n.º 837.942.474-34

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Chamada Publica Nº 01/2021

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade Chamada Publica Nº 01/2021,cujo Objeto visa ***Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar E Do Empreendedor Familiar Rural Ou Suas Organizações, Destinado Ao Atendimento Do Programa Nacional De Alimentação Escolar/Pnae***, foi Adjudicada e Homologada para a empresa**ASCOP – ASSOCIAÇÃO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES,** com valor global de R$ 820.808,00 (oitocentos e vinte mil, oitocentos e oito reais) **e COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAIXADA CUIABANA – CENTRAL DA BAIXADA CUIABANA, com valor global de R$ 673.116,50 (seiscentos e setenta e três mil, cento e dezesseis reais com cinquenta centavos).**

Nobres/MT, 11 de Agosto de 2021.

Sra. Hemily Natalye Alves Pereira

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO Nº 106

DECRETO Nº 106 , DE 29 DE JULHO DE 2021 - LEI N.939

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$296.368,50 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 296.368,50

02 04 01 GESTÃO DAS FINANÇAS

36 04.122.0002.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇA 38.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

253 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 5.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 02

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

298 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F 1. 000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 02

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

330 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS 4.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

348 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN 80.115,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

350 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN 131.453,50

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 30

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

362 26.452.0019.2277.0000 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS 35. 500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

16 04.122.0002.2002.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA -6.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

100 000 GERAL TOTAL

02 04 01 GESTÃO DAS FINANÇAS

33 04.122.0002.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇA -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

40 04.122.0002.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇA -10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

49 04.122.0019.2287.0000 IMPLANTACAO DE SINALIZACAO HORIZONTAL E VERTICAIS NAS VIAS PUBLICAS -6.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

50 14.122.0007.2021.0000 DEFESA CIVIL - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

90 12.361.0006.2106.0000 PRODERE - REDE MUNICIPAL -20.000,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R. Grupo: 0 1 15

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

96 12.361.0016.1007.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNID. ESCOLARES -33.103,50

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

144 12.361.0006.2008.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60% -5.000,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

146 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% -8.500,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

150 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% -10.000,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

156 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% -100.000,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

160 12.361.0016.2102.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB 40% -20.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

161 12.361.0016.2102.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB 40% -20.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

169 12.365.0014.2009.0000 MANUT. EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 60% -12.115,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

175 12.365.0014.2012.0000 MANUT. EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE -4.175,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

188 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB -10.000,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 06 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

217 08.244.0007.2024.0000 MANUTENÇÃO DO PAIF -10.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 29

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

328 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -4.175,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

346 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN -1.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 30

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

347 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

361 26.452.0019.2277.0000 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS -2. 000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

Anulação (-) -296.368,50

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

3º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 027 2021

3º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 027 2021 PARA RETIFICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA EXERCICIO 2021 EMPRESA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO BALDINO LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2631/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento Contrato 027/2021 Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em Todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas, conforme Processo Administrativo 00734/2021 Inexigibilidade nº 001/2021;

O presente instrumento advém Processo Administrativo 00734/2021 Inexigibilidade nº 001/2021;.,**" sendo objeto "**Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em Todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas, conforme Processo Administrativo 00734/2021 Inexigibilidade nº 001/2021. e outro lado **EMPRESA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO BALDINO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 26.582.684/0001-70, com sede a ROD BR 070 S/N KM 538, Bairro Zona Rural município de Nossa Senhora do Livramento-MT, CEP: 78.170-00, neste ato representando pelo Senhor José Carlos da Silva, portador do RG:048.952 SSP/MT e CPF: 172.661.731-91, residente e domiciliado na Av. São Sebastião n, 210 Apto 2001, Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, município Cuiabá/MT CEP: 78045-400 doravante denominado **CONTRATADA.**

CLAUSULA PRIMEIRA – RETIFICAÇÃO DE CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2884/2021**e o parecer jurídico municipal nº 442/2021 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 03/2021, cujo objetivo éInclusão do Disposto n**a Clausula SEXTA Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria de Obras, Assistência Social e Desenvolvimento Rural referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Modificação unilateral do Contrato Administrativo quanto a alteração de Dotação Orçamentária para Secretaria de Obras, Assistência Social e Desenvolvimento Rural oriundo da Processo Administrativo 00734/2021 Inexigibilidade nº 001/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ONDE

CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1.As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas respectivas dotações orçamentárias, referente ao exercício de 2021, com a seguinte discriminação

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Obras	Federal	02278 – Recup. E Manut. e Construção de Estradas Vicin.	0346	33.90.30.00	130
A. Social	Próprio	02022 – Manutenção da Sect. Ação Social	0204	33.90.30.00	100
D. Rural	Próprio	02036 – Manut. e Encargos da Secretaria	0377	33.90.30.00	100
Obras	Próprio	02074 – Manutenção Encargos, Salário	0330	33.90.30.00	100

LEIA -SE

CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. **As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:** conforme estabelecidos no Processo Administrativo nº 2884/2021 e parecer Jurídico nº 442/2021

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Obras	Proprio	02278 – Recup. E Manut. e Construção de Estradas Vicin.	345	33.90.30.00	100	R$ 132.832,50
Obras	Proprio	2074 - Manutenção Encargos e Salarios	330	**33.90.30.00**	**100**	R$ 120.934,00
A. Social	**Próprio**	**2022– Manutenção da Sec. Ação Social**	**204**	**33.90.30.00**	**100**	R$ 11.331,00
D. Rural	Próprio	2036 **Manutenção Encargos da Secretaria**	377	33.90.30.00	100	R$ 42.330,00
TOTAL R$ 307.437,50 (Trezentos e Sete Mil Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).						

3. CLAUSULA TERCEIRA– DAS DEMAIS CLAUSULAS

3.1 As demais clausulas constantes no contrato 027/2021, permanecem inalterados. O disposto do presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento 11 de Agosto de 2021

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 81

DECRETO Nº 81 , DE 17 DE JUNHO DE 2021 - LEI N.939

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$870.266,75 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 870.266,75

02 04 01 GESTÃO DAS FINANÇAS

36 04.122.0002.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇA 118.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 04 08 GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO

75 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

80 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO 46.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

85 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO 16.386,75

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 00

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

111 12.361.0016.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO 87.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 01

02 05 03 GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR

127 12.361.0011.2217.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR 17.680,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

02 05 04 GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

138 12.812.0013.2020.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ESPORTE 1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 0 1 01

139 12.812.0013.2020.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ESPORTE 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 01

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

191 12.366.0009.2010.0000 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - 60% 5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 18

165 12.365.0014.2009.0000 MANUT. EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 60% 10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 18

181 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB 10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 19

02 07 01 GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

242 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE 32. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

258 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 20.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 02

262 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 57.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 02

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

291 10.301.0022.2051.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SAÚDE BUCAL 15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 42

294 10.301.0022.2051.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SAÚDE BUCAL 4.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 42

303 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F 4. 000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 42

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

330 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS 33.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

333 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS 12.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

345 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN 165.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

350 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN 127.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 30

362 26.452.0019.2277.0000 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS 10. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 10 01 DESENVOLVIMENTO RURAL

02 10 01 DESENVOLVIMENTO RURAL

379 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA 36.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

408 13.392.0015.2288.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CULTURA E TURISMO 2.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 04 01 GESTÃO DAS FINANÇAS

30 04.122.0002.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇA -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

52 28.843.0998.2006.0000 SENTENÇAS JUDICIAIS -29.000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

53 28.843.0998.2006.0000 SENTENÇAS JUDICIAIS -16.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

54 28.846.0998.2005.0000 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS -8.000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

55 28.846.0998.2005.0000 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS -20.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 04 03 GESTÃO DO SANEAMENTO

02 04 03 GESTÃO DO SANEAMENTO

67 17.512.0005.2060.0000 MANUTENÇÃO DO DAE -30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 04 08 GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO

73 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -8.000,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

74 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -8.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

77 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -20.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

81 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -8.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 16

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

96 12.361.0016.1007.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNID. ESCOLARES -80.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

113 12.361.0016.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO -17.600,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

117 12.361.0016.2101.0000 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - GESTÃO -5.225,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

118 12.361.0016.2101.0000 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - GESTÃO -12.455,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 04 GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

137 12.812.0013.2020.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ESPORTE -1.000,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

141 12.361.0006.2008.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60% -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

147 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

166 12.365.0014.2009.0000 MANUT. EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 60% -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 01 GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

238 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE -8.000,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

240 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE -7.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

241 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE -8.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

254 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

436 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC -2.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 42

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 07 03 FARMÁCIA BÁSICA

268 10.303.0022.2086.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BÁSICA -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

299 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F -15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 0 1 42

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

308 10.301.0022.2270.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PACS -6.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 0 1 42

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

315 10.301.0022.2305.0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA -16.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

324 04.122.0002.2019.0000 Atividades de Infra-Estrutura CEFEM -15.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

329 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -10.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

332 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -8.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

339 04.451.0019.2275.0000 REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

346 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN -107.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 30

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

363 26.452.0019.2277.0000 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS -1.300,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 10 01 DESENVOLVIMENTO RURAL

376 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA -2.800,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

380 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA -14.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 24

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

383 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA -236.686,75

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 24

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

388 13.392.0015.2016.0000 Fundo de Turismo -1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

390 13.392.0015.2016.0000 Fundo de Turismo -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. **Anulação (-) -870.266,75**

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 054 2021

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 054 2021PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA EXERCICIO 2021EMPRESA: MARISTELA S. B. MENDONÇA EIRELI

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasi-

leiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento Contrato 0542021 OBJETO ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº 078/2020 do Pregão Eletrônico (SRP) nº 023/2020 – Processo Administrativo nº. 050/2020, realizado pelo órgão, Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SEREM UTILIZADOS NA MANAUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAI DE MARCELÂNDI/MT, PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIAS/UNIDADES DESTE MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT***

O presente instrumento advémProcesso Administrativo nº 1816/2021ADESÃO10/2021; Objeto: C*Adesão à Ata de Registro de Preço nº 078/2020 do Pregão Eletrônico (SRP) nº 023/2020 – Processo Administrativo nº. 050/2020, realizado pelo órgão, Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SEREM UTILIZADOS NA MANAUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAI DE MARCELÂNDI/MT, PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIAS/UNIDADES DESTE MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT*.,"e outro lado **Empresa: Maristela S. B. Mendonça EIRELI CNPJ/MF: 33.440.338/0001-13** sediada na Rua Quatro(LOT JD Alescastro), 10 Quadra 06 Lote 10 Bairro: Coxipo, município de Cuiabá-MT CEP: 78.085-035, representada pela Senhora Maristela Santos Brito Mendonça, portadora do RG: 04301455 SSP/MT e CPF: 329.454.851-68, residente e domiciliada na Rura Buenos Aires 2 doravante denominado **CONTRATADA.**

CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2872/2021** e o parecer jurídico municipal nº 440/2021 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 01/2021, cujo objetivo éInclusão do Disposto n**a Clausula SEXTA Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Obras Infraestrutura referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Modificação unilateral do Contrato Administrativo quanto a alteração de Dotação Orçamentária para Secretaria Administração, oriundo da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021** - **Processo Administrativo n.° 869/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ONDE SE LÊ

CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido abaixo descrito:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Obras	CIP	02074 – Manutenção, Encargos e Salários	331	33.90.30.00	117

LEIA-SE:

CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. **As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:** conforme estabelecidos no Processo Administrativo nº 2872/2021 e parecer Jurídico nº 440/2021.

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Obras	CIP	02074 – Manutenção, Encargos e Salários	331	33.90.30.00	170	R$ 19.536,12

3. CLAUSULA TERCEIRA– DAS DEMAIS CLAUSULAS

3.1 As demais clausulas constantes no contrato 054/2021, permanecem inalterados. O disposto do presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento 11 de Agosto de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 92

DECRETO Nº 92 , DE 09 DE JULHO DE 2021 - LEI N.939

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$605.895,98 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 605.895,98

02 04 01 GESTÃO DAS FINANÇAS

35 04.122.0002.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇA 16.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 0 1 00

53 28.843.0998.2006.0000 SENTENÇAS JUDICIAIS 4.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 0 1 00

02 04 03 GESTÃO DO SANEAMENTO

60 17.512.0005.1941.0000 CONST. AMPLI. E MANUT. 16.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 00

02 04 08 GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO

80 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

112 12.361.0016.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO 34.350,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 01

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

140 12.361.0006.2008.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60% 60.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 18

174 12.365.0014.2012.0000 MANUT. EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE 11.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 19

176 12.365.0014.2012.0000 MANUT. EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE 83.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 19

181 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB 12.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 19

189 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB 62.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 19

157 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% 50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 19

02 06 01 SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DES. HUMANO

205 08.122.0090.2022.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 0 1 00

02 06 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

222 08.244.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA - API 7.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 43

02 06 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

230 08.244.0007.2082.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF - MUNICIPAL 1.100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 29

02 07 01 GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

242 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE 4.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

253 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 02

258 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 02

262 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 75.600,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 02

436 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 8.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 42

02 07 04 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

279 10.304.0027.2070.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 46

289 10.305.0027.2269.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL 2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 42

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

298 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F 2.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 02

299 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F 32.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 42

303 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F 7.300,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 42

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

325 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS 8.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 00

330 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS 10.027,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 00

334 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS 9.718,98

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

350 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 30

362 26.452.0019.2277.0000 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS 12.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

365 26.782.0019.2279.0000 OBRAS PÚBLICAS E INFRA ESTRUTURA 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

02 10 01 DESENVOLVIMENTO RURAL

381 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA 8.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 1 00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 04 01 GESTÃO DAS FINANÇAS

51 28.843.0998.1006.0000 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA - INSS -4.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 04 03 GESTÃO DO SANEAMENTO

57 17.512.0005.1941.0000 CONST. AMPLI. E MANUT. -16.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

65 17.512.0005.2060.0000 MANUTENÇÃO DO DAE -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 04 08 GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO

73 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -10.000,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

74 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

76 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -4.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 04 08 GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO

79 04.122.0002.2089.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO -10.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 24

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

88 12.122.0006.1969.0000 CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLI ESPORTIVA NO CRISTAL -1.350,00

3.3.90.20.00 AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES F.R. Grupo: 0 1 24

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

141 12.361.0006.2008.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60% -60.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

145 12.361.0006.2008.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60% -33.000,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 18

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

147 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% -12.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

155 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

158 12.361.0016.2087.0000 CONST. REFORMA E AMPLI. UNID. ESCOLARES FUNDEB 40% -135.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

185 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB -31.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

187 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 19

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 06 01 SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DES. HUMANO

208 08.122.0090.2022.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -3.200,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

437 08.122.0090.2025.0000 Atividades Assistenciais CEFEM -4.100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 06 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

229 08.244.0007.2082.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF - MUNICIPAL -1.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 29

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

232 08.244.0007.2090.0000 FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 01 GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

239 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE -3.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

254 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC -17.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

256 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC -103.900,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 07 03 FARMÁCIA BÁSICA

273 10.303.0022.2086.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BÁSICA -31.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 42

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

301 10.301.0022.2071.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO P.S.F -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 46

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

315 10.301.0022.2305.0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA -1.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 08 01 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

324 04.122.0002.2019.0000 Atividades de Infra-Estrutura CEFEM -15.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

326 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -8.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

329 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -10.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

332 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -2.600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

335 04.122.0002.2074.0000 MANUTENÇÃO, ENCARGOS E SALÁRIOS -6.891,76

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

346 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN -8.427,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 30

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

351 26.451.0019.2278.0000 RECUPERAÇÃO E MANU. E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICIN -2.827,22

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 10 01 DESENVOLVIMENTO RURAL

02 10 01 DESENVOLVIMENTO RURAL

375 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA -4.000,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

380 04.122.0101.2036.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA -4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 24

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Anulação (-) -605.895,98

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 77

DECRETO Nº 77 , DE 14 DE JUNHO DE 2021 - LEI N.939

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$129.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 129.000,00

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

111 12.361.0016.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 01

02 06 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

224 08.244.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA - API 12.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 43

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

261 10.302.0022.2067.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV HOSPITALAR / AMBULATORIAL - MAC 73.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 02

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

403 13.392.0015.2288.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CULTURA E TURISMO 40.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 05 01 GESTÃO DE EDUCAÇÃO

113 12.361.0016.2045.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO -4.000,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS F.R. Grupo: 0 1 01

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 06 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

220 08.244.0007.2024.0000 MANUTENÇÃO DO PAIF -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 29

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

221 08.244.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA - API -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 0 1 43

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

222 08.244.0007.2027.0000 MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA - API -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 43

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

229 08.244.0007.2082.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF - MUNICIPAL -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 29

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 01 GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

240 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE -20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

241 10.122.0002.2030.0000 MANUTENÇÃO ENCARGOS SAÚDE -10.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente 000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

250 10.302.0022.2007.0000 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABA -24.000,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 03 FARMÁCIA BÁSICA

272 10.303.0022.2086.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BÁSICA -14.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

02 07 05 ATENÇÃO BÁSICA

315 10.301.0022.2305.0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

404 13.392.0015.2288.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CULTURA E TURISMO -40.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 24

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Anulação (-) -129.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
EDITAL 07/2021 10 DE AGOSTO 2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2021

EDITAL Nº 002/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ANÁLISE DE TÍTULOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT** e **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, Lei 694/2018 e Lei nº 789/2019, através da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Análise de Títulos, instituída através da Portaria nº 416/2020,04 dezembro 2020 resolve:

***TORNAR PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados o **RESULTADO FINAL** da **CLASSIFICAÇÃO** dos candidatos que realizaram sua contagem de títulos conforme segue abaixo:*

A relação completa estará disponível na página da Prefeitura Municipal em, www.novabrasilandia.mt.gov.br, no dia de publicação deste Edital.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ANÁLISE DE TÍTULOS 2021.

CONTRATOS TEMPORÁRIO.

CARGO DE PROFESSOR- ARTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	HABILITAÇÃO	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO CONTINUADA	ESPECÍFICO	TOTAL GERAL PONTOS	DATA DE NASCIMENTO
1º	MARIA DE LOURDES TEOTONIO REMAIH	EDUCAÇÃO ARTISTICA	20,0	**********	********	20,00	18/06/1946

Nova Brasilândia/MT,11 de agosto de 2021.

Comissão Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos:

Nilza Luzia Bezerra – Presidente Beatriz de Souza Cardoso- Secretária

Corina Pereira da Silva– Membro

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 025/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) ANDREA PESSOA DOS SANTOS**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1382063-0/SSP/MT** e **CPF nº 017.309.651-48**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **CUIDADOR DE IDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social**, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 18/05/2021, e término em 17/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.476,52 (Hum mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Assistência Social

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 18 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Andrea Pessoa dos Santos Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 026/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a)

Senhor(a**) CRISLAINE CARVALHO DOS SANTOS** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1877672-8 /SSP/MT** e **CPF nº 035.394.491-24**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **CUIDADOR DE IDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social**, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 18/05/2021, e término em 17/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.476,52 (Hum mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Assistência Social

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 18 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Crislaine Carvalho dos Santos Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
PORTARIA N° 382/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"*Dispõe contratação da srª. Natalia Karoliny Oliveira da Costa".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos Nº 002/2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a srª. **NATALIA KAROLINY OLIVEIRA DA COSTA**, sob o RG: 1904358-9/SSP/MT e CPF 054.704.001-66, para ocupar o cargo de **PROFESSORA,** na Escola Municipal Pequeno Príncipe, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 02 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de agosto de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 381/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"*Dispõe contratação da srª. Leidiane Teixeira Campos Farias".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019, Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos Nº 002/2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a srª. **LEIDIANE TEIXEIRA CAMPOS FARIAS**, sob o RG: 1599607-7/SSP/MT e CPF 015.432.751-41, para ocupar o cargo de **PROFESSORA,** na Escola Municipal Pequeno Príncipe, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 02 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de agosto de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 380/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"*Dispõe contratação da srª Rosenilda Almeida Ribeiro em substituição a servidora Wellita Cristina de Souza".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a senhora **ROSENILDA ALMEIDA RIBEIRO**, sob o RG: 1662387-8/SSP/MT e CPF018.574.851-14, para ocupar o cargo de **CUIDADOR DE IDOSO,** exercendo a função no Centro de Convivência e Lar dos Idosos "Alberto Benedito de Campos", lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em substituição a Servidora Wellita Cristina de Souza a partir de 11 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/08/2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de agosto de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 031/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portado-

ra da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) Luciana Souza das Neves**, brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 138.202.57/SSP/MT e CPF nº 957.022.291.34, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 018/2021 de 14 de junho de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Assistente Social** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 06(seis) horas diárias e 30(trinta) horas semanais.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Assistente Social e encontra-se legalmente habilitada a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 01/07/2021 e término em 30/06/2022**.**

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 30 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Secretaria Municipal de Saúde

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 01 de julho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Luciana Souza das Neves

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 030/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) LEANDRO FELIPE PEREIRA LIMA RONDON**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 160.149.1-04/SSP/MT e CPF nº 018.720.501.90, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Técnico em Radiologia** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 20 horas semanais .

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Radiologia e encontra-se legalmente habilitado a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 01/07/2021 e término em 30/06/2022**.**

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ 2. 083,88 (dois mil oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), para o cumprimento de carga horaria de 20 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Secretaria Municipal de Saude

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 01 de julho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Leandro Felipe Pereira Lima Rondon

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 011/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) GESIANY MENDES ARAUJO**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 181.049.6-7/SSP/MT e CPF nº 025.315.751-03, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 018/2021 de 14 de junho de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Fisioterapeuta** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 06(seis) horas diárias e 30(trinta) horas semanais.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Fisioterapeuta e encontra-se legalmente habilitada a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 16/06/2021 e término em 15/06/2022**.**

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	**ÓRGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**ELEAMNTO DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Média e Alta Complexidade - MAC

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 16 de junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Gesiany Mendes Araujoos

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
PORTARIA N° 384/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"*Dispõe contratação do sr. Delcino Arruda dos Santos".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, .

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar o senhor **DELCINO ARRUDA DOS SANTOS**, sob o RG:1877165-2SSP/MT e CPF 315.828.771-49 para ocupar o cargo de **Motorista Escolar ,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/08/2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de agosto de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 011/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) GESIANY MENDES ARAUJO**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 181.049.6-7/SSP/MT e CPF nº 025.315.751-03, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 018/2021 de 14 de junho de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Fisioterapeuta** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 06(seis) horas diárias e 30(trinta) horas semanais.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Fisioterapeuta e encontra-se legalmente habilitada a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 16/06/2021 e término em 15/06/2022**.**

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Média e Alta Complexidade - MAC

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 16 de junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Gesiany Mendes Araujoos

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 010/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) FERNANDO ALVES DOS SANTOS**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 274.959.4-9/SSP/MT e CPF nº 061.290.401-64, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção

e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Enfermeiro** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Enfermagem e encontra-se legalmente habilitada a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 18/06/2021 e término em 17/06/2022**.**

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	**ÓRGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**ELEAMNTO DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Média e Alta Complexidade - MAC

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 18 de junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Fernando Alves dos Santos

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 009/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) DINAIR SANTANA DOS SANTOS**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 161.964.8-1/SSP/MT e CPF nº 015.187. 111-62, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Enfermagem e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 01/06/2021 e término em 31/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ - 1. 476,52 (Um mil quatrocentos e setenta e seis reais cinquenta e dois centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0612	05	002	10	122	0001	2021	3190.04	102

Programa Saúde da Família - PSF

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 01 de Junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Dinair Santana dos Santo

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
PORTARIA N° 383/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"*Dispõe contratação da srª. Solange Helena Porto".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos Nº 002/2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a srª. **SOLANGE HELENA PORTO**, sob o RG: 1289431-1/SSP/MT e CPF 898.572.321-91, para ocupar o cargo de **PROFESSORA,** na Escola Municipal Nova Finlândia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 02 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de agosto de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 008/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) CHRISTIAN BRAGA DE QUEIROZ**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 1870216-3/SSP/MT e CPF nº 044. 119.971-26, CRP – 18/03400, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **PSICOLOGO – NASF** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Programa Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Psicologia e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 14/06/2021 e término em 13/06/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ - 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0665	05	002	10	301	0021	2024	3190.04	146

Programa Saúde da Família - PSF

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de Junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Christian Braga de Queiroz Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 007/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 1729589/SSP/MT e CPF nº 785.849.811-87, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Enfermagem e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 01/06/2021 e término em 31/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ - 1. 476,52 (Um mil quatrocentos e setenta e seis reais cinquenta e dois centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0612	05	002	10	122	0001	2021	3190.04	102

Programa Saúde da Família - PSF

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 01 de Junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Luzanira Silveira da Silva Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 018/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) ROBERTO BOLANDINI** brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 0868442-1/SSP/MT** e **CPF nº 915.964.671-34**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **MOTORISTA CAT D**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 18/05/2021, e término em 17/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.528,12(Hum mil quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 18 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Roberto bolandini Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 016/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT,

portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) MARINALVA LEANDRO PEREIRA**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1589016-3/SSP/MT** e **CPF nº 012. 807.741-77**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 19/05/2021, e término em 18/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.133,59 (Hum mil cento e trinta e três reais cinquenta e nove centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 19 de maio de 2021.

Mauriza Augusta de Oliveira Marinalva Leandro Pereira Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 006/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) JOELMA DA SILVA**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 2146377-8/SSP/MT e CPF nº 051.334.691-01, COREN-MT- 000.554.534, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 004/2021 de 18 de junho de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Enfermeira** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Enfermagem e encontra-se legalmente habilitada a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 21/06/2021 e término em 20/06/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ - 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Média e Alta Complexidade - MAC

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 21 de junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Joelma da Silva Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 005/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) STHEFANY LORRAINY MARQUES DA SILVA**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 2164337-7/SSP/MT e CPF nº 054.473.521-85, COREN-MT- 621259-ENF, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação emergencial por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021, em decorrência da pandemia enfrentada por todo pais, o que demanda serias medidas para a contenção dos riscos de contaminação pelo novo coronavirus, bem como ações que provocam a promoção, prevenção e recuperação da população atingida, o que envolve todos os cidadãos desta municipalidade, tendo em vista que um processo de contratação mediante a realização de concurso público neste momento acarretaria uma demora incompatível com a situação de emergência vivenciada.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **Enfermeira** – Secretaria Municipal de Saúde, para atender o Pronto Atendimento no Hospital Municipal no Município de Nova Brasilândia – MT, para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação na área de Enfermagem e encontra-se legalmente habilitada a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início em 18/06/2021 e término em 17/06/2022**.**

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ 3. 474,96 (Três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o cumprimento de carga horaria de 12x36 em regime de escala de plantão.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	**ÓRGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**ELEAMNTO DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**
0195	05	002	10	302	0022	2032	3190.04	102

Média e Alta Complexidade - MAC

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 18 de junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Sthefany Lorrainy Marques da Silva Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO INDETERMINADO Nº 004/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 267, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela

Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **FRANCIELLY DE ALMEIDA SOUZA**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 218.258-90/SSP/MT e CPF nº 035.302. 501.12, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo indeterminado, nos termos do Artigo nº 8º, da Lei Municipal nº 303/2006 de 05 de dezembro de 2006. Emenda Constitucional nº 51 de 14 de março de 2006, Lei Federal nº 11.350/2006 e § 5º do Artigo 198 da Constituição Federal e nos termos da Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de março de 2015. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 303/2006, artigo nº 9, de 05 de dezembro de 2006. Emenda Constitucional nº 51 de 14 de março de 2006, Lei Federal 11.350/2006 e § 5º do Artigo 198 da Constituição Federal e conforme Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de março de 2015, Decreto de Homologação nº 016/2019 do Processo Seletivo nº 001/2019 de 16 de dezembro de 2019 e Edital de Convocação nº 002/2021 de 30 de março de 2021.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, para atender a Micro - Área 01 no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é por tempo indeterminado de acordo com as leis acima citadas, tendo o início em 05/04/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área de Saúde, receberá o vencimento bruto de R$ - 1. 550,00 (Um mil quinhentos e cinquenta reais), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 303/ 2006, de 05 de dezembro de 2006. Emenda Constitucional nº 51 de 14 de março de 2006, Lei Federal 11.350/2006 e § 5º do Artigo 198 da Constituição Federal;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

d)

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0161	05	002	10	301	0021	2025	3190.11	146

Programa Agentes Comunitário de Saúde

Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 05 de abril de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Francielly de Almeida Souza Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
PORTARIA N° 385/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"*Dispõe contratação do sr. Silvio Jose Miguel da Silva".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT,

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar o senhor **SILVIO JOSE MIGUEL DA SILVA**, sob o RG:1260524-7SSP/MT e CPF 959.872.221-20 para ocupar o cargo de **Motorista Escolar,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de agosto de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/08/2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de agosto de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 029/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Sr.ª **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portador da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **SERGIO OTAVIANO CARVALHO**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 147.442.28/SSP/MT** e **CPF nº 004.324.801-29**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilândia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por prazo determinado, nos termos da **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**, Processo Seletivo Simplificado Análise de Títulos nº 001/2021 e da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto , conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 046/2021 e resultado final,

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Professor (a) de Educação Física– Nível Superior– Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, no Município de Nova Brasilândia – MT,

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação escolar superior na área em Educação Física e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

A vigência deste contrato é de 05 (cinco) meses e 20(vinte) dias com início em 01/07/2021 e término em 17/12/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, a contratada, que possui conhecimento na área de Educação, receberá o vencimento de R$ - 2.706,46 (Dois mil setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), equivalente a carga horária de 100 horas mensal e 25 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

A contratada vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação de qualquer das partes, quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 671/2017;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	**ÓRGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**ELEMENTO DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**
0474	06	002	12	365	0004	2039	3190.04	101 118

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 01 de julho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Sergio Otaviano Carvalho

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 003/2021

Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Sr.ª **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portador da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **ROSIMEIRE DO NASCIMENTO BOLANDINI**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 131.015.52/SSP/MT** e **CPF nº 948.431.471-68**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilândia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por prazo determinado, nos termos da **Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 009/2021 do Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos nº 002/2020 e Edital de Convocação nº 002/2021.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Professor (a) de Pedagogia– Nível Superior, na **Escola Municipal Nova Filandia** – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, no Município de Nova Brasilândia – MT,

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação escolar superior na área em Pedagogia e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

A vigência deste contrato é de 09 (nove) meses e 06(seis) dias com início em 12/03/2021 e término em 17/12/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, a contratada, que possui conhecimento na área de Educação, receberá o vencimento de R$ - 2.706,46 (Dois mil setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), equivalente a carga horária de 100 horas mensal e 25 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

A contratada vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação de qualquer das partes, quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 671/2017;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0474	06	002	12	365	0004	2039	3190.04	101 118

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 12 de março de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Rosimeire do Nascimento Bolandini

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 002/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Sr.ª **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portador da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **ANA LUCIA DE LIMA**, brasileiro (a), divorciado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 938.137/SSP/MT** e **CPF nº 551.301.511.00**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilândia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por prazo determinado, nos termos da **Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 009/2021 do Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos nº 002/2020 e Edital de Convocação nº 002/2021.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Professor (a) de Pedagogia– Nível Superior, na **Escola Municipal Nova Filandia** – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, no Município de Nova Brasilândia – MT,

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação escolar superior na área em Pedagogia e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

A vigência deste contrato é de 09 (nove) meses e 06 (seis) dias com início em 12/03/2021 e término em 17/12/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, a contratada, que possui conhecimento na área de Educação, receberá o vencimento de R$ - 2.706,46 (Dois mil setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), equivalente a carga horária de 100 horas mensal e 25 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

A contratada vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação de qualquer das partes, quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 671/2017;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0474	06	002	12	365	0004	2039	3190.04	101 118

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 12 de março de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de OliveiraAna Lucia de Lima

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 001/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Sr.ª **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portador da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a)

Senhor (a) **ROMILDA QUEIROZ LEMES ALMEIDA**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1549394-6/SSP/MT** e **CPF nº 007.685.411-66**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilândia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por prazo determinado, nos termos da **Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 009/2021 do Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos nº 002/2020 e Edital de Convocação nº 002/2021.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Professor (a) de Pedagogia– Nível Superior, na **Escola Municipal Nova Filandia** – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, no Município de Nova Brasilândia – MT,

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação escolar superior na área em Pedagogia e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

A vigência deste contrato é de 09 (nove) meses e 09 (nove) com início em 09/03/2021 e término em 17/12/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, a contratada, que possui conhecimento na área de Educação, receberá o vencimento de R$ - 2.706,46 (Dois mil setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), equivalente a carga horária de 100 horas mensal e 25 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

A contratada vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação de qualquer das partes, quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 671/2017;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0474	06	002	12	365	0004	2039	3190.04	101 118

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 09 de março de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Romilda Lemes Queiroz Almeida

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 024/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) GYSMAR CHRISTIAN SOUZA CARDOSO** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1382055-9/SSP/MT** e **CPF nº 902.058.041-87**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLA**, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 14/05/2021, e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.528,12(Hum mil quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Gysmar Christian Souza Cardoso Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO 12/2021

CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 012/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a**) DENNYS KENDY ARAUJO NAKANO**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1640620541-0/SSP/MT** e **CPF nº 432. 771.951-04**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **MOTORISTA ESCOLAR CAT. D**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses 14/05/2021, com início em e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.528,12 (Hum mil quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Agricultura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de Maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Dennys Kendy Araújo Nakano Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 028/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste

ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) KEILA CRISTINA BONFIM LOPES** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 116.976.4-4 /SSP/MT** e **CPF nº 823.962.131-72**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social**, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com inicio em 14/05/2021, e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 3.474,18 (três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Assistência Social

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Keila Cristina Bonfim Lopes Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 023/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) CLEITON DO NASCIMENTO,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 212582-1/SSP/MT** e **CPF nº 219.117. 018-86**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **ALMOXARIFE, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura**, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 14/05/2021, e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.180,85(Hum mil cento e oitenta reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Cleiton do Nascimento Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 022/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) JUNIOR APARECIDO ALVES DE CARVALHO,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1494118-0/SSP/MT** e **CPF nº 022.419.131-46**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em14/05/2021, e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 2.258,20(Dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Junior Aparecido Alves de Carvalho Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 021/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) SILVONEY DE SOUZA PEREIRA,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 00115533-0/SSP/MT** e **CPF nº 832. 676.381-00**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **MOTORISTA CAT D**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 14/05/2021, e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.528,12(Hum mil quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	**ÓRGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**ELEAMNTO DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Silviney de Souza Pereira Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) EDER CARLOS LIMA SILVA** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1820863-0/SSP/MT** e **CPF nº 018.756. 331-46**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **MECANICO, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura**, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 14/05/2021, e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.597,59(Hum mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Eder Carlos Lima Silva Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 019/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) CRISTIANO BADER** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 10231913-3/SSP/MT** e **CPF nº 076.314.179-89**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **MOTORISTA CAT D**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 14/05/2021,e término em 13/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.528,12(Hum mil quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Cristiano Bader Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 027/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor(a**) BERENICE COIMBRA DOS SANTOS** brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 1763417-2 /SSP/MT** e **CPF nº 019.054.801-05**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **CUIDADOR DE IDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social**, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início em 18/05/2021 e término em 17/05/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 1.476,52 (Hum mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Assistencia Social

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 18 de maio de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Berenice Coimbra dos Santos Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREVBRAS
CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 013/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela Prefeita Municipal Srª. **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portadora da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a)

Senhor (a**) THIAGO NOVAIS DE CAMPOS**, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 181.046.73/SSP/MT** e **CPF nº 061. 195.321-88**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilandia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por tempo determinado, em conformidade com a **Lei nº 789/2019 de 21 de novembro de 2019**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade de pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019. A contratação por intermédio do Processo Seletivo Público nº 001/2021, Decreto de Homologação nº 044/2021 e Edital de Convocação nº 001/2021 de 17 de maio de 2021

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de **ENGENHEIRO AGRONOMO**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, no Município de Nova Brasilândia – MT.

CLÁUSULA III

PRAZO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses 14/06/2021, com início em e término em 13/06/2022.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, o (a) contratado (a), que possui conhecimento na área, receberá o vencimento bruto de R$ - 3.474,17 (três mil quatrocentos setenta e quatro reais dezessete centavos), equivalente a carga horária de 200 horas mensal.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito publico, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

O contratado vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação da contratada quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 789, de 21 de novembro de 2019;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEAMNTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0335	06	002	12	361	0004	2040	3190.04	101

Secretaria Municipal de Agricultura

Contratação p/ Tempo Determinado

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães - MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 14 de junho de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Thiago Novais de Campos

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

_____ _____

Assinatura Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 49/2021/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 524/2021.

PRAZO: **10/08/2021** e término no dia **10/11/2021**

CONTRATADA: SAN MARINO ONIBUS LTDA CNPJ n.º 93.785.822/0001-06

OBJETO: Aquisição de 01 (um) micro - ônibus de Transporte Sanitário para uso da secretaria municipal de Saúde.

VALOR: R$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais)

DOTAÇÃO: CÓD. 314 - 06.002.10.301.0011.1107 - 4490.52.00.00.00

Fonte: 0.1.02.000 - REC. DE IMP. E DE TRANSF. DE IMP. - SAUDE 15%
Fonte: 0.1.47.000 - TRANS. F.F REC.SUS- FEDERAL - BL INVESTIMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
COVID-19: DECRETO Nº 1.733 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"Dispõe sobre a ratificação das medidas de combate ao avanço da contaminação pelo Coronavírus (Covid 19) constantes no Decreto Nº 1.720 de 23 de Julho de 2021 e dá outras providências.

UILSON JOSE DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os últimos casos confirmados de Covid-19 no âmbito municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das medidas de contenção para avanço da infecção causada pela transmissão do COVID19 no âmbito da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificadas até o dia 20 de agosto de 2021 os efeitos do Decreto nº 1.720, de 23 de julho de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário já estabelecidas no âmbito Municipal.

Gabinete do prefeito do município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de agosto de 2021.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 225/2020, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10. 520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis. **DO OBJETO**: Registro de preço para aquisição de implementos Agrícolas para atender as necessidades do Município de Nova Lacerda-MT. CONVÊNIO 890809/2019 PROPOSTA 038747/2019

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 12/08/2021 às 09h00min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 24/08/2021 às 14h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 24/08/2021 às 14h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **http://bnc.org.br;**

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites **https://www.novalacerda.mt.gov.br/Transparencia/** e e-mail contato@bnc.org.br , telefone (41) 3557-2301 ou (41) 99136-7677.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitacoes@novalacerda.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3259-4045 citando o nº do edital em questão.

Nova Lacerda-MT, 11 de agosto de 2021.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 43/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 43/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 43/2021.

ABERTURA: 24 de agosto de 2021 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:30 ás 08:00 horas;

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de equipamentos de informática, atendendo as necessidades desta Secretaria de Educação.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 11 de agosto de 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 45/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 45/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 45/2021.

ABERTURA: 25 de agosto de 2021 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para locação em horas de caminhão para esgotamento limpeza e transporte de resíduo séptico, carga mínima de 7.000 litros, caminhão Pipa 12.000 litros e mensal caminhão Pipa 12.000 litros atendendo Secretaria e Departamento do Municipio.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 11 de agosto de 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

AVENIDA TIRADENTES, 211N- CENTRO- NOVA MARILANDIA – MT

CNPJ-37.464.989/0001-02 - CEP: 78415-000 – Fone: 65 -3352-1122

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ASSESSORIA DE FORMA GERAL, QUANTO A ARTICULAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT EM ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E ASSESSORIA DIRETA AO PREFEITO NA CIDADE DE CUIABÁ – MT.

Recebimento da Documentação: ás 14:00 horas, do dia 19/08/2021.

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia.

Fundamento Legal: art. 24, inc. II da Lei 8.666/93.

Interessada: EMANUEL MESSIAS CONSULTORIA E ASSESSORIA

NOVA MARILANDIA – MT, 11 DE AGOSTO DE 2021.

BRUNA C. P. DADALT

Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 194/202

PORTARIA MUNICIPAL Nº 194/2021

DATA: 11 de Julho de 2021.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR **ROBERTO XAVIER DE AMORIM** E CONCEDE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a concessão de 30 (trinta) dias de férias ao Servidor **ROBERTO XAVIER DE AMORIM**, portador da carteira de identidade sob RG n.º 495 339 – SSP/MT, ocupante do cargo de **Motorista CD**, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do Município de Nova Marilândia – MT, concedido através da Portaria Municipal Nº 188/2021, publicado no Jornal da AMM - Edição do dia 02 de agosto de 2021 e Conceder 03 (três) meses de **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** atendendo requerimento do servidor, em conformidade com a Lei Municipal Complementar Nº 725/2016.

Art. 2º - O período de gozo da Licença Prêmio concedida neste ato, terá início no dia 02/08/2021 e término no dia 30/10/2021.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida o servidor retornará às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Nova Marilândia – MT, aos 11 dias do mês de agosto de 2021.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 033/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CONTRATACAO DO SENAI - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL PARA MINISTRAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO PROJETO DENOMINADO QUALIFICA NOVA MARILÂNDIA, EM ATENDIMENTOS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: SENAI, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

OBJETIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

PRORROGADA ATÉ O DIA 27/10/2021

Assinatura: 26/07/2021

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
APOSTILAMENTO PARA REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO 035/2021.

REVISÃO DE PREÇOS

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Avenida Tiradentes, nº211N, Centro, NOVA MARILANDIA – MT, inscrita no CNPJ-37.464.989/0001-02, neste ato representada pela Prefeito Municipal Jefferson Nogueira Souto, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, portador da RG: 2159203-9 SSP/MT, e CPF: 036.007.461-89.

Contratado: EDERSON SOCORRO DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ 42. 282.326/0001-07, situada na Rua Tiradentes, s/n, Centro – Nova Marilândia-MT, neste ato representada por seu sócio - proprietário Sr., portador do CPF nº 030.819.561-29 e RG Nº 2025771-6 CRM MT 10652.

Instrumento Vinculante: Processo Administrativo 009/2021 Credenciamento 001/2021

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS/EMPRESAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, EXAMES ESPECIALIZADOS, PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS CONFORME ROL DE PROCEDIMENTOS DEFINIDOS EM TABELA MUNICIPAL.

Justificativa: Considerando as solicitações de revisão de preços enviada pelas prestadoras de serviços médicos.

Considerando a pesquisa de valores de contratações dos serviços realizadas nos municípios de Mato Grosso, através do site do TCE-MT, em anexo.

Considerando que o valor dos plantões, estabelecidos do Edital do Credenciamento n° 001/2021, não condiz com o valor de mercado, motivado pela alta procura de profissionais decorrente da pandemia provocada pela COVID – 19, havendo um aumento considerável nos valores para o objeto, bem como a escassez de profissionais para suprir e amparar os serviços de atendimento médico.

Considerando que para manter o credenciamento dos profissionais médicos e credenciar novos, os municípios, em geral, tiveram que acompanhar a alta procura e ajuste de preços para os fins necessários à contratação, visto ser um serviço fundamental e imprescindível.

Considerando tratar de um serviço contínuo e sua interrupção poderá acarretar em sérios prejuízos ao município de Nova Marilândia – MT.

Considerando que a referida revisão está amparada pela existência de dotação orçamentária para efetuar o pagamento do preço a ser reajustado. E que esta dotação atende aos fins ditados na Lei de Licitações e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fundamento: A revisão encontra fulcro no artigo 65 da lei 8666/93, alínea “d” do inciso II e *Art. 65.* Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

ITEM	COD TCE	Descrição	Valor Unitário	Valor Revisado
01	428663-4	ATENDIMENTO MÉDICO NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL EM CARÁTER DE PLANTÃO FIXO POR 12 HORAS	R$ 950,00	R$ 1. 100,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

NOVA MARILÂNDIA, 11 de agosto de 2021.

MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LEI Nº 1.089 DE 11 DE AGOSTO DE 2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 1057/2020 – LOA EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Senhora **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em consonância com art. 41, I, da Lei nº 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Maringá aprovou, e ELA sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Inciso I do Artigo 4º da Lei nº 1057, de 21 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária Anual 2021, passa ter a seguinte redação:

Art. 4º (...)

I - Abrir Créditos Adicionais Suplementares, de acordo com o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º da presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Nova Maringá, 11 de agosto de 2021.

_____

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.088 DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente e dá outras providências.

A Senhora **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em consonância com art. 41, II, da Lei nº 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Maringá aprovou, e ELA sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 5.500.000,00** (cinco milhões e quinhentos mil reais),provenientes de Tendência de Excesso de Arrecadação.

Parágrafo Único: os créditos de que trata o caput serão utilizados para reforçar dotações orçamentárias vinculadas as seguintes Fontes de Recursos:

FONTES:		**R$**
ORIUNDOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	0.1.00 = Recursos Ordinários - Livre	3.200. 000,00
	0.1.01 = Impostos Educação 25%	800. 000,00
	0.1.02 = Impostos Saúde 15%	1.500. 000,00
	TOTAL:	**5.500. 000,00**

Total a ser adicionado.....R$ 5. 500.000,00

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43 da Lei Federal n°4.320/64, inciso II e § 3º – excesso de arrecadação ou tendência de excesso de arrecadação apurado até o mês de julho de 2021, conforme memória de cálculo e demonstrativo de tendência de excesso de arrecadação (Anexos I), utilizando recursos das seguintes fontes:

FONTES:		**R$**
ORIUNDOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	0.1.00 = Recursos Ordinários - Livre	3.200. 000,00
	0.1.01 = Impostos Educação 25%	800. 000,00

	0.1.02 = Impostos Saúde 15%	1.500.000,00
	TOTAL:	**5.500.000,00**

Total de Excesso a ser utilizado.....R$ 5.500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Nova Maringá, 11 de agosto de 2021.

_____

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 142/2021

DECRETO Nº 142/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1092/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64;

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto no Orçamento vigente um Credito Adicional no valor de R$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais) a ser consignado na seguinte dotação orçamentária:

01.001-Câmara Municipal	
01.001.01.031.0001.2001.4.4.90.52.00	15.500,00
TOTAL SUPLEMENTADO	**15.500,00**

Artigo 2º - Para amparar o credito aberto no artigo anterior, será utilizado recurso mencionados no artigo 43, inciso III, do § 1° da Lei Federal 4.320/64.

01.001-Câmara Municipal	
01.001.01.031.0001.2001.3.1.90.13.00	4.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00	3.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.40.00	1.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.93.00	7.500,00
TOTAL REDUZIDO	**15.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 15 de julho de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1092/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64;

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto no Orçamento vigente um Credito Adicional no valor de R$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais) a ser consignado na seguinte dotação orçamentária:

01.001-Câmara Municipal	
01.001.01.031.0001.2001.4.4.90.52.00	15.500,00
TOTAL SUPLEMENTADO	**15.500,00**

Artigo 2º - Para amparar o credito aberto no artigo anterior, será utilizado recurso mencionados no artigo 43, inciso III, do § 1° da Lei Federal 4.320/64.

01.001-Câmara Municipal	
01.001.01.031.0001.2001.3.1.90.13.00	4.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00	3.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.40.00	1.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.93.00	7.500,00
TOTAL REDUZIDO	**15.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 15 de julho de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

PROCESSO Nº. 3152/2020

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Claudio dos Santos Maria - Presidente, Poliana Alves Deon - Secretária, Adauto Moreira da Silva, Ireni Maria de Jesus Amaral - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 134/2021 de 30 de Junho de 2021, torna público aos interessados que conforme solicitação da empresa **AUTO POSTO ESTRADEIRO EIRELI, CNPJ: 17.560.957/0001-95**, e que após análise realizada pelo departamento Jurídico e Emissão do Parecer sobre o pedido, concede-se o **REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** para os preços, assim comprovado pela empresa solicitante e especificado na tabela abaixo:

Seq.	Cód.	Descrição	UND	Valor Anterior	Valor Reequilibrado
30	40883	DESENGRAXANTE EMBALAGEM C/ 200 LITROS	UNIDADE	R$ 1.130,00	R$ 1.542,46
31	40884	INTERCAP BALDE C/ 200 LITROS)	UNIDADE	R$ 929,90	R$ 1.269,29

45	45030	ESTOPA 20K	UNIDADE	R$ 170,00	R$ 189,90
52	49422	ESTOPA DE RETALHOS DE PANO COSTURADO SACO DE 20 KG	UNIDADE	R$ 175,16	R$ 254,90

Nova Monte Verde-MT, 11 de Agosto de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Poliana Alves Deon Ireni Maria de Jesus Amaral

Secretaria Membro da Equipe de Apoio

Adauto Moreira da Silva

Membro da Equipe de Apoio

AUTO POSTO ESTRADEIRO EIRELI

CNPJ: 17.560.957/0001-95

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 188, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE ENFERMEIRA OCUPADO PELA SENHORA, **MÁRCIA REGINA MACIEL BEZERRA,** POR MOTIVO DE FALECIMENTO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo Art. 90, inciso VII da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Declarar vago nos termos do Art. 70, inciso V da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 01 de agosto de 2021, o cargo de Enfermeira do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 694/2014, ocupado pela servidora Márcia Regina Maciel Bezerra, matricula nº 2396, por motivo de falecimento.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 11 de agosto de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

PROCESSO Nº. 3152/2020

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Claudio dos Santos Maria - Presidente, Poliana Alves Deon - Secretária, Adauto Moreira da Silva, Ireni Maria de Jesus Amaral - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 134/2021 de 30 de Junho de 2021, torna público aos interessados que conforme solicitação da empresa **G3 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI, CNPJ: 09.176.226/003-84**, e que após análise realizada pelo departamento Jurídico e Emissão do Parecer sobre o pedido, concede-se o **REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** para os preços, assim comprovado pela empresa solicitante e especificado na tabela abaixo:

Seq.	Cód.	Descrição	UND	Valor Anterior	Valor Reequilibrado
16	21355	OLEO HIDRAULICO SAE 68 EMBALAGEM C/ 200 LITROS	UNIDADE	R$ 2.520,00	R$ 3.778,76
4	17958	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO P/ MOTORES DIESEL SAE 15W40 EMB. C/ 20 LITROS (ESPECIFICAÇÃO API: CI-4, CH-4, CG-4 SL)	UNIDADE	R$ 353,40	R$ 502,00

Nova Monte Verde-MT, 11 de Agosto de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Poliana Alves Deon Ireni Maria de Jesus Amaral

Secretaria Membro da Equipe de Apoio

Adauto Moreira da Silva

Membro da Equipe de Apoio

G3 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI

CNPJ: 09.176.226/003-84

Publique-se

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/ 2021

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2021

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 134/2021/ PMNMV/GAB de 30 de Junho de 2021, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 40/2021, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **27/08/2021 às 08:30 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é *o* ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MANILHAS, BOCAS BDTC E BSTC, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE BASE SIMPLES E DUPLA PARA BUEIROS E MONTAGEM DE TUBULAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS PELO PERIODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria e do Decreto Municipal nº. 137/ 2021.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2021 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 11 de Agosto de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 189, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 189, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SENHORA **BIANCA CAROLINE DELLAGNOLO SCHULTER,** LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda considerando o Art. 60 da Lei Municipal nº 627/ 2013, bem como requerimento da servidora datado de 09 de agosto de 2021.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica concedido a servidora pública efetiva, Bianca Caroline Dellagnolo Schulter, no cargo de Nutricionista, Lotada na Secretaria de Educação, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos sem remuneração, a partir do dia 12 de agosto de 2021.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 11 de agosto de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 159, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

DECRETO Nº 159, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, DE ACORDO COM A LEI Nº 890/2017**.**

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica alterado os membros da Comissão do Conselho Municipal do FETHAB.

ARTIGO 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro do presente decreto será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Devanir dos Santos Ouvernei

Representante do Poder Executivo:

Adauto Nequinho da silva.

Luciano Rogério Cordeiro

Natanoel de Oliveira Junior

Sinval Mario Ribeiro

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: José Ivan Lira

Representante da AFEMOV:

Titular: Arlindo Paulino

Representante da Associação dos Produtores de Leite:

Titular: Neuza Gonçalves da Fonseca

Suplente: José Thomaz da Silva Filho

Representante do CDL:

Titular: Cassio Ardilano Silva

Suplente: Gildeti Celestrini

Representante do Lions:

Titular: Celaine de Paula Souza Marcilio

Suplente: Patrick Beloni

ARTIGO 3º- Fica revogado o Decreto nº 126/2021, que altera a nomeação do conselho municipal do FETHAB no Município de Nova Monte Verde.

ARTIGO 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Nova Monte Verde - MT, 11 de agosto de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

PROCESSO Nº. 3691/2020

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E PRODUTOS AUTOMOTIVOS, Á FIM DE ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Claudio dos Santos Maria - Presidente, Poliana Alves Deon - Secretária, Adauto Moreira da Silva, Ireni Maria de Jesus Amaral - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 134/2021 de 30 de Junho de 2021, torna público aos interessados que conforme solicitação da empresa **AUTO POSTO ESTRADEIRO EIRELI, CNPJ: 17.560.957/0001-95**, e que após análise realizada pelo departamento Jurídico e Emissão do Parecer sobre o pedido, concede-se o **REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** para os preços, assim comprovado pela empresa solicitante e especificado na tabela abaixo:

Seq.	Cód.	Descrição	UND	Valor Anterior	Valor Reequilibrado
4	21325	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO P/ MOTORES DIESEL SAE 15W40 EMB. C/ 200 LITROS (ESPECIFICAÇÃO API: CI-4, CH-4, CG-4 SL)	UNIDADE	R$ 3.980,00	R$ 4.390,90

Nova Monte Verde-MT, 11 de Agosto de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Poliana Alves Deon Ireni Maria de Jesus Amaral

Secretaria Membro da Equipe de Apoio

Adauto Moreira da Silva

Membro da Equipe de Apoio

AUTO POSTO ESTRADEIRO EIRELI

CNPJ: 17.560.957/0001-95

Publique-se

LICITACAO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARONA DE PREGÃO Nº. 38/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CARONADE**PREGÃO Nº. 38/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4306/2021

OBJETO: *AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR NOVO, CAPACIDADE 46 LUGARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de Janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Adesão Á Ata De Registro De Preços 001/2021, oriunda do Pregão Presencial nº 063/2020, realizado pelo Município de Canarana/MT, **onde fica habilitada a fornecer o item para a Prefeitura de Nova Monte Verde/MT, a seguinte:**

EMPRESA:

Ø **SAN MARINO ONIBUS LTDA, CNPJ: 93.785.822/0001-06,** no valor de R$ 341.200,00 (trezentos e quarenta e um mil e duzentos reais) para aquisição de 01 (um) Veículo Tipo Ônibus Escolar, conforme a descrição na Ata Aderida 001/2021, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos de Pregão 063/2020 do Município de Canarana/MT.

Nova Monte Verde-MT, 11 de Agosto de 2021.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Decreto 019/2021

Publique-se.

LICITACAO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2020

PROCESSO Nº. 4277/2020

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Claudio dos Santos Maria - Presidente, Poliana Alves Deon - Secretária, Adauto Moreira da Silva, Ireni Maria de Jesus Amaral - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 134/2021 de 30 de Junho de 2021, torna público aos interessados que conforme solicitação da empresa **UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO EIRELI, CNPJ: 18.812.673/0001-01**, e que após análise realizada pelo departamento Jurídico e Emissão do Parecer sobre o pedido, concede-se o **REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** para os preços, assim comprovado pela empresa solicitante e especificado na tabela abaixo:

Seq.	Cód.	Descrição	UND	Valor Anterior	Valor Reequilibrado
28	16668	ALCOOL ETILICO 70% FRASCO C/ 1.000ML CX. C/ 12	CAIXA	R$ 48,00	R$ 80,02

Nova Monte Verde-MT, 11 de Agosto de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Poliana Alves Deon Ireni Maria de Jesus Amaral

Secretaria Membro da Equipe de Apoio

Adauto Moreira da Silva

Membro da Equipe de Apoio

UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO EIRELI

CNPJ: 18.812.673/0001-01

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos lubrificantes para atender as necessidades das secretarias municipais de Nova Nazaré-MT.

DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado após assinatura do contrato, **com prazo em até 30(trinta) dias** após a entrega da nota fiscal atestada pelo Órgão responsável pelo recebimento do serviço da respectiva Nota Fiscal, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não tem expediente.

VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses.

ASSINANTES / VALOR:

JOÃO TEODORO FILHO – Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT – **Contratante.**

BIAVATTI & CIA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ: **01.289.412/0001-56** - **R$ 239.400,00** - **Contratada.**

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ: **27.331.614/0001-02**- **R$ 134.575,00** - **Contratada.**

Nova Nazaré/MT, **11 de Agosto de 2021**.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2021

Objeto	contratação de empresa para **fornecimento de areia fina** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Favorecido	**MEI SERGIO ANTONIO DE ALMEIDA 59870443168**, CNPJ nº 28.052.180/0001-74, com sede na Rua Dr, Leonardo de Oliveira Borges – Centro - Nova Nazaré-MT
Prazo de Vigência	12 meses
Valor global	**R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)**
Fundamento Legal	Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021
Justificativa	Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 030/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 72, § único da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Nazaré – MT, 11 de agosto de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
PORTARIA Nº 1.540/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 1.540/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

Institui Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização de Processo Seletivo para contratação de servidores em caráter excecional de interesse público para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento ao COVID-19.

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, **Sr. João Teodoro Filho**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Municipal nº 633/2021 de 23 de junho de 2021, Artigo 1º, § 4º;

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Administração ser subsidiada por uma comissão especial a fim de realizar o acompanhamento, fiscalização e organização do referido processo, assegurando o cumprimento dos princípios administrativos e constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os integrantes abaixo relacionados, para compor a Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização de análise de currículos, de Prova de Títulos referentes à Escolaridade, Tempo de Serviço, Cursos e Especializações, profissionais de saúde, para contratação de servidores de caráter excepcional interesse público para atender as demandas da Saúde, sendo:

1) Presidente – Donizete Alves de Oliveira.

2) Secretária – Ana Barbara Silva Prachedes

3) Membro - RYAN RICHELLE ALMEIDA SILVA

Art. 2º - O Presidente com apoio dos membros convalidará todos os atos e documentos a serem elaborados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Os trabalhos a serem desenvolvidos por força desta Portaria, serão considerados serviços públicos relevantes.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e afixação no mural, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, 11 de Agosto de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Publicado na Sede da Prefeitura

Municipal em 11 de agosto de 2021.

KENIA CRISTINA CAMPOS DE AZEVEDO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

DO OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual *aquisição de asfalto diluído CM-30 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Nova Nazaré*/ MT.

DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado após assinatura do contrato, **com prazo em até 30(trinta) dias** após a entrega da nota fiscal atestada pelo Órgão responsável pelo recebimento do serviço da respectiva Nota Fiscal, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não tem expediente.

VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses.

ASSINANTES / VALOR:

JOÃO TEODORO FILHO – Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT – **Contratante.**

EMAM EMULSOES E TRANSPORTE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.420.916/0003-13- **R$ 221.130,00** - **Contratada.**

Nova Nazaré/MT, **11 de Agosto de 2021**

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021

Onde se lê:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021

Nova Nazaré-MT, 11 de agosto de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000042/2021/PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 42/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 145/2021/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – ME CNPJ: 26.457.348/0001-04, Representante - Marcelo Santana Costa inscrito no CPF 899.100.521-72 e RG 1111218274 SSP/MT, fone (62) 3983-2238/3983-2239 email: contrato@cadistribuidora.com, licitacao01@distribuidora.com ,sede em Av. Barão do Rio Branco qd. 41 lt. 11, setor Jardim Luz – Aparecida de Goiania-GO, CEP: 74.915-025, **SAFRAMED HOSPITALAR LTDA** CNPJ: 36.629.597/0001-85, Representante – Edmar Gonzaga dos Santos Soares inscrita inscrito no CPF 017.067.991-43 e RG 4982389, com sede av. Acacias s/n quadra 01 – lote 28 – bairro: residencial Paineiras 1 cidade : Abadia de Goias – GO, CEP 75.345-000, email: saframedadm@gmail.com , **CIRURGIA GONÇALVES LTDA** CNPJ: 15.371.628/0001-70, neste ato, representada pelo Sr – Thiago Luiz da Costa inscrito no CPF 019.471.021-17 e RG 1489993-0 SSP/MT, com sede na Av. General Mello, 1527 – bairro Pico do Amor – Cuiabá – telefone (65) 3634 5142 ou 3634 6951, emai cirurgicagoncalves.com.br ou cgltda1@hotmail.com **COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANA LTDA** CNPJ: 78.688.660/0001-02 neste ato representado pelo Sr. Demostenes Rocha Matos inscrito no CPF124.734.991-87 e RG 29809800 SESP/MT, sede Rua Santa Catarina, 769 – sala 01 – centro cascavel/PR, telefone (45) 3224 6985, email: dentalfontana@uol.com.br , **CIRURGIA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE** LTDA CNPJ: 39.610.184/0001-47, neste ato representado pelo Senhor Anderson Luciano dos Santos Oliveira CPF 695.757.541-15, RG 1.131.387-0 SJ-MT, sede R. das Paineiras, 171, centro, CEP 85.935-000, Assis Chateaubriand – PR, telefone (44) 32283499, email licitação.cirurgicaassis@outlook.com ou cirurgicaassis@outlook.com CEP 85.935-000, **DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR** CNPJ: 01.326.495/0001-06, neste ato representado pelo Senhor Fernando Metelo Gomes de Almeida , CPF 551.683.881-91, RG 03762742 SSP/MT, sede Rua Barão de Melgaço, l425 – Porto – CEP 78.025-300 – fone (65) 99311 4530 – Cuiabá/MT, email: atendimento@disnorma.com.br , **GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ: 17.472.278/0001-64, Representante – Danielle Cristina Leite Martins de Campos inscrita no CPF 936.105.301-97 e RG 12859265, com sede em Barão de Cotegipe/RS, Rua Gotardo Mazzarolo, nº 16, bairro centro, CEP 99.740-000email goldenplusdistribuidora@gmail.com fone (54) 3523 2202, **PRO-REMEDIOS DIST DE PROD. FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI –ME** CNPJ: 05.159.591/0001-68 representado pelo Sr. Reginaldo Araujo Costa inscrita no CPF 581.052.711-68 e RG 0840023-7, com sede R. São Paulo, nº 39 – Bairro Medeiros – cep 75.900-036, fone (64) 3016 0012, email: proremediosdf@gmail.com – Rio Verde – GO, **NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA** CNPJ: 28.729.142/0001-03, Representante – Leonilson Serafim Acordi, RG 1075668 SSDC-RO e do CPF 004.405.262-64, sede Rua das Orquideas, nº 1.207 – setor Residencial Sul – Sinop – cep 78.550-035, tlefone (66) 2102-5700 ou 99996 5778 – email: nortelab@nortelab.net , **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ: 28.

418.133/0001-00, Representante – Adalberto Cavalcante de Nobrega Junior, RG 189.448 SSP/MS, CPF 305.680.561-91, com sede a Ad. Das laranjeiras, Qd. 45, lt 06-08, 27,29 Galpão 01, Parque Primavera – Aparecida de Goiania – GO CEP. 74.913-122, email: licitacao03@medvittadist.com.br , fone: (62) 3416-8300, **INOVAMED HOSPITALAR** CNPJ: 12.889.035/0001-02, com sede R. Dr. Joao Caruso, nº 2115 – industrial – Erechim/RS, CEP 99.706-250, telefone (54) 2106 7930, email: renata.f@inovamedhospitalar.com neste ato representada pelo Senhor Ricardo Benedito de Magalhães Taques inscrito no CPF 346.165.431-00 e RG 0430143-9 SSP/MT

GLOBAL PARA CADA FORNECEDOR REGISTRADO SERÁ CONFORME ABAIXO:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – ME CNPJ: 26.457.348/0001-04	R$ 89.532,36 (oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos)
SAFRAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ: 36.629.597/0001-85	R$ 119.756,60 (cento e dezenove mil e setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)
CIRURGIA GONÇALVES LTDA CNPJ: 15.371.628/0001-70	R$ 15.080,00 (quinze mil e oitenta reais
COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANA LTDA CNPJ: 78.688.660/0001-02	R$ 36.843,74 (trinta e seis reais e oitocentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos)
CIRURGIA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ: 39.610.184/0001-47	R$ 99.272,88 (noventa e nove mil e duzentos e setenta e dois reais e oitenta oito centavos)
DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR CNPJ: 01.326.495/0001-06	R$ 45.532,84 (quatenta e cinco mil e quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)
GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 17.472.278/0001-64	R$ 352.034,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e trinta e quatro reais)
PRO-REMEDIOS DIST DE PROD. FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI –ME CNPJ: 05.159.591/0001-68	R$ 78.013,70 (setenta e oito mil e treze reais e setenta centavos)
NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA CNPJ: 28.729.142/0001-03	R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)
MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 28.418.133/0001-00,	R$ 353.390,00 (trezentos e cinquenta e três reais e trezentos e noventa centavos)
INOVAMED HOSPITALAR CNPJ: 12.889.035/0001-02,	R$ 2.091,50 (dois mil e noventa e reais e cinquenta centavos)

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:
06.060.0.2.10.303.0022.2144.3.3.90.32.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.122.0040.2317.4.4.90.52.00.00.0326076000
06.060.0.2.10.303.0022.2144.3.3.90.32.00.00.0146000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0146000000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00.0102000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL HOSAPITALAR PARA ATENDIMENTO DA ATENÇAO BASICA, UNIDADE MISTA E PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT

VIGENCIA: 09/08/2021 a 09/08/2022

Nova Olímpia - MT, 09 de agosto de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT.

Nelson Alves

Portaria 09/2017

Controlador Interno

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB: 24323

ASSESSOR JURIDICO

O presente Extrato foi analisada e aprovada pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 277/2021

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º PAULINHO BORTOLIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como Titular o Servidor GILBERTO DE SOUZA DA PAIXAO, portador da Cedula de Identidade de nº 1.254.553-8 SSP/MT e do CPF de nº 864.561.131.72, e Suplente o Servidor EDMUNDO GETULIO RIBEIRO, portador da Cedula de Identidade de nº 12.178.770-9 SSP/SP e do CPF de nº 037.539.918.64, para exercer a função de fiscais de Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Rergistro de Preço, conforme abaixo relacionadas:

ATA 058/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT

EMPRESA: CENTROESTE CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA

CNPJ Nº: 01.089.243/0001-00

ATA 059/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT

EMPRESA: CONSTRUFER CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA

CNPJ Nº: 37.853.101/0001-15

ATA 060/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT

EMPRESA: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

CNPJ Nº: 37.227.550/0001-58

ATA 061/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA

A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT

EMPRESA: J.V. COMERCIO DE TINTAS E MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA-EPP

CNPJ Nº: 04.975.429/0002-36

ATA 062/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT

EMPRESA: MULTUS COMERCIAL LTDA

CNPJ Nº: 24.753.864/0001-42

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 09 de agosto 2021.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 09/08/2021 a 09/09/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 065/2020

EXTRATO – 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 065/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: AMPLA CONTRUÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRADA RIO DO FOGO NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

ACRÉSCIMO DE VALOR: R$ 575.731,66 (Quinhentos e Setenta e Cinco Mil Setecentos e Trinta e Um Reais e Sessenta e Seis Centavos).

DECRÉSCIMO DE VALOR: R$ 7.230,34 (Sete Mil Duzentos e Trinta Reais e Trinta e Quatro Centavos).

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 13 de Setembro de 2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2021.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 11/08/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

Parte Contratada: HEMERSON R. STRAPAZZON - EPP

Objeto: Aquisição de Sementes de Capim, Adubo Fertilizante, Equipamento e Materiais de Consumo para Implantação de Uma Unidade de Referência Tecnológica da Cadeia Produtiva do Leite no Município de Nova Santa Helena/MT

VALOR: R$ 22.403,58 (Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

VIGÊNCIA: 11/08/2021 até 31/12/2021

Data de Assinatura: 11/08/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

Parte Contratada: MULTI LIMPEZA COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para a aquisição de Carrinhos de Limpeza para as Secretarias e Departamentos Públicos sob gestão da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

VALOR: R$ 17.499,90 (Dezessete Mil Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos)

VIGÊNCIA: 11/08/2021 até 11/10/2021

Data de Assinatura: 11/08/2021

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Fica retificada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.790 de 11 de 2021, pág. 388, referente ao seguinte ato:

PORTARIA Nº 277/2021

ONDE-SE LÊ: O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º PAULINHO BORTOLIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

LEIA – SÊ: O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º PAULINHO BORTOLIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0515/2021

PORTARIA Nº. 0515/2021

DATA: 11 DE AGOSTO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR, a Sra. **EDNA LAZARIN FEIJÓ,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1292431-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 968.064.351-49, do cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL,** com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 11 de agosto de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0516/2021

PORTARIA Nº. 0516/2021

DATA: 11 DE AGOSTO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. EXONERAR, a Sra. **ROZIMAR MOREIRA BACELAR OISSA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 830326 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 010.902.681-06, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 11 de agosto de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ARP N° 023/2.021

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOPITALARES LDTA**, inscrita no CNPJ nº 34.027.398/0001-71, resolvem fazer o equilíbrio econômico-financeiro previsto no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desta forma a Ata de Registro de Preços nº 024/2.021, passa a vigorar com o seguinte valor o **Item 6429** – ACIDO FOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL de R$ 0,358 para R$ 0,0438.

Nova Xavantina - MT, 11 de agosto de 2.021.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.305, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

DECRETO N.º 4.305, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Homologa o Regimento da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Decreta:

Art. 1º Fica homologado o ***Regimento da VIII Conferência Municipal de Assistência Social***, na forma do Anexo que integra o presente Decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11 de agosto de 2021

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DA

VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO, TEMÁRIO

Art. 1º A **VIII Conferência Municipal da Assistência Social** será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sra.Elisangela Firmino Maia de Araújo Silva, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e será realizada no período compreendido **entre 16 a 30 de Agosto de 2021.**

Art. 2º A VIII Conferência Municipal da Assistência Social foi convocada por meio do **Decreto nº 4.263 16 de Julho de 2021**, assinado, conjuntamente, pelo Prefeito João Machado Neto e pela Sra.Elisangela Firmino Maia de Araújo Silva, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, em cumprimento ao disposto na Lei municipal nº 1.601 de 22 de Agosto de 2011.

Art. 3º A VIII Conferência Municipal da Assistência Social constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação da política da assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social –SUAS.

Art. 4º A VIII Conferência Municipal tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados (as) para VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 5º A VIII Conferência Municipal tem como tema: “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”, com abordagem dos eixos que expressam e orientam a discussão do temário das conferências de Assistência Social de 2021, bem como questões norteadoras para o debate e reflexão.

EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

EIXO 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda como garantias de direito socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5 – Atuação do SUAS em Situações de calamidade pública e Emergências.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A VIII Conferência Municipal será presidida pela Elisangela Firmino Maia de Araújo Silva, Presidente do CMAS e, como Presidente de Honra, o Prefeito Municipal de Nova Xavantina - MT,João Machado Neto.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do CMAS, Celso Anselmo Bicudo Paula Souza Junior, assumirá a Presidência.

Art. 7º A VIII Conferência Municipal acontecerá de forma 100% online, utilizando tecnologias digitais gratuitas, como WhatsApp, Google Forms, Google Meet, Microsoft Teams e outros, contará com um momento de inscrições, que acontecerá nos dias 21 à 27 de julho, após o encerramento das inscrições haverá um momento de Abertura/ Palestras/ Painéis sobre o tema e Grupos de Trabalho por eixo; Plenária Final/ Deliberações a partir das prioridades definidas pelos Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Art. 8º Poderão se inscrever como participantes da VIII Conferência Municipal pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento, implementação e consolidação da Política de Assistência Social na condição de:

I- Delegados (as), desde que devidamente credenciados (as), com direito a voz e voto: a) Representantes governamentais; b) Representantes da sociedade civil, considerando os seguintes segmentos: B. (2) entidades representantes dos trabalhadores do SUAS;

B.(3) usuários e organizações de usuários.

II- Convidados (as), desde que devidamente credenciados, com direito a voz: a) pessoas interessadas nas questões afetas à Política de Assistência Social; b) representantes das Universidades, Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, Judiciário, Ministério Público, Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos.

Parágrafo único. São Delegados (as) Natos (as) conselheiros (as) titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO IV

DO CREDENCIAMENTO

Art. 9º O credenciamento dos (as) participantes da VIII Conferência Municipal será efetuado através de formulário online utilizando o Google Forms, e estará disponível a

partir do dia 21 de julho de 2021 até dia 27 de julho de 2021 às 00h00min e tem como objetivo identificar os participantes e a condição de participação.

Art. 10º Não será emitido crachá de Delegado (a) na conferência que é o instrumento que dá o direito ao voto na Plenária Final, sendo este pessoal, no entanto será identificado na inscrição a entidade que o inscrito representa.

Art.11 As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO V

Abertura/ Palestras/ Painéis sobre o tema e os três eixos

Art. 12º- As palestras visando subsidiar os debates e grupos de trabalho abordarão o tema e as temáticas dos 05 eixos;

Art. 13º- As palestras, **cada uma com duração de 10 (dez) minutos.**

Parágrafo Único - Para os debates, a intervenção deverá ser feita: através de perguntas enviadas no “chat” da sala de reuniões ou solicitando a fala em momentos oportunos. As perguntas também poderão ser feitas dentro do grupo de whatsapp que será criado para este fim de trocas de informações.

CAPITULO VI

Dos Grupos de Trabalho por eixo

Art. 14º- Os trabalhos dos grupos têm objetivo de aprofundar a avaliação local com abordagem dos cinco eixos.

Art. 15º- Os grupos de trabalho serão integrados por Delegados (as) convidados (as), observadores (as) distribuídos de forma aleatória, garantindo, no entanto, a paridade na distribuição de delegados (as) em cada grupo.

§ 1º- Somente delegados terão direito á voz e voto, os demais será garantido o direito á voz.

§ 2º - Os grupos de trabalho reunir-se-ão simultaneamente em um grupo de WhatsApp, de forma online.

A sistematização de resultados que deverá ser feita em instrumento técnico disponibilizado ao grupo deverá ser realizado no dia 25 de Agosto e entregue à Coordenação de Relatório que fará a consolidação final e encaminhará á Plenária Final para deliberação podendo aprovar, alterar, a redação, rejeitar, mencionadas propostas; podendo ainda, apresentar em até 03 novas propostas; consubstanciando-as num documento único; e, este documento deverá ser aprovado por 50% mais um dos (as) Delegados (as) do grupo que estiverem presentes no ato de votação.

Art. 12º- Cada grupo de trabalho terá um (a) coordenador (a) eleito (a) dentre os (as) presentes no grupo; e um (a) Relator (a) previamente indicado (a) pela coordenação de Relatório da VIII Conferência Municipal; e terão as seguintes atribuições:

§ 1º- Coordenador (a)

I – Manter a disciplina no grupo

II- Coordenar os debates no grupo, assegurando o uso da palavra á todos (as) participantes cronometrando o tempo, observando rigorosamente a ordem de inscrição. III- Controlar os votos de cada proposta IV- Assegurar que as propostas sejam encaminhadas em tempo hábil á Coordenação de Relatório, e, que estas estejam de acordo com a deliberação do grupo.

§ 2º-Relator (a)

I- Abrir os trabalhos dos grupos e encaminhar a eleição do (a) Coordenador (a) II- Verificar o nº de delegados (as) presentes III- Oferecer suporte e acompanhar os trabalhos para relatar os debates do grupo, ordenando as deliberações para subsidiar o Relatório Final. IV- Registrar as conclusões do grupo utilizando instrumento técnico oferecido pela Coordenação de Relatório;

VI- Contribuir com a Coordenação de Relatório na organização das propostas deliberadas para delibera da Plenária Final.

CAPITULO VI

Da realização e finalidade das palestras

Art. 19 As palestras têm como objetivo subsidiar as discussões nos grupos de trabalho e devem ser acompanhadas de debate.

a) Destaca-se a importância de observar o tempo máximo quinze minutos. Essas intervenções podem ser feitas por todos os participantes da conferência (direito à voz).

CAPITULO VII

Da Plenária final da Conferência

Art. 20 A Plenária Final é deliberativa será constituída pelos/as delegados/as devidamente credenciados/as e com competência para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, além das moções encaminhadas pelos participantes.

a) As propostas dos grupos de trabalho devem ser lidas, assegurando aos participantes a apresentação de destaques, para, posteriormente, serem colocadas em votação. Já as moções devem ser lidas e, em seguida, aprovadas ou rejeitadas. Após o início do regime de votação, fica vetado qualquer destaque ou questão de ordem. b) Na Plenária Final são eleitos os/as delegados/as para participar da Conferência Estadual de Assistência Social.

CAPITULO VIII

Das Moções

Art. 21 As Moções dizem respeito a outros assuntos não tratados na conferência e podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação. Essas Moções, sugeridas pelos grupos de trabalho, devem ser submetidas à Plenária Final para apreciação e, se aprovadas, encaminhadas à instância devida.

CAPÍTULO IX

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 22 A Plenária Final é o momento de discussão e deliberação.

Art. 23 A Plenária final é constituída de Delegados (as) e Convidados (as). Terão direito a voto.

Art. 24 Na Plenária Final serão definidas as propostas novas.

CAPÍTULO X

DA ELEIÇÃO DOS (AS) DELEGADOS (AS)

Art. 25 - Serão candidatos (as) a Delegados (as) para VIII Conferência Municipal de Assistência Social,

Parágrafo único. Os (as) candidatos (as) a Delegados (as) deverão apresentar documento de identificação pessoal.

Art.26 A escolha dos (as) dois delegados (as) VIII Conferência Municipal, será paritária na seguinte proporção:

I - 50% dos (as) representantes da Sociedade Civil, conforme segmentos abaixo relacionados: a) dos (as) usuários (as) dos Serviços de Assistência Social; b) dos (as) trabalhadores (as) do SUAS; II - 50% de representantes do Governo local.

Parágrafo § 2º. Serão eleitos (as) dois suplentes de delegados (as) paritariamente.

Art. 27 A relação dos Delegados eleitos e seus respectivos suplentes deverão ser enviados ao Conselho Estadual de Assistência Social até a data 31/08/2021.

Parágrafo único. Na impossibilidade do (a) Delegado (a) titular estar presente na conferência Estadual, o respectivo suplente será convocado para exercer a representação do município.

CAPÍTULO XI DAS MOÇÕES

Art. 28 As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da VIII Conferência Municipal, devidamente assinadas por 50 % (mais um) Delegados (as) presentes, até a instalação da Plenária Final.

Parágrafo Único. As Moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 29 - As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos (as) Delegados (as).

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo único. Em regime de votação, são vedados os levantamentos de questões de ordem.

Art. 31 - Serão conferidos Certificados a todos(as) participantes da VIII Conferência Municipal e aos Painelistas e Membros da Comissão Organizadora.

Art. 32 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e apresentados para votação da Plenária.

Art. 33 - Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, o número de delegados e delegadas da VIII Conferência Municipal aptos(as) a votar, bem como o número de convidados(as).

Art. 34 - O presente Regimento entrará em vigor após aprovação da plenária da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Nova Xavantina - MT 16 de julho de 2021.

ELISANGELA FIRMINO MAIA ARAUJO DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

FERNANDA RIOS MARIANO

Secretária Municipal de Assistência Social

LICITAÇÃO
NOTA DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2.021

O Prefeito Municipal de Nova Xavantina – MT, senhor João Machado Neto, no uso de suas atribuições legais, resolve ***REVOGAR***, o Processo licitatório referente a Tomada de Preço nº 003/2.021, objeto CONTRATAÇÃO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NAS ESCOLAS MONTEIRO LOBATO E CEL. VANIQUE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL, considerando as razões de interesse público com amparo no artigo 49 da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes em vigor, bem como oficio em anexo.

Nova Xavantina – MT, 11 de agosto de 2.021.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 242/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONTROLADOR INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT,Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de assessoria técnica e jurídica junto aos processos do Consórcio de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Arinos – CINDVALE.

CONSIDERANDO o que dispõe as resolução normativas, consultivas e as orientações tecnicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT

CONSIDERANDO a resolução 001/2021 do Consórcio de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Arinos – CINDVALE.

CONSIDERANDO a anuência dos Exmos. Prefeito Silvano Pereira Neves e do Presidente do CINDVALE

RESOLVE:

ARTIGO. 1º - Designar sem ônus para a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte no período de 02/08/2021 a 31/12/2021 Sra. **Ana Rigel Santos Souza**, Brasileira, Servidora Pública, portadora da cédula de identidade nº. 1399691-6-SSP/MT e CPF nº 008.045.941-20, CRC MT 016456-O para a função de Controlador Interno responsável pela Unidade de Controle Interno e demais atividades correlatas inerentes ao cargo.

ARTIGO. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 11 de Agosto de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES ALBERTO GORGES

PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

INFRAESTRUTURA
LEI MUNICIPAL Nº 1.341 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, a abrir credito especial na Lei Municipal nº 1.317, de 28 de dezembro de 2020 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2021.

O Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte do Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir crédito especial junto a Lei Municipal nº 1. 317, de 28 de dezembro de 2.020, no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais), nas dotações abaixo discriminadas:

11 Secretaria Municipal de Infra Estrutura

11.001	Gabinete do Secretario Municipal de Infra Estrutura
26	Transporte
26.122	Administração Geral
26.122.0015	Melhorar o Serviço Público
26.122.0015. 2065	Manutenção com Secretaria de Infra Estrutura
33.71.70.00	**RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PUBLICO R$ 3.000, 00**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito especial aberto no artigo anterior será utilizado em igual importância a anulação parcial da dotação abaixo mencionada, de acordo com artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

11 Secretaria Municipal de Infra Estrutura

11.001	Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura
26	Transporte
26.122	Administração Geral
26.122.0015	Melhorar o Serviço Público
26.122.0015.2065	Manutenção com Secretaria de Infra Estrutura
33.90.92.00	**DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES R$ 3.000, 00**

Art. 3º Fica autorizado à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Municipal nº 1.316, de 28 de dezembro de 2020, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, Lei Municipal nº 1.008, de 13 de dezembro de 2017, que trata do Plano Plurianual, período de 2018 a 2021 e suas alterações, e Lei Municipal nº 1.317, de 28 de dezembro de 2020, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, em 11 de agosto de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00-min do dia 11 de agosto de 2021, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EXAMES DE IMAGENS, COM OBJETIVO DE ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado;

Sagraram - se vencedoras do citado certame as seguintes licitantes: **CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM GUARANTA LTDA com o valor de R$ 320.660,00** (trezentos e vinte mil e seiscentos e sessenta reais), **CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI LTDA com valor de R$ 69.220,00** (sessenta e nove mil e duzentos e vinte reais) **.** Assim por terem apresentado propostas com preços compatíveis ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras. Ainda em tempo informamos que foi concedido o beneficio da lei 123/2006 para a empresa CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI LTDA para apresentação da certidão trabalhista valida, no prazo de 05 dias uteis.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 11 de agosto de 2021.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº 022/2021, DE 09 DE AGOSTO 2021

Câmara Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso Publicado em, **09 de agosto 2021** Local: **Mural da CMNSA** **Responsável**	**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, ESTADO DE MATO GROSSO".**

O senhor **Paulo Cesar de Almeida Ferreira**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara Municipal;

Resolve:

Artigo 1º - Fica Instituída a Comissão Permanente de Licitação, da Câmara Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2021.

Artigo 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão de Licitação, os seguintes membros:

Presidente: Cleyber Pereira Borges.

Secretario: Luiz Pereira Belém Filho.

Membro: Alessandra Nunes Pereira.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLICE-SE;

CUMPRA-SE.

Secretaria da Câmara Municipal, em 09 de agosto de 2021.

_____

PAULO CESAR DE ALMEIDA FERREIRA

Presidente da Câmara

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
PROCESSO SELETIVO 002/2021 EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 003/2021 - CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO 002/2021 EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 003/2021

DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

O Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA** Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: A Homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 047/2021 de 10 de Agosto de 2021, publicado no Portal de Transparencia da Prefeitura Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO: A necessidade de provimentos de cargo vagos;

CONSIDERANDO: O disposto no item 11 do Edital de Processo Seletivo 002/2021 de 12 de Julho de 2021.

C O N V O C A:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo 002/2021, para os cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio -MT, situada na Av. 29 de Setembro, nº 244, Centro, Novo Santo Antônio, estado de Mato Grosso, fones: (66) 3548-1140 no período de 11/08/2021 a 13/08/2021, no horário de 08hs00min as 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min.

1- SECRETARIA DE SAÚDE:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS				
Colocação	Nome	Nascimento	Pontuação	Resultado
1°	SANDRA BORGES DA COSTA	01/07/1976	3,0	APROVADA

ASSISTENTE SOCIAL				
Colocação	Nome	Nascimento	Pontuação	Resultado
1°	SONIA DOS REIS PINTO	24/05/1975	7,00	APROVADA

ENFERMEIRO				
Colocação	Nome	Nascimento	Pontuação	Resultado
1°	LIZE GRAZIELLI DOS SANTOS	26/06/1994	10,0	APROVADA
2°	ELIZANGELA CARVALHO DA SILVA	09/06/1984	9,5	APROVADA
5°	ALCELI PEREIRA SILVA	30/06/1987	3,5	CLASSIFICADA

TECNICO EM ENFERMAGEM				
Colocação	Nome	Nascimento	Pontuação	Situação
1°	JANAINA BELÉM MARINHO	25/07/1993	8,5	APROVADA
2°	RODRIGO PEREIRA DA SILVA	25/10/1993	8,5	CADASTRO RESERVA

2- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

PROFESSOR DE PEDAGOGIA				
Colocação	Nome	Nascimento	Pontuação	Situação
1°	CLERES NUNES SILVA	31/03/1978	10,5	APROVADA

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais e, reproduzidos por cópias que serão autenticadas pela Diretoria de RH:

1. (uma) foto 3 x 4;

2. Cópia do Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;

3. Cópia do Título de Eleitor;

4. Cópia do CPF;

5. Cópia da Carteira de Identidade;

6. Cópia do PIS/PASEP;

7. Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

8. Cópia do Comprovante de Residência;

9. Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido;

10. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

11. Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

12. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 (sete) anos;

13. Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 a 14 anos;

14. Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

15. Declaração de Bens de valores que constituem o patrimônio;

16. Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade; (emitida na Secretaria de Administração);

17. Laudo médico;

18. Cópia do Comprovante de Conta Corrente Bancária. BRADESCO, CAIXA E BANCO BRASIL;

19. Cópia Registro no Conselho de Classe;

20. Certidão de Regularidade do Conselho de Classe, quando for o caso.

21. ARRAIS AMADOR – Habilitação de Embarcação (para cargo de agente da SEMA).

22. Cópia da CNH – Cargo de motorista e Agente da SEMA.

Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo 002/2021.

Art. 4º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá o prazo de até 10 (dez) dias para tomar posse no cargo respectivo.

Art. 5º - Se o candidato não tomar posse no cargo, o Edital de Convocação ficará revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação e estará disponibilizado no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT e no site: www.novosantoantonio.mt.gov.br.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo Santo Antônio – MT, 11 de Agosto de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP CONFORME LEIS 147/14 – 123/06 E DECRETO MUNICIPAL 08/2018

MODO DE DISPUTA ABERTO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias 13 de agosto a 24 de agosto de 2021, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 24 de agosto de 2021 as propostas poderão ser encaminhadas até às 07h29, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 07:30h. Início da sessão da disputa: às 08:30h (Brasília) do dia 24 de agosto de 2021. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM LAUDOS (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Conforme condições e especificações do Edital. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Bolsa de Licitações e Leilões: **www.bllcompras.gov.br**, **RETIRADA DO EDITAL:** site: **https://www.novosaojoaquim.mt.gov.br/Transparencia...** . **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no sistema da BLL, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3479-1158 ou e-mail **licitacao@novosaojoaquim.mt.gov.br** .

Novo São Joaquim-MT, 12 de Agosto de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 021/2021

Termo Aditivo de Quantitativo nº 01 ao Contrato nº 021/2021 – CHAMADA PÚBLICA 01/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021 – CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, CNPJ: 15.023.971/0001-24.** CONTRATADO: **Silvane Silva Rocha, CPF: 015.765.831-71.** Objeto: Constitui objeto da presente Chamada Pública a Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, atendendo os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Escolas de Educação Infantil e Indígena do Município de Paranatinga – MT, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, que são partes integrantes do presente instrumento convocatório. Valor global **R$: 1.306,24 (hum mil e trezentos e seis reais e vinte quatro centavos).** Departamento de Licitações e Contratos, em 04 de agosto de 2021.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Quantidade licitada:	Percentual Aditivado	Quantidade do aditivo	Valor Unit.	Valor do Item aditivado
1	993227	MANDIOCA DESCASCADA - A polpa deve estar intacta e limpa. Descascada, embalada em embalagens plasticas transparentes ate 1 kg. Livres de umidade externa, em bom estado de	KILO	475,00	25%	118,75	5,5000	653,12
2	993228	MANDIOCA DESCASCADA - A POLPA deve estar intacta e limpa. Descascada, embalada em embalagens plasticas transparentes ate 1 kg. Livres de umidade externa, em bom estado de conservacao.	KILO	475,00	25%	118,75	5,5000	653,12

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT.

Inexigibilidade de Licitação 07/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA - EPP; CNPJ: 04. 096.738/0001-55**.**

Objeto; Processo de Inexigibilidade de licitação tem por objeto a **Aquisição de um acervo Bibliográfico não imobilizável**, **contendo 6.000 livros de estímulo e desenvolvimento,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga-MT.

Fundamento Legal: em conformidade com o Artigo 25, Inciso I da lei 8. 666/93.

Valor da contratação: R$: 18.816,00 (dezoito mil e oitocentos e dezesseis reais).

Data da contratação: 11/08/2021.

Inexigibilidade de Licitação 07/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Assistência Social, a Senhora **FATIMA ROSANE RITTER PEREIRA** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 11 de agosto de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 020/2021

Termo Aditivo de Quantitativo nº 01 ao Contrato nº 020/2021 – CHAMADA PÚBLICA 01/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021 – CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, CNPJ: 15.023.971/0001-24.** CONTRATADO: **Alessandra Felici, CPF: 006.840.051-90.** Objeto: Constitui objeto da presente Chamada Pública a Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, atendendo os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Escolas de Educação Infantil e Indígena do Município de Paranatinga – MT, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, que são partes integrantes do presente instrumento convocatório. Valor global R$: **2.570,62 (dois mil e quinhentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).** Departamento de Licitações e Contratos, em 04 de agosto de 2021.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Quantidade licitada:	Percentual Aditivado	Quantidade do aditivo	Valor Unit.	Valor do Item aditivado
1	346138	ABOBORA CABOTIA - Com ausencia de rachaduras ou corte na casca. Sem ressecamento ou queimaduras. Livres de umidades extrema, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes.	KILO	2.250,00	25%	562,50	4,5700	2.570,62

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO 071/2021

Contrato nº. 071/2021 – Processo de Dispensa de Licitação Nº 38/2021 – CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT**, **CNPJ: 15.023.971/0001-24**. CONTRATADA: **BRACHIO – ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ: 30.493.312/0001-45.** Objeto: Contratação Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Consultoria Tributária Municipal e Assessoria na Elaboração da Atualização Do Código Tributário Municipal**, nos Termos Da Lei Complementar Federal Nº 175 DE 23 DE SETEMBRO DE 2020, Bem Como, Atualizar Os Valores Contidos Nos Anexos Do Código Tributário Municipal, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças, com fulcro no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018. **Data do Encerramento: 02/08/2021**. Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de agosto de 2021.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 277/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 277/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2020, Termo de Homologação Decreto nº 1900 de 05 de fevereiro 2021 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 08 de fevereiro de 2021, para realização de perícia médica entrega dos documentos exigidos para contratação.

1. DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão 06 (seis) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Saúde, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar 02 (duas) cópias da seguinte documentação para sua contratação:

I. 02 (duas) cópias do RG;

II. 02 (duas) cópias do CPF;

III. 02 (duas) cópias do comprovante de escolaridade do cargo para o qual se habilitou;

IV. 02 (duas) fotos 3x4 (iguais), recentes, coloridas, e de frente;

V. 02 (duas) cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página contendo os dados pessoais);

VI. 02 (duas) cópias do Título de Eleitor;

VII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão de quitação eleitoral;

VIII. 02 (duas) cópias do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;

IX. 02 (duas) cópias da Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);

X. 02 (duas) cópias da Certidão de Nascimento dos filhos menores 14 anos;

XI. 02 (duas) cópias do registro no respectivo conselho profissional, juntamente com a comprovação de estar quite com as obrigações junto ao respectivo conselho (para os cargos que se fizerem necessário);

XII. 02 (duas) cópias do cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (cópias da página que contém o nome da criança/adolescente e cópias das páginas com anotações das vacinas);

XIII. 02 (duas) cópias da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo;

XIV. 02 (duas) cópias do comprovante de endereço com data recente (conta de luz, gás, água ou telefone convencional);

XV. 02 (duas) cópias do cartão do Banco do Brasil, ou do comprovante de abertura da conta corrente no Banco do Brasil;

XVI. Original e 01 (Uma) Cópia da Certidão Negativa Civil E Criminal;

XVII. Original e 01 (Uma) Cópia da Certidão Negativa de Tributos Municipais;

XVIII. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração Contendo Endereço Residencial, Telefone; Número da Conta Corrente no Banco do Brasil E Número Do PIS/PASEP;

XIX. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Bens;

XX. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Não Acúmulo de Cargo Público;

XXI. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Não Demissão Por Justa Causa No Funcionalismo Público Municipal E/Ou Em Decorrência De Processo Administrativo Disciplinar;

XXII. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Disponibilidade De Carga Horária;

XXIII. Original e 01 (Uma) Cópia do Exame Admissional Realizado Pelo Médico Do Trabalho;

XXIV. 02 (duas) cópias dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos ou original e 01 (uma) cópia de Declaração contendo o número dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos;

XXV. 02 (duas) cópias acompanhadas do original dos títulos declarados no certame.

2. O candidato será considerado desistente, e será EXCLUÍDO do Processo Seletivo, quando NÃO comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou quando manifestar sua desistência por escrito.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 11 de agosto de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR I - CAMPO	
Ordem	**Candidato**
1	BRUNA ALEXANDRA DE NOVAIS BARRETO
2	JAQUELINE DE SOUSA SANTOS
CARGO: PROFESSOR B - URBANO	
Ordem	**Candidato**
11	SONIA VIEIRA DA SILVA
12	ADRIELLE GUIMARÃES DOS SANTOS MACIEL
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – MERENDEIRA – URBANO	
Ordem	**Candidato**
03	SECILMA SILVA DOS SANTOS
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II – MOTORISTA – URBANO	
Ordem	**Candidato**
01	RONEI JOSE DE SOUZA
02	JOSÉ LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RECIBO RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO - 1º SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

Valide com o app SERPRO | Vio

A instituição **Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (MT)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	1º semestre
Exercício:	2021
Assinatura(s):	• Nome: NELSON ANTONIO ORLATO *Titular do Poder Executivo* CPF: 046.940.829-49 Data: 05/08/2021 11:55:25

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **05/08/2021, às 11:55:36** , é:

03.TR.NP-Q

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 05/08/2021 11:55:36

Página 1 de 1

RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO - 1º SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.838.165,66	2.913.289,84	2.758.030,18	2.803.527,26	2.869.122,31	3.780.553,10	2.463.784,40	2.500.880,06	2.524.680,88	2.948.912,44	2.995.425,31	3.061.570,25	34.457.941,69	384,33
Pessoal Ativo	2.838.165,66	2.913.289,84	2.758.030,18	2.803.527,26	2.869.122,31	3.780.553,10	2.463.784,40	2.500.880,06	2.524.680,88	2.948.912,44	2.995.425,31	3.061.570,25	34.457.941,69	384,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.413.864,15	2.374.305,17	2.290.081,34	2.330.932,83	2.396.749,16	3.248.317,89	2.049.019,57	2.084.643,77	2.102.197,32	2.483.829,77	2.499.529,53	2.558.546,02	28.832.016,52	384,33
Obrigações Patronais	424.301,51	538.984,67	467.948,84	472.594,43	472.373,15	532.235,21	414.764,83	416.236,29	422.483,56	465.082,67	495.895,78	503.024,23	5.625.925,17	0,00
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.946,62	82.912,25	11.231,76	37.803,23	100.058,79	382.609,86	33.441,11	38.749,38	20.228,98	208.792,78	38.913,78	52.378,42	1.022.066,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.946,62	82.912,25	11.231,76	14.290,37	46.609,48	382.609,86	33.441,11	38.749,38	20.228,98	208.792,78	38.913,78	52.378,42	945.104,79	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	23.512,86	53.449,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.962,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.823.219,04	2.830.377,59	2.746.798,42	2.765.724,03	2.769.063,52	3.397.943,24	2.430.343,29	2.462.130,68	2.504.451,90	2.740.119,66	2.956.511,53	3.009.191,83	33.435.874,73	384,33

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	80.505.941,02	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	80.505.941,02	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	33.436.259,06	41,53
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	43.473.208,15	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	41.299.547,74	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	39.125.887,34	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	43,473,208.15	33,436,259.06	-10,036,949.09	-3,345,649.70	36,781,908.76	33,436,259.06	-10,036,949.09	43,473,208.15	33,436,259.06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.140.355,73	2.164.797,19	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.140.355,73	2.164.797,19	0,00
Empréstimos	0,00	374.965,52	0,00
Internos	0,00	374.965,52	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	2.140.355,73	2.140.355,73	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	2.140.355,73	2.140.355,73	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	-350.524,06	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	13.959.689,73	23.668.391,42	0,00
Disponibilidade de Caixa	13.959.689,73	23.668.391,42	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	14.172.886,02	24.691.199,33	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	213.196,29	1.022.807,91	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-11.819.334,00	-21.503.594,23	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	70.806.487,90	80.505.941,02	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	70.806.487,90	80.505.941,02	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	3,02	2,69	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-16,69	-26,71	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	84.967.785,48	96.607.129,22	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	76.471.006,93	86.946.416,30	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	5.148.867,94	2.703.855,55	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º semestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	70.806.487,90	80.505.941,02	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas IndividuaiS (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	70.806.487,90	80.505.941,02	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	15.577.427,34	17.711.307,02	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	14.019.684,61	15.940.176,32	
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	80.505.941,02	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	80.505.941,02	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	12.880.950,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	11.592.855,51	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.635.415,87	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	2.140.355,73
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	2.140.355,73
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	80.505.941,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	80.505.941,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	80.505.941,02

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	33.436.259,06	41,53
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	43.473.208,15	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	41.299.547,74	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	39.125.887,34	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-21.503.594,23	-26,71
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	96.607.129,22	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.711.307,02	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.880.950,56	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.635.415,87	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	6.981.907,52	13.813.609,63

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PORTARIA Nº 495/2021 - EXONERAÇÃO SONIA ALVES BRANDÃO

DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidora Pública Municipal **e** dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o Oficio nº 500/2021/GESTÃO DO SUS.

RESOLVE:

ART.1º Exonerar a Servidora **SONIA ALVES BRANDÃO**, ocupante do cargo de Técnica em Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 10/08/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PMI

Nº ____/2021

Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Peixoto de Azevedo)

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT

Procedimento de Manifestação de Interesse para a realização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Jurídica visando à estruturação do Projeto de Parceria Público-Privada para a "Implantação de Usina(s) Solar(es) Fotovoltaica(s) em Peixoto de Azevedo/MT".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, **convoca,** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Nº 001/2021, homologado em 31 de Maio de 2021, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação desse edital, na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, no Departamento de Recursos Humanos, para apresentarem documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e firmarem contratos em seus respectivos cargos.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ESCOLAS MUNICIPAIS / ZONA URBANA

COL:	NOME:
1º	KERLEY SILVA RODRIGUES

TAE - TÉCNICO ADM. ESCOLAR - ESCOLAS E CRECHES MUN./ ZONA URBANA

COL:	NOME:
5º	MARIA CRISTINA SANTANA MACHADO

TDI - TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS E CRECHES MUN./ ZONA URBANA

COL:	NOME:
1º	GLEIDSON AFONSO DOS SANTOS VELOSO
2º	RAEMELI SILVA DAMASCENO
3º	ELIANE DA CONCEIÇÃO NUNES
4º	SIDINÉIA DOS SANTOS
5º	DAIANE BRITO FARIAS
6º	ISABELLE CRISTINE PINHEIRO CAMPOS
7º	HELLEN FERNANDA LIMA COSTA
8º	MARIA ANNA KELLY DOS SANTOS

TDI - TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS E CRECHES MUN./ ZONA RURAL

COL:	NOME:
1º	LUANA FRANCISCA CORREIA
2º	LUCILENE DOS SANTOS PEREIRA UCHÔA
3º	ELISANGELA MOTA PEREIRA

FOTOCÓPIA LEGÍVEL:

1 - Cédula de Identidade;

2 - CPF – Cadastro de Pessoa Física;

3 - Certidão de Nascimento ou Casamento/CPF do conjugue;

4 - Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos;

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6 - Título de Eleitor;

7 - Comprovante de votação da última eleição que antecede a convocação;

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 – Carteira de trabalho;

10 - Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de motorista;

11 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 - Comprovante ou declaração constando endereço residencial;

13 - Conta bancaria;

14 - Certidão negativa de débitos para com o município de Peixoto de Azevedo;

15- Documento de Escolaridade, através de certificado, diploma e histórico escolar, emitidos por instituições reconhecidas pelo MEC, (conforme o cargo para qual foi aprovado);

16 - Declaração de bens;

17 - Declaração de não acúmulo de cargo público;

18 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

19 - Atestado de Saúde Física e Mental;

20 - 01 (uma) foto 3x4 recente;

21 - Qualificação cadastral (na entrega dos documentos).

Os acimas convocados que não comparecerem no prazo determinado, ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, podendo a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, convocar imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar necessários para firmar contrato.

Peixoto de Azevedo - MT, 11 de Agosto de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2021

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 101/2021, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento por ITEM, o ***PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS (HORA TÉCNICA) EM MANUTENÇÃO E REPAROS NOS VEÍCULOS E MAQUINARIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT***

Data: 23/08/2021

Credenciamento: 08h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 08h30min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 02 de Agosto de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 099/GP/2021

PORTARIA Nº 099/GP/2021 Em 14 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Imprensa e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 658/2013 de 05/02/2013,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **Aristeu Junior Gonçalves Haas**, portador do CPF n.º 108.530.311-10, para exercer o cargo comissionado de **Coordenador de Imprensa - CC-4,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O servidor nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 088/GP/2021

PORTARIA Nº 088/GP/2021 Em 19 de Março de 2021.

"Retifica Termos da Portaria nº 078/GP/2021 e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº ***078/GP/2021*** que Concede Licença para Tratamento de Doença à Servidor:

Onde se lê:

Art. 1º - **Art. 1º -** Conceder **Licença para Tratamento de Doença** ao servidor **Orivaldo Antonio da Silva**, por um período de **120 (cento e vinte) dias** contados de **08/03/2020 até 05/07/2021**, sem prejuízo de sua remuneração, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, retornando suas atividades normais no dia 06 de julho de 2021.

Leia-se:

Art. 1º - **Art. 1º -** Conceder **Licença para Tratamento de Doença** ao servidor **Orivaldo Antonio da Silva**, por um período de **120 (cento e vinte) dias** contados de **08/03/2021 até 05/07/2021**, sem prejuízo de sua remuneração, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, retornando suas atividades normais no dia 06 de julho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 19 de março de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pontal do Araguaia-MT, torna público a adesão à ATA de registro de preços nº 026/2021, originada do pregão Presencial nº 009/2021 (SRP), realizado pelo Município de Santo Antônio do Leverger /MT, referente ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE IMOBILIÁRIO ESCOLAR, CADEIRAS, LIXEIRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER-MT, conforme descrito nos itens da referida ata.**Empresa: Sublyme Distribuidora de Móveis EIRELICNPJ: 22.579.608/0001-55**Valor Total: R$ 28.736,00 (Vinte e oito mil e setecentos e trinta e seis reais)

Pontal do Araguaia-MT, 11 DE AGOSTO DE 2021.

Alessandro dos Santos Oliveira Presidente da CPL

Ratifico o ato de Adesão à ATA de registro de preços nº 026/2021, advinda do Pregão Presencial SRP nº 009/2021, da Prefeitura de Santo Antônio do Leverger-MT.

Pontal do Araguaia-MT, 11 da Agosto de 2021

Adelcino Francisco Lopo Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 120/GP/2021

PORTARIA Nº 120/GP/2021 De 09 de Junho de 2021.

"Concede Licença para Tratamento de Doença à Servidor".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Atestado Médico datado de 07 de junho de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para Tratamento de Doença** a servidora **Andréia da Costa Barbosa**, por um período de **30 (trinta) dias** contados de **07/06/2021 até 06/07/2021**, sem prejuízo de sua remuneração, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, retornando suas atividades normais no dia 07 de julho de 2021.

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data*de*sua* publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de junho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 09 de junho de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 119/GP/2021

PORTARIA Nº 119/GP/2021 De 01 de junho de 2021.

"Concede Férias e Licença Prêmio à Servidores e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Efetuar o pagamento de **1/3 de Férias**, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 4 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; Lei Municipal nº 989/2021; e Art. 129 do Decreto-Lei nº. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo	
88	Abadia de Oliveira Gonçalves	Aux. de Serv. Gerais	04/03/2018 a 03/03/2019	05/07/2021 a 03/08/2021	G
1450	Alexsandro de Matos	Motorista	01/09/2018 a 31/08/2019'	01/07/2021 a 30/07/2021	G
87	Cacilda Maria Louro	Cozinheira	27/02/2012 a 26/02/2013	01/07/2021 a 20/07/2021	CP
1684	Claycson Moreira Queiroz	Motorista	11/06/2020 a 10/06/2021	01/07/2021 a 01/08/2021	CT
1713	Clayton Chaves de Oliveira	Farmacêutico	21/06/2020 a 20/06/2021	01/07/2021 a 30/07/2021	CT
14	Elizene Maracaipes de O. Moura	Téc. Adm. Educ.	03/01/2020 a 02/01/2021	01/07/2021 a 20/07/2021	CP
1444	Evando Ferreira de Oliveira	Guarda	01/07/2019 a 30/06/2020	01/07/2021 a 30/07/2021	G
1683	Janailton Rosa dos Santos	Motorista	11/06/2020 a 10/06/2021	01/07/2021 a 30/07/2021	G
1551	Laura Chrystinna Araújo Queiroz	Aux. Serv. Gerais	02/02/2018 a 01/02/2019	01/07/2021 a 30/07/2021	G
1721	Leilane Miranda Matos	Ag. de Endemias	21/06/2020 a 20/06/2021	12/07/2021 a 10/08/2021	G
1717	Luana Maria Claudio Macedo	Assistente Social	21/06/2019 a 20/06/2020	01/07/2021 a 30/07/2021	G
61	Luiz Carlos Damaso de Souza	Bioquímico	28/11/2019 a 27/11/2020	01/07/2021 a 30/07/2021	G
1914	Márcio de Almeida Coutinho	Médico	25/09/2018 a 24/09/2019	01/07/2021 a 30/07/2021	G
75	Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte	Téc. Administrativo Educacional	22/01/2018 a 21/01/2019	12/07/2021 a 31/07/2021	CP
27	Maria do Carmo Costa	Aux. Serv. Gerais	10/02/2020 a 09/02/2021	21/07/2021 a 31/07/2021	CP
1442	Maria José Batista Alves	Téc em Enfermagem	01/06/2020 a 31/05/2021	07/07/2021 a 06/08/2021	G
1575	Maylla Ferreira Vasconcelos	Agente Administrativo	02/05/2020 a 01/05/2021	01/07/2021 a 30/07/2021	CP
1700	Nazaré Maria da Silva	Gari	15/06/2020 a 14/06/2021	01/07/2021 a 30/07/2021	G
67	Raimunda Alves Oliveira	Aux. Serviços Gerais	05/11/2019 a 04/11/2020	01/07/2021 a 30/07/2021	G
42	Valdivino de Sousa Pinto	Ag. Administrativo	03/01/2020 a 02/01/2021	01/07/2021 a 30/07/2021	G
1835	Willian Alves de Sousa	Motorista	16/04/2019 a 15/04/2020	01/07/2021 a 20/07/2021	CP

*** G – Gozo; CP – Conversão Parcial; CT – Conversão Total.**

Art. 2º - Conceder **Licença-Prêmio**, a ser paga para os Servidores abaixo relacionados, conforme Lei Municipal nº 366/2004, e letra "b" do Art. 93 da Lei Orgânica do Município:

Mat.	Servidor	Cargo	P. Aquisitivo	Gozo	
103	Arnaldo Rodrigues de Souza	Professor	23/10/2013 a 22/10/2018	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1040	Atanael Ribeiro dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	01/11/2012 a 31/10/2017	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1007	Darcilene Guerra Liborio	Assistente Social	21/11/2013 a 20/11/2017	01/06/2021 a 30/06/2021	C
48	David Viana Ferreira	Agente de Segurança	07/11/2011 a 06/11/2016	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1943	Jociane de Souza Nunes Alves	Aux. Serv. Gerais	19/03/2014 a 18/03/2019	01/06/2021 a 30/06/2021	C
70	José Rezende Duarte	Agente de Segurança	07/01/2012 a 06/01/2017	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1348	Lucelia Jacinto de Lima	Agente Comunitário de Saúde	08/12/2014 a 07/12/2019	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1965	Luciana Ferreira Leal	Agente Administrativo	21/03/2016 a 20/03/2021	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1013	Manoel Gomes da Silva	Aux. de Pedreiro	21/11/2012 a 20/11/2017	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1697	Maria de Nazaré Araújo dos Santos	Professora Pedagoga	11/06/2012 a 10/06/2017	01/06/2021 a 30/06/2021	C
1557	Neilieny Pereira da Silva	Agente Administrativo	07/02/2017 a 06/02/2021	01/06/2021 a 30/06/2021	G
1555	Pabblo Henrique Ferreira Campos	Aux. Serv. Gerais	26/12/2016 a 25/01/2021	01/06/2021 a 30/06/2021	C
752	Simone Alves da Luz	Professora	31/03/2012 a 30/03/2017	18/06/2021 a 17/07/2021	G
104	Silvinha da Silva Santos	Regente de Classe	03/11/2013 a 02/11/2018	01/06/2021 a 30/06/2021	C

*** G – Gozo; C – Conversão.**

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia, 01 de Junho de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 098/GP/2021

PORTARIA Nº 098/GP/2021 Em 14 de Abril de 2021.

"Concede retorno de suas funções à servidor (a) que se encontrava Cedido ao Município de Aragarças – GO**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **retorno de suas funções** a servidora **Wilmara Batista Silva,** que se encontrava cedida ao Município de Aragarças – GO, em conformidade ao Convênio nº 001/2021 – Cooperação Mútua, Cessão de Servidor, concedida através de Termo de Cessão de Servidor Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 106/GP/2021

PORTARIA Nº 106/GP/2021 De 03 de maio de 2021.

"Concede Férias e Licença Prêmio à Servidores e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Efetuar o pagamento de **1/3 de Férias**, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 4 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; Lei Municipal nº 989/2021; e Art. 129 do Decreto-Lei nº. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo	
1026	Aldacy Pereira de Sousa	Aux. Serv. Gerais	21/11/2019 a 20/11/2020	01/06/2021 a 20/06/2021	CP
1444	Evando Ferreira de Oliveira	Guarda	01/07/2018 a 30/06/2019	01/06/2021 a 30/06/2021	G
1683	Janailton Rosa dos Santos	Motorista	11/06/2019 a 10/06/2020	01/06/2021 a 30/06/2021	G
1442	Maria José Batista Alves	Téc em Enfermagem	01/06/2019 a 31/05/2020	07/06/2021 a 06/07/2021	G
1086	Maria Rosely Trindade Pinto	Aux. Serviços Gerais	07/02/2019 a 06/02/2020	01/06/2021 a 30/06/2021	G
28	Marizeth Procópio de Souza	Ag. Administrativo	03/01/2019 a 02/01/2020	01/06/2021 a 20/06/2021	CP
1350	Valdirene Alves Rodrigues	Téc. de Enfermagem	06/01/2020 a 05/01/2021	----------	CT
42	Valdivino de Sousa Pinto	Ag. Administrativo	03/01/2019 a 02/01/2020	01/06/2021 a 30/06/2021	G

*** G – Gozo; CP – Conversão Parcial; CT – Conversão Total.**

Art. 2º - Conceder **Licença-Prêmio**, a ser paga para os Servidores abaixo relacionados, conforme Lei Municipal nº 366/2004, e letra “b” do Art. 93 da Lei Orgânica do Município:

Mat.	Servidor	Cargo	P. Aquisitivo	Gozo	
103	Arnaldo Rodrigues de Souza	Professor	23/10/2013 a 22/10/2018	01/05/2021 a 30/05/2021	C
87	Cacilda Maria Louro	Cozinheira	27/02/2012 a 26/02/2017	01/05/2021 a 30/05/2021	C
48	David Viana Ferreira	Agente de Segurança	07/11/2011 a 06/11/2016	01/05/2021 a 30/05/2021	C
70	José Rezende Duarte	Agente de Segurança	07/01/2012 a 06/01/2017	01/05/2021 a 30/05/2021	C
1697	Maria de Nazaré Araújo dos Santos	Professora Pedagoga	11/06/2012 a 10/06/2017	01/05/2021 a 30/05/2021	C
35	Norma Théia Batista Maciel	Agente Administrativo	03/01/2014 a 02/01/2019	01/05/2021 a 29/07/2021	G
104	Silvinha da Silva Santos	Regente de Classe	03/11/2013 a 02/11/2018	01/05/2021 a 30/05/2021	C
1710	Yana Lyza da Silva Rocha	Odontóloga	14/06/2012 a 13/06/2017	11/05/2021 a 10/06/2021	G

*** G – Gozo; C – Conversão.**

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia, 03 de maio de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 062/GP/2021

PORTARIA Nº 062/GP/2021 De 15 de Fevereiro de 2021.

“Concede Licença para Tratamento de Doença à Servidor”.

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Atestado Médico datado de 12 de fevereiro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para Tratamento de Doença** a servidora **Liene Paniago da Silva**, por um período de **60 (sessenta) dias** contados de **12/02/2021 até 12/04/2021**, sem prejuízo de sua remuneração, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, retornando suas atividades normais no dia 13 de abril de 2021.

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data*de*sua* publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de Fevereiro de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 2247/2021

DECRETO Nº 2247/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021

“***Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS/FUNDEB.***”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76 da Lei Orgânica do Município; e considerando a Lei Municipal nº 1002 de 26 de março de 2021;

D E C R E T A:

Art. 1º - O **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS/FUNDEB**, fica composto com os seguintes representantes:

Representantes do Executivo Municipal

Titular: Laís Gomes Suplente: Rauflis Oliveira Mello Titular: Alessandro dos Santos Oliveira Suplente: João Felipe de Souza Vieira

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Palmira Roberta Félix

Suplente: Elainy Parreira de Oliveira

Representante do Conselho Tutelar

Titular: Zilda Pereira de Souza Silva

Suplente: Marcos Veloso Oliveira

Representante dos Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Básicas

Titular: Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte

Suplente: Rejane Evangelista Galvão

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Raimunda Alves Oliveira

Suplente: Lindomar Alves de Sousa

Representantes de Organização da Sociedade Civil

Titular: Ademilton Castro dos Santos

Suplente: Raelton Sousa Sal

Titular: Cleber Rabelo de Moura

Suplente: Carlos Jesus Ferreira de Oliveira

Representante dos Professores da Educação Básica

Titular: Fúlvia Domingos Correa

Suplente: Feliciane Luiza dos Reis

Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica

Titular: Israelita Francisco Veloso

Suplente: Luana Gomes Tavares

Titular: Cacilda Maria Louro

Suplente: Marta José da Silva

Representantes dos Estudantes da Educação Básica

Titular: Nathalia Gabrielli Alves Menezes

Suplente: Leonardo Iury Machado de Camargo

Titular: Danilo Rodrigues Queiroz

Suplente: Matheus Soares Silva

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2242/2021, de 31/03/2021.

Pontal do Araguaia - MT, 12 de abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 052/GP/2021

PORTARIA Nº 052/GP/2021 De 01 de Fevereiro de 2021.

"Concede Férias e Licença Prêmio à Servidores e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Efetuar o pagamento de **1/3 de Férias**, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 4 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; e Art. 129 do Decreto-Lei nº. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo
27	Maria do Carmo Costa	Aux. Serv. Gerais	10/02/2019 a 09/02/2020	30 dias
1351	Altair Quintino da Silva Neto	Ag. Administrativo	08/02/2020 a 07/02/2021	30 dias
1557	Neilieny Pereira da Silva	Agente Administrativo	07/02/2019 a 06/02/2020	30 dias
28	Marizeth Procópio de Souza	Ag. Administrativo	03/01/2018 a 02/01/2019	20 dias
1698	Jucélia de Souza Nunes	Inspetora de Alunos	15/01/2016 a 14/01/2017	30 dias
1022	Rosemeire Vicente dos Santos	Auxiliar de Serv. Gerais	27/12/2019 a 26/12/2020	30 dias
1714	Valéria Tamara Neres Borges	Aux. de Laboratório	25/06/2019 a 24/06/2020	20 dias
1107	Roberto Carlos Francisco Rosa	Ag. de Endemias	03/03/2019 a 02/03/2020	30 dias
13	Edilamar Fagundes Carrijo Ramos	Ag. Administ.	03/01/2020 a 02/01/2021	30 dias
1106	Neivander Morais Souza	Agente de Endemias	03/03/2020 a 02/03/2021	20 dias
1004	Wilkerson Batista da Silva	Agente Administrativo	21/11/2018 a 20/11/2019	30 dias
1945	Nayara Beatriz A. L. Souza	Farmacêutica	06/05/2019 a 05/05/2020	30 dias
75	Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte	Téc. Administrativo Educacional	22/01/2017 a 21/01/2018	30 dias

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia, 01 de Fevereiro de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 075/GP/2021

PORTARIA Nº 075/GP/2021 De 01 de Março de 2021.

"Concede Férias e Licença Prêmio à Servidores e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Efetuar o pagamento de **1/3 de Férias**, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 4 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; e Art. 129 do Decreto-Lei nº. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo
1855	Janderson Fontoura da Silva	Office Boy	08/07/2019 a 07/07/2020	30 dias
1041	Alexandre Cesário Alves	Agente Comunitário de Saúde	01/11/2019 a 31/10/2020	30 dias
1558	Fernanda Rodrigues Machado	Aux. Serv. Gerais	14/02/2019 a 13/02/2020	30 dias
1004	Wilkerson Batista da Silva	Agente Administrativo	21/11/2019 a 20/11/2020	30 dias
35	Norma Théia Batista Maciel	Agente Administrativo	03/01/2018 a 02/01/2019	30 dias
1007	Darcilene Guerra Liborio	Assistente Social	21/11/2019 a 20/11/2020	30 dias
339-6	Mônica Paz da Silva	Conselheira Tutelar	10/01/2020 a 09/01/2021	30 dias
19	João Batista Borges Silva	Aux. Serv.Gerais	10/02/2020 a 09/02/2021	30 dias
22	Magaly Sousa Negreiro Lima	Téc. Admin. Educac.	03/01/2019 a 02/01/2020	30 dias
44	Divina Laura M. Parreira	Digitadora	08/10/2019 a 07/10/2020	20 dias

Art. 2º - Conceder **Licença-Prêmio**, a ser paga para os Servidores abaixo relacionados, conforme Lei Municipal nº 366/2004, e letra "b" do Art. 93 da Lei Orgânica do Município:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo	
1560	Patricia de Moraes Parreira	Agente Administrativo	21/02/2016 a 20/02/2021	01/03/2021 a 29/05/2021	G

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia, 01 de Março de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 2238/2021

DECRETO Nº 2238/2021 DE 18 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre autorização de Adequação de Tabela a qual o servidor está enquadrado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76 da Lei Orgânica do Município;

Considerando ao Ofício nº 058/GS/SEMEC/2021 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a adequação da tabela a qual o servidor Evando Ferreira de Oliveira, cargo de Guarda, está enquadrado em Apoio Administrativo Profissionalizado, Classe B, Nível 3 com remuneração correspondente no valor de R$ 1.696,75 (um mil seiscentos e noventa e seis reais e setenta centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia - MT, 18 de março de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 086/GP/2021

PORTARIA Nº 086/GP/2021 Em 19 de Março de 2021.

"Concede retorno de suas funções à Servidor (a) que se encontrava de Licença para Tratamento de Doença".

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder nesta data, **retorno às suas funções** à servidora **Ideni Aparecida de Oliveira Lima**, que se encontrava de **Licença para Tratamento de Doença**, concedida através da Portaria n° 032/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 19 de Março de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 2266/2021

DECRETO Nº 2266/2021 DE 26 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre transferência de servidores de Folha de Pagamento para recebimento de remuneração e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76 da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Setor de Recursos Humanos a proceder a transferência de servidores de Folha de Pagamento conforme abaixo, para recebimento de remuneração:

RE	SERVIDOR	DA FOLHA	PARA A FOLHA
1855	Janderson Fontoura da Silva	14 - Sec. Mun. de Esportes 1401 – Gabinete do Secretário 140102 – Esporte Concursado	9 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos 0901 – Gabinete do Secretário 090103 – Obras-Concusado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia - MT, 26 de Maio de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 002/2019

ERRATA EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 002/2019

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 002/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA – FUNAPEM

CONTRATADO: Consórcio Gestor RPPS.

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto reajustar o *preço* do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº. 002/2019, de que trata a Cláusula Quarta nos termos do referido instrumento e da Lei federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Retificar o Extrato do Contrato Administrativo nº. 002/2019"

Onde se lê:

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 002/2019

Leia-se:

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 001/2019

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 087/GP/2021

PORTARIA Nº 087/GP/2021 Em 19 de Março de 2021.

"Concede Licença a servidor para tratar de Interesse Particular**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para Tratar de Interesse Particular** a servidora **VERONICA ALVES VILAR**, por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, a partir de **30/03/2021 até 29/03/2023**, sem ônus, conforme inciso IV do Art. 81 e Art. 92 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29 de outubro de 2001 e Art. 75 da Lei Municipal nº 534/2009 de 03/11/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 19 de Março de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 35/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **V H R DE BARROS**

CNPJ: 32.370.002/0001-69

OBJETO:O presente Contrato destina-se a contratação de Médico Especialista em Ultrassonografia para atendimento na Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 15.900,00 (Quinze Mil e novecentos Reais)

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2021

VIGENCIA:16/07/2021 à 31/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 36/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **PARANÁ COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇO LTDA**

CNPJ: 08.139.615/0001-05

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORMECIMENTO DE LUMINÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE PONTE BRANCA – MT

VALOR: R$ 119.400,00 (Cento e Dezenove Mil e Quatrocentos Reais)

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2021

VIGENCIA:16/07/2021 à 31/12/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 016/2021 TORNA-SE PÚBLICO A LEI 950/2021

EDITAL Nº 016/2021.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 09 DE AGOSTO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÃNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI 950/2021 - *"*Institui sistema de transparência e rastreamento das doses de vacinas de combate ao coronavírus recebidas pelo município, e identificação da população vacinada como forma de controle das doses utilizadas*".*

A LEI 950/2021, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 950/2021.INSTITUI SISTEMA DE TRANSPARÊNCIA E RASTREAMENTO DAS DOSES DE VACINAS COVID-19

LEI Nº 950/2021.

Institui sistema de transparência e rastreamento das doses de vacinas de combate ao coronavírus recebidas pelo município, e identificação da população vacinada como forma de controle das doses utilizadas".

Daniel Rosa do Lago, prefeito municipal de Porto Alegre do Norte-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Plano Municipal de Vacinação Contra o Coronavírus, o sistema de rastreamento das doses recebidas para atendimento à população, dando transparência ao processo de vacinação.

Art. 2º - Deverão ser divulgadas, em plataforma centralizada e de acesso público, as informações referentes ao recebimento e distribuição das doses recebidas e encaminhadas aos postos de vacinação de forma discriminada.

§ 1º. Todas as informações da vacinação de combate ao coronavírus devem ser expostas através de banners digitais e também publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, disponíveis a população.

§ 2º. Deverão constar na plataforma em relação a cada lote de doses recebidas:

I - Identificação do lote e quantidade de doses encaminhadas;

II - Identificação do laboratório fabricante;

III - Destinação das doses por Unidade de Saúde ou posto de vacinação;

IV - Doses aplicadas por cada Unidade de Saúde ou posto de vacinação.

Art. 3º - A identificação da população imunizada deverá ser realizada através de cadastramento, em todos os locais de vacinação, onde deverá

constar a identificação do vacinado, com nome completo, grupo de vacinação a que pertence por grau de prioridade e data da vacinação.

Art. 4º - Os dados de identificação dos imunizados deverão constar de caderneta de vacinação com cópia ou compilação de dados, que deverá ser arquivada em meio eletrônico, e terá seus dados disponibilizados na mesma plataforma, utilizando-se de sistema aberto que permita o acesso livre de forma a verificar e cruzar as informações disponibilizadas.

Art. 5º - Os dados a que se refere a presente Lei deverão ser atualizados sempre que sejam recebidos novos lotes de vacinas e atualizados durante o processo de vacinação com a utilização desses lotes.

Art. 6º - Os efeitos desta Lei retroagem a data do recebimento do primeiro lote de doses da vacina, devendo os dados anteriores à sua publicação ser divulgados em até 20 (vinte) dias de sua entrada em vigor.

Art. 7º -As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 05/2021 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Porto Alegre do Norte 19 de Julho de 2021

ATA Nº 05

Ao dia 01 de julho de 2021, as 19: horas de forma virtual reuniram se os membros do Conselho municipal de saúde em reunião ordinária tendo a pauta: Vacinação do Covid- 19, em seguida o presidente do CMS o senhor Leonam agradece a presença de todos que compareceram, sendo Ângelo Altair, Divino Virgulino, Leonam Souza, Necy Martins, Reginalva Ribeiro, Romeu Martinez, Vaneila Leidiane, Luciene Coelho, Maria Natalícia, Ângela Williman, Enf. Janaina, dada inicio a reunião o secretário municipal de Saúde informa que está seguindo a organização do plano municipal de imunização, os gestores prefeitos e secretários são os responsáveis, não vamos deixar pessoas pra trás sem ser vacinada, começamos com a idade de 90 anos, depois foi baixando a idade sendo o grupo dos idosos, e agora estamos vacinando as pessoas com cormobidades, os próximo são os professores, o boletim de atualização do Covid teve um problema no saite da prefeitura mais já foi resolvido, e informa que a UCT está em tramite para ser transferida para outro município onde vai sediar o hospital regional na Cidade de Confresa, hoje recebemos 5.000.00, de contra partida do estado e gastamos 50.000.00 para funcionar, na prefeitura já está em estudo à contratação de uma empresa Oscipe para assumir os servidores que são contratados, a folha de pagamento não pode passar dos 54 e quatro por cento com pagamento de servidores, o conselheiro Leonam informa tem algum tema que entra em pauta o conselho tem que tempo para discutir, Ângela informa que o processo de vacinação tem que ser mais transparente para a população, fez uso da fala a Conselheira Reginalva questionando sobre a limpeza da Unidade de Saúde Buriti que se encontra com muito lixo bem na entrada da unidade, Maria Natalícia falou que saúde e educação tem que ter o habito de higiene, o Secretário de saúde informou sobre a troca de duas camioneta uma da Secretaria de saúde vai ser transferida para o Gabinete, e a do gabinete vai para Secretária de saúde, todos os Conselheiros participantes aprovaram por unanimidade, e não havendo nada mais a relatar as 20: horas eu Luciene Coelho Secretária executiva do CMS encerro a presente ata que vai assinada por mim e todos os presente Porto Alegre do Norte/ MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DO PREGÃO 15/2021

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **Abertura do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 15/2021,** DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ORAIS E INJETAVEIS.** No seguinte local, data e horário: Local: sala de licitações-Data: 25/08/2021–Horário: 09:00 horas-**Porto Esperidião-MT, 11 DE AGOSTO DE 2021-RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.**

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA ADESÃO A ATA 05-2021

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DA ADESÃO A ATA 05/2021

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 05/2021. **"SISTEMA CARONA"** DO OBJETO: **SERVIÇOS DE RETIFICA COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS.**

DETENTORA DA ATA A EMPRESA:**NE EQUIPAMENTOS PEÇAS, E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - CNPJ 09.619.626/0001-55**. Porto Esperidião-MT, 11 DE AGOSTO DE 2021 - MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO TRANSPORTE ESCOLAR

PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS 49/2019 AO 76/2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2019

Pelo presente instrumento de **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8.666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **KELLY GOMES DE FREITAS - MEI, CNPJ n° 25.111.577/0001-00**, situada na rua **PARQUE DAS AMERICAS, Nº 457,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietária da empresa a senhora **KELLY GOMES DE FREITAS,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 49/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a fazer parte integrante do presente termo**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato **49/2019,** nos termos do **Art. 57. Inciso II**da lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

KELLY GOMES DE FREITAS–MEI

CNPJ n° 25.111.577/0001-00

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/ 0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **LEANDRA DIONISIO DE SOUZA - MEI, CNPJ N° 26.076.169/0001-19, situada no Distrito de PEDRO NECA, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietária da empresa a senhora LEANDRA DIONISIO DE SOUZA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 50/2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 50/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

LEANDRA DIONISIO DE SOUZA – MEI

CNPJ N° 26.076.169/0001-19

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/ 0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **ANDERSON VAGNER PRADO VIERIA - MEI, CNPJ N° 25.335.667/0001-76, situada na Comunidade DISTRITO VILA PICADA, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa a senhor ANDERSON VAGNER PRADO VIERIA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 51/ 2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2021 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 51/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

ANDERSON VAGNER PRADO VIERIA – MEI

CNPJ N° 25.335.667/0001-76

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 52/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **ALEX LUIZ MACEDO - MEI, CNPJ N° 25.343.322/0001-64**, situada na Comunidade **DISTRITO VILA PICADA,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor **ALEX LUIZ MACEDO, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 52/2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 52/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

ALEX LUIZ MACEDO – MEI

CNPJ N° 25.343.322/0001-64

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **AURELIANO MACEDO FREITAS - MEI, CNPJ N° 27.098.335/0001-40**, situada na Comunidade **ZONA RURAL,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor **AURELIANO MACEDO FREITAS,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 53/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 53/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 DE DEZEMBRO DE 2020

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

AURELIANO MACEDO FREITAS – MEI

CNPJ N° 27.098.335/0001-40

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **O. M. DA SILVA FILHO - MEI, CNPJ N° 10.608.986/0001-30, situada na Comunidade BOCAIUVAL, rua padre nazareno, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, Neste ato representado pelo o senhor ORLANDO MAXIMIANO DA SILVA FILHO,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 53/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 53/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

O. M. DA SILVA FILHO – ME

CNPJ N° 10.608.986/0001-30

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **EDILBERTO RENATO DE SOUZA - MEI, CNPJ N° 11.606.855/0001-87, situada na Comunidade PEDRO NECA, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor EDILBERTO RENATO DE SOUZA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 55/2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 55/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

EDILBERTO RENATO DE SOUZA – MEI

CNPJ N° 11.606.855/0001-87

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **KAUE DE OLIVEIRA LARA PICADA - MEI, CNPJ N° 28.049.611/0001-43, situada na RUA MARECHAL RONDON, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor KAUE DE OLIVEIRA LARA PICADA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 56/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 56/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

KAUE DE OLIVEIRA LARA PICADA – MEI

CNPJ N° 28.049.611/0001-43

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **MAYCON ESTEFANY FERREIRA - MEI, CNPJ N° 25.003.730/0001-77**, situada na comunidade **BOCAIUVAL,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor**MAYCON ESTEFANY FERREIRA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 57/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 57/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

MAYCON ESTEFANY FERREIRA – MEI

CNPJ N° 25.003.730/0001-77

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **GENIVALDO LOPES ORTIZ - MEI, CNPJ N° 27.391.923/0001-78, situada na rua Edmar Teixeira de Paula, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo senhor GENIVALDO LOPES ORTIZ,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 58/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 58/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

GENIVALDO LOPES ORTIZ – MEI

CNPJ N° 27.391.923/0001-78

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **NEIROELTON FAGUNDES QUINTÃO - MEI, CNPJ N° 20.300.999/0001-00, situada na COMUNIDADE VILA CARDOSO, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor NEIROELTON FAGUNDES QUINTÃO,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 60/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 60/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

NEIROELTON FAGUNDES QUINTÃO – MEI

CNPJ N° 20.300.999/0001-00

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **CARLOS CARVALHO DE SOUZA - MEI, CNPJ N° 21.557.694/0001-32, situada na COMUNIDADE ASA BRANCA, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor CARLOS CARVALHO DE SOUZA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 61/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 61/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

CARVALHO DE SOUZA – MEI

CNPJ N° 21.557.694/0001-32

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **JV TRANSPORTE - MEI, CNPJ N° 21.557.639/0001-42**, situada na ZONA RURAL**,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietária da empresa a senhora **ROSIMEIRE APARECIDA DE URZEDO,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 62/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 62/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

JV TRANSPORTE – MEI

CNPJ N° 21.557.639/0001-42

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 63/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **JOSE MARCIO DA SILVA LEITE - MEI, CNPJ N° 21.620.159/0001-89, situada na COMUNIDADE VILA PICADA, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor JOSE MARCIO DA SILVA LEITE,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 63/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8. 666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 63/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

JOSÉ MARCIO DA SILVA LEITE-MEI

CNPJ N° 21.620.159/0001-89

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 64/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **VAGNER ANTERO CORTEZ - MEI, CNPJ N° 23.843.161/0001-42, situada na COMUNIDADE BOCAIUVAL, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor VAGNER ANTERO CORTEZ,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 64/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 64/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

VAGNER ANTERO CORTEZ – MEI

CNPJ N° 23.843.161/0001-42

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **PAMELA MONIQUE DE SOUZA JUPITER - MEI, CNPJ N° 26.656.014/0001-51, situada na COMUNIDADE BOCAIUVAL, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietária da empresa a senhora PAMELA MONIQUE DE SOUZA JUPITER,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 53/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021 .

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 53/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT,23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PAMELA MONIQUE DE SOUZA JUPITER – MEI

CNPJ N° 26.656.014/0001-51

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 66/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **RENATO NUNES SIQUEIRA - MEI, CNPJ N° 27.078.149/0001-40, situada na ZONA RURAL, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor RENATO NUNES SIQUEIRA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 66/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 66/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

RENATO NUNES SIQUEIRA – MEI

CNPJ N° 27.078.149/0001-40

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 67/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **NC TRANSPORTE - MEI, CNPJ N° 24.556.261/0001-50, situada na COMUNIDADE BAHIA BELA, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor NICANOR CORREIA NUNES, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 67/2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 67/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

NC TRANSPORTE – MEI

CNPJ N° 24.556.261/0001-50

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **CARLOS NUNES DA SILVA - MEI, CNPJ N° 29.645.783/0001-42, situada na COMUNIDADE POSTINHO, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor CARLOS NUNES DA SILVA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 68/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 68/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

CARLOS NUNES DA SILVA - MEI

CNPJ N° 29.645.783/0001-42

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **JANDEMAR DUARTE DE OLIVEIRA - MEI, CNPJ N° 29.704.076/0001-80**, situada na AVENIDADE 13 DE MAIO**,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor **JANDEMAR DUARTE DE OLIVEIRA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 69/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 69/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

NC TRANSPORTE – MEI

CNPJ N° 24.556.261/0001-50

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **VALDOMIRO DE FREITAS - MEI, CNPJ N° 25.336.711/0001-62**, situada na RUA JOÃO FERREIRA, Nº 02**,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor **VALDOMIRO DE FREITAS, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 70/2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 70/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

VALDOMIRO DE FREITAS – MEI

CNPJ N° 25.336.711/0001-62

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/ 0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **ALESSANDRO DE ALMEIDA PASSOS - MEI, CNPJ N° 32.872.520/0001-80**, situada na COMUNIDADE BOCAIUVAL**,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor **ALESSANDRO DE ALMEIDA PASSOS,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 71/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 71/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

ALESSANDRO DE ALMEIDA PASSOS–MEI

CNPJ N° 32.872.520/0001-80Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/ 0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **ALEXANDRA MENDES LEITE - MEI, CNPJ N° 32.215.953/0001-63, situada na COMUNIDADE ACORIZAL, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietária da empresa a senhora ALEXANDRA MENDES LEITE,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 72/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/ 93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 72/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

ALEXANDRA MENDES LEITE – MEI

CNPJ N° 32.215.953/0001-63

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **LUCIANA BISPO DE SOUZA - MEI, CNPJ N° 32.711.651/0001-86**, situada no **DISTRITO DE VILA CARDOSO,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, neste ato representado pela senhora **LUCIANA BISPO DE SOUZA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 73/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 73/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

LUCIANA BISPO DE SOUZA – MEI

CNPJ N° 32.711.651/0001-86

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 74/2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a **DAIANA TUR - MEI, CNPJ N° 32.948.167/0001-75**, situada na COMUNIDADE PEDRO NECA**,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietária da empresa a senhora **ROSANGELA SOUZA DIAS,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 74/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 74/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

DAIANA TUR – MEI

CNPJ N° 32.948.167/0001-75

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 75 /2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **JUVENAL JOSE DE OLIVEIRA - MEI, CNPJ N° 32.920.172/0001-70, situada na RUA JOÃO BORDON, Nº 125, no Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, proprietário da empresa o senhor JUVENAL JOSE DE OLVEIRA,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 75/2019, oriundo do **Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 75/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

JUVENAL JOSE DE OLIVEIRA – MEI

CNPJ N° 32.920.172/0001-70

Contratada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76 /2019

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8. 666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 e a empresa **BISMARCK SILVA DO CARMO - MEI, CNPJ N° 30.837.807/0001-44**, situada na AVENIDA 13 DE MAIO**,** no Município de **PORTO ESPERIDIÃO-MT**, proprietário da empresa o senhor **BISMARCK SILVA DO CARMO, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 75/2019, oriundo do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 07/2019,** que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, que passa a ser parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, de vigência do referido contrato a contar do dia 31 de DEZEMBRO de 2020 com Validade até 31 de dezembro 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEGALIDADE E PUBLICIDADE

Amparado no que prevê a cláusula sexta do contrato 75/2019, nos termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93. E suas posteriores alterações e em conformidade com o Art. 37 Inciso IV da constituição Federal. O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais,

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 23 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

BISMARCK SILVA DO CARMO – MEI

CNPJ N° 30.837.807/0001-44

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2021

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 008/2021.

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para aquisição de Maquinário e Equipamento para atender o Município de Porto Estrela - MT.

Assinatura: 11 de agosto de 2021.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preço Registrado para o seguinte item: 01.

Valor Total: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

Empresa: TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
CNPJ: 02.416.362/0001-93
Endereço: AVENIDA ULISSES POMPEU DE CAMPOS, N.656, CEP 78. 110-600, VARZEA GRANDE - MT
Representante: RENATA CORTESE DE OLIVEIRA
CPF: 513.164.559-04

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 008/2021.

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para aquisição de Maquinário e Equipamento para atender o Município de Porto Estrela - MT.

Assinatura: 11 de agosto de 2021.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preço Registrado para o seguinte item: 02.

Valor Total: R$ 29.900,00 (vinte nove mil e novecentos reais)

Empresa: GEO POSITION COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 10.430.520/0001-98
Endereço: AV DOUTOR CELSO CHARURI, Nº 6391, CEP 14098-510, RIBEIRÃO PRETO - SP
Representante: EDUARDO MARTINS DE OLIVEIRA
CPF: 992.225.908-72

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório

Pregão Eletrônico nº 008/2021

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para aquisição de Maquinário e Equipamento para atender o Município de Porto Estrela - MT.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no processo licitatório nº. 008/2021, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO PARA Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para aquisição de Maquinário e Equipamento para atender o Município de Porto Estrela - MT**,** conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que tratam os autos, considerando o Parecer Jurídico emitido pela procuradoria do município e especialmente o resultado do julgamento proferido pelo pregoeiro e equipe de apoio e em conformidade com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02 e suas posteriores alterações;

DESTA FORMA RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, adjudicando seus objetos as empresas: **TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**, portadora do CNPJ: Nº **02.416.362/0001-93**, que sagrou-se vencedora do item 01 por apresentar menor preço, totalizando o valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) e a empresa **GEO POSITION COMERCIO E SERVICOS LTDA**, portadora do CNPJ: Nº **10.430.520/0001-98**, que sagrou-se vencedora do item 02 por apresentar menor preço, totalizando o valor de R$ 29.900,00 (vinte nove mil e novecentos reais)

Porto Estrela/MT, 11 de agosto de 2021.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 22-2021/CMDCA - RENUNCIA DE VAGA DA CANDIDATA DIVINA DA SILVA BARROS PARA INGRESSO NAS FUNÇÕES DE CONSELHEIRA TUTELAR

Edital Complementar n°. 023/2021 Poxoréu –MT,11 de agosto de 2021.

Torna do conhecimento público a Renúncia da convocada, **Sra. Divina da Silva Barros** para as funções de Conselheira Tutelar e dá outras providências

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições Regimentais, tendo em vista a realização das eleições para escolha dos Conselheiros Tutelares/2019 no próximo dia 06/10/2019 no município de Poxoréu - MT,

Considerando o disposto Edital n°. 001/2019/CMDCA, de 27 de fevereiro de 2019, homologado pela Resolução n°. 07/2019/CMDCA, da mesma data, inciso XXIV do artigo 5°;

Considerando o Resultado das eleições de 06/10/2019, homologado por este CMDCA, mediante Edital Complementar **n°. 019/2019, datado de 11 de Outubro de 2019,** regulamentepublicado em D.O/AMM/MT, de 12/10/2019;

Considerando a exoneração da Conselheira NELICE XAVIER DE SOUZA, no último dia 02/08/2021, desincompatibilização das funções no último dia 09/08/2021, e tendo em vista a convocação para preenchimento da vaga com resultado análogo da 1ª suplente,

Considerando a necessidade de preencher a vacância e recompor o colegiado, na forma legal,

RESOLVE:

Art. 1° - Tornar público Renúncia da convocada, Sra. **DIVINA DA SILVA BARROS** para as funções de Conselheira Tutelar**,** conforme Carta-Renuncia apresentada a este CMDCA e a Secretaria Municipal de Assistência Social, no último da 09/08/2021.

Art. 2º - Reitera a Convocação da próxima suplente à posse nas funções de Conselheira Tutelar no Município de Poxoréu, conforme abaixo se segue:

ORDEM	NOME DO (A) CANDIDATO (A)	N°	VOTAÇÃO	RESULTADO
7°	Rosemeire Vieira da S. Bezerra	23	126 votos	2ª SUPLENTE

Art. 3º - A convocada acima citada tem o prazo de **07 (sete) dias**, a partir da publicação deste ato devendo apresentar no ato da posse, à Secretaria de Assistência Social, os seguintes documentos:

a) Cópia dos documentos pessoais autenticados: RG, CPF, Título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral b) Cópia do Cartão de PIS/PASEP c) Cópia da Certidão de nascimento ou casamento d) Comprovante de Escolaridade e) Certidão de nascimento dos filhos menores, com caderneta de vacinação (para os menores de 06 anos) e comprovante de escolaridade (até 14 anos) f) Declaração de Bens, reconhecida em Cartório g) Certidão Negativa de Ações Cíveis e criminais (Estadual e Federal) h) Certidão Negativa da Fazenda Municipal/Estadual/federal i) Comprovante de conta Corrente j) Comprovante de Residência (água, energia, telefone ou declaração) k) Declaração de não acumulação de cargos públicos e/ou acumulação legal, com firma reconhecida em cartório. l) 02 (duas) fotos recentes 3X4 m) Atestado Médico Admissional

Art. 4º - Fica reiterado o art. 4º do Edital Complementar n°. 022/2021/CMDCA publicado em D.O AMM/MT, datado de 06 de agosto de 2021.

Art. 5° -. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 11 de Agosto de 2021.

LUCIA VOLTAN RIBEIRO

Presidente do CMDCA

JURIDICO
AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022-2025

Edital N° 01/2021

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA

ELABORAÇÃO DO PPA 2022-2025.

O prefeito municipal de Poxoréu, Nelson Antônio Paim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo, e invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no art. 48 e no seu parágrafo único da Lei Complementar n° 101/2000.

Convida toda população poxorense para participar da Audiência Pública on-line, onde serão recolhidas sugestões para a elaboração do Plano Plurianual - PPA (2022/2025).

Essa audiência será realizada no dia 16/08/2021, às 17h, com transmissão ao vivo na página da Prefeitura Municipal de Poxoréu no Facebook.

Sua participação é importante, para juntos elaborarmos projetos futuros para nosso município!

Poxoreu-MT 11 de Agosto de 2021

Nelson Antônio Paim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA - ABAVIDA

CNPJ Nº: 04.121.894/0001-29

OBJETO: REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TIPO CASA DE APOIO COM SEDE EXCLUSIVAMENTE NA CAPITAL DO ESTADO CUIABÁ-MT ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM 24 HORAS, ESTABELECIMENTO DEVE POSSUIR QUARTO MASCULINOS E FEMININOS SEPARADOS EM PERFEITO ESTADO DE HIGIENE DIÁRIAS COM A FINALIDADE DE HOSPEDAR PACIENTES EM TRATAMENTO EM CUIABÁ-MT, ALÉM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS PACIENTES, OFERECENDO TRANSPORTES, ALIMENTAÇÕES COM ACOMODAÇÕES DE QUALIDADE.

VIGENCIA: 09 de Agosto de 2021 a 09 de Agosto de 2022

VALOR GLOBAL: R$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº136 /2021 DE 09 DE AGOSTO DE 2021

NOMEIA A SENHORA MARIA DA PENHA LUZ LOPES VENTURA, COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 32/2021, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA – ABAVIDA, CADASTRADA NO CNPJ Nº 04.121.894/0001-29.

JONAS CAMPOS VIERA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a senhora **MARIA DA PENHA LUZ LOPES VENTURA,** cadastrada no CPF nº 780.577.791-87, responsável pela fiscalização do Contrato nº 32/2021 que tem como objeto Referente a Contratação de em-

presa tipo Casa de Apoio com sede exclusivamente na capital do estado Cuiabá-MT especializada em prestar serviços de hospedagem 24 horas, estabelecimento deve possuir quarto masculinos e femininos separados em perfeito estado de higiene diárias com a finalidade de hospedar pacientes em tratamento em Cuiabá-MT, além de assistência social aos pacientes, oferecendo transportes, alimentações com acomodações de qualidade.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 09 de Agosto de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2021

A Prefeitura Municipal De Reserva Do Cabaçal-Mt, Com Sede Na Av. Mato Grosso, 221, Centro, Cep: 78.265-000 Reserva Do Cabaçal-Mt, Torna Público Que Realizará No Dia **24/08/2021 Às 08h00min Horas,** Pregão Presencial Registro De Preço Referente Aquisições Futuras e Fracionadas De Fornecimento De Combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10 E Etanol), Para Atender A Demanda Da Frota Municipal Da Prefeitura Municipal De Reserva Do Cabaçal – MT.

Os Interessados Poderão Adquirir O Edital Completo Diretamente No Setor De Licitação Do Município, Localizado Na Avenida Mato Grosso, Nº 229, Centro, Na Cidade De Reserva Do Cabaçal-Mt Ou Retirar Pelo Pelo E-Mail: Licitacaoreservadocabacal@Gmail.Com.

O Processo Será Regido Pela Lei Nº 10.520, De 17 De Julho De 2002 E Subsidiariamente Pela Lei 8.666 De 21/06/93 (Com Alterações Da Lei 8883/94 E Da Lei Nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 11 de agosto de 2021.

ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02 2021

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02 2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preços n° 02/2021, "Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de Engenharia de Construção de Bueiro Simples Tubular de Concreto Armado, Poço de Visita e Dissipador de Energia para ser realizado na Rua Tocantins, atendendo as necessidades da secretaria de infraestrutura".

Abertura no dia **30 de Agosto de 2021, às 07:30 horas(MT)**, na sede da Prefeitura Municipal situada na Avenida Padre João Bosco, n. 2067, Centro. Os interessados poderão obter informações e o Edital no Departamento de Licitações desta Prefeitura no horário das 7:00 as 13:00 em dias úteis.

Ribeirão Cascalheira-MT, 11 de Agosto de 2021.

BRUNA APARECIDA DE MENEZES

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITURA
ATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2021/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 202/2016-GAB.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o Servidor ***ANTONIO DA SILVA LOPES***, No Cargo efetivo de ***AUXILIAR ADMINISTRATIVO,*** Matricula ***nº 561.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da LOM, e,

DECIDO.

1 – Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o servidorANTONIO DA SILVA LOPES, No Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Matricula nº 561, referente ao período de aquisição compreendido em 03/08/2021 até 03/09/2021, gozado no mês de AGOSTO/2021.

2- Retroagindo os efeitos da publicação a data da concessão da referida licença.

3– Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias.

Rondolândia-MT, 11 de agosto de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 27

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP 78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Representante: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 25.034.906/0001-58

Telefone: (54) 3712-5888Email: FLYMEDRS@OUTLOOK.COMEndereço: R MACHADO DE ASSIS, 1237 - BELA VISTA, Erechim - RS - 99704-066

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
6	ALOPURINOL 100 MG	1.500,00	COMP	PRATI DONADUZZI	PRATI DONADUZZI	R$ 0,15	R$225,00

97	NISTATINA -CONCENTRACAO/DOSAGEM100.000 UI/ML, FORMAFARMACEUTICA SUSPENSAOORAL, FORMA DEAPRESENTACAO FRASCO, VIA DEADMINISTRACAO ORAL	100,00	FRA	PRATI DONADUZZI	PRATI DONADUZZI	R$ 3,62	R$362,00
118	PAP E L G R A U C I R Ú R G I C O EM B. T U B P/ESTERILIZAÇÃO25CMX100M -	20,00	UNID	ESTERILCARE	ESTERILCARE	R$ 130,00	R$2.600,00
179	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7	5.000,00	UNID	WILTEX	WILTEX	R$ 0,10	R$500,00
180	AGULHAS DESCARTÁVEL 40X1,2	2.000,00	UNID	WILTEX	WILTEX	R$ 0,10	R$200,00
193	PAPEL GRAU CIRURGICO -RESISTENTE A PAPEL GRAUCIRURGICO,15 CMX 100 M	15,00	ROLO	ESTERILCARE	ESTERILCARE	R$ 80,00	R$1.200,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 25.034.906/0001-58

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 23

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI Representante: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI	CNPJ: 25.279.552/0001-01

Telefone: (45) 3251-1461Email: dellydistribuidora@gmail.comEndereço: RUA PERU, 454 - CENTRO, Ouro Verde do Oeste - PR - 85933-000

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
2	ACIDO ACETIL SALICÍLICO 100 MG	50.000,00	COMP	IMEC	DORMEC	R$ 0,05	R$2.500,00
16	CAPTOPRIL -CONCENTRACAO/DOSAGEM 50MG	5.000,00	COMP	PHARLAB	CAPTOSEN	R$ 0,13	R$650,00
21	CETOCONAZOL CREME TÓPICOBIS 20MG G30G	400,00	BISN	CIMED	CIMED	R$ 3,79	R$1.516,00
30	DEXCLORFENIRAMINA MALEATOXAROPE 2MG /5ML FRASCO 100ML	400,00	FRA	HIPOLABOR	HIPOLABOR	R$ 1,73	R$692,00
31	DICLOFENACO SODICO -CONCENTRACAO/DOSAGEM 50MG	10.000,00	COMP	BELFAR	BELFAREM	R$ 0,09	R$900,00
34	DIPIRONA SODICA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 500MG/ML	2.000,00	FRA	FARMACE	FARMACE	R$ 1,31	R$2.620,00
36	MALEATO DE ENALAPRILCONCENTRACAO/DOSAGEM 20MG	4.000,00	COMP	MEDQUIMICA	PRESSOMED	R$ 0,08	R$320,00
41	FLUCONAZOL -CONCENTRACAO/DOSAGEM 150MG	800,00	COMP	MEDQUIMICA	MEDQUIMICA	R$ 0,47	R$376,00
49	LACTULOSE XAROPE 667 MG/MLFR 120 ML	400,00	FRA	NTS	NTS	R$ 8,19	R$3.276,00
50	LIDOCAINA CLORIDRATO,DOSAGEM 2%, GELÉIA	150,00	BISN	PHARLAB	LABCAINA	R$ 2,99	R$448,50
54	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATOSOLUÇÃO ORAL 4 MG FR 10 ML	300,00	FRA	PHARLAB	PHARLAB	R$ 1,09	R$327,00
55	METRONIDAZOL 250 MG	2.000,00	COMP	PRATI	PRATI	R$ 0,17	R$340,00
57	MICONAZOL NITRATO/ CREMEVAGINAL 20MG/G (2%) BISNAGA80 G	600,00	BISN	PRATI	PRATI	R$ 6,97	R$4.182,00
58	NIMESULIDACONCENTRACAO/DOSAGEM 50MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO	2.000,00	FRA	CIMED	CIMED	R$ 2,00	R$4.000,00
62	NORFLOXACINO 400 MG	2.000,00	COMP	MEDQUIMICA	MEDQUIMICA	R$ 0,43	R$860,00
64	PARACETAMOL 200 MG/MLSOLUÇÃO ORAL 10 ML	1.500,00	FRA	GREENPHARMA	GREENPHARMA	R$ 1,21	R$1.815,00
66	PERMETRINA DOSAGEM 10,INDICAÇÃO LOÇÃO	300,00	FRA	NATIVITA	PERMENATI	R$ 2,21	R$663,00
68	PROPANOLOL- CLORIDRATOCONCENTRACAO/ DOSAGEM 40MG	15.000,00	COMP	OSORIO DE MORAES	OSORIO DE MORAES	R$ 0,04	R$600,00
72	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL -PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL 3,5G +1,5G/2,9G +20G SACHÊ 27,9 G	2.000,00	SACHÊ	IFAL	IFAL	R$ 0,89	R$1.780,00
73	SECNIDAZOL 1.000 MG	1.200,00	COMP	GLOBO	GLOBO	R$ 1,56	R$1.872,00
74	SULFADIAZINA DE PRATA 1 %INDICAÇÃO CREME / BISNAGA 50G	300,00	BISN	NATIVITA	NATIVITA	R$ 7,81	R$2.343,00
76	ALENDRONATO DE SODIOCONCENTRACAO/DOSAGEM 70MG	1.200,00	COMP	ELOFAR	OSTIOFAR	R$ 0,37	R$444,00
85	DOXAZOSINA, MESILATOCONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG	600,00	COMP	CIMED	CIMED	R$ 0,25	R$150,00
89	NISTATINA 25.000 UI/G CREMEVAGINAL BISNG 40 G	600,00	BISN	GREENPHARMA	GREENPHARMA	R$ 6,19	R$3.714,00
91	SIMETICONACONCENTRACAO/DOSAGEM 40MG,	1.000,00	COMP	PRATI	PRATI	R$ 0,16	R$160,00
129	BECLOMETASONA,DIPROPIONATO -CONCENTRACAO/DOSAGEM 50MCG, FORMA FARMACEUTICAAEROSSOL, FORMA DEAPRESENTACAO FRASCO, VIA DEADMINISTRACAO INALATORIAORAL	50,00	UNID	CHIESE	CLENIL	R$ 49,49	R$2.474,50
132	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG/ML + 5 MG/ML-RESPECTIVAMENTE, FORMAFARMACEUTICA SOLUCAO,FORMA DE APRESENTACAOFRASCO, VIA DE ADMINISTRACAOORAL	200,00	UNID	CIFARMA	NAUSILON	R$ 5,49	R$1.098,00
236	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML	300,00	UNID	HIPOLABOR	HIPOLABOR	R$ 6,89	R$2.067,00

276	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO5MG/ML - SOL. INJ. - 2ML	2.000,00	UNID	SANTISA	METOCLOSANTISA	R$ 0,61	R$1.220,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT04.221.486/0001-49DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI25.279.552/0001-01

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 30

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP 78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI Representante: ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI	CNPJ: 27.718.661/0001-03

Telefone: (62) 3097-3404 Email: ARMAZEMDOSMEDICAMENTOS@GMAIL.COM Endereço: AV RIO DE JANEIRO, 309 - VILA GALVAO, Senador Canedo - GO - 75254-632

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
77	CARBAMAZEPINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 20MG/ML 100 ML.	100,00	FRA	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049701720040	R$ 11,00	R$1.100,00
84	CLORPROMAZINA, CLORIDRATOCONCENTRACAO/DOSAGEM 100MG	1.200,00	COMP	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049701550048	R$ 0,35	R$420,00
259	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML - SOL. INJ. - 1ML	200,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049712200019	R$ 2,20	R$440,00
262	FLUMAZENIL 0,1MG/ML - SOL. INJ.- 5ML	20,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049713260015	R$ 10,99	R$219,80
280	OCITOCINA 5UI/ML - SOL. INJ. -1ML	50,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049701490043	R$ 2,45	R$122,50
282	PETIDINA, CLORIDRATO 50MG/ML- SOL. INJ - 2ML	100,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049713390016	R$ 3,15	R$315,00
288	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML (100MG) - SOL. INJ. 2 ML	1.500,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049713130049	R$ 1,25	R$1.875,00
290	DECANOATO DE HALOPERIDOL50mg/Ml	50,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049711330016	R$ 9,50	R$475,00
292	TENOXICAM PO 40 MG	1.500,00	UNID	UNIAO QUIMICA	REGISTRO: 1049711380188	R$ 13,00	R$19.500,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI 27.718.661/0001-03

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 24

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preçospara eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Representante: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 21.227.039/0001-16

Telefone: (54) 3712-3505Email: licitacao@lifecentermedicamentos.com.brEndereço: R JOAO TONIN, 50 - JABUTICABAL, Erechim - RS - 99712-292

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
3	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	30.000,00	COMP	NATULAB	CX C/500	R$ 0,06	R$1.800,00
8	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG	4.000,00	COMP	TEUTO	CX C/100	R$ 0,13	R$520,00
19	CEFALEXINA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 500MG	12.000,00	COMP	TEUTO	CX C/500	R$ 0,40	R$4.800,00
20	CEFALEXINA SUSP ORAL 50MG/5ML FRASCO 60 ML	200,00	FRA	TEUTO	CX C/ 50	R$ 7,56	R$1.512,00
48	IBUPROFENO SUSPENSÃO ORAL50MG/ML FR 30ML	600,00	FRA	NATULAB	CX C/100	R$ 1,80	R$1.080,00
53	METFORMINA CLORIDRATOREVESTIDO 850 MG	40.000,00	COMP	PRATI	CX C/400	R$ 0,11	R$4.400,00
59	NEOMICINA + BACITRACINAPOMADA MG/G +250UI/G	2.000,00	BISN	PRATI	CX C/50	R$ 2,20	R$4.400,00
243	BENZILPENICILINA 1.200.000 UI	1.500,00	UNID	TEUTO	CX C/50	R$ 7,18	R$10.770,00
257	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML -SOL. INJ. - 2ML	2.000,00	UNID	TEUTO	CX C/120	R$ 0,73	R$1.460,00
286	SUCCINATO SÓDICO DEHIDROCORTISONA, PÓ P/SOLUÇÃO INJETÁVEL 500MG	1.000,00	UNID	TEUTO	CX C/50	R$ 6,62	R$6.620,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 21.227.039/0001-16

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 22

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP 78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):Fornecedor: LOBIANCO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 02.564.852/0001-37 Representante: LOBIANCO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Telefone: (69) 3441-3393 Email: globo01documentacoes@gmail.com Endereço: AVENIDA SÃO PAULO, 2489 - CENTRO, Cacoal - RO - 76963-761 Item Descrição Qtde Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 1 HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO ASSOCIADO HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO OXETACAINA,DOSAGEM 60 MG/ML+ 20 MG/ML FRASCO 100 ML 600,00 FRA megalabb genérico R$17,44 R$10.464,0010 AMOXICILINA+ CLAVULANATO DE POTÁSSIO SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML+12,5 MG/ML FRASCO DE100 ML300,00 FRA em.s generico R$22,00R$6.600,0014 FENOTEROL BROMIDRATO - A0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO COM 20ML 100,00 COMP boeringer modelo berotec 100mcg por dose,uma vez, que essa apresentação solicitada pelo setor de compras foi descontinuada pelo laboratório R$27,48R$2.748,0025 SOLUÇÃO FISIOLOGICA NASAL -CLORETO DE SODIO 0,9%SOLUCAO NASAL, FRASCO COM 30M 100,00 FRA neoquimica neosoro R$ 8,00 R$800,0027 VERAPAMIL, CLORIDRATO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 80MG1.200,00 COMP germed generico R$ 0,39 R$468,0038 ESCOPOLAMINA, BUTROMETO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10MG200,00 FRA boeringer buscopan R$ 0,89 R$178,0042 GLIMEPIRIDA -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2 MG1.000,00 COMP germed generico R$ 0,26 R$260,0046 HIDRALAZINA, CLORIDRATO -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25MG 10.000,00 COMP novartis apresolina R$ 0,49 R$4.900,0067 PREDNISOLONA ACETATO XAROPE 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100ML600,00 FRA biosintetica obs. Xarope com 60ml ofertado poresta licitanteR$ 8,73 R$5.238,0071 PROMETAZINA CLORIDRATO 25MG1.500,00 COMP teuto genérico R$ 0,27 R$405,0079 CARBIDOPA + LEVODOPA CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25MG + 250 MG1.000,00 COMP teuto carbidol R$ 1,09 R$1.090,00 tem Descrição Qtde Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 81 LEVODOPA + BENSERAZIDA CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG + 25 MG1.200,00 COMP ache ekson R$ 1,29 R$1.548,0082 HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 2.000,00 COMP medley pepsamar R$ 0,55 R$1.100,0086 ISOSSORBIDA SUBLINGUAL 5MG 900,00 COMP e.ms isordil R$ 0,38 R$342,0094 IPRATRÓPIO, BROMETO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/ML100,00 FRA uniao quimica/prattigenerico R$ 3,30 R$330,0095 VITAMINAS DO COMPLEXO B XAROPE 120 ML 500,00 FRASCO em.s/ artenativa 100ml R$ 7,89 R$3.945,0098 AMANTADINA, CLORIDRATO -CONCEM TRACO/DOSAGEM 100 MG 900,00 COMP momenta genérico R$ 0,97 R$873,00103 FITA MÉTRICA 1,5 METROS 15,00 UNID vonder entre outras aprovadas1,5 metros R$ 8,00 R$120,00128 SALBUTAMOL, SULFATO -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA AEROSSOL,FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO SPRAY + ESPACADOR,VIA DE ADMINISTRAÇÃO INALATÓRIA 50,00 UNID gsk SALBUTAMOL, SULFATO -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA AEROSSOL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO SPRAY +ESPACADOR, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INALATÓRIA R$12,79R$639,50133 TIAMINA, CLORIDRATO -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE200 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL 1.000,00 UNID cellera obs. Benerva obs. só exite de 300 mg R$ 0,94 R$ 940,00213 ÓLEO DE GIRASSOL 250 ML 30,00 UNID jrd 200 ml R$ 24,00 R$ 720,00214 GAZE RAYON - GAZE RAYON 7,5 X15 A 20 CM, EM BEBIDA COM ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS 50,00 UNID pielsiana 7,5 x 15 R$10,00 R$ 500,00228 PAPAÍNA -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE4%, FORMA FARMACÊUTICA PASTA 250 G15,00 UNID manipulado manipulado R$45,00R$675,00229 PAPAÍNA -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 6%, FORMA FARMACÊUTICA PASTA 250 G15,00 UNID manipulado manipulado R$45,00R$675,00230 PAPAÍNA -CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE10%, FORMA FARMACÊUTICA PASTA 250 G15,00 UNID manipulado manipulado R$45,00R$675,00As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49

LOBIANCO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA 02.564.852/0001-37

GABINETE DA PREFEITURA
ATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2021/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 807/2010-SEMUSA.

ASSUNTO: Licença para tratar de assuntos particular ao Servidor ***FLAVIO ALBERTO BRANDÃO***, No Cargo efetivo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS,*** Matricula ***nº 2361.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da LOM.

Considerando o requerimento de folha 06, e fundamento no § 1º do Art. 106 e seus parágrafos LCM Nº 03/2007 (RJU);

DECIDO.

1 – Deferir a concessão do afastamento sem remuneração ao Servidor-FLAVIO ALBERTO BRANDÃO, No Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS, Matricula nº 2361, referente ao período compreendido entre 10/08/2021 até 10/08/2023, gozado consecutivamente 24 (vinte quatro) meses.

2- Retroagindo os efeitos da publicação a data da concessão da referida licença.

3– Ao DRH para ciência da servidora e anotações necessárias.

Rondolândia-MT, 11 de agosto de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

GABINETE DA PREFEITURA
DECRETO NO 091/GAB/PMR/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a substituição dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONSEMMA, de que trata o Decreto no1.692/GAB/PMR/2019, de 03 de dezembro de 2019.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70, da Lei Orgânica Municipal, e em cumprimento à Lei 47 Art. 4º Incisos I, II que dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, Lei nº 323, de 9 de julho de 2014, e

Considerando o Ofício no 042, de 10 de agosto de 2021, encaminhado pela Secretaria da Casa dos Conselhos, onde solicita a substituição de alguns membros do CONSEMMA;

D E C R E T A:

Art. 1°. Substitui membro nomeado do art. 1º do Decreto nº 1.692/GAB/PMR/19, de 03 de dezembro de 2019, conforme descrito:

“REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

a) Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

Titular: José Reco

CPF: 419.163.012-15

RG: 977.327 SSP/MT;

b) Secretaria Municipal da fazenda:

Suplente: Helen Hamanda da Costa Silva

CPF: 061.324.581-40

RG: 24487686;

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: João Paulo Sliviniski da Silva

CPF: 060.656.161-76

RG: 1339334;

d) Procuradoria Geral do Município:

Suplente: Rodrigo Sampaio Souza

CPF: 421.492.902-00

RG: 452484 SSP/RO;

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondolândia

Suplente: Vanderlei Lovo

CPF: 204.683.262-00

RG: 85285;

c) Associação dos Acadêmicos de Rondolândia:

Titular: Alan Bruno Gonçalves Dias

CPF: 078.949.831-60

RG: 3126603-7

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 11 de agosto de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 31

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP

78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: FARMASHOPPING DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS EIRELI Representante: FARMASHOPPING DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS EIRELI	CNPJ: 21.879.362/0001-74

Telefone: (62) 3983-0940 Email: farmashoppingdi@gmail.com Endereço: RUA 6, SN - CARDOSO CONTINUAÇÃO, Aparecida de Goiânia - GO - 74934-040

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
99	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL10CM X4,5M	200,00	UNID	ADPELE	=C2	R$ 9,97	R$1.994,00
101	LANCETA CAIXA COM 100	100,00	UNID	G-TECH	=C3	R$ 6,05	R$605,00
102	CAIXA DE TIRAS TESTE COM 50UNIDADES GLICOSE ON CALLPLUS	300,00	UNID	ON CALL PLUS	=C4	R$ 31,40	R$9.420,00
105	ESPECULO VAGINALDESCARTAVEL TAMANHO P	200,00	UNID	KOLPLAST	=C5	R$ 1,09	R$218,00
106	ESPECULO VAGINALDESCARTAVEL TAMANHO M	500,00	UNID	KOLPLAST	=C6	R$ 1,14	R$570,00
107	ESPECULO VAGINALDESCARTAVEL TAMANHO G	500,00	UNID	KOLPLAST	=C7	R$ 1,25	R$625,00
108	LÂMINA PONTA FOSCA CAIXACOM 50 UNIDADES	15,00	UNID	KOLPLAST	=C8	R$ 8,74	R$131,10
115	ALGODÃO ROLO HIDROFILO500GR	20,00	UNID	FAROL	=C13	R$ 14,24	R$284,80
116	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL10CM X4,5M	200,00	UNID	ADPELE	=C14	R$ 10,00	R$2.000,00
144	LÂMINA DE BISTURI AÇO CARB.COM 100 UNIDADES NÚMERO 12	10,00	CX	MEDIX	=C23	R$ 31,60	R$316,00
145	LÂMINA DE BISTURI AÇO CARB.COM 100 UNIDADES NÚMERO 15	10,00	UNID	MEDIX	=C24	R$ 31,60	R$316,00
146	LAMINA DE BISTURI AÇO CARB.C/100 UNIDADES 22	20,00	UNID	MEDIX	=C25	R$ 31,60	R$632,00
147	LAMINA DE BISTURI AÇO CARB.C/100 UNIDADES 24	20,00	UNID	MEDIX	=C26	R$ 31,60	R$632,00
148	CABO DE BISTURI Nº 3	5,00	UNID	ABC	=C27	R$ 12,97	R$64,85
149	CABO DE BISTURI Nº 4	5,00	UNID	ABC	=C28	R$ 12,97	R$64,85
150	PINÇA KELLY CURVA 14CM	5,00	UNID	ABC	=C29	R$ 33,74	R$168,70
151	PINÇA KELLY RETA 14CM	5,00	UNID	ABC	=C30	R$ 33,74	R$168,70
152	PINÇA DISSECÇÃO ANATÔMICA14CM	5,00	UNID	ABC	=C31	R$ 14,58	R$72,90
154	LAMINA DE BISTURI AÇO CARB.C/100 UNIDADES N. 20	10,00	UNID	MEDIX	=C33	R$ 31,60	R$316,00

155	FIO SUTURA NYLON PRETO COM25 UNIDADES FIO 45CM 2.0	20,00	UNID	TECHNOFIO	=C34	R$ 43,00	R$860,00
156	FIO SUTURA NYLON PRETO COM27 UNIDADES FIO 45CM 3.0	20,00	UNID	TECHNOFIO	=C35	R$ 43,00	R$860,00
157	FIO SUTURA NYLON PRETO COM29 UNIDADES FIO 45CM 4.0	20,00	UNID	TECHNOFIO	=C36	R$ 43,00	R$860,00
158	FIO SUTURA NYLON PRETO COM24 UNIDADES FIO 45CM 5.0	20,00	UNID	TECHNOFIO	=C37	R$ 42,99	R$859,80
168	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14CM	5,00	UNID	ABC	=C47	R$ 31,23	R$156,15
170	SERINGA DESCARTÁVELDESCARPACK LUER LOCK 5MLSEM AGULHA	4.000,00	UNID	MEDIX	=C49	R$ 0,25	R$1.000,00
171	SERINGA DESCARTÁVELDESCARPACK LUER LOCK 10MLSEM AGULHA	3.000,00	UNID	MEDIX	=C50	R$ 0,39	R$1.170,00
172	SERINGA DESCARTÁVELDESCARPA CLUER LOCK 20 MLSEM AGULHA	3.000,00	UNID	SR	=C51	R$ 0,64	R$1.920,00
174	CATETER INTRAVENOSOPERIFÉRICO 18 G	500,00	UNID	MEDIX	=C52	R$ 0,88	R$440,00
175	CATETER INTRAVENOSOPERIFÉRICO 20 G	500,00	UNID	MEDIX	=C53	R$ 0,88	R$440,00
176	CATETER INTRAVENOSOPERIFÉRICON 22 G	1.500,00	UNID	MEDIX	=C54	R$ 0,88	R$1.320,00
177	CATETER INTRAVENOSOPERIFÉRICO 24 G	2.500,00	UNID	MEDIX	=C55	R$ 0,89	R$2.225,00
178	AGULHA DESCARTÁVEL SR 21G 125X8	3.000,00	UNID	DESCARPACK	=C56	R$ 0,13	R$390,00
182	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDEINFANTIL	3,00	UNID	PREMIUM	=C60	R$ 70,85	R$212,55
185	TERMOMETRO DIGITAL -TERMOMETRO CLINICO DIGITAL,FAIXA DE MEDICAO 32 GRAUSCELSIUS A 42 GRAUS CELSIUS	20,00	UNID	G-TECH	=C62	R$ 17,11	R$342,20
187	BOLSA COLETORA DE URINA - EMMATERIAL PLASTICOTRANSPARENTE, EM PVCFLEXIVEL, DUPLA FACE,SELAGEM SEGURA 2L SISTEMAFECHADO	300,00	UNID	MEDIX	=C64	R$ 4,85	R$1.455,00
188	ALMOTOLIA DE PLASTICOATOXICO, COMPOSTO PORCORPO ROSQUEADO 500 ML	20,00	UNID	J. PRO LAB	=C65	R$ 3,73	R$74,60
190	MALHA TUBULAR ANTIALERGICA8,0 CM X 15 M	3,00	ROLO	ORTOFEN	=C67	R$ 11,66	R$34,98
194	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPOSCALP- NUMERO 23	1.500,00	UNID	MEDIX	=C71	R$ 0,26	R$390,00

196	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPOSCALP– NUMERO 25	1.000,00	UNID	MEDIX	=C72	R$ 0,26	R$260,00
202	REANIMADOR DESCARTAVELPARA TREINAMENTO -REANIMADOR MANUAL (AMBU) EMSILICONE NEO-NATAL	1,00	UNID	FARMATEX	=C75	R$ 175,98	R$175,98

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49

FARMASHOPPING DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS EIRELI 21.879.362/0001-74

GABINETE DA PREFEITURA
DECRETO NO 090/GAB/PMR/2021, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

PODER EXECUTIVO

Atualiza os valores de preços por hora máquinas estabelecido no Anexo Único do Decreto no 846/GAB/PMR, de 29 de maio de 2013, que Regulamenta a cessão de máquinas e operadores da Prefeitura para prestar serviços em caráter transitório para particulares e dá outras providências.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Ofício no 016/SEMAGRI/2021, de 28 de julho de 2021, onde foi encaminhado a atualização da tabela de preços por hora máquina trabalhada, conforme Lei Municipal no 283/2013, regulamentada pelo Decreto no 846/GAB/PMR, de 29 de maio de 2013;

Considerando que no Ofício no 016/SEMAGRI/2021, de 28 de julho de 2021, a atualização apresentada se deu em razão da média estabelecida pela tabela de custo do consumo de combustível e valor da remuneração dos servidores que operam as máquinas;

Considerando que o §2o, do art. 3o, do Decreto no 846/GAB/PMR, de 29 de maio de 2013, que dispõe que o valor do serviços serão apurados através de cálculo feito com base na hora de serviço das máquinas, consumo de combustível e dos operadores da Prefeitura, podendo este valor ser reajustado a qualquer tempo, através de ato elaborado pelo Executivo Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1°. Alteraos valores dos serviços estabelecidos no Anexo Único do Decreto no 846/GAB/PMR, de 29 de maio de 2013, passarão a serem cobrados conforme tabela abaixo a seguir:

ANEXO ÚNICO		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR (R$)**
01	**Retroescavadeira**	**R$ 102,54**
02	**Motoniveladora**	**R$ 102,54**
03	**Escavadeira Hidráulica (PC)**	**R$ 126,04**
04	**Pá Carregadeira**	**R$ 102,52**
07	**Trator Pequeno**	**R$ 64,80**
08	**Trator Grande**	**R$ 71,82**

ANEXO ÚNICO		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR (R$)**
05	**Caçamba**	**R$ 16,02 por hora + R$ 1,56 por Km rodado**
06	**Prancha**	**R$ 16,02 por hora + R$ 1,56 por Km rodado**

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 11 de agosto de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 25

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP 78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS Representante: LUCAS FERREIRA DA COSTA	CNPJ: 35.250.918/0001-73

Telefone: (46) 2601-0680Email: lferreiradistribuidora@gmail.comEndereço: AVENIDA ANTONIO SILVIO BARBIERI, 1099 - PINHEIRINHO, Francisco Beltrão - PR - 85603-000

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
4	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG	1.500,00	COMP	BIOLAB	EPILENIL	R$ 0,87	R$1.305,00
9	AMOXICILINA 500 MG	8.000,00	COMP	UNICHEM	GENERICO	R$ 0,20	R$1.600,00
13	BUPROPIONA CLORIDRATODOSAGEM 150MG	1.000,00	COMP	E.M.S	GENERICO	R$ 0,85	R$850,00
15	CAPTOPRIL -CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG	10.000,00	COMP	GEOLAB	GENERICO	R$ 0,05	R$500,00
17	CARBAMAZEPINA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 200MG	10.000,00	COMP	TEUTO	GENERICO	R$ 0,19	R$1.900,00
18	CARVEDILOL -CONCENTRACAO/DOSAGEM 3,125MG	3.000,00	COMP	E.M.S	GENERICO	R$ 0,13	R$390,00
24	CLONAZEPAM -CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG	2.000,00	COMP	GEOLAB	ZILEPAN	R$ 0,06	R$120,00
28	DEXAMETASONA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG	2.000,00	COMP	E.M.S	GENERICO	R$ 0,33	R$660,00
35	DIPIRONA SODICA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 500MG	20.000,00	COMP	GREENPHARMA	GENERICO	R$ 0,13	R$2.600,00
37	ENALAPRILCONCENTRACAO/DOSAGEM 10MG	15.000,00	COMP	CIMED	GENERICO	R$ 0,04	R$600,00
39	FENITOINA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 100MG	2.000,00	COMP	TEUTO	GENERICO	R$ 0,17	R$340,00
40	FENOBARBITAL -CONCENTRACAO/DOSAGEM 100MG	3.000,00	COMP	U. QUIMICA	GENERICO	R$ 0,20	R$600,00
43	GLIBENCLAMIDACONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG	15.000,00	COMP	MEDQUIMICA	GLICONIL	R$ 0,04	R$600,00
44	NORTRIPTILINA, CLORIDRATOCONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG	800,00	COMP	EUROFARMA	GENERICO	R$ 0,45	R$360,00
47	HIDROCLORTIAZIDA 25 MG	50.000,00	COMP	CIMED	GENERICO	R$ 0,04	R$2.000,00
56	METRONIDAZOL SUSPENSÃOORAL 40MG/ML 100 ML	200,00	FRA	BELFAR	BELFAR	R$ 8,00	R$1.600,00
63	OMEPRAZOL 20 MG	30.000,00	COMP	GEOLAB	OMENAX	R$ 0,12	R$3.600,00
69	PREDNISONA 5 MG	3.000,00	COMP	SANVAL	GENERICO	R$ 0,09	R$270,00
78	CARBONATO DE CALCIO +VITAMINA D3 - 600MG + 400UI	2.000,00	COMP	BIONATUS	DOLOTRAT	R$ 0,15	R$300,00
87	LEVOTIROXINA SODICACONCENTRACAO/DOSAGEM 25MCG,	800,00	COMP	MERCK	GENERICO	R$ 0,19	R$152,00
88	LEVOTIROXINA SODICACONCENTRACAO/DOSAGEM 50MCG,	800,00	COMP	MERCK	GENERICO	R$ 0,20	R$160,00
92	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMACONCENTRACAO/DOSAGEM 400MG +80 MG	3.000,00	COMP	PRATI	GENERICO	R$ 0,20	R$600,00
93	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMACONCENTRACAO/DOSAGEM 40MG +8 MG/ML	300,00	FRA	E.M.S	GENERICO	R$ 5,00	R$1.500,00
96	CLORTALIDONA CONCENTRACAO25 MG	3.000,00	COMP	E.M.S	GENERICO	R$ 0,34	R$1.020,00
127	GLICLAZIDA -CONCENTRACAO/DOSAGEM 60MG, FORMA FARMACEUTICACOMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	1.500,00	COMP	E.M.S	GENERICO	R$ 0,51	R$765,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49

L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS 35.250.918/0001-73

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 29

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 527

No dia 11 de Agosto de 2021, no(a) MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT , inscrito(a) no CNPJ 04.221.486/0001-49, com sede à AVENIDA PRINCIPAL n° 450 CEP 78338-000 – Rondolândia-MT neste ato legalmente representado por JOSÉ GUEDES DE SOUZA, portador do CPF n° 14299305272, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):Fornecedor: ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ: 33.744.332/0001-30 Representante: ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI Telefone: (65) 2136-4441 Email: vendas01@estrelasaude.com.br Endereço: RUA PARA, 05 - JARDIM PAULISTA, Cuiabá - MT - 78065-365

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
12	BIPERIDENO CLORIDRATO 2 MG	1.000,00	COMP	CRISTALIA	COMP	R$ 0,35	R$350,00
26	COLAGENASE -CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,6U/G, FORMA FARMACEUTICAPOMADA	400,00	BISN	CRISTALIA	BISN	R$ 21,29	R$8.516,00
45	HALOPERIDOL -CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG	3.000,00	COMP	CRISTALIA	COMP	R$ 0,33	R$990,00
83	CLORPROMAZINA CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG	1.500,00	COMP	CRISTALIA	COMP	R$ 0,37	R$555,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços ena Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.A validade desta Ata de Registro de Preços é até 11/08/2022 , a contar do dia 11/08/2021 .A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT 04.221.486/0001-49

ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA 33.744.332/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 1000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a Chamada Pública para credenciamento em epígrafe a partir do dia **08 (oito) de Setembro de 2021**, as 09:00 hs, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, para: ***CONVOCAÇÃO***, PARA FINS DE CREDENCIAMENTO À SER REALIZADO DE ***TODAS*** AS PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES A PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA ATENDER A DEMANDA DO PROJETO ARTE NA ESCOLA, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Rondonópolis-MT, 11 de Agosto de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA.

TOMADA DE PREÇO N.º 78/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, através da "REFORMA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, LOCALIZADA NA AVENIDA FREI SERVÁCIO, 1022-1134 – LA SALLE I, MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ANEXO AO EDITAL", Compareceu à presente sessão pública 04 (quatro) licitantes interessadas no instrumento convocatório, e de acordo com as circunstancias, vislumbramos a seguinte situação Lei nº 9.784/99, Art. 53: "Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos." Ou seja, a Administração poderá tonar seu ato nulo, quando afronta a lei, quando foi produzido com alguma ilegalidade. Pode ser declarada pela própria Administração Pública, no exercício de sua autotutela. Desta feita, a Comissão de Licitação declara o certame FRACASSADO.

Rondonópolis-MT, 11 de agosto 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2021

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2021

(PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2021)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT.

Data/Horário/Local: A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 25 de agosto de 2021 através do Comprasnet.

Informações/Contato:

Setor de Licitações

Telefone: (66) 3594-1000.

Atendimento: 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas.

E-mail: licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br

Endereço para retirada do Edital: O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br, pelo site: https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br ou pelo site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

RETIFICAÇÃO:

Anexo II – Termo de Referência (Prazo de Entrega)

Onde se lê: 7 (sete)

Leia-se: 15 (quinze)

WANDERCIDES DIVINO PEREIRA RAMOS

Pregoeiro Oficial do Município

Santa Cruz do Xingu/MT, 11 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI.

Pelo presente Termo de Cancelamento, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, o **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, resolve unilateralmente **CANCELAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2020**, que tem como **"PROMITENTE FORNECEDORA"** a empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.995.729/0001-24, e Inscrição Estadual nº 13.488.233-4, estabelecida na Rua Siqueira Campos, nº 13, QD 54 JD – Ykarai – Várzea Grande/MT, (065) 3927-5941, e–mail: navimateriaiseletricos@gmail.com, representada pela Sra. **LUIZA BATISTA BARBOSA DOS SANTOS** (procuradora), portadora do CIRG nº 1999.129-0 SSP/MT e CPF nº 043.764.491-05, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo visa cancelar integralmente o registro do saldo de todos os itens constantes na Cláusula Primeira, da Ata de Registro de Preços n° 053/2020, quais sejam:

6265	12.995.729/0001-24	IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA - ME		
Itens				
Código	**Descrição**	**Und**	**Quantidade**	**% Desc. Valor Estimado**
231294	MATERIAIS PARA MANUTENCAO GERAL - HIDRAULICO	UNID	11,0000	20.0% R$ 200.000,00
231304	MATERIAIS PARA MANUTENCAO GERAL - PAISAGISTICO	UNIDA	11,0000	2,01% R$ 100.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Cancelamento encontra guarida no art. 78, inc. I, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO

3.1. O presente justifica-se tendo em vista os reiterados descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, em especial o não fornecimento dos produtos dentro do prazo estipulado.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. Todas as despesas da ARP n° 053/2020, ora cancelada, serão pagas integralmente pelo **MUNICÍPIO**, na forma pactuada até a presente data, não restando assim mais nada a ressarcir à **PROMINENTE FORNECEDORA**.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. O MUNICÍPIO providenciará a publicação deste Termo de Cancelamento, por extrato, que será publicado no Diário Oficial, nos termos do Parágrafo Único, art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, correndo as respectivas despesas à suas expensas.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins, perante as testemunhas abaixo.

Santa Rita do Trivelato - MT, 10 de agosto de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

CIENTE.

IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA

CNPJ sob nº. 12.995.729/0001-24

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR) PAULO HENRIQUE ZANINI 014.342.691-59 1096/00001/2021 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: EGON HOEPERS Matrícula: 00002103 Cargo: PREFEITO / 12017 Assinatura:

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0423/2021 DE 11DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 065/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **MARCUS VINICIUS SALES**, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.022.121-48 (titular) e **MARCO ANTONIO SOARES DE LIMA**, inscrito no CPF nº 014.924.641-20 (suplente), para Fiscalização do **Contrato nº 065/2021** – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, PARA LEVANTAMENTO DE REDE DE ESGOTO, LEVANTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO EM GERAL, LEVANTAMENTO DE DRENAGEM E LOCAÇÃO DE LOTES, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 013/2021.

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeito a 2 de agosto de 2021.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra.

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT RESOLUÇÃO Nº. 006/ 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, no exercício das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 0135/2003 e de acordo com a deliberação em **Reunião Ordinária realizada no dia 10 de Agosto de 2021,**

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a previsão de receita do Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual – FEAS -MT 2021;

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Registra-se e cumpre-se.

Santa Rita do Trivelato - MT, 10 de Agosto de 2021.

Alessandra da Silva Cardosos Frares

Pres. do Conselho Mun. de Assistência Social

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0421/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear os servidores descritos abaixo para fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 024/2021**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS, DESALOJAMENTO DE MORCEGO E ROEDORES PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.**

Celma Regina Mendes dos Santos (titular), inscrita no CPF nº 028.434. 539-33 e Suilla Antonia Fidelis Macedo (suplente) inscrita no CPF nº 045. 576.671-12, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Cleonis Felix do Nascimento, inscrito no CPF nº 848.696.401-63 representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

Fábio Kunz da Silva (titular), inscrito no CPF nº 044.607.441-12 e Léa Ferreira da Silva Hunger, inscrita no CPF nº 837.404.491-87 (suplente), representando a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Creine Sebastiana da Silva Almeida, inscrita no CPF nº 000.422.071-42, representando a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0413/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 087/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA A PRESIDÊNCIA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

Considerando a Lei Municipal nº 135 de 3 de Junho de 2003, que criou Conselho Municipal de Assistência Social, fixando o prazo de 02 anos para atuação de seus membros;

Considerando a Lei Municipal nº 234 de 6 de Março de 2007, que alterou a composição do Conselho;

Considerando a Lei Municipal nº 630 de 5 de Junho de 2019, que alterou a composição do Conselho;

Considerando a necessidade de reorganizar o Conselho Municipal, no intuito de dinamizar as ações voltadas as socioassistenciais;

D E C R E T A:

Art.1º. Fica nomeada a presidência para atuarem junto ao Conselho Municipal de Assistência Social no prazo de 02 anos:

PRESIDENTE

Alessandra da Silva Cardoso Frares, inscrita no CPF nº 021.896.781-02

VICE-PRESIDENTE

Thiago Zarzenon Silva, inscrito no CPF nº 014.302.741-74

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0422/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 088/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **LEOMIR ORTEGA**, inscrito no CPF nº 017.111.339-06, para Fiscalização do **Contrato nº 088/2021**, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** - Empresa Emam - Emulsões e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.420.916/0003-13, Ata de Registro de Preços nº 033/2020 - Pregão Presencial nº 030/2020.

Art. 2º.*A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 086/2021 DE 11 DE AGOSTO DE 2021

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Municipal nº 135 de 3 de Junho de 2003, que criou Conselho Municipal de Assistência Social, fixando o prazo de 02 anos para atuação de seus membros;

Considerando a Lei Municipal nº 234 de 6 de Março de 2007, que alterou a composição do Conselho;

Considerando a Lei Municipal nº 630 de 5 de Junho de 2019, que alterou a composição do Conselho;

Considerando a necessidade de reorganizar o Conselho Municipal, no intuito de dinamizar as ações voltadas as socioassistenciais;

D E C R E T A:

Art.1º. Ficam nomeados os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para atuar junto ao Conselho Municipal de Assistência Social no prazo de 02 anos:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: Léa Ferreira da Silva Hunger, inscrita no CPF nº 837.404.491-87

SUPLENTE: Jessica Souza Barros dos Santos, inscrita no CPF nº 038.377.351-25

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

TITULAR: Kallita dos Anjos Moraes, inscrita no CPF nº 008.036.381-40

SUPLENTE: Cinaria Oliveira Silva Fonseca, inscrita no CPF nº 012.848.541-83

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

TITULAR: Andrea Elizabete Pereira, inscrita no CPF nº 649.974.301-10

SUPLENTE: Fabiana Carpanezi, inscrita no CPF nº 011.667.891-79

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

TITULAR: Alessandra da Silva Cardoso Frares, inscrita no CPF nº 021.896.781-02

SUPLENTE: Olavo José da Silva Filho, inscrito no CPF nº 974.454.441-49

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS RURAIS E URBANOS:

TITULAR: CleideZaini Lemos da Silva Ramos, inscrita no CPF nº 736.565.421-04

SUPLENTE: Kátia Mara de Arruda, inscrita no CPF nº 040.399.261-37

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL:

TITULAR: Gessica Schmitt, inscrita no CPF nº 086.785.479-60

SUPLENTE: Vânia Aparecida Areco Coronel, inscrita no CPF nº 036.513.501-18

TITULAR: Aline Bescow, inscrita no CPF nº 051.159.091-11

SUPLENTE: Lorrayne Pereira da Rocha, inscrita no CPF nº 055.101.581-07

REPRESENTANTES DE ENTIDADES, SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS E ORGANIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEVIDAMENTE INSCRITAS NO CMAS;

TITULAR: Thiago Zarzenon Silva, inscrito no CPF nº 014.302.741-74

SUPLENTE: Rosa Lina Tavernelli, inscrita no CPF nº 022.767.778-18

TITULAR: Nilde Paulina Gomes, inscrita no CPF nº 004.798.381-78

SUPLENTE: Jackeline Pereira dos Santos, inscrita no CPF nº 025.764. 241-20

REPRESENTANTE DE TRABALHADORES DO SETOR.

TITULAR: Rúbia de Fátima Mendes, inscrita no CPF nº 313.324.248-21

SUPLENTE: Adelfina Maria da Silva, inscrita no CPF nº 009.524.291-01.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam- se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREVIDENCIA
RESOLUÇÃO Nº. 003/2021

SUMULA: DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santa Rita do Trivelato- MT, usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo artigo 73, da lei complementar 048/2013 de 16 de maio de 2013 e conforme deliberação em reunião realizada no dia 04 de agosto de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar e homologar na íntegra o Cálculo Atuarial 2021 versão 2 realizado em 26 de julho de 2021 sob o número 1.655 e com base nas informações previdenciárias com data focal de 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. – Nos termos do Relatório da Reavaliação Atuarial nº 1.655, ficam inalteradas as alíquotas de contribuição previdenciária referente ao Custo Suplementar devidas pelo Ente Federativo destinadas ao equacionamento do Déficit Atuarial, conforme Anexo I da presente resolução.

Art. 3º. – Ficam homologadas as alíquotas de contribuição previdenciária referente ao custo normal fixadas em 30,10%, rateada entre o Ente Federativo e o Segurados, sendo 14% de competência dos servidores ativos e 16,10% de competência do Ente Federado, já incluso a taxa de administração, conforme o Relatório da Reavaliação Atuarial nº 1.655.

Plenário de Reuniões do Conselho Curador, ao 10 dia do mês de agosto de dois mil e vinte e um.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

_____

CLEITON MARTINELLI TABORDA

CPF: 006.811.921.60

Presidente do Conselho Curador

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA,

CNPJ nº **09.179.444/0001-00**

OBJETO: "Registro de preços para a contratação de empresa para a prestação de serviço de administração e gerenciamento informatizado para locação de veículos, maquinas e equipamentos com tecnologia de cartão eletrônico com chip (tipo smart) ou cartão com tarja magnética, atendendo as necessidades do Município de Santa Terezinha/MT

VIGÊNCIA: 11/08/2021 a 11/08/2022

Valor Total: R$ 1.800.000.00 (um milhão e oitocentos mil reais)

Santa Terezinha – MT, 11 de agosto de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº154/2021

***EMENTA*:** NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISE DOS PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO *O PREFEITO DO MUNICIPIO* DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO ESPECIAL DE ANALISE DOS PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO** para o **exercício financeiro de 2021**, composta com os seguintes membros:

- ROSEANE DIAS DA SILVA PRESIDENTE

- EDELWEISS SOUTO FELISBINO JUNIOR SECRETARIO

- MARINET SOUTO DE OLIVEIRA MEMBRO

- JOSENILTON ROSA DE JESUS MEMBRO

Art. 2º - A **COMISSÃO ESPECIAL DE ANALISE DOS PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO**, de que trata esta Portaria, será responsável pela abertura, elaboração, instrução, supervisão e julgamento dos processos de credenciamento a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer deste exercício de 2021, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93), consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º - As atribuições das respectivas funções são previstas em lei e restritas a ela, e, os membros integrantes da comissão especial de análise dos processos de credenciamento de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
PORTARIA N.º 03/2021

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da servidora* ***Sra.***

APARECIDA CALDEIRA DA CUNHA

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas

atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/2005

c/c

art. 85, I, II, III e Parágrafo Único da Lei Municipal n. 331 de 25/08/2012 que dispõe sobre a Reestruturação do Regime

Próprio de Previdência Social do Município de Santo Afonso/MT.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à **Sra. Aparecida Caldeira da Cunha,**

brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 05609496, e CPF nº 411.648.301-04, servidora efetiva no cargo de

Merendeira, Classe "B", Nível "08", lotado na Secretaria Municipal de Educação, matriculada sob nº 38, contando com 31

(trinta e um) anos 02 meses (dois) meses e 18 (dezoito) dias de tempo de contribuição, **com proventos Integrais**,

conforme Processo Administrativo do PREVIMSA, **n.º 2021.04.00002P**, a partirde **02/08/2021**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02 de Agosto de 2021**,

revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Afonso - MT, 10 de Agosto de 2021.

FLAVIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 153/2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES EFETIVOS E CONTRATADOS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.**

R E S O L V E N D O

Art.1º Fica concedido férias à servidores efetivos e contratados do quadro de servidores do município Santo Afonso-MT, conforme nomes e período de gozo relacionados ao Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 09 DE AGOSTO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E CONTRATADOS QUE GOZARÃO FÉRIAS NO MÊS DE AGOSTO DE 2021.

Matricula: 269 Janaina Nunes Tavares Camargo Scarpatt Cargo: Agente de Controle de Convenio e Prestação de Conta Férias Concedidas à partir do dia 28 de Agosto de 2021 à 26 de Setembro de 2021.

Matricula: 502 Alyna Ferreira Amaral Cargo: Controladora Interna Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 881 Jarede Almeida Dos Santos Cargo: Vigia Férias Concedidas à partir do dia 30 de Julho de 2021 à 28 de Agosto de 2021.

Matricula: 276 Robson Cruz De Oliveira Cargo: Contador Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 384 Zenira Alves Dos Santos Cargo: Técnica de Enfermagem Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 906 Valdenice Batista De Souza Cargo: Vigia Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 863 Dilva Alves Da Silva Cargo: Ajudante de Serviços Gerais Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 283 Reinaldo Alves Da Silva Cargo: Ajudante de Serviços Gerais Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 841 André Luiz Alves de Oliveira Cargo: Medico Clinico Geral Férias Concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

Matricula: 69

Moises Carvalho Rodrigues

Cargo: Operador de Máquina Pesada

Férias concedidas à partir do dia 02 de Agosto de 2021 à 31 de Agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2021

PREGÃO PRESENCIAL 010/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHAES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 027/2021 PARA O SEGUINTE:

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO), COM SUPORTE, INCLUSO INSTALAÇÃO, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOL-**

VIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIADO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER –MT.

Item 01- Valor Unitário R$ 955,00, Valor Total: 143.250,00

O inteiro teor na integra deste Pregão Presencial 010/2021-SRP encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.

CONTRATADA: SPLENDOR COMERCIO, SERVIÇO E INOVAÇÃO EIRELI ,inscrito no CNPJ: 33.386.926/0001-16.

DATA DE ASSINATURA:10/06/2021.

DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Santo Antônio de Leverger–MT,10 de junho de 2021.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 071/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 071/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA EPP, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 37.853.101/0001-15, estabelecida na Avenida Manoel Jose de Arruda, nº 1700 quadra 10 anexo b, Praeiro, Cuiabá, Cep: 78.070-500, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Jonas Sampaio Correa, brasileiro, portador do RG sob o n. ° 14459280 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. ° 005.312.881-88, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste., não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
4	001.032.946	IMPERMEABILIZANTE TINTA ASFALTICA	otto	LT	400	R$ 82,47	R$ 32.988,00
9	001.032.951	ARAME GALVANIZADO N°16	morlan	KG	100	R$ 26,00	R$ 2.600,00
10	001.032.952	ARAME GALVANIZADO N°18	morlan	KG	100	R$ 25,44	R$ 2.544,00
16	001.032.958	CHAPA GALVANIZADA N°24 LARG. 0,60M P/	açofer	MTS	150	R$ 113,79	R$ 17.068,50
17	001.032.959	ADESIVO VEDA CALHAS TUBO 280G	worker	UNID	100	R$ 20,50	R$ 2.050,00
21	001.032.963	FOLHA PORTA MADEIRA 0,70X2,10M	mt madeiras	UNID	20	R$ 160,00	R$ 3.200,00
22	001.032.964	FOLHA PORTA MADEIRA 0,80X2,10M	mt madeiras	UNID	20	R$ 196,00	R$ 3.920,00
31	001.032.973	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO	alumassa	UNID	40	R$ 68,90	R$ 2.756,00
32	001.032.974	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO P/	astra	UNID	21	R$ 108,76	R$ 2.283,96
39	001.032.981	SIFAO SANFONADO TRIPLO UNIVERSAL	plasbohn	UNID	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
46	001.032.988	KIT CAVALETE COMPLETO	mp	UNID	200	R$ 100,00	R$ 20.000,00
49	001.032.991	ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA 1/2	herc	UNID	50	R$ 2,50	R$ 125,00
55	001.032.997	JOELHO 90° C/ ROSCA INTERNA 3/4´	corrplastik	UNID	59	R$ 2,50	R$ 147,50
56	001.032.998	TE C/ ROSCA INTERNA 1/2´	corrplastik	UNID	50	R$ 2,90	R$ 145,00
60	001.033.003	TE ESGOTO 40MM	corrplastik	UNID	50	R$ 4,80	R$ 240,00
63	001.033.006	JUNÇÃO ESGOTO 50MM	corrplastik	UNID	41	R$ 10,40	R$ 426,40
66	001.033.009	CAIXA SANFONADA C/ GRELHA CROMADA	corrplastik	UNID	30	R$ 20,90	R$ 627,00
68	001.033.011	TE SOLDAVEL 32MM	corrplastik	UNID	50	R$ 5,60	R$ 280,00
70	001.033.013	TE SOLDAVEL C/ROSCA 25X3/4	corrplastik	UNID	50	R$ 4,79	R$ 239,50
74	001.033.017	REGISTRO SOLDAVEL 32MM	corrplastik	UNID	27	R$ 24,60	R$ 664,20
75	001.033.018	REGISTRO GAVETA C/ ACABAMENTO	liege	UNID	17	R$ 69,74	R$ 1.185,58
80	001.033.023	LUVA SOLDAVEL 32MM	corrplastik	UNID	42	R$ 2,97	R$ 124,74
82	001.033.025	ADESIVO PLASTICO P/ PVC INCOLOR 175G	polymers	UNID	80	R$ 18,00	R$ 1.440,00
100	001.033.043	LAVATORIO DE LOUÇA DE SOBREPOR (CUBA)	icasa	UNID	10	R$ 447,50	R$ 4.475,00

104	001.016.989	VALVULA P/ TANQUE PLASTICO	krona	UNID	15	R$ 5,35	R$ 80,25
109	001.033.050	SOLVENTE THINNER 5L	color max	UNID	30	R$ 72,70	R$ 2.181,00
112	001.033.053	LIXA D´ÁGUA 120	worker	UNID	200	R$ 2,10	R$ 420,00
113	001.033.054	LIXA D´ÁGUA 150	worker	UNID	200	R$ 2,00	R$ 400,00
114	001.033.055	LIXA PARA FERRO 080	worker	UNID	200	R$ 2,40	R$ 480,00
115	001.033.056	LIXA FERRO 100	worker	UNID	200	R$ 2,48	R$ 496,00
116	001.033.057	LIXA FERRO N°120	worker	UNID	100	R$ 2,60	R$ 260,00
124	001.033.065	ROLO ESPUMA 15CM	roma	UNID	19	R$ 4,89	R$ 92,91
125	001.033.066	ROLO DE LÃ 15 CM	roma	UNID	10	R$ 8,00	R$ 80,00
127	001.033.068	SUPORTE P/ PINTURA TIPO GAIOLA	roma	UNID	20	R$ 9,30	R$ 186,00
128	001.033.069	BANDEJA PINTURA	roma	UNID	20	R$ 6,10	R$ 122,00
132	001.033.073	PALHA DE AÇO N°1	vega	UNID	50	R$ 1,80	R$ 90,00
133	001.033.074	ESCADA 05 DEGRAUS DE ALUMINIO DE ABRIR	BOTAFOGO	UNID	5	R$ 211,80	R$ 1.059,00
156	001.033.100	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA 1/2´	HERC	UNID	23	R$ 16,09	R$ 370,07
158	001.033.102	TORNEIRA COZINHA METALICA BANCADA 1/2´	MARCHEZAN	UNID	10	R$ 54,89	R$ 548,90
159	001.033.103	TRENA METALICA 8MT	thompson	UNID	20	R$ 24,90	R$ 498,00
161	001.033.105	CHAVE TORQUES ARMADOR	kala	UNID	5	R$ 28,99	R$ 144,95
163	001.033.107	CHAVE FENDA MEDIA	lotus	UNID	20	R$ 6,99	R$ 139,80
165	001.033.109	LUVA DE COURO	big couros	UNID	158	R$ 14,49	R$ 2.289,42
167	001.033.111	LUVA LATEX NEOPRENE	supersafety	UNID	200	R$ 9,39	R$ 1.878,00
170	001.033.114	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO	cartom	UNID	20	R$ 38,99	R$ 779,80
171	001.033.115	CAPACETE DE PROTEÇÃO PARA OBRAS.	plastcor	UNID	20	R$ 14,00	R$ 280,00
173	001.033.117	MARETA DE 5 KG COM CABO	rio claro	UNID	5	R$ 89,00	R$ 445,00
174	001.033.118	FACÃO GRANDE	thompson	UNID	10	R$ 25,55	R$ 255,50
175	001.033.119	FOICE CURVADA COM CABO	paraboni	UNID	20	R$ 33,30	R$ 666,00
176	001.033.120	MACHADO COM CABO	paraboni	UNID	10	R$ 59,89	R$ 598,90
177	001.033.121	ENXADÃO COM CABO	paraboni	UNID	10	R$ 30,90	R$ 309,00
179	001.033.123	BETONEIRA 400L BIFASICA	mac tron	UNID	5	R$ 4.386,90	R$ 21.934,50
181	001.033.125	FURADEIRA ELETRICA	skil	UNID	5	R$ 169,80	R$ 849,00
182	001.033.126	CARRINHO DE MAO	maestro	UNID	10	R$ 152,00	R$ 1.520,00
184	001.033.128	ENXADA COM CABO	paraboni	UNID	25	R$ 31,60	R$ 790,00
185	001.033.129	PA JUNTADEIRA	paraboni	UNID	20	R$ 47,89	R$ 957,80
188	001.033.132	PRUMO	thompson	UNID	10	R$ 25,90	R$ 259,00
190	001.033.134	MARTELO MEDIO	thompson	UNID	10	R$ 25,60	R$ 256,00
191	001.033.135	SERROTE DE VIDEA	thompson	UNID	10	R$ 184,74	R$ 1.847,40
192	001.033.136	PREGO P/ PONTE 24X72 PACOTE DE 1 KG	arcelor	UNID	50	R$ 26,92	R$ 1.346,00
196	001.033.140	DESEMPENADEIRA PLASTICA LISA	THOMPSON	UNID	10	R$ 10,45	R$ 104,50
205	001.033.149	LIMA CHATA	thompsom	UNID	20	R$ 11,90	R$ 238,00
207	001.033.151	CADEADO 40MM	lotus	UNID	20	R$ 23,00	R$ 460,00
208	001.033.152	ALICATE BOMBA D´ ÁGUA 10	lotus	UNID	2	R$ 32,44	R$ 64,88
209	001.033.153	CHAVE DE CANO 36 CABO EMBORRACHADO	thompson	UNID	2	R$ 256,00	R$ 512,00
215	001.033.159	ARCO DE SERRA - 12¨ PROFISSIONAL, COM	thompson	UNID	5	R$ 29,40	R$ 147,00
270	001.033.214	CINTO PARAQUEDISTA	MG CINTOS	UNID	3	R$ 168,50	R$ 505,50
277	001.033.221	ALICATE DESENCAPADOR DE FIO	lotus	UNID	10	R$ 35,00	R$ 350,00
278	001.033.222	PORTA FERRAMENTAS - EM METAL,TIPO	marcon	UNID	10	R$ 116,00	R$ 1.160,00
285	001.033.228	CHAVE PHILIPS PEQUENA	lotus	UNID	40	R$ 6,20	R$ 248,00
288	001.033.231	CHAVE PHILIPS ISOLADA	worker	UNID	20	R$ 12,00	R$ 240,00
289	001.033.232	CHAVE CATRACA 13	lotus	UNID	10	R$ 12,16	R$ 121,60
290	001.033.233	CHAVE CATRACA 24	lotus	UNID	10	R$ 43,89	R$ 438,90
293	001.033.236	ESTILETE RISCADOR	thompson	UNID	50	R$ 10,00	R$ 500,00
294	001.033.237	BOTA - PARA ELETRICISTA, CANO CURTO,	cartom	UNID	5	R$ 48,83	R$ 244,15
314	001.033.257	TINTA ESMALTE SINTETICO 18 LT	neolit	UNID	120	R$ 382,00	R$ 45.840,00
316	001.031.837	TUBO POLIETILENO PEAD 20MMX2,3	polierg	MTS	2500	R$ 5,00	R$ 12.500,00
						VALOR TOTAL	**R$ 209.365,11**

2.2 O valor da presente Ata é de R$209.365,11 (duzentos e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e onze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2.O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3.A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4.A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8.A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1.O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1.Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3.Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4.Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2.A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6.O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10.A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, **09 de agosto de2021.**

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES

FERRAMENTAS E EPI´S LTDA

CNPJ: 37.853.101/0001-15

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 281/2021, de 28 de JUNHO de 2021, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados,**A RETIFICAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021.**

001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
119	AUXILIADORA AMANDA DOS SANTOS	36	6	25	-	67	1º	**Classificado**
141	SUZIMAR BRUNETTA DIAS	42	6	15	-	63	2º	**Classificado**
102	JONATHAN COTTING ARAUJO	36	3	20	-	59	3º	**Classificado**
173	ANDRESSA ORGINO NOGUEIRA	36	6	15	-	57	4º	**Classificado**
147	CAROLINE ALVES DOS SANTOS	30	6	20	-	56	5º	**Classificado**
83	JULIAN COTTING ARAUJO	30	6	20	-	56	6º	**Classificado**
99	SUZIMARA ALARCAO SIVIDINI	18	6	25	-	49	-	Eliminado
80	ALINE DOS SANTOS SANTANA	30	6	10	-	46	-	Eliminado
48	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA LOPES	18	6	20	-	44	-	Eliminado
8	ADRIELLY FERREIRA DAS NEVES	30	6	5	-	41	-	Eliminado
104	ROSELY MACEDO DE SOUZA	30	0	10	-	40	-	Eliminado
26	SILMARA DOS SANTOS CIPRIANO	18	6	15	-	39	-	Eliminado
179	CAIO APARECIDO CONCEIÇÃO MAGALHÃES	18	6	15	-	39	-	Eliminado
100	ANA LETÍCIA BERTUOL DA ROCHA	30	3	5	-	38	-	Eliminado
13	MICHELI FONSECA MENDES	18	3	15	-	36	-	Eliminado
107	MARISSA DE JESUS SANTOS	24	6	5	-	35	-	Eliminado
5	KAREN PIMENTA DE AMORIM	24	3	5	-	32	-	Eliminado
11	BRUNA NOGUEIRA DOS SANTOS	24	3	5	-	32	-	Eliminado
111	ALINE GLEYCE DA SILVA BRAGA	18	3	5	-	26	-	Eliminado
1	LARISSA VIEIRA DA SILVA	12	6	5	-	23	-	Eliminado
87	FREDERICO FELLOWS	-	-	-	-	-	-	Ausente
162	THIAGO MENDES COELHO	-	-	-	-	-	-	Ausente
49	GLÁUBER FERREIRA CORDEIRO SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente

002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
180	LEIDIANE TAFAREL DOS SANTOS	30	6	20	-	56	1º	**Classificado**
159	ROSANGELA SILVA DE JESUS	36	3	15	-	54	2º	**Classificado**
149	HALLAN ROGÉRIO MENDES FONSECA	30	9	15	-	54	3º	**Classificado**
44	JAQUELINE HILDA FRANQUIM	24	9	20	-	53	4º	**Classificado**
126	THAINARA ALVES VILELA	36	6	10	-	52	5º	**Classificado**
10	IDILA SILVA DA SILVA	30	6	15	-	51	6º	**Classificado**
69	MARCELA SOUSA FARIAS	24	9	15	-	48	-	Eliminado
170	GICELIA PENHIPUSIO NAMDA WA	30	3	15	-	48	-	Eliminado
146	GUSTAVO BUENO DE SENA MAGALHÃES	30	3	15	-	48	-	Eliminado
74	ALEXSANDRA BRANDÃO SILVA	24	3	15	-	42	-	Eliminado
138	ANA GONÇALVES FRANÇA	24	3	10	-	37	-	Eliminado
103	ENEKELES MENDES DA SILVA	18	3	15	-	36	-	Eliminado
77	VICTORIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA	24	3	5	-	32	-	Eliminado
178	MARCOS FELIPE ALVES GODOY	24	3	5	-	32	-	Eliminado
29	BRYAN SOUZA SCHIMITH RIBEIRO	18	6	5	-	29	-	Eliminado
73	NATAYANA PIEDADE MENDES DA SILVA	18	6	5	-	29	-	Eliminado
156	SILMARA SOBRAL DA SILVA	12	3	0	-	15	-	Eliminado
37	ALICE CRISTO DE LIMA	-	-	-	-	-	-	Ausente
127	ADRIANA DA SILVA FERREIRA	-	-	-	-	-	-	Ausente
62	FRANCIELE BORGES DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente

003 - AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
55	EUNICE SILVA DE MORAIS	24	3	20	-	47	-	Eliminado
163	MARIELA PE REBA PENAR IWE	18	6	15	-	39	-	Eliminado
135	MARIA APARECIDA COSER DOS SANTOS	18	3	10	-	31	-	Eliminado
45	ZILMA MOURA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Ausente

004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
82	CAMILA ADRIELI BORGES ABREU	30	9	15	-	54	1º	**Classificado**
153	LUCENY EMILIANO DE MORAES	36	6	10	-	52	2º	**Classificado**
31	PATRICIA BATISTA DOS SANTOS	24	12	10	-	46	-	Eliminado
20	ROSE MARIA PEREIRA ALVES	30	9	5	-	44	-	Eliminado
17	ALINE NERES FERREIRA LIMA	18	6	20	-	44	-	Eliminado
71	ALEXANDRA BERNINI DA SILVA	30	0	10	-	40	-	Eliminado
86	FATIMA VIEIRA ALVES GARCIA	24	3	10	-	37	-	Eliminado
53	ALAN MARCOS SANTANA CAMPOS	12	0	25	-	37	-	Eliminado
78	MARIA VALDECY BORGES DE ABREU	18	6	10	-	34	-	Eliminado
54	CASSIA MORAIS DA SILVA	18	6	10	-	34	-	Eliminado
115	LUCIANA RIBEIRO DA SILVA	12	6	15	-	33	-	Eliminado
6	MARIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA	12	6	15	-	33	-	Eliminado
32	LUSIENE GOMES FERREIRA MENDONÇA	18	3	10	-	31	-	Eliminado
34	BÁRBARA MARIA DE OLIVEIRA	18	3	10	-	31	-	Eliminado
2	ADRIANA PEREIRA DE ABREU	6	6	15	-	27	-	Eliminado
56	JAQUELINE OHANA DA SILVA BEZERRA	6	3	10	-	19	-	Eliminado
9	SILVANA DE LANA SENA	-	-	-	-	-	-	Ausente
27	ANA PAULA AMORIM OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	Ausente
167	KELLY CRISTINA DE SOUZA MENEGASSI	-	-	-	-	-	-	Ausente
137	MADIELTON TSIABAREIWAWE	-	-	-	-	-	-	Ausente
150	MAYLANE SILVA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Ausente

005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MULTÍMEIOS) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	CESP	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
64	LUCAS LEONEL DOS SANTOS COSTA	12	6	12	60	-	90	1º

006 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	CESP	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
41	CARINA ALVES SOUZA	9	4	12	30	-	55	1º
23	KAUANNI DIAS ARAUJO	-	-	-	-	-	-	-

008 - FISCAL SANITÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
36	ELSON MARQUES DE MORAES	36	6	15	-	57	1º	**Classificado**
88	ROBERTA RODRIGUES DA SILVA	30	6	20	-	56	2º	**Classificado**
75	LUCAS DE ALMEIDA PEREIRA	30	9	15	-	54	3º	**Classificado**
50	GABRIELLE DE ARAUJO REGES	36	3	15	-	54	4º	**Classificado**
117	NEUSA MARTINS CÂNDIDO	30	6	10	-	46	-	Eliminado
176	ZELAINE SANTOS RODRIGUES	30	6	10	-	46	-	Eliminado
57	LIVIA DA SILVA CHAGAS GONÇALVES	30	3	10	-	43	-	Eliminado
84	TIAGO ALVES DE SOUZA	24	3	5	-	32	-	Eliminado
168	JOSELITA RAMOS ALVES LUCENA	-	-	-	-	-	-	Ausente

009 - MOTORISTA - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	PTC	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
68	EDMILSON CARDOSO DE MENEZES	36	9	20	90	-	155	1º
158	ALEXSSANDRO FERREIRA DA SILVA	24	3	25	100	-	152	2º
109	ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA	36	9	15	85	-	145	3º
155	CARLOS MAGNO PEREIRA DE OLIVEIRA	6	3	20	70	-	99	-
157	ARIZONA SIGNOR	-	-	-	-	-	-	-
66	WENESSON SILVA CONCEIÇÃO PEREIRA	-	-	-	-	-	-	-

010 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	PTC	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
40	DIRCEU SOARES ROSA	18	3	10	0	-	31	-

011 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	PTC	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
70	CARLOS EDUARDO GALBIATTI NOGUEIRA	30	6	15	100	-	151	1º

012 - PROFESSOR - NÍVEL B (EDUCAÇÃO FÍSICA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	CESP	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
72	CLEIDE DO SOCORRO CUIMAR	9	2	15	30	-	56	1º
51	PAOLA DEGASPERI JULIANI DE OLIVEIRA	6	2	9	36	0,5	53,5	2º
21	NILVANIA BOFF DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-
175	ADRIANO DE OLIVEIRA RODRIGUES	-	-	-	-	-	-	-
16	GERLANDERSON PONTES DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-

013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CGE	CESP	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO
79	DEUZENE DE DEUS DOS SANTOS	6	2	12	36	-	56	1º
43	FABIANA LANGNER	3	2	9	42	-	56	2º
19	MÁRCIA CONCEIÇÃO DE SOUZA DE JESUS	12	2	6	36	-	56	3º
144	SONEIDE DOS REIS BARBOSA	3	4	6	42	0,5	55,5	4º
136	MARIA DE FATIMA PORCINA DE SOUZA OLIVEIRA	6	4	9	36	-	55	5º
15	LUSILENE GOMES FERREIRA MENDONÇA	9	2	6	36	-	53	6º
110	NOLMA NOGUEIRA DA SILVA BRAGA	3	4	9	36	0,5	52,5	7º
12	EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA	12	4	6	30	-	52	8º
59	MARCOS AURÉLIO LUCENA	6	2	12	30	-	50	9º

95	IRINÉIA DA ROSA ARAUJO	6	0	12	30	-	48	-
98	GILDA APARECIDA DA CRUZ BORGES	3	4	9	30	0,5	46,5	-
30	MARTINHO TSIRE EDI TSAWEWA	6	4	12	18	-	40	-
160	KELLY CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA	0	2	6	24	-	32	-
161	EDIMILSA FREITAS DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-
61	EDNEIA RIBEIRO DA COSTA	-	-	-	-	-	-	-
3	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	-	-	-	-	-	-	-
35	GLACIELE REGINA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-
60	KLEBER ARAÚJO DA CRUZ	-	-	-	-	-	-	-
25	CRISTINA AMORIM OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-
014 - PROFESSOR - NÍVEL A (ESCOLA INDÍGENA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**TIT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**
63	NELSON SEREPAWE TOMOSUJA REBE	3	2	3	30	-	38	-
52	ALBERTO TSERE WA RA WAMARIMITSI	3	8	3	24	-	38	-
47	EDMUNDO OMONEEDI WARY	3	6	9	12	-	30	-
172	CLAUDEMIRO TSERETSIBDZARIWE	6	0	12	12	-	30	-
133	GILNEI SERE RU RU	0	0	6	24	-	30	-
132	ALEX SEREMAIHI SEREDI SARA RAINHA	6	0	3	12	-	21	-
148	PEDRINHO SEREDJADI SEREDI SA RAINHA	6	2	3	6	-	17	-
91	MODESTO TSEREHITE	3	0	6	6	-	15	-
92	ISMAR TSIPTEPRE	-	-	-	-	-	-	-
016 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SANTO ANTÔNIO DO LESTE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**TIT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**
112	PATRICIA MARIANO PEREIRA	9	6	9	48	-	72	1º
18	FÁTIMA KELLAYNE TEODÓZIO SANTOS LEMOS	12	4	3	42	-	61	2º
116	MARIA CARDOSO DOS SANTOS	6	4	6	36	-	52	3º
125	SANDRA SANTOS FARIA	9	4	6	18	-	37	-

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Santo Antônio do Leste/MT, 11 de agosto de 2021

José Arimatéia Vieira Alves

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP: 78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa COTELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 07.237.858/0001-13, estabelecida na Avenida Beira Rio, nº 1280, Jardim Califórnia, Cuiabá - MT, Cep: 78. 070-305, neste ato representado pelo seu proprietário Alex Pedde Pucineli, brasileiro, portador do Rg sob o n. ° 1389259-2 ssp/mt e inscrito no CPF sob o n. 006.900.131-67, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/ 2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste., não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL

201	001.033.145	FITA VEDA ROSCA 18X25MM	VAP	UNID	50	R$ 2,85	R$ 142,50
243	001.033.187	REFLETOR DE LED 50 W 5000K	COMBINADO	UNID	200	R$ 75,50	R$ 15.100,00
244	001.033.188	REFLETOR DE LED 100 W 5000K	COMBINADO	UNID	200	R$ 137,00	R$ 27.400,00
245	001.033.189	REFLETOR DE LED 200 W 5000K	COMBINADO	UNID	200	R$ 223,00	R$ 44.600,00
246	001.033.190	REFLETOR DE LED 400 W 6.500K	COMBINADO	UNID	200	R$ 489,50	R$ 97.900,00
255	001.033.199	SOQUETE DE PORCELANA E 27	TRAMONTINA	UNID	200	R$ 4,90	R$ 980,00
274	001.033.218	CAIXA DE PADRÃO MONOFASICO	TAF	KIT	20	R$ 79,89	R$ 1.597,80
275	001.033.219	CAIXA DE PADRÃO BIFASICO	TAF	KIT	20	R$ 190,00	R$ 3.800,00
276	001.033.220	CAIXA DE PADRÃO TRIFASICO	TAF	KIT	20	R$ 190,00	R$ 3.800,00
						VALOR TOTAL	**R$ 195.320,30**

2.2 O valor da presente Ata é de R$ 195.320,30 (cento e noventa e cinco mil, trezentos e vinte reais e trinta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria

Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de agosto de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

COTELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

CNPJ: 07.237.858/0001-13

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 329/2021.

DE: 11 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA o servidor **LUCAS GUSTAVO GOMES SILVA para exercer o cargo de COORDENADOR DE TESOURARIA e dá outras providências.**

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR o servidor **LUCAS GUSTAVO GOMES SILVA**, para responder pelo cargo de **COORDENADOR DE TESOURARIA** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE AGOSTO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP: 78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda

sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa PROMATEC SERVIÇOS, COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELI ME, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 36.907.608/0001-41, estabelecida na Rua Professora Antonia de Arruda Castro(nuc hab cpa ii) nº 09, quadra 49 Morada da Serra, Cuiabá - MT, Cep: 78.055-424, neste ato representado pelo seu proprietário Gilberto Cesar Mendes Arruda, brasileiro, portador do rg sob o n. ° 22566953 sesp/mt e inscrito no cpf sob o n. ° 042.380.061-27, doravante denominado contratada, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
42	001.032.984	MANGUEIRA CRISTAL 1/2	Krona	MTS	1200	R$ 2,25	R$ 2.700,00
43	001.032.985	MANGUEIRA CRISTAL 3/4´	Krona	MTS	800	R$ 2,95	R$ 2.360,00
44	001.032.986	MANGUEIRA EMBORRACHADA 1/2´	Krona	MTS	500	R$ 1,59	R$ 795,00
45	001.032.987	MANGUEIRA EMBORRACHADA 3/4´	Krona	MTS	500	R$ 3,51	R$ 1.755,00
59	001.033.002	JOELHO ESGOTO 100MM 90 GRAUS	Krona	UNID	50	R$ 8,00	R$ 400,00
65	001.033.008	TUBO ESGOTO 100MM - 6MTS	Krona	UNID	100	R$ 73,00	R$ 7.300,00
71	001.033.014	LUVA SOLDAVEL/ROSCA INTERNA B. LATÃO	Krona	UNID	46	R$ 8,50	R$ 391,00
83	001.033.026	NIPEL ROSCAVEL 3/4´	Krona	UNID	50	R$ 2,12	R$ 106,00
219	001.033.163	REATOR VAPOR METALICO 250 W	Goodlux	UNID	500	R$ 64,00	R$ 32.000,00
222	001.033.166	LAMPADA VAPOR METALICO E 40 250 W	Demape	UNID	300	R$ 26,56	R$ 7.968,00
223	001.033.167	LAMPADA VAPOR METALICO E 40 400 W	Demape	UNID	300	R$ 29,00	R$ 8.700,00
224	001.033.168	LAMPADA VAPOR METALICO E 40 1000 W	Demape	UNID	100	R$ 131,94	R$ 13.194,00
233	001.033.177	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 70 A	JNG	UNID	200	R$ 30,00	R$ 6.000,00
234	001.033.178	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 20 A	JNG	UNID	200	R$ 25,00	R$ 5.000,00
237	001.033.181	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 40A	JNG	UNID	200	R$ 32,00	R$ 6.400,00
254	001.033.198	LAMPADA LED BULBO E27 75 W	Empalux	UNID	500	R$ 78,00	R$ 39.000,00
						VALOR TOTAL	**R$ 134.069,00**

2.2 O valor da presente Ata é de R$ 134.069,00 (cento e trinta e quatro mil e sessenta e nove reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de agosto de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

PROMATEC SERVIÇOS COMERCIO

E LOCAÇÕES EIRELI ME

CNPJ: 36.907.608/0001-41

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 039/2021 - DISPENSA DE LICITAÇAO 035/2021

CONTRATO Nº 039/2021

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**,** brasileiro, casado,

portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, denominado ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **RAFAEL FABRI DOS SANTOS – ME – CNPJ: 26.223.833/0001-05**, com sede na Avenida André Antônio Maggi, nº 487 (Edifício Concorde – sala 705), bairro: Jardim Eldorado, na cidade de Cuiabá – MT, CEP: 78.048-250, doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

01.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de elaboração de LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) conforme regulamentações e normas vigentes para 2021, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do município de Santo Antônio do Leste – MT

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

02.1. O regime de execução a ser utilizado será o de execução indireta por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 035/2021, e se consubstancia nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O valor do presente contrato é de R$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais).

8.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

8.3.A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

8.5. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

8.6.As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

8.7.O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

8.8. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

8.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

8.10.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.11.A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1. O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e terá vigência de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Funcional programática	41.225. 0042.012	Manutenção das atividades da Secretaria
Ficha	65	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. **As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o serviço objeto desta contratação;

9.2. Utilizar na execução do serviço contratado pessoal com qualificação para o exercício dasatividades que lhe forem confiadas, dentre outros requisitos;

9.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

9.4. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por elaassumidas, todas as condições exigidas no presente Contrato, bem como as de habilitação e qualificação exigida;

9.5. Solicitar o envio de informações existentes sobre as áreas prioritárias a serem trabalhadas;

9.6. Observar o cumprimento das normas administrativas da CONTRATANTE, relativa aos examesmédicos de Saúde Ocupacional.

9.7. Observar com critério todas as especificações para elaboração dos Laudos Técnicos.

9.8. Proceder à entrega dos resultados dos serviços realizados sempre em duas cópias àCONTRATANTE.

9.9. Havendo prestação de serviços em desacordo com o disposto neste termo, a contratada deverá corrigir e/ou refazer, por sua inteira responsabilidade, os referidos serviços sem ônus para o Município.

9.10. Designar no mínimo 01 (um) profissional para exercer a função de Preposto para atuar de forma conjunta com a Fiscalização da contratante,

constituindo elemento de ligação, com a finalidade de tomar providências, prestar e receber informações inerentes à execução do contrato;

9.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistasdecorrente da execução do contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seusfuncionários não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

CLÁUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto contratado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: DO DETALHAMENTO DO SERVIÇO

11.1. – O LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho), nos termos da Instrução Normativa INSS/DC nº 078, de 16/07/2002 e seguintes, por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou integridade física do servidor assim como a caracterização ou ausência de insalubridade e periculosidade.

11.2. – O documento do LTCAT deverá conter:

I - Identificação da empresa; Razão Social; CNPJ; endereço; CNAE; ramo de atividade de acordo comquadro I da NR 4; número de funcionários e sua distribuição por sexo;

II - Descrição das atividades da empresa;

III - Descrição do ambiente de trabalho;

IV - Divisão de setores com suas respectivas funções e descrição básica da atividade de cada setor;

V - Quadro de reconhecimento dos riscos, divididos por função contendo em uma única página as seguintesinformações referentes a esta função:

? Setor

? Função

? Nº de funcionários por função

? Turno de trabalho

? Descrição da atividade da função

? Descrição do posto de trabalho

? Condições ambientais do posto de trabalho contendo informações de tipo de piso, iluminação,ventilação e demais informações estruturais necessárias

? Medidas de proteção individual utilizadas pela função

? Medidas de proteção coletiva existente

? Tabela contendo os riscos e exposição

? Tipo de exposição por risco (habitual, permanente, intermitente e ocasional).

? Nível de exposição a agentes nocivos para os efeitos de recolhimento de percentual paraaposentadoria especial a ser informado na GFIP

? Conclusão sobre a existência ou não de insalubridade ou periculosidade

VI – Quadro geral de riscos (avaliação qualitativa) contendo os riscos encontrados na empresa, suas fontes geradoras e informações complementares sobre o risco e sobre os métodos de controle possíveis e/ou existentes;

VII – Avaliação quantitativa dos riscos existentes contendo as funções avaliadas, os resultados e os limites de tolerância contidos na NR 15,os equipamentos utilizados, os métodos utilizados e a comprovação da calibração;

VIII – Conclusão da existência ou não de insalubridade e periculosidade. Caso exista, indicar quais as funções que deverão receber, o agente causador e a porcentagem do adicional a ser pago;

IX – No caso da existência de meios neutralizadores (item 15.4 da NR 15) do risco, evidenciar a eficácia do método através de cálculos e/ou medições;

X – Assinatura do responsável pela elaboração do LTCAT e assinatura do responsável pelas informações fornecidas pela empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1–A Administração designara servidor para fiscalização de contrato.

12.2. O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

12.3 - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela locação realizada até àquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

14.2. Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 10 de agosto de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

RAFAEL FABRI DOS SANTOS - ME

CNPJ: 26.223.833/0001-05

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP: 78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa BAGETTI & ZANETTE LTDA ME, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 14.769.741/0001-46, estabelecida na Rua Primavera, n.º 115, centro, Santo Antonio do Leste - MT, Cep: 78.628-000, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. Leonardo Henrique Bagetti, brasileiro, portador do RG sob o n. ° 001395930 SEJSO-MS e inscrito no CPF sob o n. ° 001.991.421-06, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste., não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
1	001.032.943	CIMENTO SACO DE 50KG		UNID	1500	R$ 37,67	R$ 56.505,00
2	001.032.944	CAL EM PÓ 20 KG		UNID	700	R$ 22,22	R$ 15.554,00
3	001.032.945	CAL LIQUIDO 1 LT		LT	85	R$ 11,00	R$ 935,00
5	001.032.947	FERRO 5/16 8 MM 12MTS		BR	300	R$ 62,22	R$ 18.666,00
6	001.032.948	FERRO 3/8´ 10MM 12 MTS		BR	350	R$ 87,78	R$ 30.723,00
11	001.032.953	PEDRA BRITADA N°1		MT3	200	R$ 190,88	R$ 38.176,00
12	001.032.954	AREIA GROSSA		MT3	200	R$ 154,20	R$ 30.840,00
14	001.032.956	TIJOLO CERAMICO 06 FUROS MILHEIRO		UNID	48000	R$ 1,28	R$ 61.440,00
15	001.032.957	TIJOLO CERAMICO 08 FUROS MILHEIRO		UNID	35000	R$ 1,27	R$ 44.450,00
20	001.032.962	PORTA VENEZIANA METALICA 0,80X2,10M		UNID	50	R$ 395,00	R$ 19.750,00
28	001.032.970	BACIA SANITARIA P/ VALVULA DE DESCARGA		UNID	35	R$ 170,00	R$ 5.950,00
29	001.032.971	LAVATORIO DE LOUÇA DE EMBUTIR (CUBA)		UNID	30	R$ 217,00	R$ 6.510,00
84	001.033.027	PLUG ROSCAVEL 3/4´		UNID	70	R$ 2,60	R$ 182,00
86	001.033.029	TUBO SOLDAVEL 32MM - 12MTS		UNID	185	R$ 43,00	R$ 7.955,00
88	001.033.031	TELHA DE AMIANTO 6MM 2,44X1,10M		UNID	100	R$ 98,50	R$ 9.850,00
90	001.033.033	TELHA DE AMIANTO 4MM 2,44X0,50M		UNID	150	R$ 21,00	R$ 3.150,00
91	001.033.034	CUMMEIRA DE AMIANTO 6MM 20°		UNID	50	R$ 52,00	R$ 2.600,00
92	001.033.035	CUMMEIRA CERAMICA		UNID	200	R$ 6,39	R$ 1.278,00
94	001.033.037	PREGO P/ TELHAS DE AMIANTO 4MM -		UNID	35	R$ 18,78	R$ 657,30
95	001.033.039	PREGO POLIDO 22X42 COM CABEÇA - PACOTE		UNID	50	R$ 23,72	R$ 1.186,00
96	001.033.038	PREGO POLIDO 22X48 COM CABEÇA PACOTE		UNID	100	R$ 23,78	R$ 2.378,00
97	001.033.040	PORTA VENEZIANA METALICA 0,60X2,10M		UNID	20	R$ 366,66	R$ 7.333,20
99	001.033.042	JANELA VENEZIANA METALICA CORRER		UNID	30	R$ 490,00	R$ 14.700,00
101	001.033.044	TUBO DE DESCARGA P/ VALVULA		UNID	20	R$ 13,00	R$ 260,00
106	001.033.047	MANGUEIRA PRETA 3/4´		MTS	3000	R$ 1,90	R$ 5.700,00
107	001.033.048	MASSA ACRILICA 18L		LAT	100	R$ 70,00	R$ 7.000,00
108	001.033.049	MASSA CORRIDA PVA 18 L		LAT	100	R$ 29,70	R$ 2.970,00
118	001.033.059	FITA CREPE ADESIVA 50MMX50MT		UNID	200	R$ 8,30	R$ 1.660,00
119	001.033.060	TINTA ACRILICA 18LTS		LAT	200	R$ 103,00	R$ 20.600,00
120	001.033.061	TINTA ESMALTE SINTETICO 3,6 L		LAT	60	R$ 66,80	R$ 4.008,00
121	001.033.062	FUNDO PREPARADOR PAREDE 18LT		LAT	50	R$ 98,00	R$ 4.900,00
122	001.033.063	SELADOR ACRILICO 18 L		UNID	100	R$ 58,00	R$ 5.800,00
135	001.033.076	SABONETEIRA METALICA		UNID	20	R$ 22,22	R$ 444,40
141	001.033.083	BARRA DE ROSCA 5/8		UNID	50	R$ 29,00	R$ 1.450,00
142	001.033.085	ARRUELA LISA 3/8		UNID	660	R$ 0,25	R$ 165,00
143	001.033.086	ARRUELA LISA 1/2		UNID	520	R$ 0,60	R$ 312,00

144	001.033.087	ARRUELA LISA 5/8		UNID	410	R$ 1,10	R$ 451,00
145	001.033.088	PORCA 5/16		UNID	540	R$ 0,24	R$ 129,60
146	001.033.089	FORRO - DE PVC, MEDINDO COMP. 6M X 20CM		MT2	685	R$ 28,90	R$ 19.796,50
147	001.033.090	PERFIL TIPO U P/ FORRO PVC BARRA 6M		MTS	126	R$ 22,00	R$ 2.772,00
180	001.033.124	MOTOSERRA - COM MOTOR A GASOLINA,		UNID	15	R$ 4.050,00	R$ 60.750,00
189	001.033.133	NIVEL DE MÃO 3 BOLHAS		UNID	10	R$ 15,90	R$ 159,00
193	001.033.137	DESEMPENADEIRA METALICA DENTADA		UNID	10	R$ 13,90	R$ 139,00
194	001.033.138	MARTELO DE BORRACHA P/ ASSENTO DE		UNID	10	R$ 13,90	R$ 139,00
195	001.033.139	RISCADEIRA DE CERAMICA 60CM		UNID	10	R$ 185,00	R$ 1.850,00
197	001.033.141	CABO EXTENSOR P/ PINTURA		UNID	15	R$ 24,00	R$ 360,00
199	001.033.143	VARAO PARA CORTINA DE 1,50M		UNID	30	R$ 33,33	R$ 999,90
200	001.033.144	VARÃO PARA CORTINA 2,00M		UNID	30	R$ 41,11	R$ 1.233,30
204	001.033.148	BOMBA DE VENENO COSTAL 20 LT		UNID	10	R$ 155,00	R$ 1.550,00
212	001.033.156	BROCA MADEIRA 3/4 X 6,1/8		UNID	15	R$ 14,90	R$ 223,50
226	001.033.170	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 40 A		UNID	200	R$ 13,00	R$ 2.600,00
248	001.033.192	LAMPADA LED BULBO E27 7W		UNID	500	R$ 5,30	R$ 2.650,00
272	001.030.541	ELETRODUTO DE PVC 3/4		MTS	100	R$ 4,00	R$ 400,00
279	001.033.223	ALICATE AMPERIMETRO MULTIMETRO		UNID	10	R$ 58,00	R$ 580,00
282	001.033.225	ESCADA EXTENSIVEL 2X10 DEGRAUS		UNID	2	R$ 630,00	R$ 1.260,00
283	001.033.226	CHAVE DE FENDA PEQUENA		UNID	40	R$ 9,00	R$ 360,00
284	001.033.227	CHAVE PHILIPS GRANDE		UNID	40	R$ 12,00	R$ 480,00
292	001.033.235	PARAFUSADEIRA - FURADEIRA, CORPO EM		UNID	5	R$ 303,33	R$ 1.516,65
295	001.033.238	ALICATE DE CORTE		UNID	10	R$ 26,00	R$ 260,00
296	001.033.239	TERMINAL PARA CABO 10MM		UNID	100	R$ 1,70	R$ 170,00
297	001.033.240	TERMINAL PARA CABO 16MM		UNID	100	R$ 2,22	R$ 222,00
315	001.033.258	TINTA PVA 18 LT		UNID	200	R$ 89,00	R$ 17.800,00
						VALOR TOTAL	**R$ 554.889,35**

2.2 O valor da presente Ata é de R$554.889,35 (quinhentos e cinqüenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente

Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de agosto de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BAGETTI & ZANETTE LTDA

CNPJ: 14.769.741/0001-46

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 076/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 076/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP: 78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI EPP, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 37.227.550/0001-58, estabelecida na Rua r 5, nº 129, quadra r-7 lote 07 setor oeste, Goiania - GO, Cep: 74.125-070, neste ato representado pelo seu proprietário Fernando Rodrigues Vale, brasileiro, portador do RG sob o n. ° 196209 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n. ° 042.036.901-53, doravante denominado contratada, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste., não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
202	001.033.146	REATOR METALICO 400WATTS	JRC	UNID	20	R$ 93,66	R$ 1.873,20
216	001.033.160	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 50 W	MBLED	UNID	500	R$ 198,90	R$ 99.450,00
220	001.033.164	REATOR VAPOR METALICO 400 W	JRC	UNID	500	R$ 80,00	R$ 40.000,00
221	001.033.165	REATOR VAPOR METALICO 1000 W	JRC	UNID	100	R$ 250,00	R$ 25.000,00
227	001.033.171	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 70 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 24,50	R$ 4.900,00
228	001.033.172	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 20 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 13,00	R$ 2.600,00
229	001.033.173	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 40 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 17,99	R$ 3.598,00
232	001.033.176	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 40 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 25,00	R$ 5.000,00
235	001.033.179	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 100 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 72,00	R$ 14.400,00
242	001.033.186	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 100A	SOPRANO	UNID	50	R$ 99,00	R$ 4.950,00
247	001.033.191	HASTE PARA ATERRAMENTO	INTELLI	UNID	200	R$ 49,90	R$ 9.980,00
252	001.033.196	LAMPADA LED BULBO E27 35W	KIAN	UNID	475	R$ 30,00	R$ 14.250,00
262	001.033.206	CABO FLEXIVEL 6 MM	ENERGY	MTS	1000	R$ 4,90	R$ 4.900,00
263	001.033.207	CABO FLEXIVEL 10 MM	ENERGY	MTS	1000	R$ 8,00	R$ 8.000,00
264	001.033.208	CABO FLEXIVEL PP 2X6MM	ENERGY	MTS	1000	R$ 9,99	R$ 9.990,00
267	001.033.211	CABO PARALELO FLEX 2,5MM	ENERGY	MTS	1000	R$ 5,00	R$ 5.000,00
						VALOR TOTAL	**R$ 253.891,20**

2.2 O valor da presente Ata é de R$ 253.891,20 (duzentos e cinqüenta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de agosto de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI EPP

CNPJ: 37.227.550/0001-58

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 073/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 073/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP: 78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob

o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 03.806.018/0001-73, estabelecida na Rua Treze de Junho, nº 462, Centro Sul, Cuiabá - MT, Cep: 78.020-000, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. Carlos Alberto Mendonça, brasileiro, portador do rg sob o n. ° 9210691 ssp/sp e inscrito no cpf sob o n. ° 229.630.651-91, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste., não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
218	001.033.162	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 150 W	FSE	UNID	500	R$ 688,00	R$ 344.000,00
239	001.033.183	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 20A	SOPRANO	UNID	200	R$ 56,00	R$ 11.200,00
241	001.033.185	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 70A	SOPRANO	UNID	57	R$ 88,90	R$ 5.067,30
249	001.033.193	LAMPADA LED BULBO E27 9W	KIAN	UNID	500	R$ 5,00	R$ 2.500,00
251	001.033.195	LAMPADA LED BULBO E27 20W	KIAN	UNID	500	R$ 13,90	R$ 6.950,00
256	001.033.200	SOQUETE PENDAL RABICHO	DECORLUX	UNID	500	R$ 4,50	R$ 2.250,00
257	001.033.201	SOQUETE DE PORCELANA E 40	DECORLUX	UNID	200	R$ 12,20	R$ 2.440,00
258	001.033.202	CONTATOR DE POTENCIA TRI. 220V 30A	DECORLUX	UNID	15	R$ 179,00	R$ 2.685,00
260	001.033.204	PROTETOR DE SURTO DPS	SOPRANO	UNID	200	R$ 99,00	R$ 19.800,00
261	001.033.205	CABO FLEXIVEL 2,5MM	TECNOFIOS	MTS	1000	R$ 2,00	R$ 2.000,00
265	001.033.209	CABO FLEXIVEL PP COBRE 2X 4MM	TECNOFIOS	MTS	1000	R$ 8,50	R$ 8.500,00
269	001.033.213	RELE FOTOELETRICO	MAPRETRON	UNID	1000	R$ 19,30	R$ 19.300,00
						VALOR TOTAL	**R$ 426.692,30**

2.2 O valor da presente Ata é de R$426.692,30 (quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de agosto de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE

MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

CNPJ: 03.806.018/0001-73

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 - SRP

PROCESSO Nº 057/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI ME,jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número29.516.527/0001-55, estabelecida na Avenida Frei Coimbra LotJd n. Horizonte, nº 500, Ikaray, Varzea Grande - MT, Cep: 78.130-386, neste ato representado pelo seu proprietário Eder Araujo de Almeida, brasileiro, portador do rg sob o n. ° 15150488 ssp/mt e inscrito no cpf sob o n. ° 005.113.831-00, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, abaixo relacionados, para serem utilizadas na manutenção das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste., não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇAO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
24	001.032.966	JOGO DE DOBRADIÇAS 3 C/ PARAFUSOS	MERKEL	UNID	35	R$ 8,50	R$ 297,50
30	001.032.972	ASSENTO SANITARIO PLASTICO	VIQUA	UNID	55	R$ 29,00	R$ 1.595,00
33	001.032.975	TUBO DE LIGAÇÃO DE VASO SANITARIO	LIEGE	UNID	20	R$ 10,39	R$ 207,80
34	001.032.976	EXPUDE SANITARIO	VALEPLAST	UNID	30	R$ 2,50	R$ 75,00
36	001.032.978	MANGUEIRA FLEXIVEL 60 CM 1/2	ALUMASA	UNID	30	R$ 7,00	R$ 210,00
37	001.032.979	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL	VALEPLAST	UNID	70	R$ 6,70	R$ 469,00
38	001.032.980	SIFAO SANFONADO DUPLO UNIVERSAL	VALEPLAST	UNID	50	R$ 11,50	R$ 575,00
40	001.032.982	ANEL DE VEDACAO PARA VASO SANITARIO	MUNDIAL	UNID	30	R$ 8,70	R$ 261,00
41	001.032.983	PARAFUSO CROMADO 10MM P/ LOUÇAS	MUNDIAL	UNID	100	R$ 2,20	R$ 220,00
47	001.032.989	REGISTRO ESFERICO ROSCA EXTERNA 3/4	POLIERG	UNID	40	R$ 16,00	R$ 640,00
48	001.032.990	REGISTRO ESFERICO ROSCA INTERNA 3/4´	POLIERG	UNID	40	R$ 13,00	R$ 520,00
50	001.032.992	ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA 3/4´	BIAMPLAST	UNID	50	R$ 3,00	R$ 150,00
51	001.032.993	JOELHO INTERNO 90 º 1/2"	KRONA	UNID	44	R$ 1,90	R$ 83,60
52	001.032.994	JOELHO INTERNO 90º 3/4'	KRONA	UNID	50	R$ 2,00	R$ 100,00
53	001.032.995	T INTERNO 3/4	BIAMPLAST	UNID	40	R$ 2,60	R$ 104,00
54	001.032.996	JOELHO 90° C/ ROSCA INTERNA 1/2´	KRONA	UNID	50	R$ 1,90	R$ 95,00
57	001.032.999	TE C/ ROSCA INTERNA 3/4´	KRONA	UNID	50	R$ 4,80	R$ 240,00
58	001.033.001	CAP ESGOTO100 MM	BRP	UNID	59	R$ 7,50	R$ 442,50
61	001.033.004	TE ESGOTO 50MM	BRP	UNID	52	R$ 8,00	R$ 416,00
62	001.033.005	TE REDUÇÃO 100X50MM	BRP	UNID	39	R$ 19,00	R$ 741,00
64	001.033.007	TUBO ESGOTO 40MM - 6MTS	CIMFLEX	UNID	42	R$ 34,00	R$ 1.428,00
67	001.033.010	JOELHO 45° SOLDAVEL 32MM	KRONA	UNID	50	R$ 4,10	R$ 205,00
69	001.033.012	TE SOLDAVEL 60MM	PLASTUBOS	UNID	30	R$ 26,00	R$ 780,00
72	001.033.015	ADAPTADOR SOLDAVEL ROSCA EXTERNA	MULTILIT	UNID	31	R$ 2,00	R$ 62,00
73	001.033.016	REGISTRO SOLDAVEL 25MM	UNIFORTTE	UNID	29	R$ 10,50	R$ 304,50
76	001.033.019	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4´	RAINHA	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
77	001.033.020	ADAPTADOR C/ FLANGE 50MM	UNIFORTTE	UNID	28	R$ 29,00	R$ 812,00
78	001.033.021	TORNEIRA BOIA VAZAO TOTAL 3/4	VALEPLAST	UNID	33	R$ 63,40	R$ 2.092,20
79	001.033.022	UNIÃO SOLDAVEL 50MM	BRP	UNID	23	R$ 28,50	R$ 655,50
81	001.033.024	LUVA SOLDAVEL 60MM	KRONA	UNID	70	R$ 11,90	R$ 833,00
85	001.033.028	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	QUALIFON	UNID	170	R$ 6,92	R$ 1.176,40
93	001.033.036	PARAFUSO TELHEIRO P/ TELHAS DE AMIANTO	CISER	UNID	500	R$ 1,19	R$ 595,00
98	001.033.041	JANELA VENEZIANA METALICA CORRER	GEROTTO	UNID	30	R$ 394,00	R$ 11.820,00
102	001.033.045	MANGUEIRA FLEXIVEL 50CM 1/2	ALUMASA	UNID	50	R$ 4,50	R$ 225,00
103	001.033.046	VALVULA P/ LAVATORIO PLASTICO	KRONA	UNID	25	R$ 4,24	R$ 106,00
105	001.002.360	VALVULA DE DESCARGA C/ ACAB. PLASTICO 1	FDOCOL	UNID	30	R$ 169,00	R$ 5.070,00
110	001.033.051	LIXA D´ÁGUA 080	CARBURUDUM	UNID	100	R$ 1,70	R$ 170,00
111	001.033.052	LIXA D´ÁGUA 100	CARBURUDUM	UNID	300	R$ 1,70	R$ 510,00
117	001.033.058	FITA CREPE 25MMX50MT	ADELBRAS	UNID	200	R$ 4,90	R$ 980,00
123	001.033.064	ROLO DE ESPUMA 30 CM	COMPEL	UNID	48	R$ 9,00	R$ 432,00
126	001.033.067	ROLO DE LÃ 30 CM	COMPEL	UNID	20	R$ 22,00	R$ 440,00
129	001.033.070	TRINCHA 2.1/2 SIMPLES	COMPEL	UNID	40	R$ 4,65	R$ 186,00
130	001.033.071	TRINCHA 2´	COMPEL	UNID	30	R$ 4,00	R$ 120,00
131	001.033.072	CATALIZADOR PARA ESMALTE SINTETICO 150	MAXRUBB	UNID	50	R$ 12,48	R$ 624,00
134	001.033.075	PORTA SABONETE LIQUIDO	ARTPLAS	UNID	20	R$ 59,39	R$ 1.187,80
136	001.033.077	PARAFUSO C/BUCHA 06MM	CISER	UNID	1000	R$ 0,20	R$ 200,00

137	001.033.078	PARAFUSO C/ BUCHA N° 08	CISER	UNID	1000	R$ 0,30	R$ 300,00
138	001.033.079	PARAFUSO C/ BUCHA N 10	CISER	UNID	500	R$ 0,70	R$ 350,00
139	001.033.080	BARRA DE ROSCA 5/16	CISER	UNID	100	R$ 5,96	R$ 596,00
140	001.033.081	BARRA DE ROSCA 3/8	CISER	UNID	50	R$ 9,52	R$ 476,00
148	001.033.091	TUBO SILICONE BRANCO 100 GR	SILOC	UNID	49	R$ 14,00	R$ 686,00
149	001.033.092	PARAFUSO AUTOBROCANTE P/ FORRO PVC	VONDER	UNID	3000	R$ 0,15	R$ 450,00
150	001.033.093	PARAFUSO TIPO AGULHA P/ FORRO PVC	VONDER	UNID	1000	R$ 0,15	R$ 150,00
153	001.033.096	TORNEIRA JARDIM PLASTICA 1/2	PAULINIA	UNID	22	R$ 4,00	R$ 88,00
154	001.033.097	TORNEIRA JARDIM 3/4	PAULINIA	UNID	35	R$ 2,50	R$ 87,50
155	001.033.098	TORNEIRA LAVATORIO METALICA 1/2´	VALEPLAST	UNID	15	R$ 39,00	R$ 585,00
157	001.033.101	TORNEIRA COZINHA METALICA PAREDE 1/2´	VALEPLAST	UNID	10	R$ 45,00	R$ 450,00
160	001.033.104	ESQUADRO METALICO 30CM	THOMPSON	UNID	10	R$ 24,00	R$ 240,00
162	001.033.106	CHAVE GRIFE MEDIA	EDA	UNID	20	R$ 67,30	R$ 1.346,00
164	001.033.108	CHAVE PHILIPS MEDIA	EDA	UNID	20	R$ 9,80	R$ 196,00
166	001.033.110	MASCARA DE PROTEÇÃO C/ FILTRO	GRAZIA	UNID	250	R$ 5,90	R$ 1.475,00
168	001.033.112	OCULOS DE PROTECAO INDIVIDUAL INCOLOR	SSAFETY	UNID	30	R$ 4,90	R$ 147,00
169	001.033.113	PROTETOR ORICULAR	SSAFETY	UNID	30	R$ 1,50	R$ 45,00
172	001.033.116	COLHER DE PEDREIRO MEDIA	THOMPSON	UNID	20	R$ 19,90	R$ 398,00
178	001.033.122	PICARETA C/ CABO	TENACE	UNID	10	R$ 55,80	R$ 558,00
183	001.033.127	CAVADEIRA MEDIA	COLINS	UNID	10	R$ 92,00	R$ 920,00
186	001.033.130	VASSOURÃO DE GARI	GARI	UNID	35	R$ 29,90	R$ 1.046,50
187	001.033.131	RASTELO GRANDE PLASTICO	THOMPSON	UNID	30	R$ 15,00	R$ 450,00
198	001.033.142	LANTERNA RECARREGAVEL GRANDE	AVANT	UNID	20	R$ 39,80	R$ 796,00
203	001.033.147	ESCADA DE ALUMINIO 6 DEGRAUS	BOTAFOGO	UNID	5	R$ 200,00	R$ 1.000,00
206	001.033.150	FITA ISOLANTE 19 X 20MTS	SOPRANO	UNID	50	R$ 4,00	R$ 200,00
210	001.033.154	CHAVE DE CANO 24 CABO EMBORRACHADO	EDA	UNID	2	R$ 150,02	R$ 300,04
211	001.033.155	BROCA MADEIRA 12,5MM 1/2	EDA	UNID	10	R$ 24,82	R$ 248,20
213	001.033.157	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS 60MM	POLIERG	UNID	50	R$ 13,68	R$ 684,00
214	001.033.158	FOLHA DE SERRA 12X24 BIMETALICA	EDA	UNID	30	R$ 7,00	R$ 210,00
217	001.033.161	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 100 W	ALLED	UNID	350	R$ 645,00	R$ 225.750,00
225	001.033.169	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 20 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00
230	001.033.174	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 70 A	SOPRANO	UNID	200	R$ 28,00	R$ 5.600,00
231	001.033.175	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 20 A	SANMEM	UNID	200	R$ 19,00	R$ 3.800,00
236	001.033.180	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 20A	SANMEM	UNID	200	R$ 24,00	R$ 4.800,00
238	001.033.182	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 70A	SANMEM	UNID	200	R$ 55,00	R$ 11.000,00
240	001.033.184	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 40A	SANMEM	UNID	200	R$ 60,00	R$ 12.000,00
250	001.033.194	LAMPADA LED BULBO E27 15 W	AVANT	UNID	500	R$ 10,50	R$ 5.250,00
253	001.033.197	LAMPADA LED BULBO E27 50 W	AVANT	UNID	490	R$ 42,50	R$ 20.825,00
259	001.033.203	CONTATOR DE POTENCIA TRI. 220V 100A	DECORLUX	UNID	25	R$ 340,00	R$ 8.500,00
268	001.033.212	CONECTOR PERFURANTE CDP 70	ALLED	UNID	1000	R$ 6,50	R$ 6.500,00
271	001.033.215	LUVA BAIXA TENSÃO 1.000V	FESP	UNID	20	R$ 380,00	R$ 7.600,00
273	001.033.217	CANELETA COM FITA DUPLA FACE	PERLEX	UNID	200	R$ 6,90	R$ 1.380,00
281	001.033.224	ESCADA EXTENSIVEL 7,20 MT ALUMINIO	BOTAFOGO	UNID	2	R$ 814,32	R$ 1.628,64
286	001.033.229	REFLETOR DE LED 50W VERDE BIVOLT	AVANT	UNID	20	R$ 74,90	R$ 1.498,00
287	001.033.230	CHAVE DE FENDA ISOLADA	VONDER	UNID	20	R$ 12,28	R$ 245,60
291	001.033.234	FURADEIRA DE IMPACTO	SKILL	UNID	5	R$ 160,00	R$ 800,00
						VALOR TOTAL	**R$ 373.192,28**

2.2 O valor da presente Ata é de R$ 373.192,28 (trezentos e setenta e três mil, cento e noventa e dois reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2.O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3.A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4.A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8.A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA:REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1.O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1.Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3.Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4.Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2.A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6.O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10.A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. Saúde.
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. e Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura.
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras.
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de agosto de2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES

EIRELI ME

CNPJ:29.516.527/0001-55

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 199/2021, DE 02/02/2021 - EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA POR IDADE DA SERVIDORA MARIA EULINA ABREU SOARES

PORTARIA Nº 199, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe Sobre a Exoneração para Aposentadoria por Idade da Senhora MARIA EULINA ABREU SOARES, do cargo efetivo de APOIO ADMINSTRATIVO ESCOLAR.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Senhora MARIA EULINA ABREU SOARES, brasileira, casada, matricula nº 607, portadora da cédula de identidade RG nº 0313699-0 SESP/MT e inscrito no CPF nº 898.425.371-53; do Cargo efetivo de Apoio Administrativo Escolar, Aposentadoria por Idade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E J.A. TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**.** As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA SEXTA – PRORROGAÇÃO DO CONTRATO E ADITIVO – Fica aditado no que se concede a Clausula sexta 6.2, referente troca de janelas que são necessárias e não estavam no projeto original, conforme planilha em anexo.

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo – MT 06 de Agosto de 2021.

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 108/2021 - DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre Nomear para o Cargo de Supervisão de Almoxarifado e Cadastro do Município de São José do Povo.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear o Srº SIMÃO RODRIGUES DE SOUZA portador do CPF nº 424.480.501-04 e do RG: nº600031 SSP, para o Cargo de Supervisão de Almoxarifado e Cadastro deste Municpio de São José do Povo - MT, e receberá seus proventos confome Lei Municipal de nº514/2012 anexo III.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

São José do Povo, 10 de Agosto de 2021.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 107/2021- DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre Revoga e Nomeia a Comissão Permanente de Patrimônio e autorizar a fazer Avaliação, Reavaliação (depreciação) e Baixa dos bens Patrimoniais e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Revoga e Nomeia a Comissão Permanente de Patrimônio Público Municipal, dos bens móveis e imóveis, equipamentos, máquinas em geral da carga patrimonial da Prefeitura Municipal e receber seus proventos de acordo da lei 514/2012.

ARTIGO 2º - A Comissão terá a seguinte composição:

Presidente: RENATA LEÃO GOMES

Secretário: JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE SOUZA

Membro: LUIZ CARLOS ALMEIDA DE SOUZA

Membro: ROSEMEIRE CARLONE VIDAL

ARTIGO 3º- A comissão contará com todo o tipo de apoio logístico necessário aos andamentos dos trabalhos.

Parágrafo Ùnico - A Comissão contará com o apoio de todos os Secretários e servidores Municipais.

ARTIGO 4º- Fica Autorizada a Comissão Permanente de Patrimônio deste município a fazer a Avaliação e reavaliação (depreciação) e dar baixa nos bens Patrimoniais da Prefeitura e do Fundo de Pevidência - FUNPREV.

ARTIGO 5° - A Comissão de Avaliação e Reavaliação terá como componente além da Comissão Permanente de Patrimônio os seguintes membros sem ônus:

JOSÉ MARIA FLORES FARIAS

SINVALDO COSTA DA SILVA

ARTIGO 6º - A baixa de bens permanentes pertencentes ao acervo desta Prefeitura Municipal e do FUNPREV, somente ocorrerá após Avaliação dos bens e mediante Parecer da Comissão de Avaliação, nos casos de:

I - furto/roubo;

II - extravio;

III imprestáveis/ inservível;

IV - alienação;

V - em desuso;

VI - inclusão indevida;

VII obsolecência.

Parágrafo único - Nos casos de furto, roubo ou extravio, a Secretaria de Administração juntamente com o Setor de Patrimônio deverá adotar as ações administrativas para apuração de responsabilidades, visando aplicar as penalidades administrativas.

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação , revogando a PORTARIA Nº55/2021 DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RECISÃO DE CONTRATO

EXTRATO RESCISÃO DO CONTRATO Nº038/2019

Trata-se Rescisão Amigável do **CONTRATO Nº 038/2019**, oriundo da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2019**, Constituem objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Catálogo digital com fornecimento de preços de peças para realização de manutenções dos veículos pertencente a frota do São José do Rio Claro – MT. **A partir de 12/07/2021**

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

HOMOLOGAÇÃO

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 75, Inciso I da Lei Federal nº. 14.133, de 01-de abril de 2021. "**HOMOLOGA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2021**", Objeto: "**AQUISIÇÃO DE PULVERIZADORES PARA UTILIZAÇÃO NAS AÇÕES REALIZADAS PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA"**. Em favor das empresas: **MORON & CIA LTDA; CNPJ: 01.882.138/0001-24 Valor global R$ 3.069,00 (Três Mil E Sessenta e Nove Reais); EDER HENRIQUE MARCHI & CIA LTDA; CNPJ: 09.001.902/0001-17 Valor global R$ 1.172,11 (Um Mil E Cento E Setenta E Dois Reais E Onze Centavos)**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 270 DE 02 DE AGOSTO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor JOSÉ MARCOS BATISTA CARDOSO, no período de 02 a 31/08/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE AGOSTO DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

ADMINISTRAÇÃO/RH
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 025/2021.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: PATRICIA NAIARA BEZERRA TAVARES

OBJETO: O Contratado neste ato fica admitido no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA** mediante a remuneração mensal de **R$: 1.361,34(Hum Mil, Trezentos e Sessenta e Hum Reais e Trinta e Quatro Centavos),** irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Vigência: 09/08/2021 a 31/12/2021.

Assinatura contr. em 09 de Agosto de 2021.

PORTARIA Nº. 437/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **ANDREIA CAMILO DE SOUZA,** brasileira, servidora efetivanocargo de **Professora,** com matrícula no RH sob o nº. 322, ***para a função de DIRETORA ESCOLAR na Escola Infantil Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso", durante o período de 10/08/2021 a 31/12/2021***, em conformidade com o Art. 59 da Lei Complementar nº. 010/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 10/08/2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Agosto de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 438/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA, **a partir do dia 01/08/2021**, o Senhor ***IVAN CARLOS WORFART*****,** servidor contratado com matricula no RH nº. 1984 no cargo de Agente da administração Publica – Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/08/2021, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Agosto de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 436/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – DESTITUIR da função de Coordenadora Pedagógica,na Escola Infantil Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso***",*** a senhora ***ANDREIA CAMILO DE SOUZA*****,** servidora efetiva, com matrícula no RH nº. 3221, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09/08/2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Agosto de 2021.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2021

Aos **onze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e um, comparecem, de um lado, o** MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT*, pessoa jurídica de direito público interno*, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **37.464.997/0001-40**, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, Centro, na cidade de Tabaporã-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **Sirineu Moleta**, portador do RG nº.MG 12.223.800 e CPF n.º 505.657.100-15, residente e domiciliado na Rua Wilson Geovedi, s/n°, Centro, município de Tabaporã/MT, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMITENTE FORNECEDOR, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT,** de acordo com o resultado da licitação publicada no jornal da AMM – Diário Oficial dos Municípios, do dia 09/08/2021, decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial n. **048/2021**, autorizado pelo Processo Licitatório n. **052/2021** regida pela Lei Federal n. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93, bem como pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa **ZUCCHI TEXTIL LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. **26.530.451/0001-24**, com sede na Rua dos Araribas, n° 800 – Bairro Jardim das Palmeiras – CEP: 78.552-027, na Cidade de Sinop – MT, neste ato representada pela Sra. **Aglis Alana Zucchi Biazzi**, Brasileira, Casada em regime de comunhão parcial, empresaria, portadora do RG n. 8.145.986 SESP/SC e do CPF/MF n. 046.576.571-86, residente e domiciliada, na Rua das Araribas, n° 822 – Jardim das Palmeiras, na cidade de Sinop – MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT**, Especificados no **Anexo I** do Edital, em conformidade com as propostas vencedoras da licitação, visando à constituição do sistema Registro de Preços firmando compromisso de fornecimento dos medicamentos aos órgãos e entidades usuários do sistema, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Presencial n. **048/2021** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrita na ata do Pregão Presencial n° 048/2021, Processo Licitatório n° 052/2021, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

LOTE 01 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES									
Item	**MATERIAL**	**MATERIAL TCE**	**Qtde.**	**Un.**	**Descrição**	**R$ Unit.**	**R$ Total**	**Classif.**	**Empate**
1	102234	36316	500	Un.	CALCA - CONFECCIONADA EM BRIM,NA COR LARANJA,TAMANHO DIVERSOS COM FAIXA REFLETIVA.	59,00	29.500,00	**1**	
2	102233	36319	500	Un.	CAMISETA - COMPOSTA DE 67% POLIESTER E 33% VISCOSE, NA COR LARANJA, CONSTRUCAO DO TIPO MALHA FRIA, NO TAMANHO P/M/G/GG, COM MANGA LONGA, FAIXA REFLETIVA	22,00	11.000,00	**1**	
Valor Total:							**40.500,00**		

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do *caput* e do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos medicamentos para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de **07 (sete) dias** úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do *caput* ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

c) As propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

d) O novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (Doze) Meses** a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento às disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas “Órgão não-participante ou carona”.

4.7. Os órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse mediante consulta dirigida ao Prefeito Municipal, contendo a informação do item e a quantidade desejada, que posteriormente encaminha-

rá ao órgão gerenciador da Ata, para que este verifique a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços, com os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

4.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.9. Caso o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços não concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando a impossibilidade de atender, sendo então comunicado ao órgão não-participante ou carona a impossibilidade de sua adesão à Ata de Registro de Preços. Caso ele concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando, devendo ser anexado uma cópia da correspondência no processo.

4.10. Caberá ao órgão gerenciador providenciar o Termo de Adesão do carona e o respectivo apostilamento em Ata de Registro de Preços dos órgãos não-participantes ou carona, para futuro acatamento dos pedidos.

4.10.1. Após assinatura do Termo de Adesão, deverá ser providenciada cópia do documento para ser anexado ao processo que originou o registro de preços.

4.11. As aquisições ou contratações adicionais que serão efetuadas pelo “carona” não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.12. A responsabilidade do órgão carona é restrita às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento licitatório.

4.13. O Município de Tabaporã/MT, através do órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão carona.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras, da Secretaria Municipal de Finanças, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os medicamentos registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos medicamentos, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de medicamentos, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;**

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos medicamentos dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. **Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4.Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas,** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela Administração, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral do município, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979 – Centro, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal de Tabaporã/MT.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.3.1. As empresas contratadas obrigam-se a fornecer os objetos, com solicitações mínimas de R$ 500,00 (Quinhentos Reais) por pedido.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Núcleo de Licitação – órgão gerenciador, por escrito, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos medicamentos ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos medicamentos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do município de Tabaporã/MT.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações do item ..... deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5.5. Os **uniformes** entregue a Secretaria Solicitante deverão estar em plena condições com o Anexo I do Edital, caso isso não ocorra, a mesma deverá substituir no **prazo de 15 (quinze) dias corridos** o produto com defeito ou demais escoriações.

7.6. A detentora da Ata obriga-se a fornecer os **uniformes** a que se refere ao **Anexo I** novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.6.1. Serão recusados os **uniformes** imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.6.2. Os **uniformes** deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.6.3. Os **uniformes** sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especifica pela fabricante no rótulo de cada embalagem.

7.6.4. Os **uniformes** deverão estar acondicionados em embalagem original de fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem;

7.6.5. Na embalagem de cada **uniformes** deverá constar a frase “VENDA PROIBIDA NO COMÉRCIO”.

7.7. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item do Anexo I, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.9. As despesas relativas à entrega dos **uniformes** correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.10. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos **uniformes** licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.11. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos medicamentos, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta)dias úteis, contados do recebimento definitivo dos medicamentos, após a apresentação da respectiva **Nota Fiscal**, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções;

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. Dotação Orçamentária:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Dotação	Finalidade
10 00100 12 122 0012 2063 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo
10 00300 12 361 0012 2072 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo
10 00400 12 365 0012 2074 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo
10 00500 12 365 0012 2075 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Dotação	Finalidade
11 00200 15 452 0015 2095 33 90 30 00 00 F 0 100 000 000	Material de Consumo

E dotações que vierem a substituir o exercício subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas falta leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral do Município de Tabaporã, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores do Município de Tabaporã/MS.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro de Tabaporã – MT para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tabaporã – MT, 11 de Agosto de 2021.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**ZUCCHI TEXTIL LTDA – ME** CNPJ/MF sob n. **26.530.451/0001-24** **Aglis Alana Zucchi Biazzi** Representante Detentora da Ata
Edileusa Maria Lolato **CPF Sob n° 034.079.511-59** **Testemunha**	**Alessandra Ferreira da Silva** **CPF Sob n°** 867.398.751-20 **Testemunha**

PORTARIA Nº. 440/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**a Senhora ***MICHELE GABRIEL DA SILVA*****,** servidora contratada com matricula no RH nº. 1942 no cargo de Apoio Administrativa Educacional - Infraestrutura, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com Art. 73, I, da Lei Municipal nº 218/99.

Artigo 2º. – Fica determinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 01/08/2021, transferindo os encargos salariais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com os Arts. 74 a 76 da Lei Municipal nº 218/1999 e com a Lei Federal nº 8.213/1991.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/08/2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Agosto de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 027/2021.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA

OBJETO: O Contratado neste ato fica admitido no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA** mediante a remuneração mensal de **R$: 1.361,34(Hum Mil, Trezentos e Sessenta e Hum Reais e Trinta e Quatro Centavos),** irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Vigência: 12/08/2021 a 31/12/2021.

Assinatura contr. em 12 de Agosto de 2021.

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 073/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2021

Aos **onze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e um, comparecem, de um lado, o** MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT*, pessoa jurídica de direito público interno*, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **37.464.997/0001-40**, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, Centro, na cidade de Tabaporã**-**MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **Sirineu Moleta**, portador do RG nº.MG 12.223.800 e CPF n.º 505.657.100-15, residente e domiciliado na Rua Wilson Geovedi, s/n°, Centro, município de Tabaporã/MT, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMITENTE FORNECEDOR, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT,** de acordo com o resultado da licitação publicada no jornal da AMM – Diário Oficial dos Municípios, do dia 09/08/2021, decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial n. **048/2021**, autorizado pelo Processo Licitatório n. **052/2021** regida pela Lei Federal n. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93, bem como pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa **MAGALI CRISTINA DE L FARIAS – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. **22.096.647/0001-00**, com sede na Rua Sorocaba, n° 64-S – Centro – CEP: 78.575-000, na Cidade de Juara – MT, neste ato representada pela proprietária a Sra. **Magali Cristina de Lima Farias, Brasileira**, Solteira, empresaria, portadora do RG n. 1369760-9 SSP/MT e do CPF/MF n. 930.695.371-20, residente e domiciliada, na Rua Piracicaba, n° 75-S – Centro, na cidade de Juara – MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT**, Especificados no **Anexo I** do Edital, em conformidade com as propostas vencedoras da licitação, visando à constituição do sistema Registro de Preços firmando compromisso de fornecimento dos medicamentos aos órgãos e entidades usuários do sistema, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Presencial n. **048/2021** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrita na ata do Pregão Presencial n° 048/2021, Processo Licitatório n° 052/2021, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

LOTE 01 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES									
Item	MATERIAL	MATERIAL TCE	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.	Empate

3	101968	14148	2.040	Un.	CAMISETA - ESCOLAR, EM MALHA PV, 67% POLIESTER E 33% VISCOSE, NA COR VERDE BANDEIRA, COM FAIXA HORIZONTAL NA FRENTE EM BRANCO COM UMA FITA NA COR MARRON, SERIGRAFIA NO PEITO LADO ESQUERDO COM BRASAO DO MUNICIPIO EM POLICROMIA E NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ NAS COSTAS NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA COM DETALHE VERDE, GOLA EM V NA COR VERDE, TAMANHOS 2/4/6/8/10/12/14/16/P/M/G/GG/XG/XXG	19,50	39.780,00	1	
4	101969	74722-0	820	Un.	SHORT EM HELANCA, 100% POLIESTER, 200 G/M², COM ELASTICO TOTAL NA CINTURA DE 3CM, COR VERDE BANDEIRA COM DETALHE NA VERTICAL NA COR BRANCA COM BRASAO DO MUNICIPO EM SERIGRAFIA EM POLICROMIA NO LADO ESQUERDO, TAMANHOS 2/4/6/8/10/12/14/16 ANOS.	17,50	14.350,00	1	
5	101970	15260	820	Un.	SHORT SAIA EM HELANCA, 100% POLIESTER, 200 G/M², COM ELASTICO TOTAL NA CINTURA DE 3CM, COR VERDE BANDEIRA COM DETALHE NA VERTICAL NA COR BRANCA COM BRASAO DO MUNICÍPO EM SERIGRAFIA EM POLICROMIA NO LADO ESQUERDO, TAMANHOS 2/4/6/8/10/12/14/16 ANOS. 00015260	19,50	15.990,00	1	
Valor Total:							**R$ 70.120,00**		

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do *caput* e do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos medicamentos para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de **07 (sete) dias** úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do *caput* ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

c) As propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

d) O novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (Doze) Meses** a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento às disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas “Órgão não-participante ou carona”.

4.7. Os órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse mediante consulta dirigida ao Prefeito Municipal, contendo a informação do item e a quantidade desejada, que posteriormente encaminhará ao órgão gerenciador da Ata, para que este verifique a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços, com os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

4.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.9. Caso o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços não concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando a impossibilidade de atender, sendo então comunicado ao órgão não-participante ou carona a impossibilidade de sua adesão à Ata de Registro de Preços. Caso ele concorde, deverá encaminhar correspondência mencionando, devendo ser anexado uma cópia da correspondência no processo.

4.10. Caberá ao órgão gerenciador providenciar o Termo de Adesão do carona e o respectivo apostilamento em Ata de Registro de Preços dos órgãos não-participantes ou carona, para futuro acatamento dos pedidos.

4.10.1. Após assinatura do Termo de Adesão, deverá ser providenciada cópia do documento para ser anexado ao processo que originou o registro de preços.

4.11. As aquisições ou contratações adicionais que serão efetuadas pelo “carona” não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.12. A responsabilidade do órgão carona é restrita às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento licitatório.

4.13. O Município de Tabaporã/MT, através do órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão carona.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras, da Secretaria Municipal de Finanças, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os medicamentos registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos medicamentos, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de medicamentos, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;**

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos medicamentos dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. **Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4.Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas,** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela Administração, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral do município, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979 – Centro, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal de Tabaporã/MT.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.3.1. As empresas contratadas obrigam-se a fornecer os objetos, com solicitações mínimas de R$ 500,00 (Quinhentos Reais) por pedido.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Núcleo de Licitação – órgão gerenciador, por escrito, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos medicamentos ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos medicamentos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do município de Tabaporã/MT.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações do item ..... deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5.5. Os **uniformes** entregue a Secretaria Solicitante deverão estar em plena condições com o Anexo I do Edital, caso isso não ocorra, a mesma deverá substituir no **prazo de 15 (quinze) dias corridos** o produto com defeito ou demais escoriações.

7.6. A detentora da Ata obriga-se a fornecer os **uniformes** a que se refere ao **Anexo I** novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.6.1. Serão recusados os **uniformes** imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.6.2. Os **uniformes** deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.6.3. Os **uniformes** sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especifica pela fabricante no rótulo de cada embalagem.

7.6.4. Os **uniformes** deverão estar acondicionados em embalagem original de fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem;

7.6.5. Na embalagem de cada **uniformes** deverá constar a frase “VENDA PROIBIDA NO COMÉRCIO”.

7.7. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item do Anexo I, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.9. As despesas relativas à entrega dos **uniformes** correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.10. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos **uniformes** licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.11. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos medicamentos, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta)dias úteis, contados do recebimento definitivo dos medicamentos, após a apresentação da respectiva **Nota Fiscal**, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções;

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. Dotação Orçamentária:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Dotação	Finalidade
10 00100 12 122 0012 2063 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo
10 00300 12 361 0012 2072 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo
10 00400 12 365 0012 2074 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo
10 00500 12 365 0012 2075 33 90 30 00 00 F 0 101 000 000	Material de Consumo

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Dotação	Finalidade
11 00200 15 452 0015 2095 33 90 30 00 00 F 0 100 000 000	Material de Consumo

E dotações que vierem a substituir o exercício subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas falta leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral do Município de Tabaporã, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores do Município de Tabaporã/MS.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro de Tabaporã – MT para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tabaporã – MT, 11 de Agosto de 2021.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**MAGALI CRISTINA DE L FARIAS – ME** CNPJ/MF sob n. **22.096.647/0001-00** **Magali Cristina de Lima Farias, Brasileira** Representante Detentora da Ata
Edileusa Maria Lolato **CPF Sob n° 034.079.511-59** **Testemunha**	**Alessandra Ferreira da Silva** **CPF Sob n°** 867.398.751-20 **Testemunha**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISTRATO 015/2021

TERMO DE DISTRATO 015/2021

Que entre si fazem, tendo de um lado como contratante o **Município de Tabaporã - MT**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979/N, nesta cidade de Tabaporã – MT, de outro lado, como contratado Senhor **IVAN CARLOS WOLFART,** brasileiro, servidor contratado no cargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Motoniveladora** com matricula no RH sob o nº. 1984, residente e domiciliada neste município de Tabaporã/ MT**,** sendo que resolve de comum acordo, colocar um fim no **CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 47/2020**, por solicitação do contratado, datado e passado nesta cidade de Tabaporã – MT,**09 de Agosto de 2021.**

SIRINEU MOLETA IVAN CARLOS WOLFART

Prefeito de Tabaporã CONTRATADO

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

MARCELO EDUARDO CAVALIERI PAULO KATSUME TAKEDA

Secretário Municipal de Obras Secretario Municipal de Administração

E Serviços Urbanos

GERALDINO VIANA DA SILVA

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/MT. 15.814-A

ADMINISTRAÇÃO/RH
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 026/2021.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: VANDERLEIA CABRAL DA ROSA

OBJETO: O Contratado neste ato fica admitido no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA** mediante a remuneração mensal de **R$: 1.361,34(Hum Mil, Trezentos e Sessenta e Hum Reais e Trinta e Quatro Centavos),** irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Vigência: 12/08/2021 a 31/12/2021.

Assinatura contr. em 12 de Agosto de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 005/2021

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 005/2021

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – OBRAS – 006/2019

Certificamos para os devidos fins, que de acordo com o Edital do Processo Seletivo Simplificado – Obras - 006/2019 e da Portaria nº 417/2021, de convocação a posse, publicada em 02/08/2021, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios MT, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm, que:

I - O candidato aprovado para o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO MOTORISTA, Sr. JULIO BENEDITO DA SILVA NETO, INSCRIÇÃO 111,** apresentou Termo de Desistência, em 10/08/2021.

II - Por ter apresentado o Termo de Desistência fica a Prefeitura Municipal autorizada a convocar o próximo candidato classificado seguindo a ordem de classificação do Processo Seletivo.

Publique-se, Registre-se.

Tabaporã/MT, 11 de Agosto de 2021.

CRISTIANE BÓBBO

Coordenadora de Recursos Humanos

CIENTE:

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 439/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. DAR POR ENCERRADO O CONTRATO Nº 47/2020 do Senhor **IVAN CARLOS WORFART, na data de 09 de Agosto de 2021**, servidor contratado por meio de do Processo Seletivo Simplificado – Obras 006/2019, com matrícula no RH nº. 1984, no cargo de **Agente da Administração Publica – Operador de Motoniveladora,** lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.175/2019.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09/08/2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Agosto de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
TERMO ADITIVO 022/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO 022/2021/SAMAE

TIPO	Termo Aditivo 022/2021/SAMAE – DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2021/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**FORTEPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA – MADEMARI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PVC LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 33.722.109/0001-91**, localizada na Avenida P Sudeste, nº 13785, Setor Oeste – Bairro Verdes Campos, Sorriso - MT, CEP: 78.896-248, representada pelo Sr. **OLAVO DEMARI WEBBER.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA USO NA EXTENSÃO DA ADUTORA DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO SEPOTUBA PARA ETA QUEIMA-PÉ, TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 09 de agosto de 2021, com prazo de vigência de 09 de agosto até 02 de outubro de 2021.**

TERMO ADITIVO 022/2021/SAMAE

TIPO	Termo Aditivo 022/2021/SAMAE – DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2021/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**FORTEPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA – MADEMARI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PVC LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 33.722.109/0001-91**, localizada na Avenida P Sudeste, nº 13785, Setor Oeste – Bairro Verdes Campos, Sorriso - MT, CEP: 78.896-248, representada pelo Sr. **OLAVO DEMARI WEBBER.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA USO NA EXTENSÃO DA ADUTORA DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO SEPOTUBA PARA ETA QUEIMA-PÉ, TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 09 de agosto de 2021, com prazo de vigência de 09 de agosto até 02 de outubro de 2021.**

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TANGARÁ DA SERRA (SEMMEA) – LOP – LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LOP (Licença de Operação Provisória)** de uma jazida de empréstimo para Extração de latossolo vermelho argiloso e cascalho laterítico para Obras Civis Públicas, localizada na **Fazenda Primavera**, Estrada do Calcário, km 48, S/N, próximo a Gleba Triângulo, Zona Rural, no Município de Tangará da Serra - MT, Secretário Municipal de Infraestrutura MARCOS SCOLARI. Tangará da Serra, 11 de agosto de 2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021- d**o tipo: TÉCNICA E PREÇO, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS À VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS,** conforme especificações contidas no Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeada pela Portaria nº 611/2021 de 01.04.2021, nos termos da Lei 8.666/1993 e Lei nº 12.232/2010, informa o resultado da sessão de habilitação, ocorrida no dia 11/08/2021, conforme Ata nº 040/2021, declarando como vencedora do certame a licitante AGÊNCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI – ME. Assim, a CPL NOTIFICA as demais licitantes, para que tome ciência do resultado, e caso tenha interesse na interposição de recursos, o prazo para apresentação das razões recursais é de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta data, ficando desde já intimadas de tais datas e com vistas dos autos para elaboração de suas razões. Tangará da Serra, 11 de Agosto de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira – Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LAVANDERIA HOSPITALAR, A FIM DE ATENDER À NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT, através do Departamento de Licitação, torna público aos interessados que, considerando pedidos de impugnação e esclarecimento ao edital ainda em análise, conforme consta nos autos, constatou-se a necessidade de readequações no instrumento convocatório. Assim, o certame acima, cuja data de abertura das Propostas e documentos habilitatórios, estava marcada para o dia **12 DE AGOSTO DE 2021, às 09:00 horas,** plataforma**www.comprasnet.gov.br, foi SUSPENSO, "SINE DIE".** Após as devidas adequações, o edital serárepublicado na forma legal. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800 / 4809. Tangará da Serra-MT, 11 de Agosto de 2021. Dalila Cristian F. da Paz.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DO CONTRATO 259.2021

EXTRATO DO CONTRATO 259.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÀGUAS PLUVIAIS, PARA O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 75.600,00 (SETENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 15/07/2021 À 14/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 258.2021

EXTRATO DO CONTRATO 258.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÀGUAS PLUVIAIS, PARA O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 105.950,00 (CENTO E CINCO MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 15/07/2021 À 14/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 249.2021

EXTRATO DO CONTRATO 249.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: MOREL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS.

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITACAO PARA PRESTACAO DE SERVICOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NA REVISAO GERAL DE 80.000 KM DO VEÍCULO SANDERO LIFE 1.0 PLACA OAW3C74 VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR: R$ 1.617,84 (UM MIL E SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 13/07/2021 À 13/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 257.2021

EXTRATO DO CONTRATO 257.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: EXPRESSO SATELITE AZUL EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ R$ 10.128,82 (DEZ MIL E CENTO E VINTE E OITO REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 31/12/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 239.2021

EXTRATO DO CONTRATO 239.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: LUANA DAGUETTI DE BRITOS - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES MÉDIAS PARA SERVIÇOS MENSAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

VALOR: R$ 100.100,00 (cem mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 08/07/2021 À **20**/02/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 240.2021

EXTRATO DO CONTRATO 240.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: V. TEIXEIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 13.280,08 (treze mil e duzentos e oitenta reais e oito centavos).

VIGÊNCIA: 08/07/2021 À **06**/10/2021.

EXTRATO DO CONTRATO 256.2021

EXTRATO DO CONTRATO 256.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: JOTAMAR COMERCIO DE PEÇAS E TRANSPOTES RODOVIAROS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 10.800,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 31/12/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 242.2021

EXTRATO DO CONTRATO 242.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA

OBJETO: A CONTRATADA SE OBRIGA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS O CONTRATANTE, CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA 012/2021, NO TERMO DE REFERÊNCIA E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 16.267,09 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E NOVE CENTAVOS),

VIGÊNCIA: 09/07/2021 À 09/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 255.2021

EXTRATO DO CONTRATO 255.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: J L REIS SERVIÇOS MEDICOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS, CONFORME PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2021, QUE INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO FAZ PARTE DESTE OBJETO.

VALOR: R$ 22.800,00 (VINTE E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 23/08/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 254.2021

EXTRATO DO CONTRATO 254.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: J.E.M. PADILHA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS, CONFORME PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021, QUE INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO FAZ PARTE DESTE OBJETO.

VALOR: R$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 23/08/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 243.2021

EXTRATO DO CONTRATO 243.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: ANTÔNIO DALMIR PEREIRA PAIS ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 5.292,05 (CINCO MIL E DUZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E CINCO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 09/07/2021 À 06/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 244.2021

EXTRATO DO CONTRATO 244.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: CIVOX – COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: A CONTRATADA SE OBRIGA A FORNECER PARA O CONTRATANTE, OS SERVIÇOS, CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA 013/2021, BEM COMO TERMO DE REFERÊNCIA E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 17.592,00 (DEZESSETE MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)

VIGÊNCIA: 12/07/2021 À 12/07/**2022.**

EXTRATO DO CONTRATO 245.2021

EXTRATO DO CONTRATO 245.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: R C DE OLIVEIRA ME

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO, NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, ESTADO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. CONFORME DEMANDA, NAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

VALOR: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 12/07/2021 À 31/12/**2021.**

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 021/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 021/2021

OBJETO**:** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NAS MODALIDADES TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S/A

CNPJ: 02.558.157/0001-62

VALOR GLOBAL: R$ R$ 12.960,00 (Doze mil novecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 11 de Agosto de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 252.2021

EXTRATO DO CONTRATO 252.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: L H DA SILVA JACOBI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS, CONFORME PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2021, QUE INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO FAZ PARTE DESTE OBJETO.

VALOR: R$ 9.600 (NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 23/08/**2021.**

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 022/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 022/2021

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: ODIR ROBERTI MARTINS ME

CNPJ: 04.897.775/0001-62

VALOR GLOBAL: R$ 16.983,00 (Dezesseis mil novecentos e oitenta e três reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 11 de Agosto de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 248.2021

EXTRATO DO CONTRATO 248.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: MOREL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NA REVISÃO DE 60.000 KM DO VEÍCULO SANDERO LIFE 1.0, DE

COR PRATA COM PLACA OAW3C64, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (HOSPITAL MUNICIPAL).

VALOR: R$ 564,63 (QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 13/07/2021 À 13/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 260.2021

EXTRATO DO CONTRATO 260.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: ANA PAULA DE O. WAWRZYNIAK

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO, "CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS PARA SUPRIR DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT", CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA QUE É PARTE INTEGRANTE DO EDITAL 088/2021 DO RESPECTIVO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2021.

VALOR: R$ 8.800,00 (OITO MIL E OITOCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 15/07/2021 À 31/12/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 251.2021

EXTRATO DO CONTRATO 251.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: K L C CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: A CONTRATADA SE OBRIGA A FORNECER PARA O CONTRATANTE, OS PROJETOSS, CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA 17/2021, BEM COMO TERMO DE REFERÊNCIA E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais),

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 14/10/**2021.**

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PP 066/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2021.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 113/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E CARIMBOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDORES:

4D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIREL

CNPJ: 13.278.238/0001-25

R$ 9.536,00

SERVIÇOS DE IMPRESSO ARTES GRAFICAS ANDRIANE LTDA

CNPJ: 70.489.000/0001-82

R$ 66.808,00

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 10 DE AGOSTO DE 2021.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

EXTRATO DO CONTRATO 246.2021

EXTRATO DO CONTRATO 246.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÀGUAS PLUVIAIS, PARA O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 135.200,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 12/07/2021 À 12/10/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 247.2021

EXTRATO DO CONTRATO 247.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **ALTA FLORESTA MOTOS LTDA**

OBJETO: A CONTRATADA SE OBRIGA A FORNECER PARA O CONTRATANTE, UMA MOTOCICLETA OKM, CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA **14/2021, BEM COMO TERMO DE REFERÊNCIA** E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 12.830,00 (DOZE MIL E OITOCENTOS E TRINTA REAIS)

VIGÊNCIA: 12/07/2021 À 31/01/**2022.**

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 071/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 121/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE CR-DIGITALIZADOR DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS(MONOCASSETE), BEM COMO, NOBREAK COM POTENCIA DE 2200 AV, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE RAIO-X DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 24/08/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. HAVENDO MAIS DE 03 PARTICIPANTES A REALIZAÇÃO DO CERTAME

SERÁ NO GABINETE DO PREFEITO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00-min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 11 DE AGOSTO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DO CONTRATO 263.2021

EXTRATO DO CONTRATO 263.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: NOVA GUARITA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTOS DE INTERNET NAS ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VALOR: R$ 26.745,00 (VINTE E SEIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

VIGÊNCIA: 30/07/2021 À 31/12/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 253.2021

EXTRATO DO CONTRATO 253.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: LUANA DAGUETTI DE BRITOS - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS, CONFORME PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2021, QUE INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO FAZ PARTE DESTE OBJETO.

VALOR: R$ 15.600,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 14/07/2021 À 23/08/**2021.**

EXTRATO DO CONTRATO 262.2021

EXTRATO DO CONTRATO 262.2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS PRESCRIÇÕES DE COVID-19, PARA POPULAÇÃO DE TERRA NOVA DO NORTE, CONFORME ITEM QUANTIFICADO E ESPECIFICADO NA DISPENSA 19/2021, NO TERMO DE REFERÊNCIA E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 11.120,75 (ONZE MIL E CENTO E VINTE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS),

VIGÊNCIA: 29/07/2021 À 28/10/**2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 182/2021.

"Dispõe sobre Afastamento Temporário de Férias e dá outras providências."

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o afastamento temporário para o gozo de **FÉRIAS** na competência de **02 de Agosto de 2021** com retorno a **01 de Setembro de 2021** da servidora **DEBORAH ARAÚJO DA SILVA**, lotada na SECRETARIA DE TURISMO no CARGO de **CHEFE DE SETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **02 de Agosto de 2021,** revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ao 11 de Agosto de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2021.

O Pregoeiro oficial e a Equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT tornam público, com referência ao Edital do Pregão Eletronico nº 001/2021, com abertura prevista para o dia 27 de Agosto de 2021, às 08:h00min (horário de Brasília/DF), cujo objeto é **registro de preços** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS REVENDEDORA DE MAQUINAS PARA A AQUISIÇÃO DE UMA PÁ MECANICA (CARREGADEIRA)DE PNEUS PARA ATENDER NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DA TORIXORÉU – MT.** O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu2021@gmail.com Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021 das 07:00 as 13:00 (horário de Brasília/DF).

Torixoréu - MT, 11 de Agosto de 2021.

Luiz Alberto Souza Vera

Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 2° AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022/2025.

O Prefeito Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, do Art. 48 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000 e da Lei Federal n.º 10.257, de 10 julho de 2001, e no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONVOCA** a população e segmentos organizados do Município de Torixoréu para participar da **2º AUDIÊNCIA PÚBLICA** para elaboração do **PPA 2022/2025** a ser realizada no dia **24 do mês de agosto de 2021** às 10:00 horas no plenário da Câmara Municipal.

Informamos que o objetivo desta audiência é ouvir as demandas da população do município com a finalidade de elaborarmos o PPA (Plano Plurianual) para o Quadriênio de 2022 a 2025.

Adotando as medidas de segurança em decorrência da COVID-19, o uso da máscara será obrigatório aos presentes e a capacidade da câmara será limitada afim de mantermos o distanciamento social.

A participação popular por meio eletrônico ocorrerá através de ***CONSULTA PÚBLICA*** https://www.prefeituratorixoreu.com.br/site/consul... envio de sugestões, pleitos, opiniões, prioridades, ações de governo e demandas sociais, via correio eletrônico prefeituratorixoreu@hotmail.com a partir do dia 20 de julho 2021 até o dia 27 de Agosto de 2021.

Torixoréu – MT, em 10 de agosto de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 057/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 007/2021 de 04 de janeiro de 2021, e posteriores alterações, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações, e nos termos do Decreto nº 593 de 12/01/2010 e Decreto nº 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 039/2019, cujo objeto refere-se a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, para atender as Unidades Básicas de Saúde da Família, bem como plantões de sobreaviso, de conformidade com a descrição detalhada no Termo de Referência – Anexo I do Edital do pregão.

Data de Expedição do Edital: 11/AGOSTO/2021.

Data de Realização (Abertura/Julgamento): 24/AGOSTO/2021.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul/MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelo fone 0xx 66 3540-1283, ou Email: licitacao.uniao@hotmail.com, ou ainda pelo site: https://www.uniaodosul.mt.gov.br/licitacoes

União do Sul/MT, 11 de agosto de 2021.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro

Portaria nº 007/2021

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 054/2021

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2019, de 02/01/2019, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93, e nos termos dos Decretos nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2021 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob Nº 054/2021, emitido em 29 de julho de 2021, aberto e julgado em 11 de agosto de 2021, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Uniformes em geral, para uso das diversas Secretarias Municipais, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital do pregão, sagraram-se **vencedoras** do certame e registraram seus preços as proponentes: **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 08.711.005/0001-34, com 08 (oito) itens do objeto, com o valor total de **R$ 53.068,00** (cinquenta e três mil e sessenta e oito reais), e a empresa: **ZUCCHI TEXTIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 26.530.451/0001-24 com 15 (quinze) itens do objeto, com o valor total de **R$ 44.017,30**(quarenta e quatro mil e dezessete reais e trinta centavos), sob o critério de menor preço por item.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 11 de agosto de 2021.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro

Portaria nº 007/2021

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: VI Termo Aditivo aoContrato de Prestação de Serviços de Administração, Gerenciamento e Controle de Frota, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob nº 019/2018.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: VOLUZ TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA. (antiga BRASILCARD).

CNPJ: 03.817.702/0001-50.

Da Prorrogação da Vigência do Contrato: As partes supracitadas, de comum acordo, resolvem prorrogar até a data de **23 de Fevereiro de 2022** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços de Administração, Gerenciamento e Controle de Frota sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob nº 019/2018, assinado em 18 de junho de 2018.

Data de assinatura do VI Termo Aditivo: 09/08/2021.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

DARIO DA COSTA BARBOSA JUNIOR

Pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 30/2021

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 30/2021**, **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.,** e sagrou "VENCEDOR", a empresa ÚNICO SUPERMERCADO LTDA, inscrita no CNPJ: 09.508.576/0001-39. Vale de São Domingos-MT, 11 de Agosto de 2021. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 30-2021

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 30-2021 fica registrado a ata de registro que teve como vencedor a empresa, ÚNICO SUPERMERCADO LTDA, inscrita no CNPJ: 09.508.576/0001-39, vencedora de todos os itens no valor global de R$ 30.900,00,

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Vale de São Domingos – MT, 11 de Agosto de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

COVID-19: LEI Nº 4.736/2021

Institui medidas de transparência ativa no Município, referentes às ações de enfrentamento da COVID-19 e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a dar ampla divulgação aos dados e informações sobre despesas, concursos públicos, seleções públicas, compras públicas, inclusive por dispensa de licitação, parcerias, doações, comodatos, cooperações, repasses e transferências referentes ao enfrentamento da COVID-19, na página oficial do Município na internet, em suas redes sociais e em dados em formato aberto.

Art. 2º Vetado.

Art. 3º As informações sobre repasses, contratos públicos, parcerias, doações, comodatos e cooperações devem ser sempre disponibilizadas com os valores unitários dos objetos, valor total, nome completo ou razão social, número do CPF ou CNPJ, data de assinatura e prazo de vigência.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Municipal deverão manter todos os dados atualizados para a devida divulgação.

Art. 5º Vetado.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 03 de agosto de 2021.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Bruno Lins Rios

PORTARIA Nº 783/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 770/2021,** somente com relação ao servidor, **HELLEN MAMEDES FERREIRA PAZIN,** matrícula nº **86775,** exercendo o cargo de **Inspetor de Tributos II**,lotada na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que concedeu 03 (três) meses de Licença Prêmio, **quinquênio de 15.10.2012/2017** no período de 09.08.2021 a 08.11.2021**.**

Onde se lê: 15 (quinze) dias;

Leia-se: 90 (noventa) dias**.**

Paço Municipal “Couto Magalhães” Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de agosto de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 260/2021/GAB/SMECEL/VG

Institui Comissão Revisora do Processo Administrativo n° 006/2021/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 5º, LV da Constituição Federal; Considerando a Lei Federal n.º 8.666/93, que determina regras e procedimentos em contratos e licitações no âmbito de todos os entes federados;

Considerando o pedido de revisão da decisão do Processo Administrativo referente ao Contrato 022/2020, interposto pela requerida Empresa CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELLI.

Considerando a necessidade da aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da publicidade e da legalidade, consubstanciados no artigo 5º, LV da Constituição Federal.

RESOLVE:

Artigo 1°- Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão Revisora do Processo Administrativo oriundo da Portaria **194/2021/GS/SMECEL/VG/MT**, em desfavor da CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELLI.

I- Aline Pascoin de Campos;

II- Luís Antonio Oliveira Leite; e

III-Jacqueline Oliveira de Arruda.

Artigo 2º- A referida Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período se necessário, observando, no que couber, as normas e procedimentos próprios da Comissão de processo Administrativo.

Artigo 3º- Autuar a presente Portaria para instrução e apresentação do relatório.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra se, publica se, cumpra se.

Várzea Grande – MT, 11 de agosto de 2021.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PROCESSO: 012/2021

Feito: Recurso Administrativo

Referência: Comissão de Processo Administrativo – Portaria nº 194/2021/GAB/SMECEL/VG/MT – Contrato 22/2020

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Empresa **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELLI –EPP,** devidamente qualificada nos autos em epígrafe, em face da decisão proferida pela Comissão de Processo Administrativo instituída pela Portaria nº 194/2021/GAB/SMECEL/VG/MT, que culminou na condenação de Rescisão do Contrato nº 022/2020, por descumprimento parcial com aplicação da sanção de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior a 30 (trinta) dias, ou seja, no montante de R$ 302,579,11 (trezentos e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e onze centavos).

II - DA TEMPESTIVIDADE

A recorrente foi notificada da decisão da comissão processante em 30/07/2021 (sexta-feira) para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar recurso. Logo, a apresentação do recurso em 06/08 /2021 é tempestivo. Não merecendo este tópico maiores delongas.

III - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Em sede de admissibilidade, conclui-se, que a peça apresentada cumpre os pressuposto legais. Dessa forma, o "Recurso" apresentado será conhecido. Estando o mesmo apto a ser recepcionado por esta Comissão, passemos então às demais considerações.

IV – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Sinteticamente, a recorrente argumenta em sua defesa:

1 – Cerceamento de Defesa - Ausência de Contraditório quanto ao novo relatório técnico apresentado;

2- Expiração da Vigência da Portaria da Comissão Processante;

3 – Ausência de justa causa para rescisão unilateral por culpa da contratada;

4 – Requer, a exclusão da multa, que seja modificado sua tipificação para incidir a sanção prevista na alínea "e", da cláusula vigésima do contrato;

5 – Pugna, de forma subsidiária, para que seja realizada nova dosimetria da sanção, para que incida tão somente sobre as parcelas com atraso superior a 30 (trinta) dias, e não sobre o saldo financeiro remanescente da obra.

9 – Ao final requer que seja realizado juízo de retratação, para o fim de tornar nula a decisão de rescisão contratual imposta, ou não sendo o caso, a devida remessa a autoridade competente para a devida apreciação do presente recurso.

V- DO REGULAR PROCEDIMENTO DO PROCESSO

No caso em testilha, o procedimento administrativo seguiu seus trâmites regulares, concluindo pela existência das faltas graves cometidas pela Recorrente, que culminou com a aplicação da sanção de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela da obra ou serviço em atraso por período superior a 30 (trinta) dias, ou seja, no montante de R$ 302.579,11 (trezentos e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e onze centavos), em consonância com a Cláusula 20.3.2 do Contrato 022/2020.

Inconformada com a decisão, a Recorrente alega que a circulação da publicação no diário oficial eletrônico dos municípios – AMM em data posterior a decisão, extrapolou o prazo de conclusão previsto na Portaria 194/2021/GAB/SMECEL/VG.

Inicialmente é preciso esclarecer que a Comissão concluiu toda a instrução processual no prazo de 30 (trinta) dias, previsto em portaria.

Mas, ainda, que isso não tivesse ocorrido, a extrapolação do prazo de conclusão do apuratório não acarreta nulidade.

Vale ressaltar que o STJ já decidiu que o excesso de prazo para conclusão do processo administrativo só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa, conforme teor da Súmula 592.

Qual foi o prejuízo causado a defesa da Recorrente? Após a devida publicação a Recorrente foi notificada da decisão, bem como da abertura do prazo recursal com fulcro no princípio do contraditório e ampla defesa. Tanto é que o presente recurso foi apresentado tempestivamente.

Logo, não ficou demonstrado em sede recursal o prejuízo causado a defesa da Recorrente. Em sendo assim, não merece prosperar a alegação de nulidade apresentada.

Insurge, ainda, a Recorrente quanto ao contraditório do novo Relatório Técnico apresentado pela fiscalização.

No entanto, razão não assiste a Recorrente, vejamos:

A vistoria "in loco" foi realizada a pedido da própria recorrente com o objetivo de demonstrar que o relatório técnico que ensejou a abertura do presente processo administrativo, não apresentava contemporaneidade com a obra, Frisa-se, em momento algum foi realizado para demonstrar a qualidade da obra.

Ressalta-se, que no último relatório realizado pela equipe de fiscalização não foi constatado fatos novos que pudessem acrescentar ou divorciar-se dos elementos fáticos e técnicos contidos naquele que embasou a abertura do presente processo administrativo, **uma vez que a empresa que ora tenta anular o presente processo administrativo**, **vexatóriamente não passou da estaca ZERO em sua evolução**.

No presente caso, aplica-se o consagrado postulado " pas de nullité sans grief", segundo o qual não há nulidade sem prejuízo, ou seja, o ato processual não será declarado nulo quando não causar prejuízo.

Esse postulado permite que os objetivos do Estado sejam alcançados, ainda que haja alguma irregularidade ou desconformidade com o direito, incapaz de gerar lesão ou prejuízo.

No caso em testilha, não houve prejuízo à defesa uma vez que os relatórios técnicos não apresentam divergências. FRISA-SE, A **EVOLUÇÃO DA OBRA** DA DATA DO RELATÓRIO TÉCNICO QUE EMBASOU A INSTAURAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO, ATÉ A DECISÃO PROFERIDA **PERMANECEU NA ESTACA ZERO. A empresa não conseguiu evoluir sequer 1% da obra em comento.** Onde está o prejuízo alegado pela Recorrente??

Não se vislumbra nulidade, especialmente porque a Recorrente não demonstrou qual teria sido, efetivamente, o prejuízo sofrido do contraditório e da ampla defesa.

VI - DO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS OU CUMPRIMENTO IRREGULAR DAS CLÁUSULAS

É cristalino o descumprimento das cláusulas contratuais por parte da recorrente. Contrariando o que alega a recorrente a Cláusula Décima Quarta, que trata da "Obrigação da Contratada", assim estabelece:

Art. 14.1.1 Cumprir rigorosamente com a Prestação dos Serviços solicitados pelo Município, observando o que dispõe o Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma físico-financeiro, Memorial Descritivos (..)

A Cláusula Oitava do contrato em comento não deixa dúvidas quanto descumprimento contratual da recorrente, que assim estabelece:

8.1. Os prazos estabelecidos para fins de execução são de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias conforme cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo a mobilização, desmobilização e a execução das obras e serviços propriamente ditos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado (...)

Pois bem, é nítida a inexecução parcial do contrato uma vez que a Recorrente deixou de executar mais de 75% da obra em comento, aliado ao fato que a **7ª medição corresponde à irrisórios 0,88% de execução da obra,** ou seja,a evolução que a empresa alega ter ocorrido não chega nem a 1%, sendo impossível nesse ritmo a sua conclusão na data final prevista para sua entrega em 10/11/2021.

Frisa-se, ainda, que o descaso da Recorrente com o dinheiro público, resultou em prejuízo a coletividade, sendo essa representada por mais de 250 (duzentas e cinquenta) crianças que estão sendo prejudicadas com a sua inércia.

Desse modo, dúvidas não pairam quanto à presença das hipóteses contidas no art.78 da Lei 8.666/93. Logo, não há que se falar em ausência de fundamentação para aplicação da penalidade de rescisão contratual.

Diante do exposto, fica evidenciado que os atrasos ocorridos na execução do cronograma previstos se devem exclusivamente por responsabilidade da Contratada.

Desse modo, é inconteste a inexecução contratual por parte da Recorrente, sendo nítido o fato que em sede de defesa a recorrente não trouxe nenhum fato novo que possa ensejar reforma da decisão.

V- DA CONCLUSÃO

Comprovada a ocorrência de infração a dispositivos contratuais e a responsabilidade da Contratada perante as faltas aqui apuradas e não tendo sido apresentados elementos que justificassem ou relevassem tais irregularidades, decidimos pelo não acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto pela empresa CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, negando-se provimento e **mantendo-se, portanto, a decisão adotada por esta Comissão pelos seus próprios fundamentos**.

À consideração superior.

Várzea Grande, 09 de agosto de 2021.

Marcelucy Bueno de Moraes Isliene Auxiliadora Correa de Magalhães

Membro Membro

Juliano Alves Freitas

Presidente da Comissão

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº246/2021

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, criado pela Lei nº1733/1997 e alterado pela Lei nº1866/1998 no desempenho de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação de Auxilio Doença, com base no Art. 10 da Lei nº 4.648/2020, ao servidor ALMIR LUIS DE JESUS, servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a matrícula nº593, exercendo o cargo Agente de Saneamento/Eletromecânico, lotado na Diretoria de Produção, setor manutenção de ETE, a licença de 30 (trinta) dias, que se dará até 22/08/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de Agosto de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG.

ATO N° 423/2021

O Prefeito Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEARos candidatos abaixo relacionados, no cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: PROFESSOR

PERFIL: NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

NÍVEL: SUPERIOR

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
339	29093	THAYLA REIS RODRIGUES	17547482 - SJSP/MT	CLASSIFICADO
340	18475	MARIA HELENA DE FIGUEIREDO	00007625 - SSP/MT	CLASSIFICADO
341	37110	GILMARY PAULA SANTANA	17120969 - SSP/MT	CLASSIFICADO
342	20793	MAIAME CARVALHO DE SOUSA	263342920030 - SSP/MA	CLASSIFICADO
343	25688	MARIANE ROCHA CAMARGO VASCONCELOS	16524489 - SJ/MT	CLASSIFICADO
344	17136	KAMILA FERNANDA MATEUS LEITE	24369209 - SSP/MT	CLASSIFICADO
345	4459	JULIANE CORTEZ ANDRADE	13388266 - SSP/MT	CLASSIFICADO
346	14825	LUCIANA FERREIRA LEITE	923597-3 - SSP/MT	CLASSIFICADO
347	34076	MARIA ELISANGELA ALVES DE LIMA	10064931 - SSP/MT	CLASSIFICADO
348	3750	GIZELA CANHETE DA SILVA LEME	09745033 - SSP/MT	CLASSIFICADO
349	32985	BELMA DOS SANTOS LEMES	852024 - SSP/MT	CLASSIFICADO
350	33355	ALINE GOMES DE LIMA NETA COSTA	10283285 - SSP/MT	CLASSIFICADO
351	32308	DÉBORA DE SOUZA SILVA	08980276 - SSJMT/MT	CLASSIFICADO
352	25674	MARLI RAMOS SANTOS DA SILVA	24760455 - SSP/MT	CLASSIFICADO
353	23159	MARIA ERISVANIA SOARES DE OLIVEIRA	06869149 - SSP /MT	CLASSIFICADO
354	32153	SUSIANY ARRUDA LIMA	19264038 - SSP/MT	CLASSIFICADO
355	18284	ROSINEIA PABLEA GOLA	5382130 - SSP/PA/PA	CLASSIFICADO
356	19624	FERNANDA VIANA PINHEIRO	26260697 - SSP/MT	CLASSIFICADO
357	32264	ELIANE AMORIM SILVA	0878804-9 - SSP/MT	CLASSIFICADO
358	32077	GLAÉDINA DA SILVA NEVES	1542377/8 - SSP/MT	CLASSIFICADO
359	26629	PRISCILA MOESSA BEZERRA	001715329 - SEJUSP/MS	CLASSIFICADO
360	31167	GRACIELLE FABIANE DE ARRUDA COSTA	13368184 - SSP/MT	CLASSIFICADO
361	33518	HELENA DE FÁTIMA FERNANDES DA SILVA	8077465907 - SJS/RS	CLASSIFICADO
362	22493	JULIANA MORAES SILVA	000902986 - SSP/MS	CLASSIFICADO
363	33779	MARCIMEIRE DUARTE	07638108 - SSP/MT	CLASSIFICADO
364	30537	JOANA DARK DIAS GUEIRINS	1006469-9 - SEJUSP/MT	CLASSIFICADO
365	26596	KELLE GOMES DE ARRUDA	10392106 - SSP/MT	CLASSIFICADO
366	27096	MARTA ALVES CAMPOS BEZERRA MACIEL	11144106 - SSP/MT	CLASSIFICADO
367	4252	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	2893136-0 - SSP/MT	CLASSIFICADO
368	29959	LIDIANE DE ARRUDA FIALHO	12265330 - SSP/MT	CLASSIFICADO
369	36099	CHRISTIANI MENDES DA SILVA	12423750 - SSP/MT	CLASSIFICADO
370	31892	ELAINE GAIVA LEAL	921022-9 - SSP/MT	CLASSIFICADO
371	21075	KARINE CRISTINA FERREIRA RODRIGUES	13030167 - SSP/MT	CLASSIFICADO
372	25510	PAULA CHRISTINE CUNHA ARANTES DO NASCIMENTO	9132481 - SSP/MT	CLASSIFICADO

373	21578	DANIELA SOARES PEREIRA	914444 - SSP/MT	CLASSIFICADO
374	30335	ELIANE DA SILVA GOMES VIEIRA	06066666 - SSP/MT	CLASSIFICADO
375	28560	GLÁUCIA AUXILIADORA GUIMARÁES DE FRANÇA E MENDES	18233678 - SSP/MT	CLASSIFICADO
376	29268	ZILDA NUNES DE SIQUEIRA	08049653 - SSP/MT	CLASSIFICADO
377	29324	ROGERIO DA SILVA MELO	1289320-0 - SSP/MT	CLASSIFICADO
378	28878	CLAUDIO JOSÉ SCHMIDT VILLELA	11942717 - SSP/PR	CLASSIFICADO
379	21369	FABIANA CRISTINA DE SOUZA CARNEIRO	17904455 - SSP/MT	CLASSIFICADO
380	13388	MARINA BERNARDO VIANA	17582881 - SSP/MT	CLASSIFICADO
381	21798	JOSIMAR OLIVEIRA JOSINO	22124497 - SSP/MT	CLASSIFICADO
382	720	LUCIMEIRE DOS SANTOS SILVA	974513 - SSP/MT	CLASSIFICADO
383	31424	ESMARENECILDES ASSIS	173158 - SSP/MT	CLASSIFICADO
384	38941	LAURA PACHECO MINARI LARA GOMES	001235982 - SSP/MS	CLASSIFICADO
385	5494	DELLY VERGÍNIA SILVA ARAUJO	10088709 - SSP/MT	CLASSIFICADO
386	24304	JUCINÉIA DE OLIVEIRA ANDRADE DO NASCIMENTO	16649710 - SSP/MT	CLASSIFICADO
387	33489	SIMONE AUXILIADORA BERKEMBROOK	0804395-7 - SSP/MT	CLASSIFICADO
388	18338	WANESSA FERREIRA DE AGUIAR GUIZARDI	21901368 - SESP/MT	CLASSIFICADO
389	30793	ONOICE BENEDITA DA SILVA PEREIRA BARBOSA	10713484 - SEJUSP/MT	CLASSIFICADO
390	38628	WANIA APARECIDA ALMEIDA DE OLIVEIRA	1290873-8 - SSP/MT	CLASSIFICADO
391	35057	GRAZIELLE DE BRITO SOUSA	4161761 - DGPC/GO	CLASSIFICADO
392	36605	ANA LAURA SOUZA DE MELO MOREIRA	20.539.342 - PC MG/MG	CLASSIFICADO
393	25983	ADRIANA DA SILVA LEMES SANTOS	16150228 - SSP/MT	CLASSIFICADO
394	31174	LUISA FRANCISCA DA SILVA LOPES SOUSA	303385 - SSP/TO	CLASSIFICADO
395	36536	GLENDA TAIARA ALMEIDA ELIAS	20317107 - SSP/MT	CLASSIFICADO
396	18121	GLAUCIA DA SILVA VIEIRA VASCONCELOS	384149832 - SSP/SP/SP	CLASSIFICADO
397	32427	JULIANE PARADA MARTINS	0873046-6 - SSP/MT	CLASSIFICADO
398	36474	ROSA CRISTIANE ALMEIDA METELO PEDROSO	10787313 - SSP/MT	CLASSIFICADO
399	34973	NICILÉA GOMES SANTANA	11606797 - SSP/MT	CLASSIFICADO
400	12581	FABIANA DE ARAUJO VILAS BOAS SANTOS	18855008 - SSP/MT	CLASSIFICADO
401	27049	CLEUZA SOUZA DE AZAMBUJA	440870-5 - SEJSP/MT	CLASSIFICADO
402	37764	WALKÍRIA PAULINA DA SILVA	12923605 - SSP/MT	CLASSIFICADO
403	33404	PAULO CESAR MOREIRA PESSOA	001247801 - SSP/MS	CLASSIFICADO
404	27960	LOURDES CAITANA DE CAMPOS	15131106 - SSP/MT	CLASSIFICADO
405	36623	MARINEIDE DE OLIVEIRA DA SILVA	08755493 - SSP/MT	CLASSIFICADO
406	36786	JANAINA DA COSTA ALBUQUERQUE	18031250 - SSP/MT	CLASSIFICADO
407	19920	ANA ALICE DA SILVA SOARES	2757424-5 - SSP/MT	CLASSIFICADO
408	22862	POLYANA BENEDITA OLIVEIRA DE ALMEIDA	20505027 - SSP/MT	CLASSIFICADO
409	32429	LUCÉLIA APARECIDA DA COSTA	0913998-2 - SSP/MT	CLASSIFICADO
410	39018	VIVIAN MICHELLE DA SILVA	13431676 - SSP/MT	CLASSIFICADO
411	27537	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA	761814 - SSP/MT	CLASSIFICADO
412	28129	FRANCIELLE GOMES MARCULINO	16690150 - SSP/MT	CLASSIFICADO
413	39438	MILVA MARIANO RIBEIRO DE SOUZA	11574445 - SSP/MT	CLASSIFICADO
414	35025	JUCELHA FERREIRA DA SILVA SANTOS	11513462 - SSP/MT	CLASSIFICADO
415	35630	MARIA ANUNCIAÇÃO DE MORAES	02175347 - SSP/MT	CLASSIFICADO
416	17176	MARILENE MARIA SCHNORR	31252583 - SSMT/MT	CLASSIFICADO
417	13577	MILUCIA DE OLIVEIRA FERNANDES BARRETO	14715473 - SSP/MT	CLASSIFICADO
418	27773	ANDRENIZE FATIMA MARIO	15521885 - SSP/MT	CLASSIFICADO
419	15135	ÉRIKA PATRICIA LOPES DOS SANTOS QUEIRÓZ	1147169-7 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO
420	10638	VANESSA VALADARES PINHEIRO DA SILVA	16829808 - SSP/MT	CLASSIFICADO
421	15814	ERIANE DE SOUZA FONTES	17605512 - SSP/MT	CLASSIFICADO
422	17149	DORACI ANTUNES DE CAMPOS ASSUNÇÃO	12226033 - SSP/MT	CLASSIFICADO
423	39704	ROSENILDA NOGUEIRA GOMES	13504347 - SSP/MT	CLASSIFICADO
424	24264	LUCIANA FRATESCHI CORREA	094352911 - SSP RJ/RJ	CLASSIFICADO
425	39170	IRIS REGINA DE ARRUDA OFUGI	25659430 - SSP/MT	CLASSIFICADO
426	9680	LUIZA HELENA NADALETI DUTRA	8639467 - SSP/MG	CLASSIFICADO
427	28278	MARIA DA PENHA SANTOS COELHO TAQUES	17326583 - SSP/MT	CLASSIFICADO
428	29955	GRAZIELA CHRISTINE MARQUES DE ARRUDA	09739050 - SSP/MT	CLASSIFICADO
429	5426	LETÍCIA SILVA DO ESPÍRITO SANTO	18376568 - SSP/MT	CLASSIFICADO
430	24700	SUELY RIBEIRO FELIXZ	15341402 - SSP/MT	CLASSIFICADO
431	30798	JACKELINE PEREIRA LEITE	15792900 - SSP/MT	CLASSIFICADO
432	26619	ADÉLIA NONATA DA SILVA	15506797 - SEJSP/MT	CLASSIFICADO
433	31741	IVANETE SILVA DE ALMEIDA	10533990 - SSP/MT	CLASSIFICADO
434	39983	MARGARIDA RODRIGUES NEVES SCHIPIURA	783000 - 9 - SEJUSP/MT	CLASSIFICADO
435	3608	JEFFERSON LUIZ DE FARIAS	79765120 - SSP/PR	CLASSIFICADO
436	7417	VÂNIA CRISTINA MARQUES FRANÇA	1096681-1 - SJ/MT	CLASSIFICADO
437	10644	ALESSANDRA PEREIRA JULIÃO	14225620 - SSP/MT	CLASSIFICADO
438	32774	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS	13660691 - SSP/MT	CLASSIFICADO
439	38639	JULIANE MARCIA CORRÊA PEREIRA	14241781 - SSP/MT	CLASSIFICADO
440	32639	VALTENIA DE ALMEIDA	945486 - SSP/MT	CLASSIFICADO
441	33962	JOANILZA RODRIGUES DA COSTA CAMPOS	09481702 - SSP/MT	CLASSIFICADO
442	25091	ANDREIA CHRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA	10401733 - SSP /MT	CLASSIFICADO
443	25798	VERA LUCIA RODRIGUES DA SILVA	14262835 - SSP/MT	CLASSIFICADO
444	20991	TASSIANA DELFINO	20928840 - SSP/MT	CLASSIFICADO
445	33919	DERCILENA LELIS FERREIRA	10261982 - SSP/MT	CLASSIFICADO
446	31542	JULIANA AURELIA SILVEIRA HORTENCIO SILVA	11546573 - SSP/MT	CLASSIFICADO
447	34696	HÉRCULES DOS SANTOS CARVALHO	14490609 - SSP/MT	CLASSIFICADO
448	34658	JULIANA CALILLE VICENTE E SILVA	42901824-1 - SSP/SP	CLASSIFICADO
449	22570	KATIANY MENDES DA SILVA BERTOLINO	11216883 - SSP/MT	CLASSIFICADO

450	29820	DANIELE RODRIGUES DA SILVA	00001064369 - SESDEC/RO	CLASSIFICADO
451	29120	NATIELY DOS SANTOS FREITAS	1269604 - SPP/RO/RO	CLASSIFICADO
452	29154	VIVIANE ROSSETO	11217529 - SJ/MT	CLASSIFICADO
453	33540	ANDRÉA CRISTINA TEIXEIRA DA SILVA	226880710 - SSP/SP	CLASSIFICADO
454	28192	DAIANNY EVELLYN NEVES DE PAULA	25288172 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO
455	35727	NADIR APARECIDA DOS SANTOS FELIX	31334920 - SSP/MT	CLASSIFICADO
456	28116	GISELA CRISTINA DE OLIVEIRA NASSARDEN	1487102-5 - SSP/MT	CLASSIFICADO
457	28368	SANDRA MARIA DOS SANTOS COSTA	5328780 - SPTCGO/GO	CLASSIFICADO
458	34929	WILLMA MARTINS MOREIRA DOS SANTOS	18961397 - SSP/MT	CLASSIFICADO
459	26532	ANDREIA APARECIDA PINTO DE SOUZA	12435635 - SSP/MT	CLASSIFICADO
460	29943	KELLY CRISTINA SANTOS MOREIRA	13220470 - SSP/MT	CLASSIFICADO
461	3326	MARIA DAS VITORIAS DOS SANTOS HENRIQUES SILVA	15702855 - SSP/MT	CLASSIFICADO
462	32718	ELISABETE SABATINE NUNES	214213997 - SSP/SP	CLASSIFICADO
463	5484	GIRLANE PAULA DOMINGOS	09385061 - SSP/MT	CLASSIFICADO
464	27279	AMBROZINA DIVINA MUNIZ SIFUENTES	02939630 - SSP/MT	CLASSIFICADO
465	25112	CLEOMIRA FERREIRA DE SOUSA CAMPOS	9698434 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO
466	28552	GRACIELI DE AMORIM ROMÃO	14785641 - SSP/MT	CLASSIFICADO
467	37846	ROSENIL MARIA DE ARUJO	12402192 - SSP/MT	CLASSIFICADO
468	31233	JOCÉLIA NUNES ANTUNES	17593212 - SSP/MT	CLASSIFICADO
469	33215	ELIANE DE LIMA DA COSTA	1938569-2 - SSP/MT	CLASSIFICADO
470	24387	RONAN EVANGELISTA PADILHA	2559090-1 - SSP/MT	CLASSIFICADO
471	29579	MARLI DE JESUS ARRUDA	0792409-7 - SSPMT/MT	CLASSIFICADO
472	32915	LUCIANE DA SILVA OLIVEIRA	12588385 - SSP/MT	CLASSIFICADO
473	27520	FRANCISLAIDE AZEVEDO DE OLIVEIRA	07380208 - SSP/MT	CLASSIFICADO
474	28573	ELIZABETE GONÇALVES RODRIGUES	0894851-8 - SSP/MT	CLASSIFICADO
475	31876	LUCIANA DE SOUZA TEIXEIRA	11972386 - SJ/MT	CLASSIFICADO
476	38360	ADRIANA ALVES ORMONDE	1505954-5 - SSP/MT	CLASSIFICADO
477	35706	KELSILENE PRISTE GOMES	1086105-0 - SSP/MT	CLASSIFICADO
478	27193	ERICA CHARLOTA HELLEBRABDT	0492171-2 - SSPMT/MT	CLASSIFICADO
479	36978	MARILÚCIA DE SOUZA SEBALHO	04492676 - SEJUSP/MT	CLASSIFICADO
480	32227	EVA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA	28773217 - SSP/MT	CLASSIFICADO
481	29275	MARIA ELVIRA DE SOUZA DA CONCEIÇÃO	37082506 - SSP/SP	CLASSIFICADO
482	29793	MARCIA /REGINA DE ALMEIDA	1529178-2 - SSP/MT	CLASSIFICADO
483	26913	JACILDA CARMEN DA SILVA	05779847 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO
484	27219	ADRIANA CRISTINA SANCHES DOS REIS	580305 - SSP/RO	CLASSIFICADO
485	27985	JANAINA FIRMO RODRIGUES	13247395 - SSP/MT	CLASSIFICADO
486	27211	LUCILEIDE USELOTO CEGATI	11656638 - SJ/MT	CLASSIFICADO
487	27748	DILMA DE GASPERI ALVES	0642417-1 - SSP/MT	CLASSIFICADO
488	26887	FABIANE MARIA PEREIRA GOMES DA SILVA	14922967 - SSP/MT	CLASSIFICADO
489	29742	JUCIELLI DE SOUZA LIMA	13788884 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
137	5132	BRUNA PEREIRA DO AMARAL SILVA	27400794 - SESP/MT	APROVADO
138	9766	NATHAN FELIPE DA MATTA MOREIRA	25547259 - SSP/MT	APROVADO
139	35116	JAIRO EDUARDO LOPES LANDIM	16461304 - SSP/MT	APROVADO
140	7514	JOONATHAN DOUGLAS ARCANGELO DE CAMARGO	20828764 - SSP/MT	APROVADO
141	5016	RENAN AZEVEDO CARVALHO ZUCCA	21662533 - SSP/MT	APROVADO
142	33574	JULIO ENGLES DE ALENCAR FILHO	16742621 - SSP/MT	APROVADO
143	29892	KÁTIA REGINA DA SILVA SOSTER	16652100 - SJSP/MT	APROVADO
144	22796	LETÍCIA SANTOS RAGAZZI	2642062-7 - SSP/MT	APROVADO
145	26064	RAQUEL ALVES DA SILVA DOROSO	30101050 - SSP/MT	APROVADO
146	27636	ISABELA FLANOFA RODRIGUES	27289796 - SSP/MT	APROVADO
147	32612	VINICIUS MARICATTO DE BARROS	396608619 - SSP/SP	APROVADO
148	34088	MARIA AUXILIADORA NUNES	1126804-2 - SSP/MT	APROVADO
149	23456	MARYANNY DE JESUS MACHADO	1949902-7 - SSP/MT	APROVADO
150	6699	VANESSA DE ALMEIDA SCARDUA	1398371-7 - SSP/MT	APROVADO
151	36333	KAROLINE CRISTINA BARROS DOS SANTOS	21184798 - SSP/MT	APROVADO
152	27110	RAINNE DE LIMA PINHEIRO	1129426 - SSP/RO	APROVADO
153	23816	CAMILA DA COSTA MARQUES	19678207 - SSP/MT	APROVADO
154	21891	ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA AMORIM BORGES	16219830 - SSP/MT	APROVADO
155	9988	MARCELA DE BARROS ASSUNÇÃO	26348330 - SSP/MT	APROVADO
156	1302	WILLIAN MALTUS DE SOUZA CARDOSO	25175696 - SSP/MT	APROVADO
157	38390	MARCELO DE LIMA DIAS	23078022 - SSP/MT	APROVADO
158	23541	ISABEL SILVA MAGALHÃES	09076751 - SSP/MT	APROVADO
159	27698	WILSON JUNIOR DA SILVA SOUZA	2103509-1 - SSP/MT	APROVADO
160	111	LUZIA MARQUES DO CARMO	15153894 - SSP/MT	APROVADO
161	3557	ANELISE REINERS PINTO	24518620 - SSP/MT	APROVADO
162	32116	CLEONICE RIBEIRO DO NASCIMENTO	06994253 - SSJ/MT	APROVADO
163	30492	LUIS CLAUDIO MOURA DE ASSIS	14928779 - SSP/MT	APROVADO
164	9292	BRUNA BATISTA MENDES	28536045 - SESP/MT	APROVADO

165	24351	ANDERSON MAIK MENDES	ANDERSON MAIK M - SSP/MT	APROVADO
166	15688	JOÃO NATHAN OLIVEIRA ALMEIDA	27413667 - SESP/MT	APROVADO
167	35375	JANAINA SILVA CRAVEIRO	25629603 - SSP/MT	APROVADO
168	474	NOLAN ARRAIS URURAY DE SOUZA SILVA	15377334 - SSP/MT	APROVADO
169	36667	LORRAYNE DUTRA PESSOA VICARI	26086166 - SSP/MT	APROVADO
170	14707	RAQUEL PORTO DE MORAES	15012565 - SSP/MT	APROVADO
171	31230	LARISSA MARIA LEMOS ASSUNÇÃO SANTOS	24405132 - SEJUSP/MT	APROVADO
172	17729	SANDRA MARA RODRIGUES DA FONSECA	1018022-2 - SJ/MT	APROVADO
173	28884	JANAINA FERNANDES FERREIRA DE AMORIM ATHAYDE	10112936 - SJ/MT	APROVADO
174	39726	VIVIANNY MARCELLE DA SILVA FERNANDES	17586410 - SSP/MT	APROVADO
175	7661	LARISSA GABRIELY RODRIGUES MAIA	2832939-2 - SSP/MT	APROVADO
176	27368	KAREN CRISTINY DE SÁ VIDRAGO	2719028-5 - SSP/MT	APROVADO
177	5181	ROSANGELA DA SILVA MERCADO SANTOS	0919339-1 - SSP/MT	APROVADO
178	658	CASSIO SANTOS DA SILVA	23596902 - SEJUSP/MT	APROVADO
179	38206	ANTONIO MARCELINO DA SILVA JUNIOR	2599800-5 - SSP/MT/MT	APROVADO
180	6680	MAXSUEL VIEIRA MAGALHÃES	25082647 - SSP/MT	APROVADO
181	11162	CAROLINE HOSSAKI OKAMURA	42279336-X - SSP/SP	APROVADO
182	39729	AGUINALDO AGUIRRE DE FREITAS	22459022 - SSP/MT	APROVADO
183	3000	MAYARA LEITE DE AQUINO	15117391 - SSP/MT	APROVADO
184	18139	MÁRCIA CYNTHIA MARQUES LACERDA	15109500 - SSP/MT	APROVADO
185	27400	JOVANIL FLORES DA SILVA	16636902 - SSP/MT	APROVADO
186	22426	LUKAS DYLON ALVES FERREIRA	25949365 - SEJUSP/MT	APROVADO
187	15017	DOUGLAS PEDRO CANDIDO FRANÇA	22773207 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL-PCD

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
7	1552	ADELAIR APARECIDO SERENATO DOS SANTOS	13086871 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
66	28463	ANTONIO CECILIO DA SILVA JARCEM	153959 - SSP/MS	APROVADO
67	29459	FERNANDO AUGUSTO DE FIGUEIREDO NETO	2360792-0 - SSP/MT	APROVADO
68	26028	DALTON DA COSTA E SILVA	21487200 - SSP/MT	APROVADO
69	29599	FERNANDO SOARES CARDOSO	20924739 - SSP/MT	APROVADO
70	24362	GERSON LOPES	1503699-5 - SSP/MT	APROVADO
71	10772	ALEXSANDRO SOUZA MOURA	16700805 - SSP/MT	APROVADO
72	4301	WILLIAM DE SOUZA ROCHA	23788160 - SEJUSP/MT	APROVADO
73	35592	MARCELO MONTEIRO VAZ	09545018 - SSP/MT	APROVADO
74	33163	GUILHERME NERIS REGIS	18679439 - SSP/MT	APROVADO
75	33103	RAPHAEL FORTES	2355085-6 - SSPMT/MT	APROVADO
76	15599	DENIEL ALMEIDA DE SOUZA	27062988 - SSP/MT	APROVADO
77	30802	GUSTAVO DA SILVA LEMES DA COSTA	25316273 - SSP/MT	APROVADO
78	80	JOSÉ ROBERTO DE AMORIM JUNIOR	2039858-1 - SSP/MT	APROVADO
79	17375	MARCIO RODRIGO DA SILVA	13463764 - SSP /MT	APROVADO
80	32856	MATHEUS SANTOS MARQUEZ	19518455 - SSP/MT	APROVADO
81	39260	CIDNEY JOSE DE CAMPOS	1310606-6 - SEJUSP/MT	APROVADO
82	15960	HEITOR ABNEL DE SOUZA BILIO	20552114 - SSP/MT	APROVADO
83	39315	VICTOR RIBEIRO GOMES MONTEIRO	2804060-0 - SSP-MT/MT	APROVADO
84	35275	AMILTON DE OLIVEIRA TORTORELLIO	1230924-9 - SSP/MT	APROVADO
85	38560	WILBERTE LEITE DOS SANTOS	23352620 - SSP/MT	APROVADO
86	32587	GABRIEL HENRIQUE TAVARES	16086163 - SSP/MT	APROVADO
87	17000	VITOR JORGE NASCIMENTO DA FONSECA	2534611-3 - SEJUSP/MT	APROVADO
88	27172	TOBIAS CRISTIANO DE FARIAS	09981721 - SSP/MT	APROVADO
89	19558	WLAMIR PONCIANO DE JESUS JUNIOR	19332408 - SSP/MT	APROVADO
90	27534	GENIVALDO LARA	11680970 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR-PCD

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
5	29008	DONIZETE HILARIO DA CRUZ	05329507 - SSP/MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 07 de julho de 2021.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ADESÃO Nº 26/2021

Processo nº. 740258/2021. Objeto:Adesão a Ata de Registro de Preços nº 005/2021, oriunda do Pregão Presencial Nº 008/2021, da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT, cujo objeto trata do Registro de Preços para aquisição futura e fracionada de uniformes para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT.Considerando os itens e quantitativos pleiteados sendo: **Item 15** (camiseta manga curta) R$ 39,00, **Item 16** (camiseta maga curta) R$ 39,00, **Item 17** (camiseta maga curta) R$ 39,00, **Item 18** (camiseta manga longa) R$ 38,90, **Item 19** (camiseta manga longa) R$ 38,90, **Item 20**(camiseta manga longa) R$ 38,90, **Item 45** (camiseta gola V) R$ 14,40, **Item 46** (camiseta gola V) R$ 14,45, **Item 47** (camiseta gola V) R$ 14,40, **Item 48** (camiseta gola V) R$ 14,40, **Item 49** (camiseta gola V) R$ 14,40, **Item 50** (camiseta gola V) R$ 14,40 e **Item 51** (camiseta gola V) R$ 14,40, totalizando-se a importância global de **R$ 26.225,20** (vinte e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), cuja empresa vencedora **MULTUS COMERCIAL LTDA**, inscrita no **CNPJ n.º 24.753. 864/0001-42.**AUTORIZADA a ADESÃO a Ata de Registro de Preço supracitada, conforme TR nº 045/2021, com vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo e prazo de entrega de 30 (trinta) dias a contar da ordem de fornecimento emitida pelos Gestor da Ata.O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 08 de agosto de 2021. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 038/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITENS

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO – DAE/VG**, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2021 – Objeto:** Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente (conjunto motor bomba submersa), para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira Oficial com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

Domínio/site:	**www.licitacoes-e.com.br**
Data da Realização do Pregão Eletrônico:	25 de agosto de 2021 às 09h00min (nove) horas - Horário de Cuiabá/MT.
As propostas de preços serão recebidas entre os dias:	12 de agosto a 25 de agosto de 2021.
Encerramento de Recebimento das Propostas	Até às 08:59 (oito horas e cinquenta e nove minutos) do dia 25 de agosto de 2021 - Horário de Cuiabá/MT.
Abertura das Propostas	A partir das 09:00 (nove horas) do dia 25 de agosto de 2021 - Horário de Cuiabá/MT.
A disputa de preços terá início	A partir das 09:15 (nove horas e quinze minutos) do dia 25 de agosto de 2021.

2.3. O Edital estará disponível gratuitamente na página **www.daevg.com.br** e no endereço eletrônico **licitacaodae@gmail.com**

2.4.O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) integrante do quadro do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE,** denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Licitações-e**", constante da página eletrônica do **Banco do Brasil S.A - www.licitacao-e.com.br** conforme descrito neste Edital e seus anexos.

Várzea Grande-MT, 11 de agosto de 2021.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA **PREGOEIRA - DAE/VG**	CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA **DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial

PROCESSO Nº. 036/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 014/2021

TIPO: Menor preço global por lote

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de corte e religações de cavalete, ramais, e pé de rede em consumidores com 03 (três) a 12 (doze) faturas vencidas, e execução de ligações de água em novos consumidores no sistema de abastecimento de água, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de várzea grande – MT.

EMPRESAS VENCEDORAS:

LOTE 01

A empresa **SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ: 22.669.103/0001-81, foi a **VENCEDORA** para o lote, fechou com valor de **R$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil).**

LOTE 02

A empresa: **SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ: 22.669.103/0001-81, foi a **VENCEDORA** para o lote, fechou com valor de **R$ 378.500,00 (trezentos e setenta e oito mil, quinhentos reais).**

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a analise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 10 de agosto de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº245/2021

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, criado pela Lei nº1733/1997 e alterado pela Lei nº1866/1998 no desempenho de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxilio Doença, com base no Art.10 da Lei nº 4.648/2020, aos seguintes servidores:

RENAN FERREIRA DE ARAÚJO, servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a matrícula nº666, exercendo o cargo Operador de Estação de Tratamento Água/Esgoto, lotado na Diretoria de Produção, no período de 02/08/2021 a 30/09/2021;

MICHELLE STUY ROSADA, servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a matrícula nº573, exercendo o cargo Auxiliar de Saneamento, lotado na Coordenadoria de Projetos, no período de 04/08/2021 a 23/08/2021;

PAULO ROBERTO DA SILVA, servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a matrícula nº516, exercendo o cargo Operador de Estação de Tratamento Água/Esgoto, lotado na RAP Parque do Lago, no período de 31/07/2021 a 30/08/2021;

MARCELO SILVA DA GUIA, servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a matrícula nº564, exercendo o cargo Operador de Faturamento, lotado no Departamento Comercial, no período de 03/08/2021 a 29/08/2021;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de Agosto de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG.

ATO Nº. 450/2021

Kalil SaratBaracat de Arruda,Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Daniel Aparecido Lima de Oliveira, no cargo em comissão de Coordenador de Gestão de Pessoas– DNS04, na Secretaria Municipal de Administração a partir de 02 de agosto de 2021.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de agosto de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

Kalil SaratBaracat de Arruda

Prefeito Muicipal

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 030/2021, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Presencial n.º 014/2021**, regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Lote

Realizado no dia: 06/08/2021

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de corte e religações de cavalete, ramais, e pé de rede em consumidores com 03 (três) a 12 (doze) faturas vencidas, e execução de ligações de água em novos consumidores no sistema de abastecimento de água, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de várzea grande – MT.

RESULTADO:

LOTE 01

A empresa **SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ: 22.669.103/0001-81, foi a **VENCEDORA** para o lote, fechou com valor de **R$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil).**

LOTE 02

A empresa: **SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**, CNPJ: 22.669.103/0001-81, foi a **VENCEDORA** para o lote, fechou com valor de **R$ 378.500,00 (trezentos e setenta e oito mil, quinhentos reais).**

Várzea Grande, 10 de Agosto de 2021.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA- DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA.

DIRETOR PRESIDENTE – **DAE/VG**

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 027/2020.

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e de outro lado, a Empresa BAUHAUS DO BRASIL LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 02.635.031/0001-44. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, II e IV §2º., da Lei 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 027/2020, e demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 737230/2021. OBJETO: Em decorrência do aditamento a CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 41.400,00 (Quarenta e seis mil e oitocentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 06 (seis) meses, o prazo de vigência da contratação, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL: FISCAL DE CONTRATO: Servidor ABELVAL LUIZ GOMES DA SILVA, Agente Serviços do SUS, matrícula: 06, portador da Cédula de Identidade RG n. 719014 SSP/MT, inscrito no CPF n. 522.248.991-49; SUPLENTE DE FISCAL: Servidor JOÃO EIDES DA SILVA, Auxiliar de serviços gerais, matrícula: 135113, portador da Cédula de Identidade RG n. 367906 SSP/MT, inscrito no CPF n. 328.354.691-68.

DATA DE ASSINATURA: 06.08.2021.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria municipal de Saúde

Contratante

BAUHAUS DO BRASIL LTDA - EPP

Contratada

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2021

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MPF sob n° 03.507.548/0001-10, com sede na Avenida Castelo Branco, n° 2500, Bairro Água Limpa, Várzea Grande, Mato Grosso/MT, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER**, representada por seu Secretário, o Sr. **SILVIO APARECIDO FIDELIS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 10605785-6 SSP/MT e inscrito no CPF n° 556.225.939-72 **e o CAMPI CENTRO DE ACOLHIMENTO SOCIAL**, inscrito no CNPJ sob o n° 21.117.897/0002-99, com sede na Rua Governador Fernando Correa, n° 110, bairro Centro Sul, em Várzea Grande, Mato Grosso/MT, representado por **ANDRÉ TISCHER ELLWANGER DE ARAÚJO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 8077454241 SJS/RS e inscrito no CPF n° 009.78.450-58, dorovante denominado CAMPI, resolvem celebrar o **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 02/2021**, nos termos da Lei n. 3.631/2011 e do art. 116, da Lei n. 8.666/1993, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a disponibilizaçãode consulta médica e avaliação, a título gratuito, realizada pela equipe multiplicar do CAMPI a partir do mês de agosto do ano de 2021, para os alunos matriculados na rede municipal de ensino de Várzea Grande,conforme o **PROCESSO GESPRO N. 748289/2021.**

Parágrafo Primeiro. Integra-se ao objeto deste Termo, como Anexo I, o Programa de Trabalho especificado pela **CAMPI CENTRO DE ACOLHIMENTO SOCIAL**, documento indissociável ao presente TERMO.

Parágrafo Segundo. As metas do presente Termo de Cooperação Técnica consistem na execução integral das atividades relacionadas no Programa de Trabalho, de acordo com os prazos ali estabelecidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1.O presente Termo de Cooperação Técnica visa precipuamente o atendimento do aluno que apresenta déficit em sua aprendizagem, e vai ao encontro à necessidade do diagnóstico preciso realizado por profissional especializado de forma gratuita aos alunos da rede pública municipal de ensino.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRÉ CADASTRO

3.1. O aluno deverá possuir cadastro junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SMECEL de Várzea Grandee ser encaminhado através de formulário devidamente preenchido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SMECEL de Várzea Grande, para agendamento da consulta no CAMPI.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE COOPERAÇÃO

4.1. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SMECEL através do Termo de Cooperação, irá encaminhar os alunos para o programa de Avaliação Multidisciplinar junto ao CAMPI, para investigação de possíveis carências no atraso Global do Desenvolvimento, que possam estar interferindo no desempenho escolar do aluno.

4.2. O encaminhamento deverá seguir modelo padrão conforme anexo de Plano para Avaliação Multidisciplinar.

4.3. Será realizado pelo responsável do aluno o agendamento com médico, psicólogo e fonoaudiólogo, que irão realizar entrevista de anamnese para saber o histórico e todos os sintomas narrados pelo paciente, realizando a avaliação;

4.4. Concomitantemente ao atendimento do aluno pela equipe multidisciplinar os responsáveis pelo mesmo, passará pelo atendimento junto a assistente social que fará o acolhimento e realizará entrevista com a família.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

5.1. São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos neste **TERMO DE COOPERAÇÃO**:

I – DACAMPI

a)o CAMPI deverá receber os alunos e disponibilizar, conforme sua agenda, 1 (uma) consulta e avaliação com a equipe multidisciplinar a título gratuito;

a) executar o Programa de Trabalho, zelando pela boa qualidade de ações e serviços prestados e buscando alcançar eficácia, efetividade em suas atividades;

b) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do **MUNICÍPIO**, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

c) dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Cooperação Técnica, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;e

d) destacar a participação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER** em qualquer ação promocional relacionada ao convênio, obtendo previamente o seu consentimento formal.

II – DO MUNICÍPIO

a) promover a integração do objeto deste **CONVÊNIO** com toda comunidade; b) fornecer suporte necessário para a execução do presente termo; c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste **CONVÊNIO** antes do término de sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto; e d) indicar a**Sra. Benedita Loadir Pereira Leite**, **CPF 411.800.891-20**, como coordenadora local, que ficará responsável por (i) participar das reuniões visando à manutenção e atualização do objeto deste **ACORDO**, (ii) articular e promover a participação dos educadores na consecução do objeto do presente termo, na avaliação do processo e do resultado, (iii) manter os relatórios atualizados. Eventual substituição do coordenador local ora indicado deverá ser comunicada imediatamente por escrito, à **INSTITUIÇÃO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO

6.1. O presente Termo de Cooperação Técnica entrará em vigor na data da sua assinatura e tem como prazo de vigência de 01 (um)mês, podendo ser renovado sucessivamente e rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

7.1. O presente pacto é elaborado em caráter de estrita colaboração em área de interesses comuns, não gerando, portanto, qualquer espécie de ônus financeiro para as entidades pactuantes.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

8.1. O presente instrumento poderá ser renunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre as partes cooperantes, ou ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexequível, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

CLÁUSULA NONA – DA ANTICORRUPÇÃO

9.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria

quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relaciona, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. A publicação resumida do presente instrumento terá eficácia após sua publicação em Diário Oficial, em obediência ao disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. As partes cooperantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2.E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **COOPERANTE**, na forma do art. 60, da Lei 8.666/1993.

Várzea Grande, 10 de agosto de 2021.

_____

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CPF N° 556.225.939-72

_____

ANDRÉ TISCHER ELLWANGER DE ARAÚJO

Representante do CAMPI CENTRO DE ACOLHIMENTO SOCIAL

ANEXO I – TERMO DE COOPERAÇÃO FIRMADO ENTRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER E O CAMPI CENTRO DE ACOLHIMENTO SOCIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

Início	Término	Objetivos	Responsável
10. 08. 2021	06.09. 2021	Recebimento das fichas de encaminhamento. Agendamento do Laudo com profissional da CAMPI.	Recepcionista
10. 08. 2021	16.09. 2021	Consulta e Avaliação com Profissional da CAMPI para construção de Laudo	Médico Psicólogo Fonoaudiólogo
10. 08. 2021	16.09. 2021	Retorno do aluno com o Laudo para Secretária Municipal de Educação	Secretária Municipal de Educação

PORTARIA N° 243/2021

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias"

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA – Diretor Presidente do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Agua e Esgoto e dá outras providencias".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar os Servidores do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexos I e II.

ANEXO – I

CARGO: AUXILIAR DE SANEAMENTO – NIVEL FUNDAMENTAL

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horaria	Classe/ Nível
Vitor Castelo Branco Almeida	643	Manutenção de Rede Agua e Esgoto	18/06/2018	Sim	40 horas	B/2

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod. Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horaria	Classe/ Nível
Erlon Cezar do Espirito Santo	651	Tecnico Hidrometrista	17/07/2018	Sim	40 horas	A/3

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 09/08/2021

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA N° 244/2021

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias"

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA – Diretor Presidente do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Agua e Esgoto e dá outras providencias".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar os Servidores do Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, conforme segue anexos I e II.

ANEXO – I

CARGO: AUXILIAR DE SANEAMENTO – NIVEL FUNDAMENTAL

Nome	Cod Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horaria	Classe/ Nível
Elizelle Fátima Gomes Moraes	644	Manutenção de Rede Agua e Esgoto	18/06/2018	Sim	40 horas	A/7

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Cod. Func.	Perfil	Data de Adm.	Recurso de Averbação todos os efeitos	Carga horaria	Classe/ Nível
Josélia Sebastiana Pereira dos Santos	649	Operador de Tratamento de Água e Esgoto	17/07/2018	Não	40 horas	B/2

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 09/08/2021

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

AVISO DE 2° RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 14/2021 - MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Várzea Grande-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001- 10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Viação e Obras, o Senhor Luiz Celso Morais de Oliveira torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo "**MENOR PREÇO POR LOTE"**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada em serviços de engenharia para execução de passeio calçada ou piso de concreto e passeio em piso intertravado, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT.** A realização está prevista para o dia **25 de agosto de 2021, às 08h30min (horário local),** endereço: **Sala de Licitações da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Bairro Água Limpa – Várzea Grande/MT.** O Edital Retificadocompleto está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria de Viação e Obras sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00-min às 12h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 09 de julho de 2021. **Luiz Celso Morais de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 071/2021 PMVB

PREGÃO N. 071/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 26/08/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 26/08/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

DECRETO Nº 082, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O TRANSFERÊNCIA DA SEDE DO GOVERNO MUNICIPAL PARA O DISTRITO DA SANTA CLARA DO MONTE CRISTO."

O Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor positivado em Lei Municipal nº. 1.042, de 10 de Abril de 2013;

CONSIDERANDO o papel de alta relevância que o Distrito Santa Clara do Monte Cristo exerce para o desenvolvimento do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica transferida a sede deste Governo Municipal, para o Distrito Santa Clara do Monte Cristo, neste dia 11 de Agosto de 2021.

Art. 2º - Neste dia, o Prefeito Municipal atenderá a população do referido Distrito *in loco*, na Subprefeitura, despachando sobre assuntos prioritários para comunidade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SUBPREFEITURA DO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS do mês de AGOSTO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DO PREGÃO N. 072/2021 PMVB

PREGÃO N. 072/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 30/08/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 30/08/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

DECRETO Nº 083, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NO DISTRITO DA SANTA CLARA DO MONTE CRISTO NESTE DIA 11 DE AGOSTO DE 2021."

O Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor positivado em Lei Municipal nº. 1.042, de 10 de Abril de 2013;

CONSIDERANDO o papel de alta relevância que o Distrito Santa Clara do Monte Cristo exerce para o desenvolvimento do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade;

CONSIDERANDO o teor positivado no Decreto Municipal nº. 082, de 11 de Agosto de 2021, bem como o aniversário do Distrito Santa Clara do Monte Cristo comemorado neste dia;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo, neste dia 11 de Agosto de 2021, em todo território compreendido pelo Distrito Santa Clara do Monte Cristo e comunidades adjacentes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SUBPREFEITURA DO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS do mês de AGOSTO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N° 084, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

"Nomeia contribuinte por Substituição Tributária **e da outras providências".**

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no art. 128 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); art. 6° da Lei Complementar Federal 116, de 31 de julho de 2003; art. 105 da Lei Complementar Municipal n° 051, de 20 de dezembro de 2013 (Código Tributário Municipal); Decreto Municipal nº 048, de 28 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, a partir da data de vigência deste decreto, Sujeito Passivo por Substituição Tributaria, os seguintes tomadores de serviços:

I. **MINERAÇAO APOENA S.A**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na Mina São Francisco, Morro da Borda, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 10.302.599/0002-52;

II. **SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A**, com sede social no Município de Pontes e Lacerda, na Fazenda Ernesto Soares de Carvalho, Zona Rural, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 05.640.971/0002-09;

III. **NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A**, com sede social no Município de Cuiabá, na rua Antônio Maria, nº 344, sala 22, Bairro Centro, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.625.321/0004-07;

IV. **BANCO DO BRASIL S.A**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na rua Lino Bispo de Oliveira, nº 493, Bairro Centro, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/1370-65;

V. **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na Rua Drº Mario Correia, Bairro Centro, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 33.022.690/0012-91;

VI. **GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na rua Travessa do Palácio, Bairro Centro, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 77.941.490/0148-81;

VII. **C. M. FERREIRA & CIA LTDA EPP**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na rua Drº Mario Correia, Bairro Centro, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.479.747/0005-60;

VIII. **LOJÃO DOS MOVEIS LTDA**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na rua travessia do Palácio, Bairro Centro, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 09.186.627/0012-06;

IX. **AGROPECUÁRIA VILELA DE QUEIROZ LTDA**, com sede social na Fazenda Guaporé, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 48.002.596/0002-76;

X. **BANCO DO BRADESCO S.A**, com sede social no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na Rua Julião Leite de Brito, s/n, Bairro Centro, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/9332-08;

XI. **ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**, com sede social no Município de Cuiabá, na rua vereador João Barbosa Caramuru, 184, Bairro Bandeirantes, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 03.467.321/0001-99;

XII. **LUCIOMAR MACHADO FILHO**, com sede social na Fazenda Gameleira, margem direita do Rio Guaporé, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 063.608.778-64 e Inscrição Estadual nº 13.228.888-5;

XIII. **ANTONIO SANCHES E OUTROS**, com sede social na Fazenda Serra Negra, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 126.938.399-04 e Inscrição Estadual nº 13.259.435-8;

XIV. **ANTONIO SANCHES**, com sede social na Fazenda Serra Negra, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 126.938.399-04 e Inscrição Estadual nº 13.371.406-3;

XV. **JOÃO SANCHES JUNQUEIRA**, com sede social na Fazenda Maringá 3, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 126.980.919-91 e Inscrição Estadual nº 13.253.472-0;

XVI. **PAULO FRANCISCO TRIPOLONI**, com sede social na Fazenda Fortaleza, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 536.488.388-49 e Inscrição Estadual nº 13.255.836-0;

XVII. **ANDRÉ TRIPOLONI**, com sede social na Fazenda Fortaleza, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 004.276.489-04 e Inscrição Estadual nº 13.255.628-6;

XVIII. **EDIVAR VILELA DE QUEIROZ & OUTROS**, com sede social na Fazenda Expresso Barretos, Estrada Vila Bela a Betânia, margem esquerda do rio Galera, rodovia MT 199, zona rural do Município de Vila Bela

da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 130.641.938-72 e Inscrição Estadual nº 13.750.453-5;

XIX. **EDIVAR VILELA DE QUEIROZ**, com sede social na Fazenda Expresso Barretos, Gleba Ricardo Franco Estrada Vila Bela Betânia km 60, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 130.641.938-72 e Inscrição Estadual nº 13.326.214-6;

XX. **IZAIR DOS SANTOS TEIXEIRA**, com sede social na Fazenda Santa Cruz, Gleba Guaporé II, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 312.697.708-10 e Inscrição Estadual nº 13.253.418-5;

XXI. **RONALDO VENCESLAU RODRIGUES DA CUNHA**, com sede social na Fazenda Encantada, rodovia Br 174, pontes e Lacerda a Vila Bela a 40 km, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 361.871.196-49 e Inscrição Estadual nº 13.484.039-9;

XXII. **NEWTON DE FREITAS MIOTTO E OUTRO**, com sede social na Fazenda Família Miotto, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 363.136.071-53 e Inscrição Estadual nº 13.223.493-9;

XXIII. **EMERSON MALDANER ,** com sede social na Fazenda São Lorenzo, Gleba Tarumã (Ponta do Aterro), zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº **622.181.310-72** e Inscrição Estadual nº 13.866.943-0;

XXIV. **ANTONIO BRAGA NETO E OUTRA,** com sede social na Fazenda Planície, Gleba Formosa (Lago encantada), zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 022.731.601-00 e Inscrição Estadual nº 13.215.357-2;

XXV. **MISSÃO CRISTÃ BRASILEIRA- HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO,** com sede social na Rua Marechal Rondon Sn, centro, do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 03.004.504/0003-30;

XXVI. **BMS PARTICIPAÇÕES LTDA,** com sede social na Fazenda Silmar, Gleba Tarumã, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 40.122.259/0001-20 e Inscrição Estadual nº 13.850.377-0;

XXVII. **GILBERTO MOTTA DA SILVA ,** com sede social na Fazenda Silmar, Gleba Tarumã, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 924.337.318-87 e Inscrição Estadual nº 13.355.953-0;

XXVIII. **LUIZ CARLOS RIBEIRO LEMOS DE MELO,** com sede social na Fazenda Alta Vista , Gleba Sararé, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 705.993.518-53 e Inscrição Estadual nº 13.250.592-4;

XXIX. **MARCOS ANTONIO ASSI TOZZATI,** com sede social na Fazenda Cachoeira, Gleba Ricardo, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 313.334.781-00 e Inscrição Estadual nº 13.287.603-5;

XXX. **SABRINA SANCHES,** com sede social na Fazenda Esperança, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 822.860.439-49 e Inscrição Estadual nº 13.285.588-7;

XXXI. **KARINA SANCHES VALERIO,** com sede social na Fazenda Esperança, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 884.626.509-25e Inscrição Estadual nº 13.285.587-9;

XXXII. **JOSÉ LUIZ VIDAL DA SILVA,** com sede social na Fazenda Santa Tereza D,ávila, Gleba Sararé, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 278.040.549-04 e Inscrição Estadual nº 13.351.959-7;

XXXIII. **SIDNEY GASQUES BORDONE,** com sede social na Fazenda Rio Azul, Gleba Palmarito, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 041.237.351-34e Inscrição Estadual nº 13.234.369-0;

XXXIV. **ANTONIO GILBERTO BESSANE,** com sede social na Fazenda Skalada (Novo Horizonte) Rodovia Br 147 KM 40, Gleba Formosa, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 005.196.078-80 e Inscrição Estadual nº 13.227.955-0;

XXXV. **ANTONIO GILBERTO BESSANE e IRMÃOS,** com sede social na Fazenda Novo Horizonte (Condominio Novo Horizonte) Rodovia Br 147 KM 40, Gleba Formosa, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 005.196.078-80 e Inscrição Estadual nº 13.384.008-5;

XXXVI. **MAURO GOUVEIA DE MORAES,** com sede social na Fazenda Santa Rita, Gleba Santo Inácio, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 570.343.976-00 e Inscrição Estadual nº 13.228.168-6;

XXXVII. **TEREZINHA HELENA STAUT COSTA,** com sede social na Fazenda São João do Guaporé I, Gleba Tarumã (Ponta do Aterro), zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 531.197.971-20 e Inscrição Estadual nº 13.219.869-0;

XXXVIII. **ELTON LUIZ MALDANER,** com sede social na Fazenda Travessão I, Gleba Tarumã (Ponta do Aterro), zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade regularmente inscrito no CPF sob o nº 001.876.268-98 e Inscrição Estadual nº **13.321.324-2;**

XXXIX. **HENRIQUE TANNER,** com sede social na Fazenda Longavira I, com as margem do rio sararé, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº **558.063.508-78** e Inscrição Estadual nº **13.341.886-3**;

XL. **AMELHO VOLPATO,** com sede social na Fazenda Baia da Saracura, Gleba Fazenda Nacional de Casalvasco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 142.091.609-20 e Inscrição Estadual nº **13.215.353-0**;

XLI. **RAFAEL BORBROFF VIDAL DA SILVA,** com sede social na Fazenda RV, Gleba Arrozal, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº **007.784.709-11**e Inscrição Estadual nº **13.236.197-3**;

XLII. **JOSÉ LUIZ BORBROFF VIDAL,** com sede social na Fazenda Londrina,Gleba Arrozal, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 052.068.409-55 e Inscrição Estadual nº 13.467.649-1;

XLIII. **JOSÉ LUIZ BORBROFF VIDAL,** com sede social na Fazenda Pedra Branca, Gleba Palmarito, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 052.068.409-55;

XLIV. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** com sede social na Fazenda Estrela D, Oeste ,Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 12544329149 e Inscrição Estadual nº 13.297.292-1;

XLV. **ESPÓLIO BRAULINO BASILIO MAIA FILHO,** com sede social na Fazenda Renascença, Serra Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 013.162.738-49 e Inscrição Estadual nº 13.250.669-6;

XLVI. **AGROPECUARIA SAO FRANCISCO DO GUAPORE LTDA,** com sede social na estrada do palmarito, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ: 01.847.081/0002-03 e Inscrição Estadual nº 13.416.544-6;

XLVII. **AGROPECUARIA SAO FRANCISCO DO GUAPORE LTDA,** com sede social na estrada vicinal, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ: 01.847.081/0004-75 e Inscrição Estadual nº 13.678.010-5;

XLVIII. **AGROPECUARIA SAO FRANCISCO DO GUAPORE LTDA,** com sede social na Fazenda Birigui, Gleba do Turvo, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ: 018. 47.081/0003-94 e Inscrição Estadual nº 13.471.367-2;

XLIX. **GLAUCIA SANTA CESTARI,** com sede social na Fazenda Barranco Alto, Gleba Ricardo Franco, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF: sob. n. 87.319.198-63 e Inscrição Estadual nº 13.263.553-4;

L. **DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO – ME,** com sede social na Rua Marechal Rondon sn, anexo ao Hospital, centro zona urbana do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 20.259.387/0001-02;

LI. **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** com sede social na Rua Boa Vista sn, Jardim Aeroporto, zona urbana do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF sob o nº 205.977.201-00;

LII. **ROBERTO JONAS DE MACEDO ,** com sede social na Fazenda Buriti, Gleba Guaporé II, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CPF: sob o nº 393.223.606-82 e Inscrição Estadual nº **13.229.792-2**;

LIII. **AGROPECUARIA JOÃO CORREA LTDA ,** com sede social na Rodovia MT 265, n. 1 Fazenda São Sebastião, zona rural do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, regularmente inscrito no CNPJ: sob o nº 20. 222.985/0001-07 e Inscrição Estadual nº **13.542.847-5**;

LIV.

Art. 2º O contribuinte substituto tributário nomeado pelo Art.1º deve efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todo e qualquer serviço por ele contratado, com incidência nos limites do Município.

§ 1º Considera-se local da prestação onde o serviço é efetivamente prestado, independentemente de onde estiver situada a sede física do prestador.

§ 2º A opção do prestador de serviço pelo regime de Tributação do Simples Nacional, não dispensa o contribuinte substituto tributário de proceder à retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, conforme disposições deste Decreto.

§ 3º O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deve ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador e discriminada a aliquota no corpo da nota fiscal.

Art. 3º O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o valor base de cálculo do serviço, exceto para os prestadores de serviços enquadrados no Regime de Tributação do Simples Nacional que terá as alíquotas apuradas conforme disposições do Art. 4º deste Decreto.

§ 1º A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **é o preço do serviço.**

§ 2º Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislação tributário do Município.

Art. 4º Para as empresas enquadradas no Regime de Tributação do Simples Nacional a alíquota corresponderá ao percentual de ISSQN previsto nos Anexos III, IV ou V da LC nº 123/2006 e na Resolução CGSN nº 140/2018, para a faixa de receita bruta a que a ME ou a EPP estiverem sujeitas no mês anterior ao da prestação do serviço.

§ 1º A alíquota aplicável na retenção na fonte a que se refere o *"caput"* deste artigo, deve ser informada pelo prestador no documento fiscal emitido, conforme previsto no inciso I do § 4º do art. 21 da LC nº 123/06, e no inciso XIII do art. 5º da Resolução CGSN Nº 140/2018**.**

§ 2º Quando as ME ou EPP não informarem no documento fiscal a alíquota de que trata o parágrafo anterior, aplica-se na retenção do ISSQN a alíquota correspondente ao percentual da maior faixa de receita bruta prevista nos Anexos III, IV ou V da Resolução CGSN nº 140/2018.

§ 3º Constatada diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, cabem aos substitutos tributários o seu recolhimento diretamente ao Município no mês subseqüente ao do início da atividade por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) de acordo com o prazo estipulado no calendário fiscal do Município.

§ 4º Não se exime da sua responsabilidade o prestador do serviço quando a alíquota do ISSQN informada por ele no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento da diferença será realizado diretamente ao Município por meio de DAM de acordo com o prazo estipulado no calendário fiscal do Município.

§ 5ºNo caso do Microempreendedor Individual que optar pelo recolhimento dos impostos abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, conforme dispõe o Art. 18-A da LC nº 123/06, o contribuinte substituto tributário está dispensado de efetuar a retenção do ISSQN.

§ 6º Cabe ao MEI, mencionar no corpo da nota fiscal a sua opção por recolhimento de valores fixos mensais.

§ 7º A retenção e o recolhimento do ISSQN com base em informação falsa sujeita o responsável, o titular, os sócios ou os administradores, bem como as demais pessoas que com elas concorrerem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 5º O substituto tributário é obrigado a declarar mensalmente ao fisco municipal através do Controle Eletrônico do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, com acesso disponível na página oficial do município, no endereço eletrônico www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br, através da rede mundial de computadores, a internet, nos termos do Decreto Municipal 48, de 28 de maio de 2014.

§ 1º O acesso do contribuinte substituto tributário mencionado no "caput" obedecerá às regras de política de privacidade instituída pelo Decreto 047/2014.

Art. 6º O contribuinte substituto tributário, deve declarar até o 15º (décimo quinto) dia do mês subseqüente ao do fato gerador, mediante a escrituração eletrônica dos documentos fiscais, acompanhados das "cópias eletrônicas" dos respectivos documentos comprobatórios da prestação de serviços, tais como contratos, notas fiscais e ou recibos de prestação de serviços etc.

§ 1º O contribuinte substituto tributário está obrigado a declarar no prazo estabelecido no "caput" os serviços por ele contratados, oferecendo as informações solicitadas na tela do sistema eletrônico, bem como anexar "cópia eletrônica" dos documentos ali registrados.

§ 2º A "cópia eletrônica" mencionada no "caput" trata-se de imagem digitalizada do documento, que deve ser anexada ao registro de escrituração no instante da escrituração eletrônica do documento, obedecendo aos seguintes formatos de arquivos: **PDF** (*Portable Document Format*), **BMP** (*Bitmap*) ou **JPEG** (*Joint Photographic Experts Group*).

§ 3º O recibo citado no "caput" deste artigo, em se tratando de "documento não fiscal", que não sofre o controle de qualquer fisco municipal, através de Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF, deve ser convertido em Nota Fiscal Avulsa de Prestação de Serviços (NFA-e), instituída pelo Decreto Municipal 050, de 28 de maio de 2014.

§ 4º Ficam dispensadas da obrigação acessória, instituída no artigo 5º, deste Decreto, as notas eletrônicas controladas pelo fisco deste município,

a saber: Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços (NFS-e) e Nota Fiscal Avulsa de Prestação de Serviços (NFA-e), ambas instituídas pelos Decretos Municipal 049, 28 de maio de 2014 e, 050, 28 de maio de 2014, respectivamente.

§ 5º O recolhimento do imposto retido deve ser efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente a retenção, através de guia emitida pelo sistema eletrônico, após a finalização do movimento de escrituração.

§ 6º O fisco municipal se reserva o direito de criar crédito tributário, referente à diferença de valores apurados com base nas declarações processadas pelo contribuinte substituto tributário.

§ 7º Não havendo a contração de serviços pelo contribuinte substituto tributário, fica obrigado a efetuar a "declaração de sem movimento", obedecendo ao artigo 5º, do Decreto 048, 28 de maio de 2014.

§ 8º No caso de contratação de ME ou EPP optante do Simples Nacional o contribuinte substituto tributário, deve informar a condição de optante e alíquota do imposto, conforme o artigo 4º deste Decreto.

§ 9º No caso contratação de Microempreendedor Individual o contribuinte substituto tributário, deve informar no campo específico do sistema eletrônico, a fim de identificar esta condição do prestador dos serviços.

§ 10º O contribuinte substituto tributário que não atender aos dispositivos deste decreto, fica sujeito as penalidades impostas pelo Código Tributário Municipal – CTM.

Art. 7º O contribuinte substituto tributário dará obrigatoriamente ao prestador do serviço a guia de recolhimento acompanhado do respectivo demonstrativo, contendo as notas relacionadas com o recolhimento, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 8º Aplica-se ao contribuinte substituto tributário, todas a demais normas contidas na legislação tributária do município.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 10º Ao entrar em vigor fica revogada disposições em contrário, em especial o Decreto 051, de 28 de maio de 2014.

Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), em 11 de Agosto de 2021.

_____

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 243/2021

de 10 de agosto de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o oficio nº 122/2021, ao conselho de direito, da interessada requerendo o desligamento.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar a pedido** a srª **MICHELLE MARINHO DOS SANTOS MINELI,** matricula 4091,portadora do CPF sob o nº 018.567.981-19 do cargo de **Conselheira Tutelar**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 244/2021

de 11 de agosto de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar a pedido** o sr **ANTONIO PINTO CORREIA,** matricula 4115,portador do CPF sob o nº 269.782.611-49 do cargo de **Chefe de Seção de Limpeza Pública e Coleta de Lixo**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 10/08/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 042/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 042/2019

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar a vigência e ajustar o valor do contrato 042/2019, inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 056/2019 na modalidade Adesão 010/2019, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia **12/08/2021** até **12/08/2022.** Acresceu um percentual de 16% do valor inicial, ficando então um total de R$ 6.819,32 (Seis mil, oitocentos e dezenove reais e trinta e dois centavos) mensais.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 12 de Agosto de 2021.

ASSINANTES /Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME - CAMILA SALETE JACOBSEN

- Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TP 003

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2021

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº. 052/2021 em conformidade com a Lei N.º 8.666, de 21 de Junho de 1993 suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna-se público a realização da TOMADA DE PREÇO 003/2021, que acontecerá dia **27 de Agosto de 2021 as 09:00hs** horário de Brasília, no setor de licitações e Contratos, localizado no Paço Municipal, cujo objeto da presente, Tomada de Preços é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para adequação da iluminação pública com utilização de luminárias LED com elaboração de projeto de distribuição e substituição da iluminação pública, para vias e áreas públicas dentro do perímetro urbano, definidas pelo Município de Vila Rica- MT, incluindo o fornecimento de mão de obra técnica, inclusive mecanizada, materiais homologados junto aos órgãos competentes e todos os trâmites necessários junto à concessionária local para a execução e dos

serviços**. As planilhas, e edital podem ser solicitados no email :** licitavilaricamt@yahoo.com.br. O edital encontra se disponível no site www.vilarica.mt.gov.br. podendo solicitar no telefone 3554 1151 ou 3554-1107.

Vila Rica / MT, 10 de Agosto de 2021.

NUBIA NARA DE OLIVEIRA SILVA

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 052/2021

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TP 004/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 133/2021

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº. 052/2021 em conformidade com a Lei N.º 8.666, de 21 de Junho de 1993 suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna-se público a realização da TOMADA DE PREÇO 004/2021, que acontecerá dia **30 de Agosto de 2021 as 09:00hs** horário de Brasília, no setor de licitações e Contratos, localizado no Paço Municipal, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia objetivando a execução de obra de 01 (uma) creche/Pré-escola, Rua 52, Quadra 63, Setor Oeste, nesse município, com recursos do FNDE- Termo de Compromisso nº PAC 5355/2013 e contra partida, para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme projetos e planilhas e condições estabelecidas no edital. As planilhas e projetos podem ser solicitados no email : engfelipemoratoprefvr@hotmail.com e o edital no email licitavilaricamt@yahoo.com.br O edital encontra se disponível no site www.vilarica.mt.gov.br. podendo solicitar no telefone 3554 1151 ou 3554-1107.

Vila Rica / MT, 11 de Agosto de 2021.

NUBIA NARA DE OLIVEIRA SILVA

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 052/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 245/2021

DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- REVOGA a Portaria 31/2021 a qual nomeiao Sr.ª **SANDRA REGINA MARQUES DA SILVA** portadora do CPF sob o nº 773.974. 521-91,para o cargo de Diretora do Departamento de Cultura previsto no Plano de Cargos Carreira e Vencimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

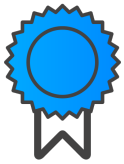
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Aug 11 23:31:48 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)